



DECOLONIALIDADE & ANTIRRACISMO

V SEMANA DE REFLEXÕES SOBRE NEGRITUDE,
GÊNERO E RAÇA DO INSTITUTO FEDERAL DE
BRASÍLIA

CADERNO DE RESUMOS



LUISA MAHIN

HOMENAGEADA DO SER NEGRA 2016

SERNEGRA

V SEMANA DE REFLEXÕES SOBRE
NEGRITUDE, GÊNERO E RAÇA
DECOLONIALIDADE E ANTIRRACISMO

CADERNO DE RESUMOS

Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia
de Brasília

Novembro de 2016
Brasília – DF

Realização

Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Brasília

Reitor

Wilson Conciani

Pró-Reitor de Ensino

Adilson César de Araújo

Pró-Reitor de Extensão

Giano Luís Copetti

Pró-Reitor de Pesquisa e Inovação

Marley Garcia Silva

Pró-Reitora de Administração

Simone Cardoso dos Santos Penteadó

Pró-Reitora de Desenvolvimento Institucional

Luciana Miyoko Massukado

Direção-Geral IFB – Campus Brasília

Philippe Tshimanga Kabutakapua

Direção de Ensino, Pesquisa e Extensão - Campus Brasília

José Wagner Marques Raulino

Direção de Administração – Campus Brasília

Luciana dos Reis Elias

Coordenação de Publicações

Katia Guimarães Sousa Palomo

Produção Executiva

Sandra Branchine

Diagramação e Projeto Gráfico

Mariana Henrique Mariano da Silva

Revisora de Língua Portuguesa

Letícia Cristina Alcântara Rodrigues

Carlos Afonso Monteiro Rabelo

Conselho Editorial

Conceição de Maria Cardoso Costa

Daniele dos Santos Rosa

Edilsa Rosa da Silva

Eduardo Vieira Barbosa

Gabriel Andrade L. de A. Castelo Branco

Glauco Vaz Feijó

Gustavo Danicki Aureliano Rosa

Juliane Rodrigues Aires da Silva

Kátia Guimarães Sousa Palomo

Mari Neia Valicheski Ferrari

Maria Eneida Matos da Rosa

Mateus Gianni Fonseca

Rafael Costa Guimarães

Wákila Nieble R. de Mesquita

2016 Editora IFB

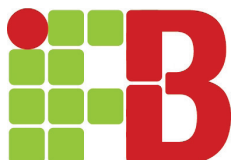


A exatidão das informações, as opiniões e os conceitos emitidos nos capítulos são de exclusiva responsabilidade dos autores.

Todos os direitos desta edição são reservados à Editora IFB.

É permitida a publicação parcial ou total desta obra, desde que citada a fonte. É proibida a venda desta publicação.

EDITORA



Reitoria – SGAN Qd 610, módulos D, E, F, G

CEP: 70860-100 Brasília-DF

www.ifb.edu.br

Fone: +55 (61) 2103-2108

editora@ifb.edu.br

Dados internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

S471 Semana de Reflexões sobre Negritude, Gênero e Raça (5. : 2015 : Brasília, DF)
Sernegra: V Semana de Reflexões sobre Negritude, Gênero e Raça. Decolonidade e Antirracismo:
caderno de resumos / [Glauco Vaz Feijó, Pollyana Ribeiro Alves Martins, organizadores].
- Brasília: Editora do IFB, 2016.

316 p. : il ; 30 cm.

ISSN 2318-6720

1. Educação das relações étnico-raciais. 2. Epistemologias africanas e afro-brasileiras. 3. Saúde da população negra. 4. Memória e patrimônio histórico. 5. Comunicação, linguagens e mídia. 6. Comunidades tradicionais negras. 7. Políticas públicas e ações afirmativas. 8. Juventude negra e identidade. 9. Artes e literatura africana e afrobrasileira. 10. Questão racial e mundo do trabalho. 11. Gênero, sexualidade e raça. 12. Ancestralidade e religiosidade. I. Título

SERNEGRA

V SEMANA DE REFLEXÕES SOBRE
NEGRITUDE, GÊNERO E RAÇA
DECOLONIALIDADE E ANTIRRACISMO

CADERNO DE RESUMOS

Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia
de Brasília

Novembro de 2016
Brasília – DF

**V Semana de Reflexões sobre Negritude, Gênero e Raça
SERNEGRA: Decolonialidade e Antirracismo**

Coordenação Geral

Glauco Vaz Feijó
Pollyana Maria Ribeiro Alves Martins
Sandra Mara Tabosa de Oliveira

Comissão organizadora

Eloísa Marques Rosa
Instituto Federal de Brasília – IFB
Giano Luís Copetti
Instituto Federal de Brasília – IFB
Glauco Vaz Feijó
Instituto Federal de Brasília – IFB
Joaze Bernardino Costa
Universidade de Brasília – UnB
Leandro Santos Bulhões de Jesus
Centro Universitário de Brasília – UniCEUB
Louise Lucena de Oliveira
Instituto Federal de Brasília – IFB
Nelson Fernando Inocêncio da Silva
Universidade de Brasília – UnB
Pollyana Maria Ribeiro Alves Martins
Instituto Federal de Brasília – IFB
Sandra Mara Tabosa de Oliveira
Instituto Federal de Brasília – IFB
Suselaine Serejo Martinelli
Instituto Federal de Brasília – IFB
Wanderson Flor do Nascimento
Universidade de Brasília – UnB

Comitê Científico

Alessandra Pio Silva (Colégio Pedro II)
Ana Cristina Conceição Santos (UFAL)
Antonio Gomes da Costa Neto (SEDF)
Ariandeny Silva de Souza Furtado (IF Goiano)
Arthur Leandro de Moraes Maroja (UFPA)
Bruna Thomaz de Oliveira
Carlos Eduardo Moreira Vera Cruz
Cibele de Guadalupe Sousa Araújo (IFG)
Claudia Miranda (UFRJ)
Cristiane de Assis Portela (UnB)

Daniel de Jesus dos Santos Costa (UnB)
Dayane Augusta da Silva (IFG)
Dennys Silva-Reis (UnB)
Douglas Rodrigues De Sousa (UnB)
Edileuza Penha de Souza (UnB)
Eliete Gonçalves Rodrigues Alves (UnB)
Elisângela Aparecida da Rocha (Faculdade Fortium)
Elismênnia Aparecida Oliveira (UFG)
Fabiana Lima (UFSB)
Fernanda Rachid Machado (UNIP)
Flávio Santiago (Unicamp)
Francy Eide Nunes Leal (UFG)
Gersiney Pablo Santos (UnB)
Gilmara Silva Souza (UFMG)
Gleides Simone de Figueiredo Formiga (SEDF)
Irineia Lina Cesario (Faculdade Fortium)
Jacqueline Fiuza da Silva Regis (UnB)
Joalva de Moraes Paixão (Secretaria de Educação da Bahia)
João Mouzart de Oliveira Junior (Universidade Tiradentes)
Leandro Santos Bulhões de Jesus (UniCeub)
Leonardo Ortegá (UnB)
Luciana da Silva Melo (UnB)
Luciene de Oliveira Dias (UFG)
Ludmila Portela Gondim (UnB)
Luiz Fernandes de Oliveira (UFRRJ)
Márcia Lúcia Anacleto de Souza (Unicamp)
Nadir Nóbrega Oliveira (UFAL)
Nelma Cristina Silva Barbosa de Mattos (IF Baiano)
Patrícia Maria de Souza Santana (UFMG)
Paula Balduino de Melo (SEDF)
Pedro Andrade Caribé (UnB)
Ralyanara Moreira Freire (Unicamp)
Renata de Jesus da Costa (SEDF)
Roberta Rodrigues Rocha Pitta (PUC-Rio)
Ruth Meyre Mota Rodrigues (UnB)
Sandra Maria Cerqueira da Silva (UEFS/FAT)
Shirley Aparecida de Miranda (UFMG)
Sílvia Elaine Santos de Castro (Unicamp)
Tânia Mara Pedroso Müller (UFF)
Tatiane Campos dos Santos (UFMG)
Tatiane Henrique Silva
Vânia Alves da Silva (UnB)

SUMÁRIO

Apresentação e agradecimentos.....	28
Programação completa.....	30
Seções Temáticas	34
ST01-Kilandukilu: (re)conhecimentos em Arte & Educação	35
Os instrumentos musicais em uma casa de Tambor de Mina: possibilidades para aplicação da Lei n. 10.639/2003 em sala de aula	36
Sopapinho Poético: fortalecendo crianças negras através da arte poética	36
O voo do pássaro negro: uma proposta antirracista com in(ter)venções artísticas.....	37
A circularidade das danças de matriz africana em uma escola pública do DF	37
Políticas de reparações: a valorização do patrimônio africano e afro-brasileiro nas práticas educativas.	38
ST02 - Arte e as multimídias da expressão negra: a fala continua	39
(Des)construindo olhares fotográficos periféricos.....	40
Dreadlocks de ontem e de hoje: link Jamaica Etiópia	40
Teatro de Revista: a questão do negro e da indústria cultural	40
“Antônio”: um relato de negritude e/na experiência de composição coreográfica em dança	41
Safi Faye – cinema e autorrepresentação	42
Adornos e orixás: o design como mediador entre os símbolos e plasticidade	42
Literatura: a voz da experiência da escritora negra.....	43
ST03 - Tradução e diáspora negra: entre decolonialismo e antirracismo.....	44
Langston Hughes Reescrito por Solano Trindade	45

Outras vozes lésbicas negras no abebe de Oxum: traduzindo Dionne Brand	46
Questões de tradução suscitadas pelo papel revolucionário das mulheres negras personagens de um romance haitiano	46
Da Negritude Cesariana à Antilhanidade Glissantiana: questões de tradução	47
Literatura Nigeriana no Brasil: algumas considerações acerca da tradução da obra de Chimamanda Ngozi Adichie ao português brasileiro	48
Literatura Afro-brasileira na França através da tradução: L’histoire de Poncia, de Conceição Evaristo, em foco	48
Literatura afro-brasileira em tradução: um olhar sobre The Color of Tenderness, de Geni Guimarães	49
Traduzindo e Criando Memória Afetivo-cultural por Presentes e Futuros Negros	49
Traduzindo no Atlântico Negro: outros modos de entrar e sair da Cidade da Bahia	50
Enegrecendo a História da Tradução no Brasil: uma revisão do século XIX	51
Políticas de tradução e escrita literária negra	51
ST04 - Feminismos Negros e Antirracismo	53
Marcha das Mulheres Negras 2015: relato de uma experiência	54
Nzinga Informativo: a imprensa feminista feita por negras e para negras.	54
Violência sexual contra as mulheres negras: o corpo desinstitucionalizado	55
Ocupação feminista: reflexões e proposições antirracistas para a construção de novas “comunidades de aprendizagens”	55
Divisão sexual do trabalho: de que mulheres estamos falando?.....	56
Ser negra rezadeira quilombola: abordagem pretagógica e novas perspectivas da educação quilombola com sentimentos e saberes em quilombos de Caucaia	57

Mulheres, negras, belas e da luta: entrelaces entre gênero, raça, protagonismo e empoderamento feminino para construção de um currículo decolonial	58
Socialização das mulheres negras: um olhar (preliminar) sobre a construção do afeto e da solidão	58
Representações sociais de mulheres negras no Brasil e a contestação dos estereótipos: a mãe preta, a mulata e a mulher negra	59
ST05 - Artes visuais e identidades negras: repercussões e contrapontos	60
Grafite, narrativa, periferia: identidade negra, políticas e arte nos muros de Ribeirão Preto (SP).....	61
Retratos expandidos: poéticas das resistências na fotografia contemporânea de Giuliano Lucas.....	61
A invenção da identidade nacional brasileira nas fotografias dos anos 1940/1950	62
Olhares que se cruzam: problematizando produções de arte da cultura das casas tradicionais de matriz africana.	62
Artes visuais, hierarquias e identidades negras	63
Tramas da pele	64
Representações icônicas das imagens dos santos católicos no imaginário popular	64
O Cristo de pele negra e o atentando às artes - 1955	65
A artesanaria em Sônia Gomes	65
ST06 – O pensamento decolonial e a questão étnico-racial na América Latina	67
Indicadores de pobreza para a América Latina e Caribe: estruturas de poder e de manutenção de diferenças.....	68
Principales perspectivas teoricas del pensamiento critico latinoamericano: avances, críticas y desafíos	68
Movimento social negro e quilombola: a construção de uma práxis revolucionária	69
Têmis e Clio na encruzilhada: perspectivas decoloniais do Fenômeno Jurídico e da Teoria da História.....	70

Bioética e as relações etnorraciais: uma análise crítica ao discurso de eugenia racial no Brasil.....	70
A indução estadunidense na produção de conhecimento e as questões raciais na América Latina	71
O Ensino de História e as Mulheres Negras: relações imersas na colonialidade.....	72
América Latina e o Caribe: perspectivas sobre as categorias.....	72
Descolonizando a TV Pública: uma análise do programa Nova África da TV Brasil	73
México e Brasil: convergências identitárias nacionais de semelhante substrato de negação dos povos indígenas	73
Ensaio sobre o colonialismo do ser e do poder em Gilberto Freyre.	74
A contribuição de Aimé Cesaire para o pensamento decolonial	74
Modelo de mobilidade estudantil no setor educativo do Mercosul: eurocentrista ou latino-americanista?.....	75
Racismo, antirracismo e uma visão descolonial na História da Educação no Brasil	76
Vai acabar, vai acabar...! A militância negra e os estudos pós-coloniais e descoloniais.....	76
Suspeitos e Cidadãos: a construção de um inimigo social.....	77
A Conquista da Favela: notas sobre a Colonialidade Urbana.....	77
Discriminação Étnico-Racial contra migrantes na América Latina	78
ST07 - Tecnologias educacionais e o antirracismo	79
Cine NEABI: educando para a diversidade.....	80
Ikoloju: cibercultura e educação antirracista	80
Documentários com estudantes de escolas públicas baianas	81
Memórias e identidades: produção formativa de vídeos educacionais.....	81
Violência no contexto escolar e racismo: um olhar a partir de um município do entorno do Distrito Federal (Brasil).....	82

O Programa Intervalo como tecnologia educacional na contribuição de práticas antirracistas: o caso do Quadro Histórias da Bahia.....	83
ST08 - Performances na arte computacional: abordagens e discussões sobre gênero e raça	84
ST09 - Os africanos no mundo atlântico: interações entre África e Brasil a partir de uma leitura decolonial	85
Mulheres quilombolas (Brasil) e moçambicanas (África): estudo etnográfico sobre educação, trabalho e modo de sociabilidade	86
Candomblé: memória, oralidade e interculturalidade, enraizadas no arvorecer de uma cultura fertilizada pela amálgama de povos africanos.	86
Migração africana no contexto da mobilidade humana: um breve olhar sobre a migração forçada a partir do contexto neoliberal.....	87
Rumbe: A educação de Axé e os valores civilizatórios Africanos	88
Resistência feminina em “O alegre canto da perdiz”, de Paulina Chiziane	88
Uma análise da construção das representações dos sujeitos/as africanas/os a partir dos cheiros no espaço interno do(s) ônibus intercampi da UNILAB-CE	89
Exu nas asas da Sankofa e a interrogação de Clio	89
ST10 - A matriz africana na visualidade brasileira, práticas poéticas de resistência negra	91
Afroresistências: memória, protagonismo e arte negra	92
Corpo-templo – Poéticas visuais, Rito e Memória.....	92
Negra África, negra a raça da mulher guerreira: a escola de samba como locus de construção artístico-cultural da identidade negra e dos saberes étnico-raciais	93
Block Print: Estamparia em tecido por carimbos de madeira.	93
O ritual da Jurema e o olhar de dentro através do audiovisual.....	94
No trajeto das águas sobre o sulco dos rios	94
“Afro-amazônicos e seus símbolos” em trilha no Museu Goeldi: um estudo das identidades e relações étnico-raciais.....	95

Mostra Nós de Aruanda - o corpo como mídia contra hegemônica	96
“Fluxo de Bênção”: a resistência simbólica na urbanidade física e virtual	96
ST11 - O ‘não-lugar’ de pessoas negras no ensino superior no Brasil.....	98
Mulheres negras na universidade: reflexões a partir de depoimentos na página preta e acadêmica	99
Ações afirmativas e o Brasil pós Durban: a presença e o lugar subalterno de docentes negros e negras no mundo acadêmico branco	99
“Não era nem pra tu tá aqui”. Experiências de mulheres negras em uma universidade pública do país	100
Inserção no Mercado Profissional: a influência das Instituições de Ensino Superior no abrir ou fechar de portas.....	101
Trajетórias e narrativas de mulheres negras professoras universitárias.....	101
A luta de negros contra a colonialidade do saber no ensino superior	102
Formação em psicologia e a educação das relações raciais: um estudo sobre os currículos de graduação em psicologia em Porto Alegre e Região Metropolitana	103
Protagonismo de Acadêmicas Negras.....	103
Seja de onde for: Qual é a sua história? Mulher negra, pobre da Baixada!	104
Negra sou! As trajetórias de identidade de mulheres negras na UFG	104
Uma experiência de desconstrução da epistemologia do racismo: o desenvolvimento da Lei n. 10.639/03 nos cursos de educação física, odontologia, psicologia, arquitetura e urbanismo.....	105
ST12 - Decolonialidade e Educação	106
A ideologia Cristã de diabolização do outro no ambiente escolar	107
Vozes negras mulheres: resistência e produção de conhecimento.	107
Decolonialidade e educação intercultural em religião de matriz africana na Amazônia	108
Entre silêncios e práticas: a Lei n. 10.639/2003 e as experiências dos docentes do Departamento de História do Colégio Pedro II (2003-2015)	108

Pedagogia das “Pequenas Áfricas”: saberes outros	109
Colonialidade e Ensino de História: Memória e alteridade na organização espaço-temporal.....	109
Interculturalidade, currículos e combate ao racismo na escola básica	110
Etnoempreendedorismo: um outro olhar da economia criativa dos escravos no período pós-abolição na cidade de Salvador	111
A Presença da História e Cultura Afro-Brasileira e Africana na Formação do Pedagogo: uma análise dos currículos de pedagogia da região norte em diálogo com a decolonialidade	111
A práxis revolucionária de Frantz Fanon e sua crítica ao colonialismo europeu em direção à descolonização	112
Pluralidade de sujeitos e de saberes: experiências de brechas decoloniais na universidade	113
Afetividade e Educação: uma reflexão acerca do Grupo Cultural Bagunção/BA	113
Exu e a pedagogia das encruzilhadas: antirracismo e decolonialidade	114
Pedagogia antirracista e decolonial brasileira: a consolidação de um projeto histórico em curso	114
ST13 – Estudos sociobiográficos de mulheres negras no Brasil	116
Os desvios da periferia e de Carolina Maria de Jesus: quarto de despejo..	117
O espelho do racismo social: o reflexo da subordinação da mulher negra na publicidade e propaganda.....	117
Matriarcado e fé: a história de Mãe Fátima de Oxum.....	118
Matilde Ribeiro: Uma trajetória de militância e empoderamento da mulher negra	118
Lia Vieira: escrita, denuncia e ativismo	119
Quarto de despejo: breve reflexão a partir dos conceitos de sujeito e agência de Judith Butler	119
Destinos traçados? Gênero, raça, precarização e resistência entre merendeiras no Rio de Janeiro	120

ST14 - Gênero e raça no audiovisual: linguagens, produções e tecnologias.....	121
Atos de resistência frente a escravidão doméstica e feminismo negro no longa-metragem senegalês “La Noire des...” (1966).....	122
Os enigmas de Olhos Azuis de Yonta	122
Cinema negro de autorrepresentação: uma análise do filme sergipano “caixa d’água, quilombo é esse?”	123
A invisibilidade da lésbica negra na TV brasileira: Cadê elas?	123
Cinema, cultura e representatividade: uma análise do filme Cidade de Deus.	124
Formulação de políticas públicas no combate ao racismo religioso – uma reflexão acerca do papel do Assistente Social no âmbito da audiovisualidade	124
Cinema negro: possibilidade da construção de uma abordagem gay afetiva	125
O cinema e a reestruturação do feminino negro na linguagem literária no filme “Bem Amada”	126
Cinema Africano no Feminino: um estudo acerca da participação das mulheres africanas no cinema através dos Festivais.....	126
Houses de afeto: agrupamento negro LGBTTI em Paris is Burning.....	127
Estética, performance e representação da negritude no filme “Também Somos Irmãos” (1949)	127
Relações de gênero, identidade e afeto no documentário mulheres de barro	128
A contribuição dos estudos feministas para análise sociológica da produção cinematográfica Histórias cruzadas	129
Quadro Negra: Identidade e Representação no uso de audiovisuais na implementação da Lei n. 10.639/2003	129
Professoras Pretas: Empoderamento e Transição a luz da Lei n. 10.639/2003	130
Negri-Hop: Interação Música e Cultura Negra	131

ST15-A - Educação das relações étnico-raciais	132
Africanidades: práticas em escolas municipais de Campinas e Hortolândia	133
Patrimônios e memórias afro-brasileiras: entre permanências e ressignificações	133
Implementando a Lei n. 10.639/03: Novas perspectivas para as relações étnico-raciais na educação.	134
Diversidade na Escola: o trabalho com as temáticas étnico-raciais e de gênero no CEF 01 de Planaltina	135
Educomunicação para as relações étnico-raciais: uma proposta de intervenção para a aplicação da Lei n. 10.639/2003.....	136
África. A mão que balançou o Berço.	136
Educação em direitos humanos e a Lei n. 10.639/2003	137
As Relações Raciais na perspectiva da Formação Continuada - estudo de caso	138
História e cultura africana e afro-brasileira na formação docente	138
Educação para as relações étnico-raciais em escolas públicas do município de Porto Seguro – BA: uma análise sobre o ensino de História da África e da Cultura Afro-brasileira	139
A trajetória de uma educadora negra em formação: princípios e práticas com o teatro e a Lei n. 10.639/03	139
Trajetória histórica, política e pedagógica do Núcleo de Estudos Afro-Brasileiros (NEAB) da Escola Municipal Clementino Fraga.....	140
Educação das relações étnico-raciais: um estudo de caso a partir da realidade de uma Instituição de Ensino Superior	141
Resignificando a África para alunos(as) negros(as) no Brasil.....	142
A educação das relações étnico-raciais e seus reflexos no desempenho escolar dos/as estudantes negros/as	142
Avanços e desafios no processo de implementação da Lei n. 10.639/03... ..	143
Educar para as relações raciais também é atribuição da gestão escolar - Percepções Sobre a Lei n. 10.639/2003	144

A Lei e Seus Sujeitos: um olhar sobre a aplicação da Lei n. 10.639 na Rede Escolar de Mulungu-CE.....	144
Ensino de História da África: o reconhecimento da identidade negra brasileira	145
ST15-B - Educação das relações étnico-raciais	146
Pluralidade Social e Diversidade Cultural: apontamentos sobre as relações raciais no espaço escolar.....	147
Racismo institucionalizado versus Educação antirracista: dois lados da mesma moeda.	147
Noções de pertencimento étnico e racismo por alunos do Ensino Médio.	148
Políticas de Acesso ao Ensino para os Afro-brasileiros e Educação das Relações étnico-raciais: desafios para reflexões e práticas afrocentradas.....	148
Educação étnico-racial, pedagogias outras.....	149
Sociologia das relações étnico-raciais no Brasil e reverberação no discurso docente no contexto escolar.	150
Viagens à África na literatura para não adultos	150
A implantação do artigo 26-A da Lei de Diretrizes e Bases (LDB) nas aulas de literatura do Ensino Básico.....	151
Corpo proibido: a representação social do corpo humano em uma coleção de livros didáticos de Biologia.	152
As representações sobre o negro nos livros didáticos antes e depois da Lei n. 10.639/03.....	152
Entre muros e murais: a invisibilidade da população negra nos espaços escolares.....	153
E, na África tem príncipe? Oralidade e corporeidade: valores afrocivilizatórios como possibilidades para uma educação intercultural	154
Representatividade negra no espaço escolar	155
Educação das relações étnico-raciais e a práxis dos professores em Angra dos Reis: uma breve reflexão	155

Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Escolar Quilombola Conjugando os saberes tradicionais com a educação formal, na perspectiva da Lei n. 10.639/2003	156
Centro Cultural Casa África (CCCA) e a Lei n. 10.639/03: Processos Educativos e a disseminação da Cultura Africana em Belo Horizonte	157
Representação Social de alunas de Ação Afirmativa do IFRR: uma análise com recorte de gênero e raça	157
Educação vem de casa? Um ensaio sobre relações raciais, família e educação.....	158
A Lei n. 10.639/03 na escola de ensino médio CE - Santos Dumont do município de Vargem Grande	159
ST16 – Saúde da população negra	160
“O Nkisse é que nos socorre”. Memória e poética de resistência negra afrontando e comunicando territórios de saúde	161
A Reivindicação do Direito à Saúde da População Negra: um estudo da anemia falciforme no Centro-Oeste, 2014 a 2016.....	161
Saúde mental da população negra na agenda pública.....	162
Da prática à demagogia - Política Nacional Integral à Saúde do Negro	162
O Recorte Étnico-Racial do Programa Nacional de Alimentação Escolar e a (In)Segurança Alimentar e Nutricional de Quilombolas.....	163
Indicadores sociais e iniquidades raciais: um olhar reflexivo para a saúde da população negra	164
Mulher, religião e Racismo: reflexões para a saúde da população Negra...	165
A formação da/o nutricionista: racismo ou promoção da equidade racial na saúde.....	165
Um olhar avesso de uma saúde para além de não doenças	166
A população negra nas instituições de ensino superior como estudantes e não como objeto de estudo: um enfoque nos cursos da área da saúde.....	167
Processo transexualizador e as iniquidades raciais: o papel da/o nutricionista	167

O Sistema Integrado de Consultas e Atendimento e a Vigilância Alimentar e nutricional: racismo ou equidade racial? Uma percepção sob o olhar de estagiários em Nutrição	168
O impacto do racismo no enfrentamento à epidemia de HIV no sistema prisional brasileiro	169
Mulheres que cuidam em casa, de pessoas com HIV/SIDA (PVHS) na cidade de Maputo.....	170
Política Nacional de Saúde Integral da População Negra: trajetória e enfrentamento ao racismo.....	170
A Cura do Tambor de Mina: Pajelança como prática tradicional de saúde da população negra no Maranhão	171
ST17 - Vozes negras e “reexistência”(s) - discursos de protagonismo e mobilização social	172
Discursos étnico-raciais de estudantes negros/as do mestrado.....	173
Volta aos cabelos naturais: As redes sociais como espaço dialógico de construção das identidades e protagonismos das mulheres negras.....	173
Estética negra e política: o uso do cabelo natural é um ato político?	174
Narrativas Afrofemininas na mídia livre: ferramenta de formação, organização e combate ao racismo.	175
Louvação à Mariama: uma voz feminina na Missa dos Quilombos	175
Mobilização social e gênero: o protagonismo feminino no MNPR.....	176
ST18 - Análise de Discurso Crítica, raça e gênero: o discurso em perspectiva .	177
A violência obstétrica e a mulher negra: “O que me tornou tão invisível?”	178
Precariedade e vidas que importam: reflexões sobre risco e o cenário da educação pautada por direitos humanos, gênero e sexualidade.	178
Racismo e antirracismo em discursos sobre representatividade negra na cultura pop: uma análise discursiva da polêmica em comentários na internet	179
Ser mulher, negra e imigrante haitiana no Vale do Itajaí.....	179
Disputas discursivas em relação a raça e gênero no campo religioso evangélico.....	180

O texto como estratégia discursiva contra a situação de rua: o caso do “Aurora da Rua”	181
A altura das falas na ‘realidade’ e na ficção audiovisual: reflexões sobre representação e representatividade	182
ST19 - Ser mulher quilombola: raça, gênero e saberes	183
O papel da matriarca na preservação e manutenção das tradições africanas na comunidade de terreiro Manzo kaiango	184
A formação (e/ou emergência?) De um novo sujeito político e a articulação entre trajetórias individuais e sociais no Vale do Jequitinhonha, Minas Gerais	184
Mulher negra, essa quilombola	185
Maternagem e cultura escrita no quilombo	186
A agência das mulheres quilombolas no reconhecimento jurídico e identitário	187
O corpo negro e cabelo crespo como elementos para reflexão na formação de professoras da Educação Escolar Quilombola	187
Mulheres e educação: histórias de docentes e lideranças quilombolas	188
Ser mulher quilombola na comunidade de Santo Isidoro	188
ST20 - Literatura e História: narrativas midiáticas como expressão decolonial	190
Um olhar para o cotidiano dos povos Ibos em “O Mundo se Despedaça” de Chinua Achebe.	191
Descolonizar a imagem: Brasil e África do Sul em suas pós-ditaduras	191
Narrativas de Mulheres Quilombolas do Puri: decolonialidade entre concepções de Beleza e Saberes Tradicionais	192
O Feminino em Moçambique e a identidade nacional na Guerra de Independência (1964-1975)	192
Outras Brasília: produção de filmes de curta-metragem sobre diversidades no Distrito Federal	193
ABENSONHAR: a presença do simbolismo na transcrição intersemiótica de “Nas águas do tempo”, de Mia Couto, para a dramaturgia	194

ST21 - Literatura afro-brasileira: cultura e resiliência	195
A literatura infantil afro-brasileira como mecanismo de valorização da identidade das meninas quilombolas de Porto Alegre, na Amazônia Tocantina/Cametá	196
A escre(vivência) em Becos da Memória de Conceição Evaristo.....	196
História e Literatura: o uso dos contos africanos e afro-brasileiros nas aulas de História.	197
Carolina Maria de Jesus: uma reflexão sobre literatura, cânon e resistência negra no Brasil	198
Funk Carioca: A voz do marginalizado na música de protesto	198
A infância diaspórica em Um defeito de cor.....	199
Literoralitura: uma análise etnolinguística de discursos de griots mandingas da África ocidental	199
Kikia Matcho: a formação da identidade guineense através da memória .	200
Escrevivências: literatura afro-feminina e resistência	200
A literatura infantil negra na prática metodológico-pedagógica da educação infantil: construindo uma subjetividade afro-brasileira.....	201
ST22 - Experiências em torno do gênero, raça e sexualidades: diálogos entre as ciências sociais e a decolonialidade	202
Limites e possibilidades para emancipação das mulheres negras.....	203
O trabalho infanto-juvenil doméstico e a interseccionalidade entre gênero, raça e classe na Amazônia Paraense	203
“Somos todxs transeuntes”: corpo, gênero e poder em uma perspectiva trans-cultural e pós-colonial.”	204
O Serviço Social e o debate das relações raciais	205
Profissionais do sexo: entre as curvas, a cor e o desejo: uma roda de conversa	206
ST23 - Feminismos, negritudes, corporalidades e descolonização do conhecimento	207
Pés, cadeiras e leituras de mulata – A cadência do corpo no Samba e na	

memória de Mulheres Negras de Araraquara/SP.....	208
Corporalidade e o pensamento descolonial: Uma análise da instalação artística Corpo-Templo e do filme Kbelá	208
Mulher Negra e organicidades: experiências de Coletivos de mulheres negras na cidade do Rio de Janeiro	209
Identidade afro-brasileira: os cabelos são crespos sim!	209
Laboratório Raízes do Movimento. Uma Vivência Corporal nas Danças Negras	210
O feminismo pós-colonial de Glória Anzaldúa: a escrita como um ato de liberdade	211
Entre práticas e teorias descolonizadoras: um esforço para pensar a descolonização desde/com o feminismo negro	211
ST24 - Saber e ser “lacrante”: por uma visibilidade de negras e negros LGBT - Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais!	213
Militância, engajamento e pesquisa: notas de pesquisa em coletivos e grupos universitários.	214
Ser negro e homossexual: Corpos duplamente desviantes	214
“Você é um homem ou um rato?”: narrativas de como ser homem na educação.....	215
A marginalidade jurídica da bicha preta	215
O laque e o (cor)po político de Liniker: Empoderamento e resistência negra	216
O poder do laque em performance negra trans de “Ball Culture” no filme Paris is Burning.....	217
Universidade também é lugar de laque: sambando na cara da heteronormatividade na UFAL/Campus do Sertão	217
As damas de paus: O discurso de si das vocalistas d’As Bahias e a Cozinha Mineira	218
A estreia de Aylla, afetos e desafetos na revelação de identidade trans numa sociedade racista e homofóbica	218
Sophia: Trava Carne e outros atravessamentos	219

ST25 - Sernegra na Educação Básica: da identidade do/a professor/a negro/a às identidades raciais e de gênero dos/as educandos/as	220
O vazio que ocupa espaço: os silenciamentos das mulheres negras em livros didáticos de História.....	221
A Literatura Afro-Brasileira com foco nos estudantes do Ensino Médio da rede pública de ensino de uma cidade satélite de Brasília	221
Quem traz na pele essa marca: reflexões sobre trajetória de estudantes negros no Colégio Pedro II.....	222
A identidade da criança negra no Ensino Fundamental privado	222
(Re)Construindo identidades no espaço escolar	223
Docência e ocupação dos cargos de gestão no Instituto Federal de Goiás – nuances do racismo institucional.....	224
Processos identitários e a branquitude: quem cegou minha negritude? ...	224
Educação étnico-racial e pedagogia freireana: como construir esse diálogo nas práticas pedagógicas no ensino superior.....	225
Promovendo o debate sobre racismo religioso na Educação Básica	225
Pedagogia da escrevivência no projeto educacional dos Complexos Integrados de Educação (SEC-UFSB): relações raciais nas Estações de Saberes	226
Exercendo a profissão, enegrecendo a docência: identidade negra e antirracismo em sala de aula.....	227
ST26 - Escambo de estratégias quilombolas: formas de lutar pela/com identidade, territorialidade e educação	228
Helvécia: contradições de um quilombola no século XXI	229
Quilombos: símbolos de resistência	229
Do Quilombo à Universidade: acesso e permanência de estudantes quilombolas no ensino superior	230
Voz e Letra na Comunidade Quilombola do Mato do Tição/MG.....	231
Modos de ser criança no Quilombo Mato do Tição-MG.....	231
ST27 - Mídia, representação social e a luta antirracista	233

Blogueiras Negras: vozes femininas na luta antirracista	234
Entre estereótipos e arquétipos: Que negro é esse na Turma da Mônica? Uma análise sobre a construção do personagem Jeremias nas narrativas produzidas por Maurício de Sousa	234
Análise sociológica da produção cinematográfica Histórias Cruzadas.....	235
Revista Rio, Samba e Carnaval: a construção de um imaginário sobre o Brasil	236
A representatividade da mulher negra na publicidade brasileira	236
Identidades negras na mídia olímpica brasileira: análise discursiva da produção de subjetividades	237
Jornalismo feminino e interseccionalidades negras	238
Linchamento e ódio no telejornal: a relação entre o racismo e os meios de comunicação	238
ST28 - Negritude, identidade e memória no contexto das escolas quilombolas no Brasil	239
ST29-Educação decolonial: por um Brasil mais ao Sul.....	240
20 de Novembro e o racismo nosso de (quase) todos os dias.....	241
Narrativas do sujeito feminino no cárcere: significações entre cartas e aprendizagens decoloniais.....	241
Movimento brasileiro de prostitutas: um estudo sobre práticas educativas e aprendizagens decoloniais	242
A Cosmovisão africana como possibilidade de uma educação transgressora	242
Decolonialidade e o ensino de danças do Brasil no currículo das licenciaturas em dança	243
A capoeira angola e a dimensão incorporada do conhecimento.....	243
Gestão do conhecimento étnico-racial como FormAção Afirmativa na Educação Profissional e Tecnológica: ampliações formativas e epistêmicas a partir do pensamento decolonial	244
Lei n. 10.639/03: da política ao currículo - em respeito à Virginia Leone Bicudo	245

Pensamentos decoloniais afro-latino-americano: aportes enegrecidos do Sul	245
Filosofia africana contemporânea: uma inspiração para uma vida descolonizada.....	246
Redes de etnoeducadoras/es na América Latina: reflexões sobre pedagogias decoloniais.....	246
UNILA e UNILAB: (Des)caminhos e diferenciações na implantação.....	247
O modo de vida da Umbanda: uma perspectiva decolonial.....	248
Sobre nós, mulheres negras na escola: um estudo sobre relações raciais e perspectiva decolonial de Educação.....	248
Juventude e diferença – um estudo sobre currículo e socioeducação.....	249
A relação das mulheres negras com o racismo na escola.....	250
Repensar Educação Superior e interseccionalidades: por uma visibilidade afirmativa.....	250
Educação universitária da Argentina e do Brasil: um estudo sobre currículo, gênero e etnicidade	251
A produção sobre relações raciais e Educação no periódico Caderno de Pesquisas: intervalações rumo ao século XXI (?)......	251
ST30 - “Quando a criança negra fala”: pesquisas com as crianças negras e quilombolas.....	253
Crianças Negras: vozes da resistência em ação	254
Relações raciais: a criança pequena, família e creche.....	254
Do amargo do café á alvura das saias das yaôs para fazer valer a Lei n. 10.639/03.....	255
Desafios Teóricos e Metodológicos na Pesquisa com as Crianças do Quilombo Mato do Tição - MG.....	256
As comédias de Jatimane: memórias encenadas na comunidade remanescente de quilombos.....	256
Bibliotecas e a educação quilombola	257
ST31 - Gênero, Diáspora Africana e Raça	259

Corpo em cena: as percepções dos discentes sobre a sexualização e inferiorização da mulher africana no filme “Vênus Negra”	260
Tempos de crise: políticas públicas, cuidado e mulheres negras.....	260
Entre Pannels e Batuques: arqueologia da diáspora e relações de gênero e poder em Laranjeiras/SE (século XX)	261
Os reflexos do “racismo brasileiro”	261
“O revólver já está engatilhado”: Juventude negra, violência a partir da criminologia crítica	262
“Ser pobre e perigoso”: o vício no discurso de Manuel Querino na Bahia entre (1903-1922)	263
Raça e Gênero na obra de Nina Rodrigues – a dimensão racializada do feminino na criminologia positivista do final do século XIX	263
Ensaio sobre a História e seus outros	264
Masculinidades Negras na obra Suor de Jorge Amado	264
ST32 - O que quer o/a intelectual negro/a? Desafios e estratégias de epistemologias afrocentradas para o pensamento negro contemporâneo	266
Das Maiorias Minorizadas ao Sujeito Desidentificado: a aventura do pesquisador negro na academia eurocêntrica	267
O Banzo, um conceito “existencial”: um afroperspectivismo filosófico do pathos negro na Filosofia Africana e Afro-brasileira.	267
Histórias de mulheres negras: a formação de intelectuais da periferia	268
Memória e preservação: o diálogo entre jongueiros e universitários negros na construção do acervo do Jongo da Serrinha	268
A desconstrução do racismo através de Monteiro Lobato: uma análise do caso “Caçadas de Pedrinho”.	269
Apresentações artísticas e oficinas.....	270
Das raízes às pontas (cinema)	271
Mulheres Negras: projetos de mundo (cinema).....	271
Novidades Ancestrais (música).....	271

Anjo Negro - adaptação de obra homônima de Nelson Rodrigues (teatro)	272
Expressão corporal e escrita criativa: duas artes que se unem evocando uma ancestralidade negra (oficina)	272
Arte Negra utilizando a arte tecnológica (oficina)	272
A mitologia yorubá na sala de aula (oficina)	273
Música Negra Bahia (show musical)	273
África de Onde Viemos (dança)	273
O Conto que se conta com o corpo (performance)	274
A educação antirracista no contexto da história de mulheres negras: Abayomi entrelaçando resistências (oficina)	274
Canção da Saga (teatro)	274
Mulheres negras: em todo espaço, sempre visibilizar (oficina)	275
Bantu que te conto (oficina)	275
Tecendo um Fio da memória (fotografia)	276
Lei n. 10.639, descolonização e práticas antirracistas (oficina)	276
Capoeira Angola: mandinga, ancestralidade e resistência da cultura afro-brasileira (oficina)	277
Marcha de Mulheres Negras - o cenário a partir do RJ (oficina)	277
Tambores d'África, toque de vida, toque de fé	278
Clarinha e a sereia do rio	278
Espaço dos Ibêjis	278
Distribuição das Comunicações Orais	280

APRESENTAÇÃO E AGRADECIMENTOS

Chegamos à quinta edição do Sernegra reafirmando nossa aposta no enfrentamento do racismo e do racismo-sexista como eixo de luta por uma sociedade mais justa e mais livre. Reforçamos a aproximação à proposta decolonial com a qual flertamos na edição anterior. De lá pra cá, aprendemos um pouco mais sobre a decolonialidade e nos percebemos decoloniais, conforme já denunciava a apresentação do caderno de resumos da quarta edição do Sernegra, na qual, inspiradas em Fanon, escrevemos: “continuamos acreditando que os espaços coletivos e institucionais de enfrentamento ao racismo e ao racismo-sexista são indispensáveis, pois partilhamos da crença de que a força do racismo não está apenas nos comportamentos individuais, pois, se o racismo se relaciona obviamente a preconceitos e a estereótipos, é por meio de mecanismos institucionalizados e estruturais que o racismo provoca os perversos efeitos de exclusão e desumanização de uma grande parcela da humanidade. Há estereótipos e preconceitos de vários tipos e contra várias características fenotípicas ou não, mas os/as que insistem que o racismo é apenas mais uma forma de preconceito e de estereotipização não conseguiram ainda perceber que o racismo é mais do que isso, não leram ou não entenderam Fanon, não perceberam que o racismo é a linha que divide a humanidade em duas áreas: a área do ser e a área do não ser, a área do que é humano e a área do que não é humano”.

Nesta quinta edição reafirmamos a opção político-teórica pela decolonialidade e reforçamos o Sernegra como lugar de luta contra a linha ontológica que nos divide entre humanos e não-humanos, reafirmando nossa opção pela humanidade plena de todas e de cada uma. O Sernegra não é um espaço acadêmico em que nos interessa fazer avançar o conhecimento, não nos interessa o avanço do conhecimento,

interessa-nos a nossa humanidade roubada pela colonialidade, interessa-nos a possibilidade de pluralizar o conhecimento, de pluralizar estéticas, de pluralizar opções que nos levem ao bem-viver.

Gostaríamos aqui de agradecer às instituições e as pessoas que nos ajudaram neste ano e contribuíram para que prosseguíssemos. Muito obrigada à Fundação de Apoio à Pesquisa do Distrito Federal (FAP/DF). Nossos agradecimentos à Seção Sindical Brasília do Sinasefe; ao Sinpro-DF e à CNTE, com os quais compartilhamos as lutas urgentes desse momento. Agradecemos mais uma vez ao Neab-UnB e ao Grupo de Pesquisas Estudos Culturais sobre Classe, Gênero e Raça do Campus Brasília pelo apoio intelectual. Somos gratas à Pró-Reitoria de Extensão do IFB, que assumiu com nosso Grupo de Estudos a realização do evento. Agradecemos também à Pró-Reitoria de Ensino, que sempre participou de alguma forma da organização, não tendo sido diferente neste ano. A Pró-Reitoria de Pesquisa e Inovação esteve sempre também ao nosso lado, especialmente por meio do apoio da Editora do IFB. Nossos agradecimentos aos/às coordenadores/as das 31 Seções Temáticas. Nossos agradecimentos aos/às cerca de 350 comunicadores/as que dão forma a essas 31 Seções Temáticas com suas apresentações. Nossos agradecimentos aos/às vários/as oficinairos/as que nos presentearão com suas oficinas durante o evento, trazendo-nos uma pouco mais de vida. Vida com que nos brindam também os/às artistas presentes: cineastas, dançarinos/as, musicistas, pintores/as, que certamente nos emocionarão e tornarão ainda mais bonitos esses dias em que estaremos todxs juntxs na área do humano, lembrando-nos de que outros mundos são possíveis, mesmo que essa possibilidade pareça ainda estar distante.

PROGRAMAÇÃO COMPLETA

Espaços V SERNEGRA: Decolonialidade e Antirracismo	
Instituto Federal de Brasília (CBRA)	L2 Norte, SGAN 610, módulos D, E, F e G (Asa Norte), Brasília-DF
Cine Brasília	EQS 106/107 (Asa Sul), Brasília-DF
Funarte	Eixo Monumental, Setor Divulgação Cultural - Brasília, DF

Hora	DOMINGO, 20 DE NOVEMBRO	Local
TARDE		
16:00	Cerimônia de Abertura	Cine Brasília
16:30	Exibição dos filmes: <i>Mulheres Negras: projeto de mundo</i> (Day Rodrigues) <i>Das raízes às pontas</i> (Flora Egécia)	Cine Brasília
17:30	Debate com diretoras Day Rodrigues & Flora Egécia Mediação: Juliana Cesar Nunes	Cine Brasília
NOITE		
20:00	Show: Novidades Ancestrais no Sernegra - Thabata Lorena (com participação de Kika Ribeiro)	Teatro Plínio Marcos (Funarte)

Hora	SEGUNDA-FEIRA, 21 DE NOVEMBRO	Local
MANHÃ		
8:00 - 9:30	Credenciamento	CBRA – Pátio do Bloco A
9:30 - 12:00	Mesa de Abertura: Decolonialidade e Antirracismo Joaze Bernardino Costa e Patricia Hill Collins Mediação: Ana Claudia Pereira Jaquetto	CBRA – Bloco C Auditório
12:00	Almoço	Livre
TARDE		
14:00 - 18:30	Seções Temáticas: ST02, ST03, ST09, ST11, ST12, ST14, ST15A, ST15B, ST16, ST23, ST25, ST29 e ST30 Conferir comunicações orais de cada ST nas páginas finais deste Caderno de Resumos	CBRA – Salas de aula
12:50 - 13:00	Conto que se conta com o corpo	CBRA - pátio do Bloco A
13:00	<i>Comunalidad creativa</i> : pintura coletiva de mural com Adolfo Albán Achinte e artistas locais	CBRA - vão dos Blocos A e D
14:00 - 18:00	Arte Negra utilizando a arte tecnológica (Parte 1)	CBRA – Laboratório de Informática
14:00 - 16:00	Capoeira Angola - Mandinga, Ancestralidade e Resistência da Cultura Afro-brasileira	CBRA – Bloco C Sala de dança
14:00 - 18:00	Expressão corporal e escrita criativa: duas artes que se unem evocando uma ancestralidade negra	CBRA – Bloco C Sala de dança
14:00 - 18:00	A Mitologia Yorubá na sala de aula	CBRA – Sala de aula
15:30 - 16:30	Atividade para as crianças “Espaco dos Ibejis”	Espaco Sernegrinha
NOITE		
19:00 - 19:30	Canção da Saga	A confirmar

De 21/11 a 23/11 - exposição de fotos: "tecendo um fio da memória" - hall do Bloco C - CBRA
De 21/11 a 23/11 – Espaços Sernegrinha e Ibejis – hall do Bloco B - CBRA

Hora	TERÇA-FEIRA, 22 DE NOVEMBRO	Local
MANHÃ		
8:00 - 9:30	Credenciamento	CBRA – Pátio do Bloco A
9:30 - 12:00	Mesa redonda: A arte desde uma perspectiva decolonial. Adolfo Albán Achinte e Nelson Inocêncio. Mediação: Larissa Ferreira Regis Barbosa	CBRA – Bloco C Auditório
12:00	Almoço	Livre
TARDE		
14:00 - 18:30	Seções Temáticas: ST03, ST06, ST11, ST12, ST13, ST14, ST15A, ST15B, ST16, ST17, ST19, ST25, ST27 e ST29 Conferir comunicações orais de cada ST nas páginas finais deste Caderno de Resumos	CBRA – Salas de aula
14:00 - 16:00	Mulheres negras: em todo espaço, sempre visibilizar	CBRA – Sala de aula
14:00 - 15:30	Documentário: Tambores d'África, toque de vida, toque de fé	CBRA - Mini auditório
14:00 - 18:00	Arte Negra utilizando a arte tecnológica (parte 2)	CBRA – Laboratório de Informática
14:00 - 18:00	Bantu que te conto	CBRA – Sala de aula
16:30 - 18:00	Peça Teatral Anjo Negro	CBRA – Bloco C Auditório
NOITE		
19:00 - 19:40	África de Onde Viemos	A confirmar

De 21/11 a 23/11 - exposição de fotos: "tecendo um fio da memória" - hall do Bloco C - CBRA
De 21/11 a 23/11 – Espaços Sernegrinha e Ibejis – hall do Bloco B - CBRA

Hora	QUARTA-FEIRA, 23 DE NOVEMBRO	Local
MANHÃ		
9:00 - 12:30	Seções Temáticas: ST01, ST04, ST05, ST06, ST07, ST10, ST15A, ST15B, ST18, ST20, ST21, ST22, ST24, ST26, ST29, ST31 e ST32 Conferir comunicações orais de cada ST nas páginas finais deste Caderno de Resumos	CBRA – Salas de aula
12:25 - 12:35	Clarinha e a sereia do rio	CBRA – Pátio do Bloco A
12:35	Almoço de Confraternização	CBRA – Pátio do Bloco A
12:40 - 13:40	Música Negra Bahia	CBRA – Pátio do Bloco A
TARDE		
14:00 - 16:00	Seções Temáticas: ST04, ST05, ST06, ST10, ST21, ST24 e ST31 Conferir comunicações orais de cada ST nas páginas finais deste Caderno de Resumos	CBRA – Salas de aula
14:00 - 15:30	Lei n. 10.639, descolonização e prática antirracistas	CBRA – Sala de aula
14:00 - 15:30	A educação antirracista no contexto da história de mulheres negras: Abayomi entrelaçando resistências	CBRA – Sala de aula
14:00 - 16:00	Marcha de Mulheres Negras - o cenário a partir do RJ	CBRA – Bloco A Miniauditório
16:00 - 18:30	Mesa de encerramento Diálogos Formativos: Por uma pedagogia decolonial Vera Maria F. Candau e Wanderson Flor do Nascimento Mediação: Adilson César de Araújo	CBRA – Bloco C Auditório
NOITE		
20:00 - 21:30	Samba da mulher bonita com Kika Ribeiro	Bar Arte e Comida (410N)

De 21/11 a 23/11 - exposição de fotos: "tecendo um fio da memória" - hall do Bloco C - CBRA

De 21/11 a 23/11 – Espaços Sernegrinha e Ibejis – hall do Bloco B - CBRA

SEÇÕES TEMÁTICAS

ST01-KILANDUKILU: (RE)CONHECIMENTOS EM ARTE & EDUCAÇÃO

Coordenação:

Tatiana Henrique Silva

Kilandukilu é uma palavra do quimbundo que significa diversão; divertir, entreter. Entre as tradições afro-brasileiras e ameríndias não se separam do ato de conhecer e se reconhecer dentro do grupo social. A cultura ocidental brasileira elege prioritariamente a escola como o espaço do conhecimento. No entanto, que tipo de construção é elencado ali, principalmente quando se pensa sobre diversidade cultural e étnica, e no reconhecimento do modo de pensar e construir o mundo para as culturas africanas, afro-brasileiras e dos povos originários brasileiros? Indo ao encontro das leis n. 10.639/03 e 11.645/08, as equipes escolares e grupos artísticos trazem à baila importantes e necessários diálogos e ações para os campos da Cultura e da Educação. Apesar de muitas mudanças já acontecidas desde a criação dessas leis e a persistência de ações de diversos atores sociais para sua real implementação nas escolas, não podemos ignorar que nos livros didáticos – reforçados pela mídia – há uma insistência no sublinhamento da escravidão brasileira como único marco histórico e de memória da população negra no Brasil – percebem-se falas, mas poucos fazeres, e quando há esses fazeres, esses acabam reiterando aquele discurso. Através das Artes – considerando aqui artes cênicas, música, dança, artes visuais, cinema e outras linguagens – e de seus realizadores, percebe-se a possibilidade de desconstrução desse olhar eurocêntrico (base estrutural do sistema escolar, e que acaba por infiltrar outros espaços educativos, como em museus e centros culturais) e a construção de propostas para a diversidade étnica e estética afrodescendente e dos povos originários, incluindo, destacando e/ou colocando como centro irradiador o pensamento não fragmentado e transdisciplinar das culturas ancestrais de tradição oral. Sendo a arte o lugar e o espaço do fazer, e defendendo-se esse ser um caminho possível para a sincera realização dos pressupostos pelas leis acima citadas, trazendo para dentro da escola e dos espaços que atuam em arte-educação, os conhecimentos tradicionais dialogantes e que se encontram presentes e presentificados, esta Seção Temática acolhe propostas de trabalhos, discussões e experiências teórico-práticas realizados para crianças e adolescentes dentro e fora de escolas, projetos socioeducativos, espaços de arte-educação em museus e centros culturais e demais espaços de construção de conhecimento que tenham como cerne o reconhecimento do serameríndix e sernegrx em nossa sociedade.

Os instrumentos musicais em uma casa de Tambor de Mina: possibilidades para aplicação da Lei n. 10.639/2003 em sala de aula

Katiana Dias de Oliveira (Faculdade Ipiranga)

O artigo apresenta reflexões oriundas da atividade desenvolvida em campo cujo objetivo foi a pesquisa sobre a presença dos instrumentos musicais dentro da “Casa de Mina Jêje Nagô de Abê Manjá e Toy Gbadé”, localizada em Marituba – Pará. Por conseguinte, entrelaçamos os instrumentos, a Lei n. 10.639/2003, a religiosidade do Tambor de Mina e o ensino de História, tendo como problemática o entendimento sobre instrumentos utilizados presentes nos rituais de Tambor de Mina como suporte informativo para ampliar o conhecimento sobre as ancestralidades africanas. Pretende-se desmistificar a relação dos objetos musicais presentes nas religiões de matrizes africanas, assim como estimular debate no ensino de História sobre cultura afro-brasileira e desenvolver nos alunos um “olhar crítico” sobre as práticas culturais dessas manifestações religiosas, que durante muito tempo foram empurradas somente para as periferias das cidades. Adota-se uma perspectiva histórica para compreensão das mudanças e permanências do uso dos instrumentos de percussão nos rituais tanto na África quanto no Brasil. O método de suma relevância para realização da pesquisa foi o etnográfico, entrevistas e bibliografias. Contudo, evidencia-se que, mesmo havendo preconceitos, equívocos e estereótipos sobre os instrumentos presentes nos rituais de religiões de matrizes africanas, é possível realizar trabalhos educacionais e sociais que envolvam crianças, jovens e adultos, através de projetos educativos realizados nas escolas pesquisadas.

Sopapinho Poético: fortalecendo crianças negras através da arte poética

Silvia Regina Ramão (Associação Negra de Cultura)

O objetivo desta comunicação é relatar a experiência de mais de três anos de um projeto de integração e empoderamento de crianças negras que acompanham suas famílias no Espaço Cultural Sopapo Poético (Sarau de Música e Poesia Negra que ocorre mensalmente em Porto Alegre/RS). Criou-se um espaço de cuidado e recreação chamado de “Sopapinho Poético”. Nesse espaço utiliza-se a arte plástica, a “contação” de histórias, o teatro, a música e a poesia, para fortalecer a autoestima de crianças negras. Buscamos seu empoderamento, a partir de um espaço onde as crianças são protagonistas e artistas, onde aprendem sobre nossa história como comunidade negra em Porto Alegre, onde escutam histórias com personagens negros e se aprende sobre nossos líderes e poetas, enfim, um espaço lúdico onde a criança pode ser feliz por sentir-se bonita e especial, onde pode identificar-se com outros negros e negras, experimentar um momento sem a pressão do racismo. Ao término elas apresentam aos adultos suas produções. A partir do exercício da escuta e leitura de histórias e rimas, as crianças são estimuladas a expressar seu pensamento através da poesia e da arte plástica. Este trabalho resultou no empoderamento das crianças que se sentem mais fortes para o enfrentamento do racismo que ocorre especialmente na escola, aprendendo a gostar de si, de seus cabelos, de sua estética. E alguns, já alfabetizados, estão começando a fazer pequenos poemas sobre sua vida. O trabalho é realizado por educadoras voluntárias, com formação em Pedagogia e Psicologia.

O voo do pássaro negro: uma proposta antirracista com in(ter)venções artísticas

Jackson Douglas Leal Silva (UFG)

O processo de constituição da imagem do negro na cultura brasileira se deu por um sistema hierárquico, de exploração e de opressão, impondo ao negro uma posição desfavorável na sociedade (FERNANDES, 1965, p.5). Embora essa forma de tratamento tenha mudado ao longo dos tempos e/ou apenas tomado outras formas, é notório ainda existir racismos nas diferentes esferas sociais, entre elas nos espaços de ensino que formam crianças e adolescentes – uma das características e herança da escravidão (CANEIRO, 2011, p.16). Esta proposta de comunicação oral tem como foco refletir de maneira dialógica e dialeticamente sobre os mais diversos racismos com a negritude/negros no contexto da educação básica e uma possível ação de desvelamento antirracista por meio de in(ter)venções artísticas. A presente comunicação é resultado de uma pesquisa desenvolvida por mim no ano de 2013 – orientado pela Dra. Natássia Gacia – na Escola de Circo Laheto, Goiânia/GO. Importantes temas foram suscitados durante os dias de atividades com as crianças e adolescentes, tais como as resistências negras, o racismo latente e o (re)conhecimento da identidade negro-africana e afro-brasileira. Pôde-se perceber que todas as crianças carregavam consigo uma história bastante particular, e muitas vezes de dor, sofrimento e desrespeito a sua condição de infante. Sendo assim, percebeu-se que seria muito importante ter um olhar diferenciado para cada um dos alunos, ao mesmo tempo em que se devia estabelecer uma didática comum ao grupo. Também foi proposto a reflexão crítica e dialógica sobre os mitos africanos e a questão da teatralidade na mediação e na in(ter)venção cênica, colaborando para a implementação da Lei n. 10.639/03, que declara a obrigatoriedade do ensino de história da África e afro-brasileira nas escolas. Agora, busco pensar intercâmbios para difundir as práticas pedagógicas desenvolvidas, a fim de serem aplicadas em outros contextos e realidades, pois é de suma importância pensar práticas de combate ao racismo para que efetivamente os negros consigam viver igualmente em seus direitos, possa-se articular elementos, discussões, reflexões e militâncias que desarraiguem ou possibilitem a erradicação das desigualdades raciais nas escolas e na sociedade. Apesar de que, com o alcance dessas medidas, as raízes dos problemas enfrentados pelos negros não serão “arrancadas” plenamente, mas a probabilidade de se extirpar as consequências mais nocivas do racismo e das desigualdades raciais serão maiores.

A circularidade das danças de matriz africana em uma escola pública do DF

Alberto Roberto Costa (SEDF)

Este artigo visa refletir sobre as formas diversas de se pensar educação além da escolarização. Para tanto, propõe discutir a circularidade presente nas manifestações afro-brasileiras como princípio educativo a partir da produção de identidades que geram os sentimentos de pertencimento ao grupo na interação com a alteridade, na individualidade que se articula na coletividade, na igualdade entre as inteligências, entre os saberes e as experiências e na valorização da singularidade do saber.

Nessa perspectiva, a circularidade rompe com os mecanismos de escolarização que enquadram os sujeitos em estruturas de tempo e de espaço dos enfileiramentos escolares. Os processos de produção de saberes são analisados a partir do método trajetivo, sobretudo com a descrição de experiências estéticas vivenciadas nas rodas de danças de matriz africana realizadas em uma escola pública do Distrito Federal. As manifestações cênicas propostas nessa prática escolar são analisadas a partir do olhar dos pressupostos da Etnocologia, que, por sua vez, possibilitam o rompimento com o eurocentrismo presente nos currículos e na produção do conhecimento nas pesquisas em Artes Cênicas.

Políticas de reparações: a valorização do patrimônio africano e afro-brasileiro nas práticas educativas.

Sarah Figueira Ramos (UnB)

Quando ponderamos a respeito das práticas educativas formais no Brasil, abordamos diretamente as principais questões referentes à formação do indivíduo como cidadão, refletindo sobre as condições em que os sujeitos são inseridos na sociedade. Dessa forma, é possível afirmar que as práticas de ensino formais são formadoras de relevante parcela das perspectivas sociais dos indivíduos que compõem uma ideia de nação, sendo, desse modo, falsa devoção negar que a educação formal tem grande responsabilidade em relação aos comportamentos dos cidadãos em meio à sociedade e frente a ela. A construção de uma sociedade mais igualitária e democrática começa a partir das práticas educativas, ensinando o respeito e a valorização da pluralidade do ser humano. No entanto, mesmo após 128 anos da abolição da escravidão no Brasil, os direitos dos cidadãos negros continuam sendo negligenciados e sua identidade silenciada e, dessa forma, faz-se necessário o reconhecimento e a desconstrução dos preconceitos nas práticas educativas de tal modo que seja possível construir uma sociedade mais justa, igualitária e democrática. Diante de tais pressupostos, o patrimônio cultural é uma importante ferramenta de educação e, conseqüentemente, de transformação social. A valorização do patrimônio africano e afro-brasileiro, através das práticas educativas, torna-se uma importante ferramenta para a conscientização do antigo e a construção do novo, uma vez que a representação é um importante mecanismo de mudança social.

ST02 - ARTE E AS MULTIMÍDIAS DA EXPRESSÃO NEGRA: A FALA CONTINUA

Coordenação:

Douglas Rodrigues de Sousa (UnB)

Ludmila Portela Gondim (UnB)

Pode o subalterno falar?, pergunta Gayatri Spivak. Tanto pode como já o faz das mais diversas maneiras. Nos últimos anos os povos negros e da diáspora têm protagonizado, nos muitos cenários e discursos sociais, papéis relevantes. E, com isso, têm expressado suas artes, resistindo, quebrando o establishment e preconceitos firmados, firmando novas e antigas vozes de lutas. Esse protagonismo social/discursivo ocorre por meio dos mais variados suportes de gêneros artísticos. Em tempos de infinitas interconexões midiáticas, novas trincheiras de luta e debates se apresentam. Por meio da literatura em prosa ou poesia, canções populares, HQs, cinema, documentários, performances e outros sistemas semióticos, a estética negra se expressa e acompanha essas mudanças artísticas e midiáticas. Esta Seção Temática tem por objetivo discutir esses novos e antigos protagonismos sociais de informação, veiculação e divulgação na contemporaneidade das estéticas negra, do campo artístico negro brasileiro e de outros países. Pretende-se discutir temas como racismo, sujeitos da diáspora, migrações sociais, des-colonização nessas artes e como são tratados por seus intérpretes, autores (as) e produtores (as). Propomos aqui um navio negreiro de cultura: da arte popular – escrita, grafada, oral, audiovisual, cantada ou representada, das influências herdadas dos nossos antepassados de África, da voz da mulher e do homem negro desde os navios negreiros – dos portões da diáspora aos grafites de rua, às telas de cinema, às páginas dos romances, aos palcos de teatro e dos bailes do morro. A ressignificação de temas vivos, caros e presentes na arte negra como um todo. Tudo isso pautado no debate da arte, literatura e sociedade em seus variados meios.

(Des)construindo olhares fotográficos periféricos

Gabrielle Nascimento Batista (UFRJ)

O presente estudo tem como objetivo analisar a obra *Rocinha* (2005), do fotógrafo André Cypriano e o ensaio *Crianças da Rocinha* (2015), da fotógrafa Iris Della Roca, refletindo sobre a relação entre os fotógrafos e os fotografados, as negociações estabelecidas nas imagens capturadas, as falas silenciadas e as narrativas inventadas. Serão considerados também os reflexos dessas imagens na construção das identidades dos moradores da favela da Rocinha, na cidade do Rio de Janeiro. Ao mesmo tempo, esse trabalho se propõe a discutir como esse imaginário construído fotograficamente colabora para a acentuação da discriminação racial e social, principalmente tratando-se da atuação violenta da polícia na localidade. A imagem enquanto representação do real estabelece identidade, distribui papéis e posições sociais, exprime e impõe crenças comuns. Assim, quando a polícia entra na favela, na maioria das vezes já tem um olhar estereotipado em decorrência desse imaginário construído sobre os negros e miscigenados. É frequente o assassinato de moradores inocentes por conta desse imaginário racista, sexista e classista construído sobre a favela. Por fim, será apresentado as novas narrativas que estão sendo construídas pelos próprios moradores da favela da Rocinha e a utilização das redes sociais como forma de evidenciar o protagonismo dos sujeitos “marginalizados”, abrindo mão do lugar de objeto de estudo por sujeitos produtores de conhecimento.

Dreadlocks de ontem e de hoje: link Jamaica Etiópia

Maristane de Sousa Rosa Sauimbo (UEMA)

O “dreadlock rastafari” é uma linguagem estética, simbólica, através da qual são socialmente negociados pensamentos, valores, ações e estratégias de identidade individual e coletiva. Neste estudo analisaremos as nuances discursivas que integram a composição do cabelo no rastarianismo, donde partiram insurreições contra o colonialismo inglês na Jamaica, despontando nesse cenário os ideais panafricanistas, avesso ao caráter “civilizatório” da Europa e pela contestação ideológica da inferioridade da população negra, quer fosse nas Américas, Caribe ou na África. Nos anos 50, os lemas do panafricanismo estavam no auge, bem como o da negritude de Césaire e Senghor, e foram combustível necessário para alimentar negros e pobres da Jamaica na formação do movimento político-social nomeado rastafarianismo. Partimos da hipótese de que o movimento se apropriou politicamente de técnicas estéticas iniciáticas da África Oriental, povos de categorias sociais bem distanciadas, mas de experiência particular nos cuidados com os cabelos, alavancando o dreadlock como orgulho negro contemporâneo.

Teatro de Revista: a questão do negro e da indústria cultural

Ingrid Constantino de Souza (UFRRJ)

A presente pesquisa busca analisar os artistas e os personagens negros na terceira frase do Teatro de Revista (1930 até meados de 1950), na cidade do Rio de Janeiro. A partir de seus personagens-tipo, procuramos explorar a figura da mulata e do

malandro no teatro revisteiro e na sociedade brasileira, sobretudo no que se refere à questão da raça. O governo Vargas implantou a política de “nacionalização” e “integração”, para a sua consolidação, carregava em si fortes mecanismos ideológicos. É nesse contexto que a refletimos sobre o lugar do negro, do artista e ao analisar a documentação, o lugar também, das personagens negras no Teatro de Revista. Outra questão abordada nesta pesquisa é a relação do Teatro de Revista com a Cultura de Massas. Utilizamos o conceito de Cultura de Massas, por ser uma produção cultural com fins lucrativo e que se relaciona com outras culturas como a popular, a religiosa, a nacional etc. Se a Revista em seu início, na primeira e segunda fase, respectivamente o final do século XIX até a primeira metade do século XX, tinha como mister a crítica dos acontecimentos que ocorreram no ano anterior, a partir de 1940 se mantém relacionada com a atualidade, trazendo questões políticas, econômicas e sociais, mas também busca essencialmente a distração e o divertimento, a partir de grandes produções, projeções cinematográficas, mudanças grandiosas de cenários.

“Antônio”: um relato de negritude e/na experiência de composição coreográfica em dança

André Luiz de Sousa (UFMG)

“Antônio”: um relato de negritude e/na experiência de composição coreográfica em dança” é um ensaio que se dedica a registrar vivências pessoais-artísticas a partir da tomada de consciência da negritude e/na experiência de composição coreográfica de solo de dança intitulado “Antônio”, sendo esse, vivenciado dentro do contexto do curso de Licenciatura em Dança (EBA-UFMG), mais especificamente, na “Prática de Dança VIII”. O teor temático da criação estabelece o panorama da negritude brasileira, refletindo sobre o branqueamento e branquitude, que são, ainda hoje, fatos marcantes do racismo instituído no Brasil. Percebe-se um silenciamento, uma violência e uma negligência em relação a atos racistas, e isto é demarcado pelas discriminações que acontecem frequentemente que, por muitas vezes, nem são intituladas como tal. Assim, esses não são um fato que permeiam somente as “ignorâncias” dos brancos em relação ao assunto, mas também de negros e negras que ainda não têm consciência das opressões e discriminações raciais que vivem, pois não têm ciência e domínio do assunto e contexto histórico do racismo no Brasil. Por fim, elege-se Jorge Larrosa Bondia, com suas contribuições acerca da definição de experiência, que para mim são caras, pois contribuem para a organização e uma possibilidade de reflexão em relação ao tema do empoderamento negro, que está tão em voga na atualidade. Nesse sentido, demarco a potencialidade das criações artísticas para discursão, conscientização, denúncia e reflexão de diversos assuntos, em específico o racismo e a negritude. Portanto, pretende-se contribuir de forma bilateral, a primeira em relação a esse racismo mascarado que permeia a nossa sociedade e a segunda na apresentação de uma experiência em processo de criação de dança. E ainda, é possível refletir sobre a demanda atual de trabalhos que abordam a negritude em nossa sociedade, dando voz, visibilidade e protagonismo para os milhares de artistas negros e negras que têm urgências em falar de suas questões a partir do afrocentrismo e da diáspora africana.

Safi Faye – cinema e autorrepresentação

Evelyn dos Santos Sacramento (UFBA)

Safi Faye é considerada a primeira cineasta africana a produzir cinema comercialmente em território africano. Nesse sentido, concentramos-nos em suas três obras, *La Passante* (1972), *Lettre Paysanne* (1975) e *Fad'jal* (1979), filmes que fazem um percurso afetivo que traz não só sua vida pessoal de migrante africana na Europa, como também, sua produção acadêmica, e como esses aspectos estão inseridos em seu percurso artístico. Entendendo que a obra artística não está deslocada do mundo, ela sofre e está envolvida no mundo externo, a presente proposta se concentra em como os caminhos trilhados por Safi Faye, seja migrante africana deslumbrada com Paris, acadêmica de ciências sociais estudando com africanistas, ou doutora em antropologia que pesquisa sobre a religião de sua própria aldeia, foram determinantes para sua obra e possibilitam uma reflexão sobre a condição de fala do sujeito subalterno, que adquire poder de voz ao se apropriar do cinema para escrever e dar voz as suas histórias, questionando o que foi necessário e o que possibilitou a saída do lugar de objeto para o lugar de sujeito de discurso, investigando os diferentes espaços de fala da cineasta, e como essas perspectivas estão inscritas em seus filmes trazendo as subjetividades que o próprio espaço de fala permite.

Adornos e orixás: o design como mediador entre os símbolos e plasticidade

Arlindo da Silva Cardoso (UFAL)

Anderson Diego da Silva Almeida (UFRGS)

Os trajes e os adornos dos orixás possuem significados intrínsecos além do senso comum, que com um olhar apurado sobre sua composição, será percebido uma vestimenta que traz afirmação multiétnica e possível de uma leitura técnica e simbólica do *design*. Segundo Raul Lody, “não se pode entender estudos de trajes em sociedades complexas que não apresentam a incidência de elementos plurais e de diferentes fontes culturais” (2001, p. 44). Este artigo, sob o escopo metodológico de um levantamento bibliográfico e imagético, tem o objetivo de discutir a plasticidade das roupas e dos adornos usados nos terreiros de candomblé, através da leitura do *design* com ênfase na confecção desses artefatos, sem perder o viés histórico da cultura afro-brasileira. A problemática aponta para a quase inexistente abordagem da cultura afro-brasileira dentro dos estudos vinculados ao *design* em suas variadas vertentes. Portanto, a narrativa construída está imbricada nos aspectos estéticos, como signos, decodificando-os dentro do processo projetual do *design*. Para sustentar a argumentação desenvolvida neste estudo, parte da metodologia foi entrevistar artesãos e santeiros que trabalham produzindo trajes e adornos na cidade de Maceió, capital do Estado de Alagoas. As Indumentárias não são uma forma de linguagem, mas comunicam mensagens através de representações e elementos compositivos porque estão contextualizados numa cultura, crença ou mito (SVENDSEN, 2010). Esses elementos da composição podem guiar, como um caminho a seguir, para uma leitura dos trajes em relação a sua contextualização

histórica e mitológica. A estética dos trajes foi e é de fundamental importância para a religião, seguindo uma estrutura conceitual que fornece elementos de vital relevância para o entendimento da representação e importância do traje ritual.

Literatura: a voz da experiência da escritora negra

Maria Cristina Maciel Marques (SEEDF)

Acredita-se que fazer emergir as experiências das mulheres negras por meio da literatura contribui para eliminar o racismo presente nas relações sociais, racismo que é reforçado pela estética do branqueamento veiculada pela mídia e que é fortalecido pela exclusão dessa literatura do cânone literário. Nesse caso, torna-se fundamental refletir sobre a importância da “literatura negra” como uma marca de pertencimento étnico, dando voz a um grupo silenciado e marginalizado historicamente. Reivindicar uma literatura negra com o recorte de gênero é desconstruir o mito de inferiorização, é reivindicar a alteridade não como uma apartação, mas sim como uma valorização da marca de pertencimento étnico. Por isso, a publicação e a análise de obras de escritores negros é uma necessidade política de desconstruir “verdades” cristalizadas pela misoginia e pelo racismo. A pluralização das vozes no espaço literário pode tirar a literatura da servidão a um pensamento hegemônico de uma sociedade dominadora. Escrever e publicar é afirmar um espaço, ecoando a voz e marcando a existência.

ST03 - TRADUÇÃO E DIÁSPORA NEGRA: ENTRE DECOLONIALISMO E ANTIRRACISMO

Coordenação:

Dennys Silva-Reis (UnB)

Cibele de Guadalupe Sousa Araújo (IFG)

Segundo a Teoria Decolonial, a Modernidade está intrinsecamente ligada à Colonialidade e a suas formas de dominação e opressão, notadamente a racial e a de gênero, que avassalaram, sob a desculpa do impulso/princípio civilizatório, povos nas Américas, África e Ásia. Catherine Walsh (2009) esclarece que a Teoria Decolonial se investe não do objetivo de demarcar a transição do período colonial ao seu sucessor ou de reverter o colonial, mas de gestar e incitar a postura, a atitude e a luta contínua, marcadas pela resistência, insurgência e mobilização, para a identificação e visibilidade de ‘lugares’ de exterioridade e construções alternativas na América Latina. Somando a essa Teoria, nas reflexões antirracistas de inúmeros pensadores (dentre eles Amílcar Cabral, Franz Fanon, Jean Price-Mars, Paul Gilroy, Abdias Nascimento, Milton Santos) e nas repercussões dos inúmeros movimentos que deram voz ao ser negro nos diversos cantos do mundo (ao Renascimento Negro nos Estados Unidos, à Negritude na França e nas Antilhas de língua francesa, ao Indigenismo no Haiti, ao Negrismo nas Antilhas de língua espanhola e o Pan-africanismo na África Subsaariana, ao Quilombismo nas Américas), propagam-se a resistência, insurgência e mobilização contra a colonialidade do poder, do saber e do ser considerado superior aos das ex-colônias. Dentro das perspectivas decolonial e antirracista, o papel da tradução, afastada dos princípios de fidelidade e pressupostos de superioridade cultural balizados em sua vertente tradicional, quando figurou como importante instrumento na imposição do poder colonial, imbuída, com o *Cultural Turn*, dos debates políticos e ideológicos por trás da manipulação do texto traduzido, e, finalmente, eleita, com as colaborações dos estudos pós-coloniais, como local de negociação cultural, é de extrema relevância no que tange à solidariedade entre os povos que sofrem os mesmos preconceitos, à construção de discursos, à partilha de ideias antirracistas e também à difusão cultural a favor da identidade negra. Portanto, a presente Seção Temática visa abranger, dentre outros, os seguintes temas: a difusão de autores negros (literatos ou não), a tradução de literatura negra, a recepção de obras estrangeiras cujo discurso seja antirracista ou de identidade negra, obras de autores negros brasileiros no exterior, o mapeamento da diáspora negra em tradução e os tradutores negros.

Diálogos da poesia afro-americana de Langston Hughes e diáspora: uma tradução

Sidnei Sousa Costa (UnB)

A releitura do poema *The Weary Blues* (1926) permite trazer sua tradução na perspectiva de um texto da diáspora. Hughes é reconhecido como um dos precursores da autoafirmação literária da cultura negra (FALEIROS & Tomé, 2012). A obra desse autor é um cabedal de gêneros que não está restrito à literatura, expandindo o diálogo com outras artes: a música, o cinema e o teatro. Oswaldo de Camargo, Cuti, e Solano Trindade, autores negros brasileiros também destacam a influência que a leitura de Hughes tem na escrita de suas narrativas literária. Nos versos de *The Weary blues* nota-se elementos que recuperam histórias orais e cantigas de mulheres e homens negros. Ao passar a leitura desses versos evidencia-se a busca por um espaço comum para a afirmação e a identificação. Hughes inaugurou o que passou a ser chamado de *jazz poetry*, com versos livres e rimas irregulares que se observa no poema do autor, tornando-se a forma como o poeta criou o diálogo entre a *performance* musical e a literatura com o fundo histórico e cultural. A escrita do poema de Langston Hughes recriou complexidades e possibilitou imaginar a nação de alcance na qual mulheres e homens estariam longe da opressão, do racismo e do silenciamento. Recobre-se esta análise, portanto, dos apontamentos de Stuart Hall (2004) ao escrever sobre a diáspora e conceber o diálogo entre as artes e as referências unidas por uma rede de memórias.

Langston Hughes Reescrito por Solano Trindade

Pedro Tomé de Castro Oliveira (USP)

Nesta comunicação, analisaremos comparativamente o poema “Negro”, do poeta estadunidense Langston Hughes (1902-1967), e “Sou Negro”, do pernambucano Solano Trindade (1908-74), aferindo em que medida o último pode ser considerado uma reescritura – e por que não uma tradução? – do primeiro. Nossa análise se dará sob o enfoque do conceito de *Signifyin(g)*, como proposto pelo crítico literário estadunidense Henry Louis Gates Jr. (1988), e que, em linhas gerais, constitui um modo de expressão verbal com forte carga conotativa, exploração da materialidade vocabular e acentuada intertextualidade. Como expoente do movimento de autoafirmação da negritude conhecido como Renascença do Harlem, que se deu, sobretudo na década de 20 do século XX, Hughes foi um dos pioneiros na concretização poética de uma estética literária autenticamente negra. No Brasil, seu contemporâneo Trindade também promoveu uma poética negra, com forte engajamento político e influência direta de Hughes. Gates recorre, em sua explanação da prática verbal tipicamente negra do *Signifyin(g)*, ao mito do *signifying monkey*, um macaco insidioso com grande habilidade verbal que constituiria um “equivalente funcional” (1988, p. 52), no contexto da cultura afro-americana, para a figura de Esu-Elegbara na mitologia africana do Iorubá. A partir da estória do *signifying monkey* – e dos diferentes modos de contá-la – Gates (1988, p. 64) encontra um “princípio de repetição e diferença” e uma “prática da intertextualidade” cruciais para o *Signifyin(g)*, residindo aí a origem da “intertextualidade negra na tradição

literária formal afro-americana”. Veremos como as repetições e revisões efetuadas por Trindade para um poema de Hughes podem ser vistas como um exemplo de *Signifyin(g)*, e em que medida a própria noção de tradução, enquanto processo de reescritura, talvez se enquadre em tal conceito.

Outras vozes lésbicas negras no abebe de Oxum: traduzindo Dionne Brand

Tatiana Nascimento (Padêeditorial)

Dando continuidade à pesquisa realizada no doutorado, agora quero abordar questões de método e discurso quanto à tradução dos poemas de “hard against the soul” de Dionne Brand, do livro *No language is neutral*. Nesses dez poemas, a autora desenha lesbiandade e negritude a partir do mar – os poemas de Brand, cidadã canadense com origem em Trinidad e Tobago, parecem-me retratos específicos dos pontos em que dissidência sexual se encruzilha com diáspora. Isso se montou em minha cabeça dialogicamente à noção de ondalética (“tidaletics”) de Kamau Brathwaite, o que quero discutir também. Sigo, ainda, com a impressão de que sendo eu mesma uma lésbica negra de alguma forma me possibilita ocupar um “lugar de tradução” privilegiado, a partir dos meus lugares-políticos/lugares-de-fala, e essa relação possibilitou escolhas específicas para a tradução da coletânea, as quais quero apresentar e discutir inspirada na minha própria proposição sobre o abebe, espelho de Oxum, como inspiração e/ou reflexão das práticas tradutórias que tradutoras(es) negrxs na diáspora realizamos como um estar no mundo antirracista, antissexista, contra políticas históricas de silenciamento. Também quero aproximar esse trabalho de tradução à metáfora do Exu da tradução que esbocei na pesquisa inicialmente citada, e que posteriormente, nos poemas de Brand, pude verificar na tradução de termos específicos dos poemas de “hard against the soul”.

Questões de tradução suscitadas pelo papel revolucionário das mulheres negras personagens de um romance haitiano

Sidney Barbosa (UnB)

Num contexto de miséria e exploração do trabalho humano, num Haiti sob ocupação estadunidense, no início do século XX, Manuel, o protagonista do romance *Gouverneurs de la rosée* de Jacques Roumain, publicado em 1944, só consegue atingir o seu objetivo de vencer a superstição e o conformismo da população diante das situações naturais adversas (a seca), das injustiças sociais e políticas (a diáspora haitiana, os maus governantes e os invasores) com o auxílio efetivo das coletividades femininas. É assim que, ao final da narrativa, a água jorra do subsolo molhando a terra seca, evitando a fome e a desolação de toda a comunidade e simbolicamente anuncia o curto período político de prosperidade e de paz da República do Haiti (1930-1957), uma vez que a ditadura duvalerianista (1957-1986) ainda iria ser instalada no país. Na realização da tradução desse romance (em andamento) deparamo-nos com situações, com comportamentos dos personagens e com expressões que colocam problemas para serem vertidas do Francês (haitiano) para o Português (do Brasil). Assim é que o narrador assume atitudes machistas diante dos fatos narrados e convida o leitor (e o tradutor) a tomar partido nessas suas posições. Conceitos

tais como a pretensa superioridade masculina (inteligência, capacidade de tomar decisões, espírito empreendedor etc.), os direitos de precedência dos personagens homens perante os direitos das personagens femininas, a veiculação de conceitos e a valorização dos fatos emitidos ou realizados por personagens homens, além do papel social principal ser sempre, em quase todas as circunstâncias, definido pelo narrador como propriedade masculina. Diante da situação, o tradutor situa-se entre a adesão aos posicionamentos do narrador e o endosso desses posicionamentos (e assim faz o jogo ideológico do autor) ao transcrever tal qual ou, em nome de uma estética literária presente e evidente no texto a ser vertido, nega ou apaga esses aspectos (e desse modo desrespeita o texto que está traduzindo). Premido entre essas duas posições, optamos talvez pela pior solução: reproduzir a matéria narrada, mas atenuando suas consequências para não chocar nem leitores nem a poética do romance. Pior juiz do que o injusto, é o que imita Pôncio Pilatos, uma vez que, apesar de ver claro, não apresenta ânimo para realizar a tarefa que lhe cumpre executar.

Da Negritude Cesariana à Antilhanidade Glissantiana: questões de tradução

Dyhorrani da Silva Beira (UnB)

Este trabalho tem por finalidade discutir, dentro de um breve panorama, os conceitos de negritude de Aimé Césaire, corrente que procura proclamar as origens africanas, seus valores, rejeitar a exploração de uma raça pela outra, a imposição cultural, na qual propõe o combate antirracista, anticolonialista e anti-imperialista; e o conceito de Antilhanidade de Edouard Glissant que busca, dentro da história das Antilhas francesas, abalar a ideia da negritude como volta à África. Figueiredo (1998) afirma que Glissant torna-se crítico da negritude por perceber que esse movimento se afastava da realidade para se dirigir a outro lugar, a África, não focalizava de maneira direta as Antilhas, mesmo que as ideias fossem desenvolvidas naquele lugar por Aimé Césaire. Esse processo busca o reconhecimento e luta da identidade negra antilhana. Apresentaremos, dessa forma, as diferenças entre os dois conceitos e seus embates ideológicos, necessários dentro de um processo de reconhecimento do 'eu' composto por vários aspectos identitários, negando, de certa forma, o universalismo que a negritude pregava. Assim, procuramos traçar um paralelo entre o processo que vai desde a negritude cesariana nas Antilhas francesas até o desenvolvimento da ideia de antilhanidade e como esses conceitos foram traduzidos e introduzidos no imaginário brasileiro a partir da visão Glissantina de tradução como identidades em devir. A tradução, nessa perspectiva, está longe de ser um exercício simples de transposição de sistemas linguísticos, ela busca ir além das barreiras escritas para traduzir o imaginário da cultura do outro.

Literatura Nigeriana no Brasil: algumas considerações acerca da tradução da obra de Chimamanda Ngozi Adichie ao português brasileiro

Cibele de Guadalupe Sousa Araújo (IFG)

Apresentamos, nesta comunicação, algumas considerações acerca da tradução de literaturas africanas de língua inglesa ao português brasileiro, focalizando obras traduzidas da internacionalmente aclamada escritora nigeriana Chimamanda Ngozi Adichie. De início, remontaremos a características da literatura nigeriana, gestada no contexto do protetorado britânico, apoiando-nos, principalmente, nos escritos de Chinua Achebe (2012). Em seguida, ofereceremos uma breve contextualização biográfica e bibliográfica da escritora focalizada, cujas obras alcançaram difusão e reconhecimento mundial, sendo traduzidas para mais de trinta idiomas, tratando de temas como a guerra civil nigeriana, os desafios enfrentados por imigrantes nigerianos nos Estados Unidos e na Inglaterra, além de questões de política, de gênero, de classe e de religião. Entre as principais publicações de Adichie estão os romances *Purple Hibiscus* (2003), *Half of a Yellow Sun* (2006) e *Americanah* (2013), o livro de contos *The Thing Around Your Neck* (2009) e o ensaio, adaptado de seu célebre discurso, *We Should All Be Feminists* (2014). Há, além disso, uma peça teatral, *For the Love of Biafra* (1998), e uma coleção de poemas *Decisions* (1997), poemas e contos esparsos e diversos outros ensaios, publicados em jornais e periódicos. Ao português brasileiro, estão traduzidos *Hibisco Roxo* (2011), *Meio Sol Amarelo* (2008), *Americanah* (2014) e o ensaio *Sejamos Todos Feministas* (2015), todos publicados pela mesma editora, mas assinados por três diferentes tradutoras. Assim, encerraremos nossa comunicação apresentando o cotejo de alguns excertos dos textos originais e de suas respectivas traduções ao português brasileiro, com vistas a identificar e comentar as principais estratégias tradutórias utilizadas e os efeitos delas decorrentes.

Literatura Afro-brasileira na França através da tradução: L'histoire de Poncia, de Conceição Evaristo, em foco

Marcela Iochem Valente (UERJ)

Em 2003, pela editora Mazza, a escritora afro-brasileira Conceição Evaristo, publicou o seu primeiro romance, *Ponciá Vicêncio*, que em 2007 foi traduzido para o inglês pela editora Host e em 2015 para o francês pela editora Anacaona. A obra de Conceição Evaristo, em especial o romance em questão no presente trabalho, vem ganhando cada vez mais visibilidade em território nacional e também no exterior, através de suas traduções anteriormente mencionadas, embora Evaristo não seja considerada uma escritora canônica da Literatura Brasileira. Além do romance foco de nossa investigação, Evaristo é autora de mais cinco livros: o romance *Becos da memória* (2006), três coletâneas de contos, *Insubmissas lágrimas de mulheres* (2011), *Olhos d'água* (2015) e *Histórias de leves enganos e parecenças* (2016), uma coletânea de poemas, *Poemas da recordação e outros movimentos* (2008), além de ter poemas e contos publicados na série Cadernos negros. Por tratar de questões afrofemininas no Brasil através de sua escrevivência (VALENTE; CARNEIRO, 2016), a escrita de Evaristo apresenta inúmeros elementos culturais e históricos que são de grande

importância para a compreensão de sua obra e para a difusão da cultura afro-brasileira, assim como da brasileira de um modo mais amplo. Em *Ponciá Vicêncio*, a riqueza de elementos como costumes, alimentos e bebidas, referências culturais, históricas e regionais, entre outros, tornam-se grandes desafios no que diz respeito à tradução. Assim, esta comunicação tem como objetivo abordar algumas questões relacionadas à tradução do romance de Conceição Evaristo para a língua francesa. Trataremos de algumas das soluções encontradas pelos tradutores Patrick Louis e Paula Anacaona para itens culturalmente marcados presentes no romance com base nas proposições teóricas de Javier Franco Aixelá (2013) e Lawrence Venuti (1995) e discutiremos alguns aspectos como a divisão de capítulos e a presença de paratextos na tradução, principalmente. O presente trabalho pretende contribuir para a visibilidade da Literatura Afro-brasileira, tanto em nosso país quanto em outros contextos onde ela tem chegado através da tradução.

*Literatura afro-brasileira em tradução: um olhar sobre The Color of
Tenderness, de Geni Guimarães*
Luciana de Mesquita Silva (CEFET/RJ)

Considerando-se que um dos maiores festivais literários do Brasil – a FLIP – recebeu inúmeras críticas pelo fato de sua edição 2016 não contar com autores negros, especialmente com relação a vozes femininas, este trabalho tem como objetivo contribuir para a visibilidade da literatura afro-brasileira não só no Brasil, como também no exterior. Para tanto, será proposta uma discussão sobre *A cor da ternura*, de Geni Guimarães, e sua tradução para a língua inglesa. Lançada em 1989, essa obra de cunho autobiográfico retrata os desafios enfrentados por Geni, uma menina pobre e negra, na busca da construção de sua própria identidade. Com o título *The Color of Tenderness*, sua tradução foi realizada por Niyi Afolabi e publicada em 2013 pela editora estadunidense Africa World Press. No estudo do texto traduzido em questão, serão considerados aspectos como os paratextos, incluindo capa, prefácio e quarta capa, algumas das escolhas tradutórias adotadas, principalmente no que diz respeito a marcas de oralidade, os perfis do tradutor e da editora envolvidos e resenhas sobre o livro. Tal abordagem terá como arcabouço teórico os Estudos Descritivos da Tradução, a partir dos pensamentos de Even-Zohar (1990), Toury (1995), Bassnett & Lefevere (1998), entre outros, e buscará promover reflexões sobre as posições de Geni Guimarães e *A cor da ternura* no polo de origem, em comparação com as possíveis posições da autora e de *The Color of Tenderness* no sistema de chegada.

*Traduzindo e Criando Memória Afetivo-cultural por Presentes e
Futuros Negros*
Jessica F. Oliveira de Jesus (UFSC)

A prática tradutória teve e ainda tem um papel imprescindível na construção e reprodução de diferenças coloniais, pois tende a operar sob pressupostos eurocêntricos universalizantes de fidelidade e neutralidade, que acabam por silenciar e neutralizar o Outro. Entretanto, com a emergência de perspectivas descoloniais,

a tradução pode ser vista como ferramenta potente para dismantelar as colonialidades do poder e do saber, na medida em que é praticada com respeito à e desde a diferença. Assim, perspectivas, sujeitos e práticas não-eurocêntricas incorporam-se à teoria e à prática da tradução, “possibilita[ndo-nos] pensar em novos futuros, além de dicotomias, nos quais o ‘limite inferior’ da diferença colonial não mais seria o lugar da vergonha e ignorância, mas do potencial epistêmico.” (MIGNOLO; SCHIWY 2002, p. 251). Permeada por este cenário, a comunicação discute a prática e o estatuto teórico-político da tradução através de uma perspectiva diaspórica negra, que não opera a partir de binarismos: original-reprodução, fiel/infiel, mas sim como Poética da Relação (GLISSANT), como prática subversiva (RAJAGOPALAN) e da diferença (DERRIDA), bem como vetor/produtor de um “diálogo intercultural que ainda está por vir.” (CARRASCOSA, 2016), no qual a palavra, o conhecimento outro e vozes subalternas tomam o campo de luta da linguagem/discurso, possibilitando a abertura do eu e a convivência com o outro, sem assimilá-lo. A partir de re-encontros entre poesia e tradução, proporcionados pela força e coerência do pensamento afrodiaspórico neste início de pesquisa, posso pensar junto à Carrascosa (2016) em uma metodologia transatlântica de tradução, na qual eu, negra brasileira e germanista, ao me propor a traduzir May Ayim, poeta e ativista negra alemã, me re-encontro com Audre Lorde, grande influência na obra de Ayim e no movimento Negro alemão. Logo, numa disciplina em 2016.1 me encontro com Glissant, poeta negro com origens no Caribe, com Lorde, e com sua Poética da Relação que tenho tomado como metáfora da minha prática tradutória. Além disso, as ressonâncias do trabalho teórico e poético de Tatiana Nascimento, tradutora de Audre Lorde, poeta e amiga, transbordam no meu trabalho. Assim, a comunicação se propõe a trilhar os retalhos do pensamento, poesia e tradução negras nesse rizoma que é a diáspora africana, traçando linhas teórico-políticas que formam a base da minha prática tradutória descolonial, transfeminista e antirracista.

*Traduzindo no Atlântico Negro: outros modos de entrar e sair da
Cidade da Bahia*

Denise Carrascosa (UFBA)

O objetivo desta comunicação é pensar o processo de tradução de textos literários afrodiaspóricos a partir da experiência do grupo de pesquisa soteropolitano contemporâneo Traduzindo no Atlântico Negro. Para experimentarmos nossas tarefas tradutórias nesse sentido, partimos do entendimento teórico segundo o qual a tradução pode ser compreendida como agência de sujeitos que, por força de sua intimidade com a dor e a potência subversiva que os regimes pós-coloniais e pós-escravistas engendram, movimentam um repertório de traços afrodiaspóricos e se deixam afetar amorosamente pelas vozes e textualidades de escritoras e escritores do Atlântico Negro. Seu exercício tradutório não configura apenas um trabalho instrumental comunicativo de ampliar a acessibilidade e o diálogo entre escrita e leitura nesse outro espaço-tempo imaginado; mas, suplementarmente, produz uma performatividade na linguagem capaz de deslocar, descentrar e rearticlar possibilidades de sentidos reversores das forças etnogenocidas. Seu trabalho tradutório configura-se como exercício de uma *performance* de si, a partir da qual emergem subjetividades transformadas e transformadoras, ciosas de uma

construção identitária ética em sua relação a si e sua abertura amorosa para a alteridade. Temos exercitado a prática tradutória de textos negros a partir de uma práxis que considera a tradução como processo performativo que envolve organicamente corpo, discurso e memória da/o tradutor/a e sua inscrição localizada no espaço histórico e geopolítico como ponto de partida para a projeção de diálogos com outras subjetividades interculturalmente inscritas em outros pontos da diáspora. Na interlocução com esta práxis, ativamos os conceitos de performatividade da linguagem, implicação do corpo, ética e afecção na tradução e tradução como agenciamento de comunidades afrodiáspóricas.

Enegrecendo a História da Tradução no Brasil: uma revisão do século XIX

Dennys Silva-Reis (UnB)

A ideologia do embranquecimento que perdurou com todo vigor até meados do século XX nas artes, nas mídias, no pensamento social, cultural e político do Brasil não se dissipou totalmente e ainda tem seus resquícios na contemporaneidade. Quanto à História, poucas são as narrativas que enobrecem a negritude e a identidade negra. Pode-se constatar isso com a recente História da Tradução brasileira, em que agentes da tradução negros, processos tradutórios e produtos da tradução são poucos mencionados, rememorados ou comprometidos com a questão da negritude. E quando referidos, a questão da identidade negra é totalmente oculta ou disfarçada. O presente trabalho visa nortear a escrita da narrativa histórica da tradução no Brasil no século XIX sob um novo prisma: a efetiva contribuição de negros na atividade tradutória. Para isso, deter-se-á em três questões: Quem são os tradutores negros? O que foi traduzido? E, se possível, como foi a recepção de tais traduções? Para além desses três questionamentos, defende-se que o embranquecimento da História da Tradução no Brasil se dá, acima de tudo, pela construção de uma imagem embranquecida do negro tradutor (como nos casos de Machado de Assis e Maria Firmina dos Reis) e da literatura negra traduzida (O caso da obra *Uncle Tom's Cabin/A cabana do Pai Tomás* (1852) de Harriet Beecher Stowe), bem como pelos discursos de invisibilidade do negro nas traduções e na literatura produzida no século XIX.

Políticas de tradução e escrita literária negra

Valeria Lima de Almeida (Universidade Estácio de Sá)

A Conferência Mundial contra o Racismo, Discriminação Racial, Xenofobia e Intolerância Correlata, realizada em Durban, no ano de 2001, aprovou diversas resoluções a serem efetivadas pelos Estados signatários, entre eles o Brasil, algumas das quais visando ao fomento à produção cultural de mulheres e das chamadas minorias étnicas. No caso do Brasil, embora a população negra não seja minoritária – trata-se de um grupo que perfaz 54% da população, ela enfrenta um legado de subalternização em diversas áreas ainda hoje. Tendo em vista o caráter da tradução como instrumento de mediação cultural e as iniciativas recentes de incentivo à tradução de obras da literatura brasileira como parte de uma política de afirmação

da cultura nacional no exterior, procuraremos analisar neste trabalho o lugar do negro e, em particular, da mulher negra, nas representações construídas da cultura e da sociedade brasileira a partir da produção tradutória recente de obras nacionais, sobretudo com as políticas recentes de incentivo mencionadas acima. De particular relevância para a discussão dessas representações é a incidência da escrita de autoras e autores negros como objeto de tradução, ou seja, em que grau a produção literária negra e, em especial, da mulher negra está presente nesse conjunto de obras traduzidas.

ST04 - FEMINISMOS NEGROS E ANTIRRACISMO

Coordenação:

Luciene de Oliveira Dias (UFG)

Ralyanara Moreira Freire (Unicamp)

A perspectiva dos feminismos negros nos apresenta a possibilidade de alcançar os diversos “pontos de vista” de forma pedagógica no sentido de criar verdadeiras “comunidades de aprendizagem” para a construção de nossa pauta antirracista, em um movimento que pode ser chamado de pedagogia decolonial. Considerando que o antirracismo empenha-se na denúncia e no combate, mas fundamentalmente preocupa-se com trajetórias afirmadas e prospectivas, fazemos a defesa de que a multiplicidade e a pluralidade são alcançadas a partir das especificidades. A proposta aqui defendida tem dois objetivos bem marcados, quais sejam o fortalecimento da pauta antirracista e a sistematização do protagonismo feminino e negro na proposição de pesquisas pluriépistêmicas, a partir de aprofundamentos nas produções sobre os feminismos negros. Interessam-nos nesta Seção Temática estudos propositivos sobre relações de gênero e étnico-raciais a partir da troca de saberes, a exemplo de lesbianidades negras, matriarcados de matriz negra, diásporas e memórias de fazeres e saberes de mulheres afrodescendentes em movimento, atuação de mulheres negras na educação, além das representações de mulheres negras na pesquisa e na comunicação social. Vale destacar que as propostas que nos interessam são especificamente as que estejam orientadas para o enfrentamento do racismo, do machismo e das fobias sociais. Com os trabalhos desta Seção Temática, acreditamos que, em um exercício metalinguístico, seja possível exercitar a tomada da palavra na busca pela equidade nas relações sociais.

Marcha das Mulheres Negras 2015: relato de uma experiência

Aline da Silva Sousa (UFT)

Tendo uma tradição escravocrata e colonialista, o Brasil continua enfrentando os infortúnios do racismo e o grande mito da democracia racial. É imperioso acentuar que, no Brasil, quando a escravidão foi extinta não houve nenhuma condição que permitisse à pessoa negra alcançar estabilidade social. Após a derrubada da ditadura escravocrata o negro nunca viveu uma condição de igualdade com os não-negros, e por ter esse histórico conturbado, há 126 anos os negros e negras guerreiam em condições de disparidade para sobreviver dignamente. Além da opressão racial, a opressão de classe e de gênero torna mais árdua a luta do povo negro para alcançar o seu devido lugar na sociedade. Feita essa consideração, menciona-se que a proposta de trabalho em questão tem como intuito analisar sinteticamente como uma acadêmica negra, cotista e de baixo poder aquisitivo avalia a experiência de ter participado da Marcha das Mulheres Negras 2015. Visando ainda subsidiar reflexões no que tange à importância da ação política desenvolvida pelas mulheres negras do Brasil, mulheres que carregam na própria aparência a marca da inferioridade social e que, para alcançar o mínimo de dignidade, precisam lutar diariamente contra o racismo, o machismo, a intolerância religiosa e tantas outras mazelas que assolam a sociedade. Considerando que a presença organizada de mulheres nas ruas de Brasília no dia 18 de novembro de 2015 exigiu um processo de organização longo e gradual, de mulheres e instituições de diversos lugares do Brasil, a presente avaliação também pontua o processo de articulação das guerreiras tocantinenses.

Nzinga Informativo: a imprensa feminista feita por negras e para negras

Viviane Gonçalves Freitas (UnB)

Na década de 1980, o coletivo de mulheres negras Nzinga, fundado por Lélia Gonzalez e outras ativistas negras, na periferia do Rio de Janeiro, pretendia discutir temáticas como o racismo e a discriminação sofrida por negros e negras, independentemente de classe social ou renda, a partir de referências do continente africano quanto à cultura, às manifestações religiosas ou à política do *apartheid*. O objetivo era valorizar o protagonismo da população negra, em especial das mulheres negras, público do Nzinga Informativo, periódico criado pelo coletivo, dois anos depois de sua fundação. Para o presente estudo, serão considerados apenas os quatro primeiros números da publicação, visto que não foi possível ter acesso a outras edições, tampouco se conseguiu a informação de quantos números foram distribuídos no total. O jornal não tinha periodicidade regular: os quatro primeiros números datam de junho/1985, julho/1985, fevereiro-março/1986 e julho-agosto/1988. As edições têm de seis a oito páginas, sendo que em nenhuma delas os textos são assinados, o que remete ao caráter coletivo da produção. O foco do trabalho ora proposto está em analisar esse espaço de fala em primeira pessoa das mulheres negras. Assim, buscamos identificar quais eram as temáticas presentes na agenda do jornal; se eram exclusivamente feministas ou se abordavam outros assuntos. Também é interessante questionar se a interseccionalidade de classe, raça e gênero perpassava a publicação, e como essa dinâmica se dava.

Ao falarem por si mesmas, compartilhando suas vivências múltiplas, essas mulheres alcançaram seu empoderamento por meio do discurso, por vezes, silenciado por outras mulheres e por homens? É importante considerar também que muito pouco se conhece sobre o Nzinga Informativo e quanto a esse coletivo de mulheres negras. Diferentemente de outros jornais feministas e de seus grupos editores, contemporâneos ao Nzinga Informativo, como o Brasil Mulher (1975-1980), o Nós Mulheres (1976-1978) e o Mulherio (1981-1988), há poucos registros acadêmicos que se atentam para esse importante momento da história do movimento negro e do movimento feminista negro no Brasil. O trabalho ora proposto também busca, de certa maneira, suprir, essa lacuna.

Violência sexual contra as mulheres negras: o corpo desinstitucionalizado

Bárbara Morgana Rodrigues Pinheiro (UnB)

Mariza Aparecida de Oliveira Souza (UnB)

O artigo é fruto de conhecimentos provenientes da disciplina Cultura, Poder e Relações Raciais. Inferimos que existe uma desigualdade latente na sociedade vigente relacionada ao gênero e para, além disso, inerente à questão étnico-racial. Dessa forma, as alunas Bárbara e Mariza realizaram um estudo qualitativo com o objetivo de compreender como a violência sexual ocorre na vida das mulheres negras no âmbito da sociedade patriarcal contemporânea. O artigo foi dividido em três tópicos: Contexto Histórico da violência no Brasil contra a mulher; Relação de Gênero e Patriarcado: a negação dos direitos às mulheres negras; e A violência sexual e mulheres negras: possíveis debates. Esse artigo é importante porque os dados transmitidos pela mídia sobre a violência sexual contra mulheres por si só são expressivos, alarmantes e preocupantes e precisam ser debatidos no meio acadêmico. A partir dos dados levantados, observa-se que as mulheres negras passam despercebidas, apesar de as mesmas serem as principais vítimas da violência sexual, ou seja, elas são invisibilizadas pelos aspectos das desigualdades de gênero, étnico-racial, social e econômico. Compreender a lógica da violência sexual contra as mulheres negras é essencial para criarmos novos mecanismos de proteção a essas mulheres, seja na prevenção contra a violência sexual, como para a efetivação e continuação de direitos jurídicos e de cuidados em saúde após o ato de violência sexual.

Ocupação feminista: reflexões e proposições antirracistas para a construção de novas “comunidades de aprendizagens”

Antonilde Rosa Pires (UFG)

Luciene de Oliveira Dias (UFG)

Embebecidas pelos estudos e debates sobre os processos de invisibilização das mulheres negras na militância feminista nos Estados Unidos e no Brasil, ativistas brasileiras vêm traçando diretrizes e estratégias para que seus corpos e vozes tenham

ressonância dentro do movimento. Há um anseio por um empoderamento que transgrida os discursos estéticos. Aspira-se um feminismo com as especificidades, essencializações e moldes. Essa busca se pauta na compreensão da interseccionalidade dos marcadores constituintes da condição humana da mulher negra. O processo sistemático de silenciamento e de práticas racistas para e com as mulheres negras é algo que se funde e se fortalece também no feminismo universalizante, devido ao modo diferenciado das formas de opressão. Nesse contexto, este trabalho tem como objetivos incitar reflexões, debates e diálogos sobre o feminismo hegemônico, ainda balizador do imaginário e práticas das militâncias brasileiras. Para além de problematizar, pretende-se tecer proposições de um feminismo interseccional e antirracista para que dessa maneira haja possibilidade de construção de novas “comunidades de aprendizagem”. O referencial práxis desta pesquisa é o evento de ocupação feminista da Reitoria da Universidade Federal de Goiás, que aconteceu no período de 15 a 27 de junho de 2016, da qual, pautas reivindicadas foram políticas e ações afirmativas de gênero e raça, combate ao assédio moral e sexual para a formação de uma universidade democrática, plural, horizontal, inclusiva e contra todas as formas de opressão e efetivação de políticas para uma educação libertária, apta a proporcionar o reconhecimento e garantir direitos, a individualidade e diversidade de mulheres, de pessoas negras, e de integrantes da comunidade LGBT para a promoção da segurança e da cidadania. Entendemos que esse explicita prenúncios das contradições de eventos decolonizantes cujo protagonismo ainda é o racismo, calcado no patriarcado e divisão de classe. Na análise, consideramos o protagonismo de mulheres negras e suas estratégias para garantir a representatividade negra, no combate ao racismo, para a criação da irmandade. Como resultados parciais, sugerimos que refletir sobre as opressões, o silenciamento e a invisibilidade da mulher negra na militância feminista exige de nós serenidade e articulações políticas.

Divisão sexual do trabalho: de que mulheres estamos falando?

Márcia Francisca de Oliveira Silva (UFMG)

O presente artigo tem como objetivo a problematização e proposição da necessidade de se ampliar as perspectivas propostas nos estudos sobre gênero e divisão sexual do trabalho no Brasil. O conceito de divisão sexual do trabalho pode ser considerado como um importante construto teórico elaborado no âmbito da pesquisa feminista nas ciências humanas e sociais. Contudo, quantidade relevante dessas pesquisas, ao abordar esse tema, desconsidera de forma ampla grupos de mulheres que também compõem a realidade brasileira, como as mulheres negras, as indígenas e as do campo. Tal assertiva pode ser demonstrada, por exemplo, na afirmação generalizada de que a entrada das mulheres no mercado de trabalho, e os desafios na conciliação entre o trabalho doméstico e o trabalho remunerado, intensificam-se a partir da década de 1970. Neste artigo, considera-se que tais afirmativas universalizantes, dado o contexto em que ocorrem, podem contribuir, quando muitas vezes efetivamente contribuem, para o apagamento de outros grupos de mulheres. Colocadas essas questões, no presente texto, considera-se interessante apresentar a pergunta: de que mulheres boa parte das pesquisas sobre divisão sexual do trabalho está falando? Como horizonte para essa discussão, o

texto se deterá mais analiticamente sobre as mulheres negras, o acesso ao mercado de trabalho e a forma como a divisão sexual do trabalho afeta essas mulheres, com o reconhecimento de um desenvolvimento social e histórico que possui especificidades em relação a outras mulheres. Outras perguntas que são apresentadas ao longo da discussão são: a perspectiva um tanto quanto universalizada sobre a entrada das mulheres no mercado de trabalho e a necessidade de conciliação com a esfera doméstica coincide com a realidade das mulheres brasileiras em sua diversidade? Sob qual perspectiva podemos supor a construção dessas pesquisas e quais seriam as propostas e possibilidades existentes de ampliação dessas perspectivas? Considera-se essa discussão relevante em vista da importância de se pensar a ampliação de campo de visão das pesquisas sobre gênero no Brasil, para além de um olhar etnocêntrico – contemplando a diversidade de mulheres existentes no país – contrapondo-se, dessa forma, a uma visão universalista que, muitas vezes, contrapõe-se a uma proposta epistemológica feminista.

Ser negra rezadeira quilombola: abordagem pretagógica e novas perspectivas da educação quilombola com sentimentos e saberes em quilombos de Caucaia

Maria Eliene Magalhães da Silva (UFC)

O trabalho trata de minha experiência na pesquisa do mestrado em Educação, pela Universidade Federal do Ceará, em quilombos de Caucaia-CE, com mulheres e comunidade quilombolas. A pesquisa tem grande importância para minha afirmação como negra e descendente de senhoras rezadeiras e, principalmente, para as rezadeiras e suas comunidades quilombolas. A pesquisa faz abordagem bibliográfica e empírica do ofício com os marcadores africanos na reza e a afirmação da identidade afroquilombola das rezadeiras copesquisadoras a partir do desenvolvimento da pesquisa, a construção da importância afroancestral de suas práticas para toda comunidade. O objetivo é mostrar seus conhecimentos como processo histórico e antropológico ancestral de base africana através dos marcadores contextualizados em objetos geradores em oficinas no quilombo. A pesquisa aborda novas metodologias de forma lúdica para a educação brasileira construídas para identificação africana e importância do ofício predominantemente feminino matriarcal dessa prática ancestral por suas marcas que denominamos marcadores africanos da reza e a criação de um novo conceito para os gestos e rezas que denominei (Afrorreza). Para tanto, fundamento-me principalmente em Gomes & Almeida (2004), Petit & Silva (2011), Silva (2015), Santos (2007), Hampatè Bâ (1982). Os saberes marcadores da reza trabalhados dentro de uma ludicidade que possibilitará, assim, favorecer contribuições para novas metodologias criativas e de forma lúdica para a educação brasileira que poderão ser aplicados em formação de professores como coadjuvante para trabalhar a Lei n. 10.639/03 e construirmos, com isso, através da educação, uma sociedade sem racismo e machismo.

Mulheres, negras, belas e da luta: entrelaces entre gênero, raça, protagonismo e empoderamento feminino para construção de um currículo decolonial

Luciana Guimarães Nascimento (Prefeitura do Rio de Janeiro/Prefeitura de Queimados - ABPN)

Diante do cenário de opressão às mulheres, no qual a elas é negado o protagonismo que apresentam nos caminhos da História, faz-se necessário um debate profundo sobre essa situação com alunos e alunas da Educação Básica, despertando nesses a inconformidade com o modelo social estabelecido. Ao pensarmos na mulher negra, constatamos o acúmulo de mazelas às quais estão submetidas, em virtude de uma sociedade que, além de patriarcal e resistente à equidade entre os gêneros, mantém-se pautada pelo pensamento racista que discrimina e estereotipa as representações identitárias alheias ao modelo oficialmente aceito, tendo como referência o padrão eurocentrado. Diante da perspectiva de colonialidade, na qual o modelo europeu é compreendido como universal (OLIVEIRA; CANDAU, 2010), cumpre produzirmos uma pedagogia de combate à subalternização dos indivíduos não-europeus, sobretudo quando pensamos nas/nos africanas/africanos em diáspora, descolonizando o currículo escolar em prol da decolonialidade do saber (MIRANDA, 2013). Assim, será válido inserirmos nos currículos escolares estudos sobre mulheres negras que produziram/zem histórias, apresentando significativa influência na construção social e histórica do Brasil. Nesse cenário, cabe destacarmos mulheres como Dandara de Palmares, Aquiltune, Luísa Mahin, Maria Felipa, Tereza de Benguela, Antonieta de Barros, entre outras, que mesmo sob a chancela de “heroínas negras”, são desconhecidas no contexto escolar, dificultando que cidadãos e cidadãs em formação criem laços representativos a partir da aproximação identitária. Dessa forma, pretendemos combater a invisibilidade feminina nos currículos oficiais da Educação Básica, dialogando com os estudos sobre colonialidade/decolonialidade de autores como Quijano (2003), Walsh (2013), Souza (2014) e outros, inserindo uma perspectiva antirracista para a construção do conhecimento, promovendo o reconhecimento identitário e a valorização das mulheres negras em diáspora.

Socialização das mulheres negras: um olhar (preliminar) sobre a construção do afeto e da solidão

Jordhanna Neris Sampaio Cavalcante (UnB)

O presente trabalho tem como intuito central trazer uma contribuição para o debate sobre a socialização das mulheres negras, no contexto brasileiro e, portanto, periférico – tendo a compreensão de que essa questão não é exclusiva do Brasil – sob o olhar das Teorias da Socialização, bem como de autoras(es) que se debruçam sobre essa problemática. Procurar-se-á levantar questões sobre a construção da afetividade e consequente solidão das mulheres negras, derivadas desse(s) processo(s) socializadores. A motivação por esse tema tem uma trajetória que perpassa desde debates do grupo de estudos sobre a negritude e construção da Afetividade Negra, da Faculdade de Direito da Universidade de Brasília (FD-UnB); a visível inserção e recorte racial no feminismo – vide a amplitude e visibilidade que discussões sobre

os relacionamentos afetivos das mulheres negras ganhou nos últimos anos, tanto nos debates em grupos de militantes e ativistas, como em conversas informais –, que elucida como essa temática tem ocupado espaço na política e se integrado, de fato, aos debates de gênero, além, é claro, das manifestações artísticas e culturais de mulheres negras que levantam questões sobre a afetividade, os papéis das mulheres num contexto de sociedade capitalista e de classes, o seu lugar na política e a sua existência, não desvinculada de um sentido coletivo.

Representações sociais de mulheres negras no Brasil e a contestação dos estereótipos: a mãe preta, a mulata e a mulher negra

Thais Santos (USP)

A comunicação oral proposta desenvolve-se dialogando com a literatura feminista negra e pós-colonial, sendo parte dos estudos preliminares realizados no curso de mestrado do Departamento de Sociologia da USP. Tendo por apoio os conceitos de Hall (1997), de estereótipo e de Collins (2000), de imagens de controle, proponho discutir as representações sociais de mulheres negras no Brasil. Partindo das figuras construídas desde o período escravocrata da mãe preta e da mulata, acredito serem essas representações que resvalam em duas chaves importantes da construção das mulheres negras brasileiras como sujeitas subalternas, sendo elas o servilismo e a objetificação sexual. Assim, a partir dessa base de entendimento acerca da construção da mulher negra brasileira e com uma compreensão de que essas mulheres são sujeitas privilegiadas para a construção de uma gramática própria, já que suas representações foram construídas por grupos que ocupavam uma posição dominante frente elas. Proponho discorrer sobre essas estereotípias para relacionar com a narrativa de uma artista plástica negra que discuta as interseccionalidades de raça e gênero em suas produções. Compartilhando com Spivak (2010) o questionamento e indo além, proponho a pergunta: Se pode o subalterno falar, qual a narrativa que se propõe a trazer? Os questionamentos às representações correntes chegam à pergunta sobre qual o discurso a ser feito sobre essas mulheres que ainda não tenha sido ouvido? Isto é, o delas próprias. O que há para ser dito e construído, de novo, sobre as representações de mulheres negras?

ST05- ARTES VISUAIS E IDENTIDADES NEGRAS: REPERCUSSÕES E CONTRAPONOTOS

Coordenação:

Nelma Cristina Silva Barbosa de Mattos (IF Baiano)

Essa seção dedica-se a reunir estudos acerca da produção visual de artistas e suas conexões com os agenciamentos identitários e a experiência colonial negra. As hierarquias visuais, estabelecidas e difundidas principalmente a partir dos empreendimentos coloniais, sedimentaram um sistema de operação das visualidades que oferece tratamento desigual aos agentes a partir de critérios próprios de poder. Tais desigualdades enfrentam na atualidade os efeitos da mobilização política de grupos sociais distintos, fundamentados nas identidades. No caso das artes visuais, o debate acerca do racismo e as formas de enfrentamento tem motivado algumas tensões e mudanças em plataformas expositivas de todo o mundo. Portanto, visamos refletir sobre aspectos filosóficos, históricos, sociais e econômicos envolvendo processos criativos e trajetórias artísticas fundamentadas nas culturas negras. Ensejamos compreender como se estabelecem as relações dos profissionais das artes plásticas no circuito oficial da arte nacional ou internacional; o papel dos criadores negros na arte e as formas de afirmação ou negação de seus pertencimentos identitários em poéticas visuais e relações profissionais. Analisaremos o sistema oficial da arte e seus contraponotos, partindo da ótica de discursos identitários locais ou globais contemporâneos. Enfatizaremos a criação visual de origem negra, seus fluxos, trajetórias e limitações.

Grafite, narrativa, periferia: identidade negra, políticas e arte nos muros de Ribeirão Preto (SP)

Joéverson Domingues Evangelista

O seguinte trabalho busca desvelar como o “sistema de operação das visualidades” produz “diferenciais de poder” ou desigualdades sociais. Tais desigualdades enfrentam na atualidade os efeitos de novas dinâmicas de conflito, oriundos dos processos de “produção da identidade”. No caso das Artes Visuais, é no grafite (ou grafitti) que temas como o racismo (institucional ou não) e as formas de enfrentamento/resistência constroem tensões e mudanças numa plataforma expositiva que é a própria cidade. Gênero, etnia, empoderamento e outras formas de ser e estar no mundo reverberam com intensidade pelos muros dos enclaves na florescente economia de agronegócio que Ribeirão Preto, no interior de São Paulo, proporciona. Mais que uma cidade de muros, é uma cidade onde cada vez mais as vozes nas ruas assumem o destaque como paisagem, como nova forma de produzir Arte.

Retratos expandidos: poéticas das resistências na fotografia contemporânea de Giuliano Lucas

Gabriela Canale Miola (UNILA)

Giuliano Lucas (UFRGS)

Os recentes avanços das políticas públicas brasileiras que, ao responder a décadas de lutas de movimentos sociais, passam a incluir avanços no ensino da cultura e da história africanas e também nas políticas públicas de cultura que devem provocar mudanças drásticas no ensino, na pesquisa, na cultura e na formação dos futuros docentes de artes no Brasil. Currículos, metodologias, conteúdos, práticas de ensino e aprendizagem até então situados à margem do ensino canônico passam a integrar as matrizes curriculares. Como estamos nos preparando para essa guinada democrática dentro do ensino e da prática das Artes? Que artistas e práticas podem nos ajudar a atuar de forma mais adequada e generosa com o processo histórico brasileiro que por séculos renunciou práticas artísticas e culturais em nome de uma historiografia europeizante da Arte e da Cultura? Este trabalho apresenta obras do artista e ativista afrodescendente gaúcho Giuliano Lucas para nos guiar na elaboração dessas respostas. Como antena da sociedade, capaz de ler e agir no mundo, o artista afirma sua trajetória assinalando a marca da resistência poética como cerne da ação criativa. Trazendo o artista para o centro do debate e suas estratégias de resistência, esperamos contribuir que uma história da arte e da cultura mais heterogênea e democrática.

A invenção da identidade nacional brasileira nas fotografias dos anos 1940/1950

Gabrielle Nascimento Batista (UFRJ)

Carla da Costa Dias (UFRJ)

Este trabalho tem como foco a articulação das imagens produzidas pelo fotógrafo francês Jean Manzon e o brasileiro José Medeiros, no Brasil, nas décadas de 1940 e 50, com o contexto ideológico do período. Nessa trajetória, ganha relevância o contexto do Estado Novo, em particular a relação do regime com a imprensa, a partir da atuação do Departamento de Imprensa e Propaganda (DIP) e com a revista ilustrada *O Cruzeiro*. As fotografias, nesse período, assim como as produções artísticas em geral, eram utilizadas como meio de difusão das ideias nacionalistas e, por isso, havia espaço para a “invenção” de imagens que dessem consistência visual para o imaginário nacional que se desejava. As imagens fotográficas utilizadas para descrever o povo brasileiro objetivavam demonstrar uma certa ideia de irmandade, integrando todos aqueles que se encontravam no Brasil, camuflando as tensões relacionadas às questões raciais, culturais e sociais. O que este trabalho propõe, portanto, é a desconstrução de algumas ideologias cristalizadas, refletindo como algumas formas de agir e de pensar são frutos de imagens que foram construídas no projeto de brasilidade, durante a primeira metade do século XX. Será utilizado como suporte metodológico a análise das fotografias inseridas na revista *O Cruzeiro*, bem como a ideia de representação coletiva e de constituição de identidade a partir das noções apresentadas por Benedict Anderson, além do diálogo constante com teóricos que falam sobre fotografia, a fim de compreender o significado das imagens apresentadas.

Olhares que se cruzam: problematizando produções de arte da cultura das casas tradicionais de matriz africana.

Claudete Nascimento Machado (UNIFAP)

O estudo discute sobre as elaborações artísticas em linguagens visuais afro-ameríndia em Macapá. A pesquisadora apresenta representações contemporâneas, imagéticas provocadoras e ao mesmo tempo é provocada enquanto sujeito de fala, pois, a autora é de religião tradicional de matriz africana em Macapá: mãe de santo, da ciência (professora de universidade) e das artes (artista) desenvolvendo pesquisa sobre imagens e representações da cultura das casas afro-ameríndias como lugares de múltiplas memórias, histórias, resistências sociais, políticas e múltiplas ressignificações civilizatórias africanas, indígenas, europeias e de novas incorporações de valores estéticos, os quais são materializados em cores, sons, gestos, cheiros, formas, imagens, corporeidades, memórias e relações afetivas e colaborativas. A partir do espaço da cidade de Macapá, faz elaborações e discussões sobre as simbologias das manifestações das culturas tradicionais de matriz africana/indígenas na região Amazônica, pois, como coordenadora e participante do Grupo de Pesquisa Ewê: Ponto de Cultura e Coletivo de Artes Visuais e Afro-brasileiras da Universidade Federal do Amapá, que também articula pesquisadores-artistas nas comunidades tradicionais de matriz africana como colaboradores e como sujeito da pesquisa nos momentos de estudos, discussões e palestra sobre a arte, cultura (conhecimentos),

elaborações e discussões no grupo sobre imagens, reelaborações e diálogos com as práticas culturais, artísticas e religiosas de outras cidades da Amazônia, observadas através das redes sociais. O estudo em andamento apresenta problematizações e discussões sobre conceitos atribuídos às práticas socioculturais e de arte advinda das casas tradicionais afro-ameríndia como, por exemplo, conceito de primitivismo e de arte, com atitudes de negação da arte das casas tradicionais de matriz africana ao campo artístico fomentado por Pierre Bourdieu, cuja discussão é observada que atravessa aos demais espaços da Amazônia brasileira através de estudo das redes sociais e das produções e ações da academia (universidades). Nesse sentido, o processo de percepção e compreensão do campo artístico propicia que o estudo dialogue com a arte brasileira numa discussão de identidade, História, memória e empoderamento da arte afro-brasileira.

Artes visuais, hierarquias e identidades negras

Nelma Cristina Silva Barbosa de Mattos (IF Baiano)

Hierarquias estéticas no campo profissional da arte foram sedimentadas no período histórico das grandes navegações. A visualidade dos territórios conquistados pelos europeus foi construída através de olhares de artistas viajantes e documentaristas oriundos das metrópoles colonizadoras. Tal representação constituiu uma variedade de catálogos com imagens cotidianas das novas populações, elaboradas sob o poder de abordagens visuais racistas e desiguais. A fantasia e o estereótipo eram recorrentes nas ilustrações. A circulação desse tipo de imagens acerca do outro ajudou a divulgar ideias e visões hierarquizadoras dos sujeitos. Aqueles que não eram europeus e não brancos eram vistos como seres inferiores, bestiais e incapazes de criação e reflexão. Nesse contexto, a produção simbólica dos grupos humanos inferiorizados não encontrava espaços valorizados no meio artístico oficial. A representação visual local só era considerada desde que seus autores seguissem os modelos permitidos e recomendados notadamente pelas academias de arte europeias. Contudo, as subjetividades locais conseguiram se fazer presentes na produção plástica dessas sociedades, ainda que de uma forma menos prestigiada. Na atualidade, o meio artístico operacional elegeu uma arte heterogênea nas formas e nos recursos expressivos. Porém, as relações de poder nesse campo passam por tensões oriundas das reivindicações de grupos específicos, fundamentadas na afirmação de identidades. As artes visuais contemporâneas refletem as mudanças que as sociedades vêm enfrentando em seus constructos identitários. Os movimentos sociais baseados em identidades, destacados desde os anos 1970, permitem a fala de novos sujeitos. A diversidade penetra na arte visual através de ações políticas de grupos e indivíduos comprometidos com as transformações, a exemplo dos artistas estadunidenses que se inspiraram nas lutas pelos direitos civis em seu país. No caso dos negros, a arte é denominada com termos que ultrapassam a questão territorial, remarcando a experiência da colonização de cada território. Contudo, os adjetivos não traduzem a diversidade dos territórios. A experiência negra colonial engajou diferentes visões em múltiplos territórios.

A comunicação pretende apresentar/discutir a poética e o processo de criação artística da exposição “Imagens da Ancestralidade em Tramas da Pele”, da artista plástica Aislane Nobre. O trabalho nasce da sua inquietação a respeito da diferença entre as cores da pele, levando à investigação da composição biológica da cor; sendo elaborado a partir da experiência, assim como da memória, familiar, em que foram buscadas as raízes da problematização e captada a ancestralidade que atravessa a sua narrativa. O estudo da origem da cor nos candomblés Nagô e Ketu complementa a análise pictórica que assenta a composição das obras. O trabalho visa, em paralelo, a inserção da produção artística no âmbito do combate ao racismo, reconhecendo a delimitação da negritude como categoria que se desdobra na definição de papéis sociais, sem que se sustente por critérios de ordem natural. Em “Imagens”, abre-se espaço para a valorização da presença do corpo negro no universo artístico, ressaltando o protagonismo dos indivíduos, reconhecidos junto aos seus nexos familiares e culturais. Através da desconstrução orgânica da ideia de cor, se acende a questão fundamental: como você vê a cor que você tem? Pergunta cuja resposta enseja a busca pelo empoderamento, iluminado pelas luzes da ancestralidade, reavivando o reconhecimento da expressão artística como caminho viável para o fortalecimento identitário.

Representações icônicas das imagens dos santos católicos no imaginário popular

Lúcia Maria Barbosa Lira (UFAM)

Maria Gorete Firmino da Silva (UFAM)

Este trabalho apresenta uma discussão teórica, à luz dos estudos semióticos da cultura de alguns estudiosos sobre o assunto, de representações icônicas associadas a quatro santos católicos, popularmente conhecidos no Brasil e que foram escolhidos pelas afinidades que cada autora tinha com alguns deles. Com base nessas imagens escolhidas e representadas pelo sentimento de simpatia e apreço das mesmas – São Sebastião, Nossa Senhora Imaculada Conceição, São Benedito e da escrava Anastácia (divindade cultuada no meio popular sem a canonização oficial da igreja católica), buscou-se perceber elementos artísticos, populares e religiosos implícitos no imaginário representativo de tais símbolos. O que se apresenta, trata-se de uma abordagem pensada, discutida e escrita pelas autoras, na qual foram observados pontos em comum e análise do objeto em questão. Destaca-se que, para elaboração deste artigo foi necessário estabelecer as relações entre dois projetos, que através da interdisciplinaridade e transdisciplinaridade foram construídos diálogos estabelecidos através das conversas e discussões a respeito do tema e que serão apresentadas de forma sintetizada neste estudo.

O Cristo de pele negra e o atentado às artes - 1955

Maybel Sulamita de Oliveira (UNIRIO)

Quando nos voltamos para projetos realizados pelo Teatro Experimental do Negro (TEN), criado em 1944 por Abdias do Nascimento e outros colegas, observamos o surgimento de um grupo que marcaria a história do teatro brasileiro com suas características de engajamento político e propostas estéticas relacionadas à identidade negra. Dentro das atividades realizadas pelo grupo, destacamos nesta comunicação a realização do Concurso de Artes Plásticas Cristo Negro, que pretendia dialogar com as festividades do XXXVI Congresso Eucarístico Internacional, que seria realizado no mesmo ano. Idealizado por Abdias Nascimento e Guerreiro Ramos, o concurso contou com 106 artistas participantes e 52 obras expostas no Salão do Ministério da Educação. A ideia do concurso veio do questionamento da filha de Ramos acerca das características físicas de Jesus apresentadas pelo catolicismo, pois, teria aprendido uma canção que tinha como verso: “Cabelos loiros, olhos azuis, és meu tesouro nosso Jesus”. Diante disso, Ramos percebeu uma insinuação preconceituosa e excludente acerca de qualquer representação distinta da estética “clássica” de um Messias Branco. O Congresso Eucarístico contava com uma diversa programação religiosa e também artística, tal programação foi amplamente divulgada pela imprensa na época. Em contrapartida, o concurso Cristo de Cor também não ficou afastado da imprensa, mas não de forma “positiva”. As notícias destacaram que a realização do concurso deveria ser “proibida e considerada subversiva” por suas representações de um Cristo de pele negra. Em julho de 1955, por exemplo, o Jornal do Brasil publicou que tal concurso viria “a servir de pedra de escândalo e repulsa” e demonstraria “nosso descontrole moral, e nossa grande falta de respeito e de bom gosto”, ao fim da crítica havia um tom de alerta para que as autoridades eclesiais tomassem “providências para impedir a realização desse atentado feito à religião e as artes”. Dentro dessas críticas acerca da estética artística negra dentro das representações religiosas, é que essa comunicação pretende se inserir e dialogar através das seguintes perguntas: Porque a representação de um Cristo de pele negra seria reconhecida como subversiva? Que embates ideológicos e religiosos foram travados? Como representações sociais são construídas dentro de um aspecto artístico que propõe hierarquias visuais? Como as obras artísticas dos participantes do concurso questionaram uma sociedade marcada pelo racismo?

A artesanaria em Sônia Gomes

Lucy Cristina Ostetto (UFSC)

Este projeto tem o objetivo de expor o tema da pesquisa que desenvolvo no curso de doutorado em História da Universidade Federal de Santa Catarina, na linha de arte, memória e patrimônio, intitulado “De restos e memórias: a artesanaria de Sônia Gomes”. Tenho como objetivo refletir, a partir de um olhar decolonial e do pensamento de Edouard Glissant, a trajetória dessa artista negra, mineira, que entra para o circuito das artes com 45 anos. Sua arte presentifica fazeres e saberes a muito desconsiderado por uma estética eurocentrada. Tomo como questões da pesquisa algumas inquietações: em que momento os processos criativos de Sônia foram considerados arte? Por que não estaria ela fazendo artesanato? É arte e digna de

perflar grandes galerias de arte, obras construídas de forma intuitiva a partir de restos de tecidos, arames torções, amarrações, bordados, rendas e linhas? O que sua arte nos diz por oposição aos cânones da arte e da estética mergulhadas na colonialidade? De que forma aprendemos com Sonia a descolonizar o nosso olhar? Estaria aí presentificados em sua obra uma espécie de pensamento rastro-resíduo? Sônia cria sua artesanania por entre tecidos, objetos, colchas, camisolas, mantas, vestidos, papéis, objetos que encontra e vai estabelecendo relações que se unem a ela pela sua arte. São pedaços de vida que outrora habitaram casas, sonhos, infâncias, e suas também. Um aspecto central na obra de Sônia é a afetividade, traço de sua história marcada pela perda/fratura/fragmento. Quando sua mãe morre, aos quatro anos de idade, passa a ser criada pela família de seu pai, de quem recebeu educação, não afeto! O afeto vem do convívio familiar com sua avó negra, parteira e benzedeira de quem ainda na infância aprende o gosto pelas coisas simples, em que sua intuição bebe para aflorar em sua artesanania, juntamente com o gosto pelos tecidos advindo da família de seu pai. Mescla sua existência com referenciais ambivalentes, perpassados pelo não pertencimento e por uma identidade em trânsito: “aos sete anos, fez sua primeira trouxa e fugiu da casa de que não gostava movimento que ela atribui hoje a uma busca pelo afeto que conheceu na figura da avó, então já morta”. E assim vai enlaçando sua vida e sua arte utilizando sua intuição, como que mergulhada na opacidade, tendo o direito de não ser traduzida, explicada, apenas sentida, algo tão caro para o pensamento decolonial.

ST06 – O PENSAMENTO DECOLONIAL E A QUESTÃO ÉTNICO-RACIAL NA AMÉRICA LATINA

Coordenação:

Antonio Gomes da Costa Neto (SEEDF - UnB)

Eliete Gonçalves Rodrigues Alves (CEPPAC - UnB)

A Seção Temática propõe debater temas, trabalhos acadêmicos, reflexões, experiências, diagnósticos, além de análises e pesquisas que reflitam sobre a decolonialidade na América Latina, bem como suas implicações nas Políticas Públicas sob o viés étnico-racial. Entre os temas a serem debatidos está a relação das ciências sociais com a opção decolonial, ressaltando as possibilidades de criação de novos paradigmas de conhecimento através de pensadores latino-americanos. Como o pensamento decolonial discute universalismos, globalização, capitalismo, geopolítica e suas implicações no combate ao racismo, qual a sua capacidade de contribuir nas discussões da sobre racismo, na valorização da cultura de origem africana e nas Políticas perante a América Latina? De que forma tem sido capaz de questionar e rebater a modernidade através de suas categorias e seus efeitos no processo de constituição do Estado-nação? Quais as problematizações que podem ser observadas nas Políticas Públicas étnico-raciais ao desvendar “mitos”, indagar dicotomias, repensar o progresso e o desenvolvimento, reconsiderar a barbárie e a civilização, bem como sua capacidade quando apresentada como pensamento crítico-teórico cujas propostas podem se constituir em corrente filosófica que concorre de forma efetiva na desconstrução do racismo?

Indicadores de pobreza para a América Latina e Caribe: estruturas de poder e de manutenção de diferenças

Eliete Gonçalves Rodrigues Alves (UnB)

Julie Rodrigues Alves (UnB)

A pobreza é um tema central para a elaboração de políticas públicas em quase todos os países. No entanto, a definição de quem é pobre não é tão pacífica. Órgãos responsáveis pela quantificação da pobreza no Brasil e na América Latina, como IBGE, IPEA ou CEPAL, apresentam uma visão da pobreza que reflete uma cultura hegemônica norte-americana, que recrudesce a invisibilização e a subalternização dessas populações já fragilizadas. O texto reflete sobre os indicadores usados em pesquisas quantitativas de mensuração da pobreza para subsidiar políticas públicas no Brasil e na América Latina, sem a pretensão de maior aprofundamento acerca do fenômeno da pobreza em si. O foco são as metodologias de mensuração da linha de pobreza absoluta que descrevem os elementos de composição do indicador dos custos das necessidades básicas (ORSHANSKY, 1969) e como esse indicador é estruturado para delimitar as categorias do pobre e do indigente latino-americanos. Descreve-se como se constrói uma cesta básica de referência e os critérios adotados para a sua formulação, tendo como base uma metodologia seminormativa de elaboração. A problemática levantada remete-nos a uma breve explicação sobre a colonialidade do poder na América Latina que, segundo Aníbal Quijano (2000), tem agido desde a construção da modernidade, a partir da conquista da América. Até hoje, a visão do europeu sobre as diferenças dos povos é utilizada como justificativa para a interiorização, colonialização e subalternização de povos e culturas. Os padrões hegemônicos do que é bom constituem as metodologias utilizadas, deixando de fora a diversidade social, econômica e cultural dos diversos povos ou grupos sociais do Brasil e da América Latina. A hipótese levantada é que os indicadores de linha de pobreza absoluta refletem uma visão hegemônica e irreal sobre esse outro latino-americano e, com isso, reforçam as construções de subalternidade na região. Acredita-se que ao suscitar os debates sobre as metodologias de formulação desses indicadores para a América Latina e Caribe, pode-se também incorrer, em uma desobediência política e epistêmica, o que não implica em um rompimento profundo com a metodologia, mas em um ponto de partida para novo olhar sobre as linhas de pobreza da região, ou uma proposta decolonial.

Principales perspectivas teoricas del pensamiento critico latinoamericano: avances, críticas y desafíos

Vanessa Ortiz Piedrahita (UnB)

En el presente artículo se realiza un balance sobre las principales perspectivas o abordajes teóricos que surgen desde la década de los 50 del siglo XX hasta la actualidad en el marco de las ciencias sociales latinoamericanas. En primera instancia, se describe y analiza el contexto socio-histórico y académico que permite que las ciencias sociales latinoamericanas emprendan un giro epistemológico caracterizado por el desplazamiento de las perspectivas clásicas eurocéntricas hacia las perspectivas críticas de las Américas, ya que actualmente el pensamiento decolonial y

crítico se caracteriza por utilizar un lenguaje epistemológico y conceptual que se caracteriza por desmantelar las “verdades objetivas” traídas desde Europa para la región, puesto que el viejo dilema de Latinoamérica siempre ha sido que su historia fue contada a través del lente extranjero o del lente de las propias elites de estas naciones. En segundo lugar, se ejemplifica los principales aportes del pensamiento latinoamericano en términos analíticos, pero también se señalan las dificultades y desafíos que éste afronta en la contemporaneidad, debido a las lógicas neoliberales y posmodernas. Finalmente se señalan algunas consideraciones relevantes sobre la posibilidad de pensar el pensamiento latinoamericano como teoría, enfoque metodológicos y enfoque paradigmático que no solo aplica para el contexto local, sino global.

Movimento social negro e quilombola: a construção de uma práxis revolucionária

Márcia Cristina Américo (Universidade Metodista de Piracicaba)

A reflexão acerca das relações raciais nas Américas é um eixo fundamental na construção do conhecimento sobre colonialidade do poder. Os conceitos de raça e racismo associados às relações hierarquizadas dos corpos e espaços geográficos se constituíram como um dos principais elementos nas relações de poder e dominação dentro da estrutura do capital e sistema mundo. Este texto pretende a socialização da constituição de práxis revolucionária inscritas especificamente nos movimentos sociais (negro e quilombola) brasileiro, em diálogo com as frentes de resistências negras na África e América Latina contra todas as formas de opressão da população negra na África e na sua diáspora às Américas no sistema colonial/moderno. O conhecimento da práxis das frentes negras vinculados a um aporte teórico é objeto de conflitos de raça, gênero e classe que são interligados e historicamente construídos. Os quilombos e quilombolas e suas formas de existência só foram reconhecidos a partir de 1988. Reconhecimento que só foi possível a partir do enfrentamento coletivo – local e nacional – das famílias e lideranças quilombolas que se organizaram participando e compondo os movimentos sociais enquanto propositores de reflexões críticas sobre a desconstrução do modo das relações sociais de base capitalista – construídas historicamente para a manutenção da ordem pela alienação – com vistas à emancipação humana e reconhecimento da humanidade de todos os povos. A organização dos movimentos panafricanista na África e os movimentos de resistência de frentes negras na América Latina tiveram como proposta ações políticas e práticas fundamentadas na superação das ideologias disseminadas pela lógica da produção capitalista que envolve a opressão, subalternidade, invisibilidade, marginalização e hierarquização dos grupos humanos, pautada no racismo enquanto relação de poder. A descolonização dos conhecimentos é formulada a partir das perspectivas, cosmovisões e experiências “de pensadores críticos do Sul Global, que pensam com e a partir dos corpos e lugares étnico-raciais/sexuais subalternizados” (GROSFOGUEL, 2008). Aqui ainda se entende a descolonização do conhecimento enquanto instrumento prático e teórico de oposição e intervenção diante da compreensão distorcida do sistema mundo; europeu/euro-norte-americano; moderno/capitalista; colonial/patriarcal.

Têmis e Clio na encruzilhada: perspectivas decoloniais do Fenômeno Jurídico e da Teoria da História

Marcos Vinícius Lustosa Queiroz (UnB)

Luis Augusto Ferreira Saraiva (UnB)

Nos últimos anos, o pensamento decolonial vem contribuindo para uma reestruturação do campo das humanidades, implicando a necessidade de novos aportes metodológicos e epistêmicos na compreensão dos fenômenos sociais. Como se sabe, os campos da História e do Direito são profundamente vinculados às construções oriundas do complexo moderno-colonial, tendo como destaque, por exemplo, a primazia das fontes escritas como mecanismo de “acesso ao passado”; a elaboração de narrativas centradas na ideia de Estado-nação; a perspectiva da História como progresso; e a cumplicidade da “razão” com processos de desumanização. Nesse sentido, a presente comunicação oral pretende trabalhar o Fenômeno Jurídico e a Teoria da História a partir dos deslocamentos movidos pela decolonialidade, trazendo os saberes subalternos como um lócus de enunciação capaz de tecer argumentos igualizantes dos entes que compõem as narrativas sobre o Direito e a Historiografia. Assim, colocar Têmis, deusa da Justiça, e Clio, musa da História, na encruzilhada é criar um ambiente de indecisão e abertura dessas disciplinas frente às críticas e às possibilidades do pensamento decolonial, rompendo com a narrativa hegemônica de um tempo universal e progressivo que silencia, perifereza, exclui e apaga tudo que é diferente do ethos europeu-ocidental-capitalista. A encruzilhada, portanto, enquanto momento de caminhos possíveis, também propicia uma reestruturação existencial, a qual, em uma via decolonial, proporcione um saber histórico-jurídico pautado por uma ética humanitária não-centrista, não-epistemicida e não-excludente, advogando as “margens do mundo” (entre elas as populações negras e ameríndias) como detentoras de conhecimento.

Bioética e as relações etnorraciais: uma análise crítica ao discurso de eugenia racial no Brasil.

Eliseu Amaro de Melo Pessanha (UnB)

As discussões a respeito das relações etnorraciais no Brasil sempre provocam divergências em vários pontos de vista. Com uma miscigenação de “larga escala”, a tese de um povo que convive pacificamente com as diferentes raças forjou uma característica positiva para o país. Mas, o que não se pode esconder é que sempre houve projetos para promover um embranquecimento na nação. Essa comunicação pretende mostrar como a proposta eugenista pretendia executar esse objetivo. Analisando basicamente as propostas do “pai da eugenia no Brasil”, o médico Renato Kehl, que, influenciado pelo modelo do movimento eugenista da Europa e dos Estados Unidos, acreditava que o desaparecimento dos chamados resíduos humanos iria contribuir para a construção de uma nação muito melhor. Para executar a ideologia da Eugenia, que era considerada ciência, intelectuais e a classe médica se organizaram e começaram a disseminar suas ideias e a ganharem simpatizantes para esse movimento. A indagação que não pode deixar de ser feita é como essas pessoas podiam pensar em uma “solução eugênica” para salvar o país

das suas mazelas com uma população tão negra e miscigenada? O que levava essas pessoas a concluírem que o grande problema era a composição racial do Brasil? A Bioética de Intervenção entra como análise crítica dessa proposta não apenas em favor de uma proteção solidária aos vulneráveis, mas também à posição acrítica, por parte da intelectualidade e do Estado, às propostas de colonialidade para resolução dos problemas locais.

A indução estadunidense na produção de conhecimento e as questões raciais na América Latina

Raoni Machado Moraes Jardim (UnB)

Martin-Léon-Jacques Ibáñez de Novion (UnB)

A produção de conhecimento sobre as questões raciais devem ser cuidadosamente analisadas sob a luz da atuação de atores transnacionais de caráter neoliberal, uma vez que suscitam reflexões sobre as dinâmicas estruturais de exclusão social e sobre as atuais estratégias de dominação desses atores sobre a região. O texto de Pierre Bourdieu e Loic Wacquant, “Sobre as Artimanhas da Razão Imperialista” (2002), apresenta uma forte crítica a atual universalização das formas de abordagens, de teorias e de metodologias associadas às particularidades sociais da sociedade e das universidades norte-americanas, operadas por uma extensa rede de atores transnacionais que inclui conselhos editoriais de livros, revistas, organizadores de colóquios, organismos internacionais, fundações que financiam pesquisas e centros de estudos e assessoria para políticas públicas. E estende, num segundo momento, essa análise crítica sobre o etnocentrismo norte-americano dentro das academias e centros de pesquisa ao debate em torno de raça e identidade, especialmente quando os Estados Unidos são tomados como referência para análise de países mais complexos quanto à classificação racial e étnica, como o Brasil. O texto causou grande repercussão, gerando artigos em sua resposta, seja para defesa do papel de agências e fundações de origem norte-americanas que financiam estudos sobre raça e identidade na América Latina, seja para a crítica do quadro e dinâmica racial que os autores traçam para o Brasil. A proposta de comunicação se propõe utilizar o trabalho de Bourdieu e Wacquant, “Sobre as Artimanhas da Razão Imperialista” (2002) para: a) problematizar a influência do neoliberalismo nas ciências sociais latino-americanas, especialmente quando interessados em produzir conhecimento sobre os chamados “grupos historicamente marginalizados”; b) colocar sob perspectiva crítica o olhar “estrangeiro” desses mesmos autores pelas distorções apresentadas sobre o quadro racial brasileiro. Além de diversos autores decoloniais latino-americanos, utilizados para fortalecer os argumentos no primeiro tópico, foco predominante do trabalho, utilizaremos, ao final da exposição, os artigos de Edward Telles, “As fundações estadunidenses e o debate racial no Brasil” (2002) e Michael Hanchard, “Política Transnacional Negra, Anti-imperialismo e Etnocentrismo para Pierre Bourdieu e Loic Wacquant: Exemplos de Interpretação Equivocada” (2002), para pontuar argumentos contra e a favor ao artigo de Bourdieu e Wacquant.

O Ensino de História e as Mulheres Negras: relações imersas na colonialidade.

Aline Dias dos Santos (Universidade Estadual de Santa Catarina – UDESC)

Refletidas e dimensionadas as possibilidades de usos dos livros didáticos a partir do ensino de história, esta comunicação pretende apontar como a epistemologia colonial implica num entrave aos avanços no ensino de história e no reconhecimento das mulheres negras como engajadas e protagonistas nos diversos processos históricos do mundo, perpetuando modelos discriminatórios de caráter androcêntrico, ou seja, aquele que enaltece o homem como o centro das discussões, e marcadas por uma visão de mundo que tem a Europa como elemento central na constituição do modelo civilizacional do ocidente. Tais formas de dominação e opressão, notadamente raciais e de gênero, dificultam o entendimento de sujeitos classicamente excluídos da história, neste trabalho, as mulheres negras, como sujeitas ativas a serem reconhecidas nos processos históricos, como sugere a Lei n. 10.639/2003 e as Diretrizes Curriculares Para a Educação das Relações Étnico-Raciais e o Ensino de História e Cultura Africana e Afro-Brasileira, de 2014. É sabido que os livros didáticos são amplamente usados no ensino básico, e com a disciplina de história ganha outra dimensão, pois carrega um estigma de “verdade oficial”. Uma vez que os assuntos abordados pelos livros constroem, através de suas imagens e textos, uma abordagem pautada na colonialidade, essa acaba por construir preconceitos e estigmas, que são amplificados quando os estudantes levam esses livros para casa – sem a orientação de uma educadora, sensível em relação a determinadas discussões. Com isso, o livro passa a ser compreendido e utilizado como referência de certo/errado, uma vez que está carregado de juízos de valor, e legítima ainda mais as informações de outras mídias como TV e internet, veículos que vem sendo frequentemente apontados como veiculadores de racismo e discriminação de mulheres.

América Latina e o Caribe: perspectivas sobre as categorias

Adalberto de Salles Lima (UnB)

Camilo Negri (UnB)

O presente trabalho representa um primeiro momento de reflexão acerca das representações dominantes construídas na região pela Europa. O objetivo do trabalho é analisar as categorias “América Latina” e “Caribe”, revestidas de discurso hegemônico. A construção desses significados é historicamente eurocêntrica, porém, os recentes processos políticos, econômicos e culturais contribuem para ampliar a interpretação sobre as Américas. As Ciências Sociais ainda não visualizam um horizonte próximo de superação completo dos sentidos estereotipados por trás dessas noções, porém, as condições para isso estão em construção, através de pesquisas que questionam os saberes eurocêntricos. A metodologia se baseia em leituras de produções que questionam o saber produzido no Norte e como esses oferecem novas interpretações epistêmicas para a região em estudo. O esforço em desenvolver novas práticas teórico-metodológicas por pesquisadores e instituições acadêmicas da região contribui para verificar como as construções dos conhecimentos evidenciam um campo de diálogo entre os pensamentos latino-americano,

européu e mais recente com os Estados Unidos. A problemática das categorias historicamente impostas à região tem sua validade questionada, uma vez que, nem sempre, serve para explicar fenômenos sociais particulares.

Descolonizando a TV Pública: uma análise do programa Nova África da TV Brasil

Richard Santos (UnB)

Maria do Carmo Rebouças (UnB)

O presente estudo tem a pretensão, a partir de perspectiva descolonial, de se alinhar aos estudos fundadores, analíticos da história social do negro brasileiro, e de construção de uma possível identidade em comum. Explorar no século XXI o processo de constituição da identidade mediada; produzir elementos estimuladores para investigação e debate interdisciplinar; perceber como as culturas ribeirinhas desse grande rio chamado Atlântico estão se identificando e sendo documentadas pelo programa *Nova África*, da TV Brasil; e cotejar a relação ideologia x identidade presente nos vinte e seis capítulos levados ao ar. O programa que estava em sua segunda temporada foi produzido pela produtora Cinevideo, que com sua equipe enviada ao continente africano percorreu trinta países da região, dando preferência aos países de língua oficial portuguesa. O programa se propõe a mediar, fazer uma ponte entre o Brasil e o continente africano, berço ancestral de milhares de homens e mulheres contribuintes desse caldeirão cultural que é a híbrida cultura brasileira. O que propomos aqui é mesmo uma observação da mídia como objeto de significação e ressignificação identitária, com um poder de articulação de mão dupla, uma dialética entre o poder dos meios de comunicação em contraste com as possibilidades de resistência dos indivíduos, não apenas como receptores da mídia e suas mensagens, mas articulando-as em seu universo social.

México e Brasil: convergências identitárias nacionais de semelhante substrato de negação dos povos indígenas

Meire Cristina Cabral de Araújo Silva (UnB)

A proposição central deste ensaio é estabelecer pontos de confluência entre a conformação identitária nacional do México e do Brasil, reconhecendo que na estruturação de ambos subjaz semelhante fundamento de negação e supressão dos povos indígenas, demarcados pela colonialidade, cujo resultado foi, naquele momento, a mitigação desses como sujeitos políticos. Para isto, a pesquisa se concentra nas ponderações efetuadas por Guillermo Bonfil Batalla, na obra *México profundo: uma civilização negada*. Busca-se extrair, dessa produção, a colocação do indígena quando da consolidação da nação mexicana, correlacionando-a às densificações ocorridas quando da formação nacional brasileira. As asserções estabelecidas por Bonfil Batalla na mencionada obra reverberam para outros países latino-americanos e dessa forma dá luz à perspectiva da compreensão histórica e do repensar civilizatório. As densificações em relação aos indígenas quando das conformações nacionais do México e Brasil guardam estreita relação e foram fincadas num mesmo

alicerce: colonização, ocidentalização e exclusão. Ambos os processos de consolidação nacional, descritos, assemelham-se no que diz respeito à dominação, à negação e à supressão da voz indígena. Nos dois, a invenção do índio deita raiz no período colonial, tendo como matriz o projeto ideológico de civilização expansionista ocidental. Um e outro construíram, em cima de particularidades que expressam o caráter individual de cada cultura, uma imagem unitária alegórica, debilitando assim o caráter múltiplo. Ambos não definiram o índio levando em consideração o pertencimento a uma coletividade estruturada, com herança cultural definida historicamente. Ambos definiram o índio por assimetrias e por caracteres culturais externos. Esses países em sua conformação nacional renunciaram ao projeto civilizatório ocidental, cujo marco foi a segregação da diferença. O que se propôs como nação entenda-se como uma aspiração permanente de deixar de ser o que se é. No dizer de Souza Filho (2003, p. 77), “[...] ao índio sobrou como direito a possibilidade de integração como indivíduo, como cidadão, ou juridicamente falando, como sujeito individual de direitos. Se ele ganhava direitos individuais, perdia o direito de ser povo”. Ambas as conformações nacionais delineiam um projeto social negatório da realidade histórica e mitigadora do sujeito político que é o índio.

Ensaio sobre o colonialismo do ser e do poder em Gilberto Freyre.

Cauê Gomes Flor (Unesp - Marília)

Luana Silva de Souza Flor (Secretaria de Educação do Estado de São Paulo)

Fundamentados no elogio da narrativa de Gilberto Freyre, especialmente no lusotropicalismo e na ideia de democracia racial, os diplomatas brasileiros buscaram acentuar a herança africana presente na cultura brasileira em suas missões na África para posicionar o Brasil como nação central nas relações políticas e econômicas com o continente. Diante desse discurso, este trabalho apresenta as formulações teóricas (desenvolvidas durante minha pesquisa de mestrado) utilizadas para a análise da política africana brasileira contemporânea. Desse modo, este trabalho, embora elaborado sob a forma de um artigo, deve ser lido em certo tom ensaístico, pois, objetiva explorar as formulações de Gilberto Freyre por meio de um conjunto de problematizações e elaborações próprias, almejando apresentar suas elaborações como forma discurso colonial. Através das inúmeras leituras, releituras, exaltações e acusações realizadas sobre as teorizações e desdobramentos do pensamento de Gilberto Freyre, construímos nosso caminho de interpretação sobre sua obra. Tomando como referências o próprio autor, seus leitores e seus temas, problematizamos, a partir da perspectiva pós-colonial e decolonial, a forma como Gilberto Freyre equaliza a relação entre raça e cultura em seu trabalho.

A contribuição de Aimé Césaire para o pensamento decolonial

Antonio Gomes da Costa Neto (UnB)

Flávia Alves Borges (Faculdade de Ciências Médicas da Santa Casa de São Paulo)

Como a leitura crítica filosófica do pensamento decolonial e as ciências sociais podem problematizar e contribuir para desvendar as causas do que foi o domínio colonial, econômico e político. Através da análise da obra *Discurso sobre el colonialismo*, de

Aimé Césaire, há de ser interpretada como uma das mais robustas manifestações sobre o colonialismo e denúncia sobre a escravidão. Seus argumentos demonstram que esse processo não se tratava de um processo de evangelização, nem de cunho empresarial filantrópico, nem da cura ou extensões de direitos, cuidando-se tão somente de um processo colonizador em escala mundial, de exploração e cujas consequências colonialistas produziram efeitos devastadores em toda a América Latina. A obra revela que a colonização foi construída com o intuito de produzir um modelo de “civilização ocidental e cristã”, de cunho europeu que se estabeleceu sob a alegação de ser um direito de ocupação, apregoada como lícita ao sustentar a civilização pela colonização. A capilaridade da denúncia de Césaire representa como uma crítica eficaz do modelo hegemônico, quando afirma ser a “Europa es indefendible” em razão de dois principais problemas que ela originou, “el problema del proletariado y el problema colonial” (CESÁIRE, [1955]). Césaire apresenta o colonialismo, permite-nos a leitura crítica, consegue identificar as hierarquias e proposições do projeto da modernidade, não somente em suas crenças, mas como um manifesto sobre o racismo na América Latina, por isso sua importância para o pensamento decolonial.

*Modelo de mobilidade estudantil no setor educativo do Mercosul:
eurocentrista ou latino-americanista?*

Ana Clara Carvalho Machuca Voigt (UnB)

O artigo pretende analisar, comparativamente, se o modelo de migração voltado para a qualificação a partir da educação superior que vem sendo adotado pelos estados membros do bloco regional Mercosul (Educativo) é um modelo criativo desenvolvido de acordo com as peculiaridades e necessidades da América Latina ou se se trata de um caso de apropriação subordinada, em que o modelo europeu do Processo de Bolonha vem sendo aprendido e adaptado, configurando transposição de políticas públicas educacionais. Pretendeu-se verificar se existem condicionantes ou exigências feitas pela União Europeia ao Mercosul para o caso da apropriação ser subordinada e como a adoção de políticas educacionais transnacionais é incorporada nas instituições públicas latinas. Para tanto, fez-se necessário localizar temporalmente as políticas de educação, de ambos os blocos, específicas para a mobilidade estudantil de pessoal – nível superior e pós-graduação, e o retorno a implementação do Setor Educativo do Mercosul e do Processo de Bolonha, apresentando ainda processos históricos para a compreensão da formação do ideário latino-americano de desenvolvimento desde a colonização até a compreensão contemporânea. A comunicação expõe resultantes obtidas a partir de pesquisa bibliográfica.

Racismo, antirracismo e uma visão descolonial na História da Educação no Brasil

Amauri Mendes Pereira (UFRRJ)

Aderaldo Pereira dos Santos (UFRJ)

Racismo e antirracismo estão presentes na quase totalidade das lutas sociais no Brasil. Esses dois campos de poder tomaram forma e se consolidaram nas décadas que antecederam e sucederam a abolição da Escravatura. Argumentos racistas foram fartamente utilizados pela elite escravista para tentar frear o movimento abolicionista. Entre os abolicionistas houve aqueles que flertaram com o antirracismo para quebrar a espinha dorsal do pensamento dos adeptos do escravismo. Virada a página da escravidão, os racistas tornaram mais explícita sua face e o campo abolicionista se acomodou às visões, correntes entre a maioria da intelectualidade, de que “agora somos todos iguais perante a lei”. O Pensamento Social brasileiro é filhote desse contexto da pós-abolição. O Movimento Negro brasileiro e o antirracismo, em quase todas as regiões do país, tomam contornos mais consistentes como respostas àquele contexto adverso. A proposta de trabalho consiste, então, em refletir de que modo esse debate se processou no âmbito da história da educação, tanto no que tange ao papel da educação como instrumento importante para se obter cidadania quanto em relação às discussões sobre conteúdos favoráveis a uma maior consciência sobre o problema do racismo, ou reprodutores de estigmas raciais. De que formas e com que amplitude a “elite” brasileira, representada por grande parte de sua intelectualidade, argumentou, planejou e implementou medidas no campo educacional, que degeneraram em manutenção e legitimação de uma determinada hierarquia racial no país? Como a intelectualidade negra e/ou antirracista se contrapôs àqueles projetos e processos e àquela perspectiva? O trabalho se propõe a refletir sobre essas e outras questões com o objetivo de trazer ao primeiro plano cenários do racismo e do antirracismo no âmbito da história da educação no Brasil.

Vai acabar, vai acabar...! A militância negra e os estudos pós-coloniais e descoloniais

Luiz Fernandes de Oliveira (UFRRJ)

Joselina da Silva (UFRRJ)

A noção de que no Brasil ocorre um colonialismo interno – da intelectualidade sobre a grande maioria da população – ainda se restringe a poucos(as) pensadores mais críticos(as), com quem a militância negra buscava proximidade nos anos 70 e 80 do século XX. Em 1980, a SINBA-Sociedade de Intercâmbio Brasil África – a primeira organização do Movimento Negro criada no RJ nos anos 70 – publicou um Caderno de Descolonização da nossa História. Seu título era *Zumbi, João Cândido e os dias de hoje*. A ideia era sintetizar dois livros importantes sobre aqueles personagens históricos para falar de um novo sentido das lutas negras. Foi extraordinário o sucesso de vendas no seio da militância e entre “circulantes” à volta de uma faixa de pano de cerca de dois metros intitulada “A Imprensa Negra bota banca”, uma banquinha de madeira em plena Cinelândia, também levada como ponto de agitação

aos calçadões de subúrbios do Rio de Janeiro, nos finais de semana. Era flagrante a surpresa em setores “de esquerda” quando falávamos de Fanon, CLR James, de Richard Wright, de James Baldwin, de Du Bois ou de Amílcar Cabral, de Agostinho Neto (inclusive textos políticos), de Samora Machel, de Eduardo Mondlane, de Kwame N’Krumah, de Nelson Mandela, de Julius Nyerere e outros “Pais da Pátria” na descolonização africana. Livros, textos, histórias desses e sobre esses personagens eram “troféus” disputados avidamente pela militância negra! O Centro de Estudos Afro-Asiáticos, no RJ, era um dos poucos lugares onde também se podia encontrá-los e vivenciar discussões que alimentavam o incipiente Movimento Negro, nos meados dos anos 70. Por que os estudos pós-coloniais e descoloniais demoraram a “chegar” entre brasileiros? Discutiremos, então, a relação “colonial” do pensamento social brasileiro face à questão racial e às trajetórias do Movimento Negro e das lutas contra o racismo no Brasil.

Suspeitos e Cidadãos: a construção de um inimigo social.

Rebecca Christina Rodrigues Juvencio de Oliveira (UnB)

Para pensar a construção do “suspeito” e as práticas policiais no Brasil é importante levar-se em consideração como se dá a construção da cidadania. Parte-se do pressuposto de que as práticas policiais desempenham modos de operação que por diversas vezes vitimizam, invisibilizam e coagem sujeitos a partir do estrato social do qual fazem parte. De tal maneira, faz-se, a todo momento, importante garantir os Direitos Humanos, uma vez que tais direitos também devem ser direcionados às minorias hipossuficientes ou, de outro modo, maiorias desempoderadas. Para tanto, é necessário adotar um modelo jurídico-penal diferenciado, que englobe as demandas e conjunturas de sujeitos estereotipados e hostilizados pela sociedade, e que entenda ao fim e ao cabo, os matizes históricos e estigmatizantes que operam negativamente no quantificador de marginalidade. Este trabalho se propõe a fissurar essas ordens hegemônicas que condicionam e tendenciam indivíduos à locais de expectativas restritos, reatualizando no imaginário social a necessidade de uma evitação, higienização e constrangimento moral. A construção da categoria inimigo não advém de um mero acaso; este trabalho tem por meta desvendar que por detrás de um indivíduo, existem apontamentos de estereótipos, *habitus* e um construto dedicado em fazer de determinados corpos o portador da identidade de inimigo do Estado

A Conquista da Favela: notas sobre a Colonialidade Urbana

Fernanda Souza dos Santos (UFRJ)

Desde sua formação primária, a favela figura como um “espaço outro”, como a não-cidade: ambiente *locus* da marginalidade urbana, das classes perigosas, do crime violento, da desordem urbana e da cultura exótica. Salvo as devidas proporções, é factível constatar algumas marcas de colonialidade apresentadas por autores como Todorov, Gruzinski, Fanon e outros a respeito da construção da alteridade dos colonizadores em relação aos povos colonizados e a construção da alteridade entre “sociedade do asfalto” e favelados, bem como sobre a gestão dos territórios populares promovida pelo Estado. Pois é em sua relação com os territórios populares que o estado redefine seus modos de governar e legislar (DAS; POOLE, 2004),

em uma “homotetia” do acerbo contraste metrópole-colônia: construção de alteridade, subordinação dos territórios populares, adoção de violência econômica e extraeconômica e no limite até o genocídio (como mostram os altos números relativos às mortes da população negra, seja por arma de fogo, violência obstétrica ou encarceramento – prisional ou manicomial). Através de suas políticas públicas, o Estado imputa sobre os favelados a qualidade de não sujeitos – expressas por intervenções estabelecidas à revelia de sua população – e reforça a alteridade hierarquizante entre “asfalto” e favela, o que resulta, geralmente, em intolerância, em particularismo e em inferiorização da população favelada. O intuito desta breve discussão é apontar os traços de colonialidade na relação Estado e territórios populares, numa reprodução da dicotomia metrópole-colônia por meio do estabelecimento de um diálogo entre o colonialismo na ocupação da América e o método de atuação das políticas públicas que se destinam a esses territórios.

Discriminação Étnico-Racial contra migrantes na América Latina

Nathalia Vince Esgalha Fernandes (UnB)

Rebecca Igreja (UnB)

As sociedades latino-americanas se apoiaram em um pensamento europeu baseado em uma forte tendência de homogeneização da população, como forma de integração social, orquestrado principalmente pelas elites dominantes. Dessas ideias pode resultar, como pode ser observada nas sociedades europeias, uma violência nacionalista que pretende não exatamente assegurar a libertação de uma nação, mas protegê-la de ameaças externas e purgá-la de tudo que poderia manchar sua homogeneidade. Os imigrantes são racializados a partir de suas características culturais e compreendidos como seres humanos diferentes. Os seus filhos herdaram essas características perante os olhos da comunidade receptora, mesmo nunca tendo morado no país de origem de seus pais, sendo estigmatizados por isso. A compreensão de uma raça não biológica, na prática aprofunda-se no discurso, nas fronteiras simbólicas e na identidade (LEE; 2005). Não obstante, o tratamento discriminatório aplicado aos imigrantes internacionais em diversos países Ibero-americanos tem suas raízes ligadas ao pensamento eurocêntrico que ainda predomina e legitima comportamentos tendo como base a superioridade racial, legitimando assim diversos tipos de violência com base na crença dessa superioridade. A exclusão social em que vive a população migrante é resultado de uma construção social e política do sujeito migrante, da qual se destaca a construção cultural ligada à formação do Estado Nação moderno e à exploração inerente ao próprio modelo capitalista de produção, que se apoia em vulnerabilidades diversas para o seu sustento: violações aos direitos humanos, a falta de garantias trabalhistas e sociais, a discriminação étnica e racial, xenofobia e o discurso antimigratório. Historicamente, relaciona-se a discriminação ao trato degradante e poucas vezes a vemos como explicativa da desigualdade social e, menos ainda, como uma negação de direitos. Assim, enxergar a discriminação como cerceamento de direitos individuais e coletivos, e como provocadora de danos para a democracia, a cidadania e a integração do migrante, é algo muito recente e importante para a busca da diminuição das desigualdades dos migrantes. Nesse contexto, este trabalho pretende dar um panorama geral da questão de discriminação étnico-racial contra migrantes na América Latina e apontar como essa discriminação aprofunda as desigualdades e a garantia de direitos dos migrantes.

ST07-TECNOLOGIAS EDUCACIONAIS E O ANTIRRACISMO

Coordenação:

Joalva Menezes de Moraes (SEC-Bahia)

As tecnologias aliadas ao processo educativo podem trazer benefícios tanto para a educação, como para a compreensão da relevância do papel do cidadão em seu grupo social. Muitos autores, hoje, consideram a internet como um espaço fértil para os fóruns públicos de diversas naturezas. O audiovisual no ambiente escolar pode se tornar um grande aliado para os educadores, que a partir da mediação, poderão realizar atividades que estimulem a autonomia e a criticidade dos estudantes, principalmente acerca de questões pouco presentes nos livros didáticos, como a educação para as relações étnico-raciais, por exemplo. Seguindo esses critérios, a TV Escola – MEC, TV Paulo Freire – Secretaria da Educação do Paraná e TV Anísio Teixeira – Secretaria da Educação da Bahia são exemplos de veículos de comunicação que apresentam, em sua missão, a concepção de produtos audiovisuais educativos e direcionados à comunidade escolar, inclusive, objetivando proporcionar material que viabilize a formação de professores. Essas iniciativas modificam a concepção da televisão, não privilegiando apenas seu caráter mercadológico, além de levar para a sala de aula conteúdos contextualizados com suas regiões e discussões de temas diversos que fogem da hegemonia de grupos socialmente dominantes. Desta forma, tendo em vista os objetivos do SERNEGRA 2016, que pretendem trazer o enfrentamento da desigualdade racial ainda tão presente em nossa sociedade, será extremamente relevante inserir uma Seção Temática - ST que proporcione reflexão, discussão e troca de experiências de educadores de todo o país, sobre o uso de tecnologias educacionais que tenham como foco as questões étnico-raciais e o antirracismo. Serão momentos muito ricos em que dois temas tão interessantes e atuais estarão em pauta: as tecnologias votadas para a educação e as relações étnico-raciais.

Cine NEABI: educando para a diversidade

Aldenise Maicon Moreira (NEABI - IFRR - Instituto Federal de Roraima)

Cristina Nascimento de Oliveira (NEABI - IFRR - Instituto Federal de Roraima)

O Cine NEABI é um cineclube que tem a Diversidade e os Direitos Humanos – em seus variados campos – como foco principal. O projeto surgiu por meio do Núcleo de Estudos Afro-Brasileiros e Indígenas (NEABI) do Instituto Federal de Roraima (IFRR) – Campus Boa Vista Centro. O cineclube foi aprovado nas edições 2015 e 2016 do Programa de Bolsas de Extensão (PBAEX) do IFRR, com uma aluna bolsista de ação afirmativa na primeira edição, e duas alunas na segunda. O cineclube pretende despertar o senso crítico da comunidade a respeito da diversidade cultural através da exibição de diferentes formatos de produção audiovisual, dando ênfase ao diálogo e ao fortalecimento do conhecimento. Os debates, ao final das exibições, são importantes para trabalhar o olhar crítico de cada participante, utilizando o Cinema como subsídio para o tema da Diversidade e dos Direitos Humanos, auxiliando o processo pedagógico e despertando os membros das comunidades interna e externa do IFRR para os temas abordados. O projeto está dividido em ciclos mensais de cinema, com exibição semanal, às quartas-feiras, às 12h, com entrada gratuita, no Auditório do campus. O horário escolhido atende, principalmente, os alunos calouros dos cursos técnicos de turno integral da instituição. Por ser uma atividade de extensão, a proposta oferta certificado no final do projeto para os participantes, desde que esses frequentem, pelo menos, 75% das sessões, conforme lista de presença. Em 2015, apresentamos 12 sessões, nos ciclos Olhares Ameríndios, Olhares Femininos, Olhares Diversos (LGBTT), Olhares Negros e Olhares da Juventude. No total, tivemos 530 participantes. Em 2015, aplicamos 82 questionários nas sessões, sendo integralmente alunos do Ensino Médio, do 1º ao 4º ano. Desses, 33 são homens e 37 mulheres. Dos ciclos exibidos, os mais elogiados foram Olhares Negros e Olhares da Juventude, seguidos por Olhares Diversos (LGBTT). O ciclo com menos impacto foi o primeiro, Olhares Ameríndios, mostrando que, embora Roraima seja o segundo estado brasileiro com maior população indígena do país, esse universo ainda se encontra distanciado da juventude, o que possibilita novas pesquisas para saber as causas desse distanciamento. Por meio desse projeto, portanto, percebemos que é possível utilizar o Cinema como material de apoio didático pedagógico em ações de extensão no IFRR, além de inserir a temática da Diversidade na formação educacional dos alunos da instituição.

Ikoloju: cibercultura e educação antirracista

Luzineide Miranda Borges (Universidade do Estado do Rio de Janeiro)

Este artigo é um recorte da minha pesquisa, em andamento, em que analiso a potencialidade da Cibercultura na luta contra a discriminação racial e religiosa, ampliando o conhecimento dos educadores e seus saberes acerca do exercício da cidadania e da identidade étnico-racial no Brasil. A Cibercultura se constitui em novo espaço de sociabilidade e possibilita novas formas de relações sociais quando esses espaços são utilizados como local de difusão e discussão sobre as questões étnico-raciais, afinal, são diversas as relações que se estabelecem no mundo virtual, abrindo possíveis mudanças e interações. A discussão surgiu a partir dos relatos das

crianças e adolescentes sobre compartilhamentos de narrativas, vídeos, fotos/imagens feitas na sua *timeline* no Facebook, que suscitou discussões sobre afirmação da identidade a partir de imagens e textos que circulavam na rede apresentando a questão da cor da pele ou do cabelo dos afrodescendentes como disparadores de narrativas/comentários contras e também a favor. O ativismo digital potencializado pelo Coletivo a Coisa Está Ficando Preta é meu olhar questionador e problematizador. O coletivo é formado por estudantes dos cursos de licenciaturas da Universidade Estadual de Santa Cruz, localizada no sul da Bahia, professores da Educação Básica e candomblecistas do Terreiro Ilê Axê Odê Aladê Ijexá. Ao escolher o sul da Bahia como espaço geográfico da ação do ativismo digital, apontamos que essa é uma região marcada pelo silenciamento e ocultação das discussões sobre a diversidade cultural.

Documentários com estudantes de escolas públicas baianas

Geize Oliveira Gonçalves (Rede Anísio Teixeira)

“Faça Acontecer” é um quadro do Programa Intervalo, da Rede Anísio Teixeira, órgão da Secretaria da Educação da Bahia (SEC) responsável pela concepção, produção e difusão de mídias e tecnologias educacionais. Diz respeito a uma série de documentários curtos (4 minutos), com estudantes de escolas públicas que se destacaram em festivais, campeonatos e/ou atividades apoiadas pela SEC, a partir de depoimentos deles mesmos, de seus familiares, de professores e de amigos. O “Faça Acontecer” tem como objetivo valorizar a capacidade intelectual, artística, científica e esportiva dos estudantes da Rede Pública de Ensino da Bahia. Esses documentários possuem um caráter híbrido, pois envolvem, em sua narrativa, diversos conteúdos como: expressões artísticas, diversidades linguísticas, categorias geográficas, gêneros literários, entre outros. Tudo isso apresentando como protagonistas estudantes afrodescendentes, uma vez que, na Bahia, os negros, que são a maioria da população, estão nas camadas mais pobres, vivendo em bairros periféricos e beneficiados pelos serviços oferecidos pelo Estado. Assim, o “Faça Acontecer” é a oportunidade de mostrar à sociedade em geral as potencialidades dos afrodescendentes baianos, tão pouco valorizados e, às vezes, até invisíveis aos meios de comunicação, exceto nas matérias jornalísticas sobre casos policiais. O negro, nesses documentários, é o artista, valorizado pelas suas próprias capacidades, sem vitimização ou protecionismo.

Memórias e identidades: produção formativa de vídeos educacionais

Maria de Fátima Barbosa Coelho (Universidade Federal da Bahia)

A formação “Memórias e identidades: produção formativa de vídeos educacionais” estimula o uso de softwares e de licenças livres na produção audiovisual, promovendo um diálogo sobre o uso ético e seguro das TIC e incentivando a produção de vídeos por estudantes e professores da rede pública estadual de ensino, com o olhar voltado para a valorização das suas culturas e das realidades de comunidades onde moram ou estudam. O público alvo corresponde a estudantes e professores

da rede pública de ensino do Estado da Bahia. Embora os professores façam uso de vídeos no seu cotidiano, é precária ou quase nula a produção proveniente dos mesmos. Em contrapartida, temos os estudantes que, muitos deles, fazem pequenos vídeos sem uma orientação adequada. Sendo assim, esta formação: “Memórias e identidades: produção formativa de vídeos educacionais” orienta o devir; fomenta a produção audiovisual no ambiente escolar e a experimentação de novas linguagens; possibilita a comunidade escolar que ela se reconheça como autora e produtora de obras audiovisuais; relaciona as produções audiovisuais com os eixos temáticos e a sua viabilidade pedagógica; e dá visibilidade às produções realizadas pela comunidade escolar através da TV Educativa da Bahia – TVE-BA, Portal da Educação e também como um novo conteúdo da TV Anísio Teixeira. Os estudantes e professores participantes aprendem a usar as tecnologias da informação e da comunicação de forma ética e com criticidade; mapear e incentivar o uso e difusão de softwares e licenças livres; ler, interpretar, relacionar e produzir “textos” informativos e documentais, considerando aspectos críticos, regionais e contextualizados; produzir, com autonomia, discursos e narrativas audiovisuais; e ampliar o uso da fotografia como instrumento crítico de memória e documentação. Assim, os vídeos resultantes dessa formação são excelentes armas contra o racismo, pois populações periféricas da Bahia produzem e dão visibilidade a suas identidades, potencialidades e valor.

Violência no contexto escolar e racismo: um olhar a partir de um município do entorno do Distrito Federal (Brasil)

Rafael Gonçalves Campolino (Universidade Nacional da Província de Buenos Aires e Faculdade Anhanguera de Valparaíso/GO - Kroton Educacional)

Ricardo Almeida de Paula (Instituto Mauá de Pesquisa e Educação - Faculdade Mauá e União de Estudos de Pós-Graduação - UNEPÓS)

Nas últimas décadas o constructo violência tem se desdobrado e assumido um grandioso e negativo papel no contexto escolar, visto ser um fenômeno de difícil manejo por parte dos pesquisadores e que independe de classe social, sexo ou faixa etária dos sujeitos envolvidos. Com foco em minimizar as ocorrências de violência no cenário escolar, muitos países têm adotado políticas públicas educacionais com o objetivo de melhorar o poder de resposta frente à temática. O presente resumo tem por objetivo divulgar, de forma inicial, o progresso da pesquisa de doutoramento em Educação a partir da vertente violência, o que diretamente envolve o racismo. A metodologia utilizada foi a pesquisa com desenho misto, o que possibilitou a combinação de diferentes métodos e técnicas para analisar o fenômeno. Foi aplicado um questionário com 42 questões semiestruturadas. Os sujeitos da investigação foram 39 estudantes, do 5º ao 9º ano, vinculados ao Programa Mais Educação da escola pesquisada. Dos entrevistados, 19 estudantes se autodeclararam negros e, entre suas principais queixas, estão as “brincadeiras” com cunho preconceituoso, principalmente as que envolvem aspectos raciais, homofóbicos e contra a honra. Em questão aberta, os estudantes alegaram que as principais ofensas são os xingamentos, tais como: “macaco/ nego da favela/ preto/ cabelo de pixaim/ derrapada de caminhão/ tição”. É alarmante saber que 85% dos entrevistados, e nesse seara incluem-se todos os estudantes negros, sentem-se discriminados/humilhados, e

69% se sentem ignorados ou excluídos pelos seus pares na escola. Observa-se que das ofensas com cunho racial, evoluíram para violência física, na qual a maioria das vítimas foi meninas. O pátio, no horário do intervalo, apresenta-se como o local em que o preconceito racial assume o papel de violência física. Os testes iniciais permitem concluir que muitas ações podem e devem ser feitas para minimizar a violência no contexto escolar. Entre todas as ações, a parceria entre a família e a escola é um dos caminhos mais promissores, visto que alguns problemas oriundos da comunidade podem tornar-se problemas de violência na escola. A pesquisa encontra-se em curso e o número de sujeitos será elevado, objetivando trazer dados em grande escala do município, o que possibilitará oferecer um estudo detalhado a respeito da temática.

*O Programa Intervalo como tecnologia educacional na
contribuição de práticas antirracistas: o caso do Quadro Histórias
da Bahia*

Carlos Antônio Barros de Oliveira (Instituto Anísio Teixeira-BA)

Trata-se de uma apresentação do processo de construção do quadro “Histórias da Bahia”, integrante do Programa Intervalo, concebido pela Rede Anísio Teixeira, da Secretaria da Educação do Estado da Bahia. O quadro aborda temáticas referentes à história baiana numa perspectiva ora da História Social ora da Nova História Cultural, com objetivo de promover apreensão de conteúdos pela comunidade escolar, proporcionando reflexões que lancem novas luzes na formação da sociedade brasileira. O quadro “Histórias da Bahia” nasce de um documento chamado *Desenho Pedagógico*, cuja estrutura de forma de miniprojeto de pesquisa traz como objetivo central orientar a construção da obra a partir de critérios pedagógicos nítidos e que buscam a formação de sujeitos com autonomia e criticidade. A Rede Anísio Teixeira trabalha também com a formação de estudantes e professores para a atuação no audiovisual e muitos atores que trabalham nos episódios de “Histórias da Bahia” são oriundos dessas formações que ocorrem regularmente. Entre os episódios, os temas Conjuração Baiana (Revolta dos Búzios), Heranças do além-mar, Recôncavo, Revolta dos Malês e Sabinada são particularmente importantes no debate acerca de questões étnico-raciais e racismo, sendo objetos privilegiados dessa comunicação proposta.

ST08 - PERFORMANCES NA ARTE COMPUTACIONAL: ABORDAGENS E DISCUSSÕES SOBRE GÊNERO E RAÇA

Coordenação:

Elias do Nascimento Melo Filho (UnB)

Suzete Venturelli (UnB)

A Arte computacional é entendida, genericamente, como qualquer tipo de arte em que um computador tem papel fundamental na criação ou na exibição da obra. Tais obras podem ser imagens, sons, animações, vídeos, CDs ou DVDs, videogames, um site da internet, a aplicação animada de um algoritmo etc. Essas obras podem ter diversos tipos de discussões diferentes, como, por exemplo, abordagens sobre obras que intitulam gênero e raça como poética principal. Nessa discussão, o conceito de performance adquire formas variadas, cambiantes e híbridas. Há algo de não resolvido nesse conceito que resiste às tentativas de definições conclusivas ou delimitações disciplinares. Com base em diferentes campos do saber e da expressão artística, que alcança desde o teatro e as artes performativas à antropologia, à sociologia, à psicanálise, à linguística, à pesquisas sobre folclore e aos estudos de raça e gênero, formula-se o conceito de *performance*. Esta Seção Temática tem como objetivo abranger trabalhos das áreas Artísticas (Visuais, Teatro, Dança e Música), que abordem conceitos de Arte Computacional e Tecnologias voltadas às Mídias Interativas e de Comunicação, como Redes Sociais, programas culturais e eventos públicos.

Seção temática encerrada por falta de submissão de trabalhos

ST09 - OS AFRICANOS NO MUNDO ATLÂNTICO: INTERAÇÕES ENTRE ÁFRICA E BRASIL A PARTIR DE UMA LEITURA DECOLONIAL

Coordenação:

Dayane Augusta Santos da Silva (IFG)

Renata Jesus da Costa (SEDF)

Esta Seção Temática visa acolher propostas de pesquisa que abordem os africanos a partir de uma posição de centralidade tanto em África quanto no Brasil. Tal ponto de vista nos convida a repensar os africanos para além da condição de passividade imposta a esses por uma historiografia que não considerava a movimentação histórica própria do continente africano e de seus habitantes. Entendemos que uma das maneiras de combater pensamentos enraizados sobre uma hipotética apatia dos africanos, frente ao processo de implantação e vigência do colonialismo, perpassa pela inserção de novas temáticas. A questão de gênero, da organização do trabalho, da cultura e da economia, por exemplo, tem alcançado relevância acadêmica por fornecer outras perspectivas de interpretação à história desse continente. O uso da fonte oral é outra importante ferramenta no processo de reflexão do africano enquanto sujeito histórico. Vansina nos explica que as sociedades orais africanas reconheciam a fala não apenas como um meio de comunicação diária, mas também como um meio de preservação da sabedoria dos ancestrais, expresso por meio de uma tradição. Esse testemunho atribuía à palavra um duplo poder, no qual “dizer” é “fazer”. Para tanto, este simpósio temático busca contemplar trabalhos que dialoguem com os diferentes usos das fontes orais ou outras narrativas que revelem os “silêncios” causados pelo desinteresse ou pelos estereótipos elaborados sobre o continente negro.

Mulheres quilombolas (Brasil) e moçambicanas (África): estudo etnográfico sobre educação, trabalho e modo de sociabilidade

Márcia Cristina Américo (UNIMEP)

Este ensaio é resultado da pesquisa de doutorado (2015), de cunho etnográfico e de observação participante, realizada em duas comunidades: Quilombo de Ivaporunduva, no município de Eldorado, estado de São Paulo, Brasil, e Macuanda, no distrito de Zavala, província de Inhambane, no sul de Moçambique. O reconhecimento da descendência moçambicana que foi identificada nas narrativas dos membros quilombolas de Ivaporunduva e nas pesquisas antropológicas e arqueológicas suscitou a necessidade de apreender aspectos culturais e históricos do povo moçambicano. Circunstâncias da vida individual e coletiva das duas comunidades inseridas em contextos rurais foram trazidas para o texto, especialmente por meio das narrativas das mulheres, a partir dos temas disparadores escola e processo de escolarização das famílias. As narradoras falam também do processo de colonização e escravização portuguesa na África e na diáspora ao Brasil. O estudo etnográfico – o processo de convivência longa e conversações demoradas, do respeito ao tempo da pesquisa, da escuta e do silêncio e do contato com a narrativa oral – revelou-se fundamental para compreender a educação, o trabalho e os modos de sociabilidade das duas comunidades. Tanto em uma como em outra, a memória está ligada de modo estruturante à oralidade, tendo a língua como fundamental herança de conhecimento. O saber, o conhecer são a própria vida narrada. As histórias das vidas das pessoas possibilitam novos campos de pesquisa em áreas distintas. A metodologia mostra-se válida para a academia e para os movimentos sociais voltados à intervenção por mudanças sociais, junto às comunidades historicamente colocadas à margem.

Candomblé: memória, oralidade e interculturalidade, enraizadas no arvorecer de uma cultura fertilizada pela amálgama de povos africanos.

Leonardo Lazaro Faislon (UNILAB)

Verso este trabalho impulsionado pela confluência da minha etnicidade (enquanto sujeito “orgânico” do Candomblé) em consonância com a minha condição de discente da UNILAB, onde convivo com pessoas naturais de países africanos de língua oficial portuguesa; bem como, minha inserção em estudos e pesquisas que almejam negritar as congruências entre o Brasil e o continente africano. Desse modo, obstino apresentar algumas reflexões pelas quais busco evidenciar ascendências entre o Candomblé e a cultura que tange a vida cotidiana da etnia Manjaco de Guiné-Bissau e Machangana de Moçambique, desejando elucidar a complexidade do sistema cultural operante no Candomblé, e dessa forma, advogar para que o Candomblé seja concebido por outro ângulo que não somente o da lógica única de crença religiosa e, portanto, reivindicar seu reconhecimento social ao status de comunidade étnica, visto que seu cânone cultural é (co)existente na vivência dos seus sujeitos étnicos, ou seja, notado em suas espontaneidades, na maneira de se relacionar com o mundo. Repousado nesse cenário e envolto por essas conjunturas, sou conduzido para a compreensão de que os princípios estruturantes de nossa

cultura não se restringem a dimensão da expressividade visível, pois se manifestam, sobretudo, na esfera cognitiva, metafísica, onde os fundamentos filosóficos e cosmológicos configuram um patrimônio imaterial partilhado pela herança legada por nossa ancestralidade, que se perpetua em virtude da memória coletiva por intermédio da oralidade. Para tanto, desenvolvo este trabalho pautado nos fundamentos teóricos que se debruçam em torno dos conceitos e aplicabilidade da oralidade e da memória, para estruturação e composição de narrativas históricas e culturais ancoradas nas experiências e trajetórias de vida e das referências que dissertam em prol da Decolonialidade, visando trilhar o caminho pelo qual a ancestralidade possui grande relevo, em que a interculturalidade – concebida de forma crítica – é capaz de denunciar nossa decomposição ontológica em termos ideológicos e intangíveis, provocando o despertar identitário dos sujeitos subalternizados e com isso, transcender a hegemonia cultural que se estrutura em detrimento da nossa memória ancestral. Tal inclinação se justifica, acima de tudo, pelo fato da interculturalidade ser intrínseca ao arcabouço cultural do Candomblé pela oralidade e a memória serem elementos e essência constituinte da base de reprodução do conhecimento no Candomblé.

Migração africana no contexto da mobilidade humana: um breve olhar sobre a migração forçada a partir do contexto neoliberal

Cornélio Raimundo Mucache (UNIMEP)

Trata-se de um olhar sobre a migração africana a partir da leitura do atual contexto de globalização excludente e do neoliberalismo. O paradigma neoliberal através de seus mecanismos atravessa a vida de todo o ser humano e causa efeitos no espaço relacional. Uma das causas são as situações de: exploração, guerra, perseguição política, fome, falta de oportunidades para vida etc., que provocam as migrações forçadas em lugares ou países afetados. Com a consolidação do neoliberalismo, os países periféricos “africanos” iniciaram sua submissão ao Fundo Monetário Internacional – FMI, Banco Mundial – BM, Banco Internacional de Desenvolvimento – BID e a Organização Mundial do Comércio – OMC. Esse sistema orquestra a vida em países africanos para poderem sobreviver. Como fruto de consolidação do neoliberalismo, o ser humano foi substituído pelo lucro privado de uma minoria da população, gerando a exclusão econômica de aproximadamente 70% da população africana. As vítimas do projeto neoliberal procuram mecanismos de sobrevivência. É dentro dessa dinâmica de busca de meios de sobrevivência, causada pela pobreza surgida da ganância de um grupo minoritário, que devemos entender a migração forçada no continente africano particularmente na República Democrática do Congo, Nigéria, Angola, Mali, Guiné Conacry, Guiné-Bissau, Líbia, Tunísia, Egito e Togo. Nesse orbe, EUA, União Europeia e Brasil vem por muitos anos, eleito pelos migrantes africanos como um paraíso e oportunidade para a vida.

Rumbe: A educação de Axé e os valores civilizatórios Africanos

Watusi V.S. Soares (Faculdade Alfredo Nasser – UNIFAN)

O processo de diáspora do povo africano tem sido objeto de estudos nos mais diversos espaços, bem como seu legado nas Américas e Antilhas. Com certeza este trabalho passará por esse caminho, no entanto, percorrerá adiante na busca de religar de maneira histórica e filosófica os terreiros de candomblé como guardiões da educação e tradição africana a sua própria matriz: a África. “Rumbe: A educação de Axé e os valores civilizatórios Africanos” é necessariamente a hipótese de que existe uma conexão direta do que se conhece por rumbe nos terreiros de Candomblé lorubá com os valores civilizacionais africanos. Para os panafricanista, todo indivíduo negro fora de África é um africano na diáspora. Tantos elementos práticos como roupas, comidas e dialeto quanto os que se referem à visão de mundo foram preservados e são responsáveis pela sobrevivência dos terreiros. Elementos como a ludicidade, a oralidade, o cooperativismo, a ancestralidade, a circularidade, entre outros, determinam costumes como a relação com os idosos, as crianças e as mulheres, com a natureza, com a saúde, com o sexo e outros itens essenciais na organização de cada sociedade.

Resistência feminina em “O alegre canto da perdiz”, de Paulina Chiziane

Áurea Regina do Nascimento Santos (IFPI)

“O alegre canto da perdiz” conta a estória de três gerações de mulheres da Zambézia: Serafina, Delfina e Maria das Dores. Todas são apresentadas como vítimas da colonização à medida em que acompanhamos a vida conjugal de cada uma delas com os homens, negros e brancos, que vivem na região. A construção complexa das personagens femininas ilumina o debate sobre como as memórias são marcadas não apenas pelo gênero, mas também por outras condições sociais como raça e classe. Nesse romance, Paulina Chiziane revisita os eventos históricos da sua nação no tempo da colonização portuguesa, e assim constrói a narrativa que abrange assuntos complexos da contemporaneidade de Moçambique como a assimilação, a miscigenação, a discriminação étnica, racial e de gênero, o choque entre culturas, as relações de poder etc. Considerando que uma das perspectivas da teoria decolonial é o deslocamento do lugar de fala, aproximando-se da estratégia da pedagogia de Freire de devolver a palavra ao oprimido (PENNA, 2014), a narrativa de Paulina Chiziane assume o papel de dar voz às mulheres de seu país, a fim de mostrar a posição detida pela mulher moçambicana e as imposições de uma vítima da sociedade do colonialismo. Assim, a análise de “O alegre canto da perdiz” propõe uma reflexão sobre (de)colonialidade, gênero, raça, cidadania e identidade, examinando as práticas sociais e culturais do povo moçambicano. A leitura do feminino em Moçambique, a partir de obras da escritora, requer o estudo das ideias feministas pós-coloniais que favorecem um levantamento sobre as práticas sociais e culturais dos vários grupos étnicos que habitam o território moçambicano. A narrativa da autora não está apenas focada nas questões das mulheres, mas também nos valores e costumes da sociedade, quando propõe repensar os conceitos relacionados à cultura moçambicana, na tentativa de mostrar que a mulher pode escrever seu próprio destino, livre de imposições culturais e do sexo masculino.

Uma análise da construção das representações dos sujeitos/as africanas/os a partir dos cheiros no espaço interno do(s) ônibus intercampi da UNILAB-CE

Ythalo Viana Lima (UNILAB)

Esta comunicação é fruto da tarefa desafiadora lançada pela professora de Etnografia de analisar o espaço dos ônibus *intercampi* da UNILAB, e da minha ousadia de optar justamente pelo tema do cheiro. A opção pelo tema surgiu após meu uso do ônibus na condição de estudante que se deslocava entre os campi, em que pude perceber a existência de uma sociabilidade silenciosa, praticada aos cochichos, que envolvia apenas estudantes brasileirxs. Esses cochichos (e, às vezes, verbalizações em tom de voz alto) eram demonstrações orais de representações construídas entorno do cheiro africano – o que esse cheiro era, o que ele não era. Durante um período de aproximadamente dois meses, pude presenciar situações no mínimo espantosas, que me fizeram, inclusive, ponderar sobre a configuração conflitiva dessas situações ocorridas dentro do ônibus com o espaço de tempo tão curto. A questão entorno da qual meu trabalho gira é: porque exatamente corpos africanos? A minha experiência enquanto alguém que estava exposto a essa variedade dos cheiros também me dá autoridade de afirmar que o cheiro forte não provinha apenas dxs africanxs mas, novamente, porque toda a construção de um discurso que se volta exatamente para elxs? Na comunicação não omito que há sim um cheiro africano, que é diferente do cheiro brasileiro, mas minha questão central é narrar em que medida, através das observações feitas por mim, esse cheiro é escrutinado e passa de um estágio de diferenciação para submissão.

Exu nas asas da Sankofa e a interrogação de Clio

Luís Augusto Ferreira Saraiva (UnB)

O presente trabalho tem como objetivo apresentar os arquétipos do Orixá Exu, do Andikra Sankofa e a musa Clio da História a fim de trazer questionamentos que refletem sobre a produção do conhecimento histórico na modernidade. Assim, dos temas em que a História aborda, o mais intrigante é, sem dúvidas, a temporalidade compreendida em atividades humanas sobre o próprio tempo, muito embora se perceba a presença do fio de finitude da existência humana, o historiador se apresenta como um revisor do tempo passado e ao mesmo modo como um investigador da memória. Sobre essa complexidade do tempo histórico que se depara o historiador, seu ofício é de analisar as ações humanas no tempo, mesmo percebendo que ocorra uma correlação entre o humano e o tempo. Entretanto, o conceito de História não se prende apenas ao estudo do passado, ela é a emblemática ação dos homens no tempo, esse – histórico – que fundamenta uma função ética na História ao ponto em que o passado é apenas um caminho de passagem em que passa o *Ser* do qual o mesmo não possui uma existência própria, pois sua representação estaria a cabo da memória, que revitalizada é no presente. Entretanto, surge-nos uma pergunta sobre a temporalidade e o fazer histórico: o que estaria entre a natureza (humana) e consciência (memória)? Ora, a proposta que segue neste texto sugere a filosofia africana como um novo ponto de partida para a problematização do estudo da história, posto que em África a concepção de tempo percebe que o

passado é essencial para a compreensão do presente. Assim, Exu, além de ser o comunicador e de interligar os mundos dos homens e dos orixás, torna-se então, por metáfora, a figura do Orixá Exu, como um inversor entre o humano e a História. Por seu aspecto humano, Exu atravessa a linha de finitude da existência humana abrindo espaço para um novo paradigma que se proponha ao estudo da história. Por ser o comunicador, há em Exu o dom da narrativa, abrindo os caminhos para o fazer histórico. A interrogação que se faz e se o modo em que já concebemos o estudo da História será a única responsável para responder os problemas históricos em que o historiador se coloca? Não. O que se pretende não é sobrepor a figura de Exu como uma metáfora a Clio, musa guardiã da História e sim apresentar o orixá Exu como resposta ao questionamento do próprio historiador sobre o acompanhamento dos homens no tempo. Posto que tempo-histórico, protegido pela Sankofa, esse que se compreende de maneira mutável, estaria agora sobre os olhares da filosofia africana como um tempo que apresenta os ancestrais em sua ligação com o presente.

ST10 - A MATRIZ AFRICANA NA VISUALIDADE BRASILEIRA, PRÁTICAS POÉTICAS DE RESISTÊNCIA NEGRA

Coordenação:

Táta Kinamboji/Arthur Leandro (UFPB)

Carlos Eduardo Moreira Vera Cruz

Desde a chegada da missão francesa no Rio de Janeiro e da fundação da Academia Nacional de Belas Artes, que a política pública para as artes visuais declara a dependência dessa produção aos conhecimentos das 'luzes' do iluminismo europeu, diretriz que vai se reproduzir em toda a política oficial de cultura e de ensino de artes que persiste até os nossos dias. A missão francesa também vai gradativamente inserir a noção do artista como o 'gênio criador' e a arte como valorização da potência criativa individual, em detrimento da produção de arte coletivizada em comunidades. Esse processo de embranquecimento tem usado as escolas e universidades como um dos principais agentes legitimadores da hegemonia eurocêntrica nas artes visuais e na produção dos saberes. Aos artistas negros e de comunidades tradicionais de matriz africana, a tendência é o esquecimento de suas raízes para poderem pensar em inserção no circuito profissional. Propondo um caminho inverso ao padrão hegemônico europeu na produção de artes visuais, esta Seção Temática visa congrega pesquisas e relatos de experiências que tenham em comum a visualidade de Matriz Africana na diáspora brasileira, buscando elementos da resistência política e narrativas visuais de resistência negra na representação de subjetividades e identidade. Nossa meta é estreitar cada vez mais os laços das artes com as ciências humanas e com o discurso político de afirmação de identidade e de reconhecimento da origem africana de práticas artísticas, visando a construção de um nicho de resistência e valorização de artistas e obras que se fundam no patrimônio cultural afro-brasileiro.

Afroresistências: memória, protagonismo e arte negra

Angélica Lopes (UFRJ)

Este trabalho tem como objetivo compartilhar as reflexões surgidas durante o Seminário Afroresistências: Estética Negra e Novas Narrativas, ocorrido entre os dias 11 e 13 de maio de 2016, na Escola de Belas Artes da UFRJ. O evento congregou estudantes, artistas, afroempreendedores, educadores, mestres e portadores dos diversos saberes da cultura negra, além de promover debates, sessões de trabalhos acadêmicos, roda de contação de histórias, dança, sarau, feira e uma exposição coletiva de arte. E surgiu, a partir das demandas trazidas com recente entrada de estudantes negras/os e indígenas – via políticas de acesso – na universidade, uma instituição historicamente excludente que agora se converte em espaço de disputa e resistência diária. Por isso, a permanência nesse espaço só é possível mediante o fortalecimento de conexões com os conhecimentos e tradições –que resistem e reexistem – da diáspora africana à resistência dos povos nativos de nosso continente americano, e a construção de um espaço de diálogo e trocas que visem o fortalecimento coletivo. Nesse sentido, vale questionar: qual o lugar do conhecimento não eurocêntrico na trajetória de 200 anos da Escola de Belas Artes? Arte que fazemos é para que(m)? Qual será o impacto desse novo protagonismo na produção historiográfica e estética acadêmica? Afroresistências é o acúmulo presente da consciência imemorial vivida pelos corpos negros até hoje. Da arte consagrada nos Axés dos Terreiros ancestrais, nas ladainhas, nos cantos indígenas, nas mãos e vozes dos Babá-eguns, das saias rodadas do coco, jongo, carimbó e maracatu, dos corpos torneados pelo aprendizado da capoeira, da produção cinematográfica de Pernambuco e da Baixada Fluminense, dos gritos de expressão nos muros da cidade, como o piche e o grafite, da produção contemporânea oriunda das diversas quebradas do Brasil: um encontro.

Corpo-templo – Poéticas visuais, Rito e Memória

Heloisa da Silva França (UFRB)

Corpo-templo é uma obra autobiográfica que envolve *performance*, vídeo, fotografias e ilustrações. Pontua, em sua poética visual e sensorial, a ressignificação de rituais do campo mítico religioso afro-baiano. Na obra, a artista visual Heloisa França apresenta o corpo negro feminino em cena, suas memórias e experiências pessoais, sua história, seu cotidiano e vida no Candomblé e, em especial, esse corpo que também é templo. Partindo desse pressuposto, a artista exercita o resgate de memórias de alguns processos ritualísticos cotidianos vivenciados no terreiro e em casa com as suas mães (mãe biológica, avó e tia), tais como: o ato de lavar e engomar as roupas, a produção do banho de amaci, o banho de assento, a confecção das roupas e a preparação para as cerimônias públicas do Candomblé, o transe de Orixá, a própria iniciação e seus preceitos, resguardos, cuidados, respeito, silêncio. Este trabalho esboçará os processos artísticos e metodologia envolvidas na produção artística, tais como a proposta pluricultural de dança-arte-educação da autora Inaicyrá Falcão. Essa pluriculturalidade busca a compreensão do processo pelo qual o sagrado se expressa no cotidiano e o processo reverso, no qual o cotidiano é expresso no sagrado. Empregando essa proposta, *Corpo-Templo* fala assim sobre corpo, ancestralidade e mito através de um diálogo com conhecimentos e interpretações fundados numa experiência participativa e nas cenas biográficas da artista.

Negra África, negra a raça da mulher guerreira: a escola de samba como locus de construção artístico-cultural da identidade negra e dos saberes étnico-raciais

Diego Rodrigues Macedo (UEPA)

Erica de Sousa Peres (UEPA)

A escola de samba historicamente se constitui em um espaço de expressão da cultura negra, o que se exemplifica com o samba e com as demais experimentações artísticas que com o passar dos anos foram se incorporando ao cotidiano das agremiações carnavalescas. Hoje, além do próprio samba, o batuque (percussão), a dança e as artes visuais são elementos recorrentes no cotidiano carnavalesco que compõem a construção anual de cada desfile. Mesmo em um ambiente de raiz negra e popular, é possível perceber uma substituição dos elementos que formam a raiz do samba e do carnaval no Brasil com uma arte de expressão eurocêntrica. Neste sentido, para uma escola de samba, o trabalho de construir um enredo que aborde a negritude e a matriz cultural brasileira, mais do que se apropriar da história e legado negro é fazer do seu espaço um locus de protagonismos, onde se dará voz aos silenciados pela história oficial, e se enfrentará as tentativas de subalternizar o saber popular, a identidade negra e a arte e cultura afro-brasileira. O enredo “Negra África, Negra a Raça da Mulher Guerreira” realizado pela Associação Carnavalesca Xodó da Nega para o carnaval de 2015, na cidade de Belém, permitiu o exercício do carnaval com o protagonismo da história, da arte e da cultura afro-brasileira através de várias atividades construtivas que culminaram com a prática do desfile de carnaval, resgatando os valores identitários dos membros da escola de samba e da comunidade como um todo, confeccionando um trabalho que permitiu um reencontro com a historicidade negra.

Block Print: Estamparia em tecido por carimbos de madeira.

Glauce Patricia Silva Santos (UFPA e CEDEMI)

A história e a cultura dos povos africanos são intensas, ricas e com forte dramaticidade, representam ancestralidade, resistência, beleza, e força contida em cada detalhe das gravuras, pinturas, entalhes, tecidos, máscaras, esculturas, adornos corporais, grafismos, e estatuetas. A predominância do naturalismo e o surgimento das primeiras gravuras e pinturas, posteriormente a arte mural e suas fases, as técnicas de gravura em que o gravador africano desenvolve sua maneira própria de gravar, através do traço ou incisão utilizado nas rochas, com menos ou mais intensidade, e no tipo de seres representados, são definidos os períodos, e as fases da cada um. Nesse momento surgem as primeiras ferramentas de gravura, como a pedra apontada e a machadinha, os precursores dos buris (ferramentas de gravar atuais), pois através dos golpes e incisões feitas nas rochas é que entendemos o quanto esse homem buscava a precisão técnica, construindo ferramentas para obter gravuras melhores. Neste trabalho, falamos de uma técnica africana muito antiga, a estamparia em tecidos por carimbos, hoje em dia conhecida por nós como blocos de madeira pequenos “Wood Block Prints”, a qual foi criada e difundida pelos Adinkas na África, possui muitas simbologias associadas a provérbios,

transmitindo valores e conhecimentos. A estamparia por carimbos de madeira, ou blocos de madeira, foi o processo precursor da produção industrial em grande escala, o método de gravação da matriz de madeira é o mesmo da xilogravura, com algumas particularidades relacionadas a materiais, como corantes e têxteis a serem utilizados. Os tecidos africanos tem uma vasta dimensão, sendo que em cada região da África desenvolveu-se um tipo de estampa e técnica própria, e carregam muitas informações, significados, códigos, e segredos contidos na sua feitura, falam das relações entre pessoas, marido e mulher, mulheres com outras mulheres, e de cada um com os membros da comunidade em que vivem, geralmente são lisos ou estampados, tingidos, tecidos no tear, bordados, rebordados, utilizando linhas, pedras de vidro, cauris (búzios), canutilhos, pigmentos e outros materiais. Atualmente a Lei n. 10.639, garantiu-nos legalmente o direito de ensinar a história e a cultura Afro-brasileira e Africana nas escolas para as gerações futuras, e para dar continuidade, alguém tem que repassar adiante o que aprendeu, e como em muitas culturas africanas, é a arte que traz o conhecimento do passado até o presente, é através da arte da estamparia que vamos seguir.

O ritual da Jurema e o olhar de dentro através do audiovisual

Clementino Luiz de Jesus Junior (UERJ - FFP)

O presente artigo descreve o processo de construção do documentário Jurema, realizado entre julho e agosto de 2014, e de como o seu realizador, o próprio autor, sendo filho do terreiro e filho da mãe de santo, conseguiu registrar com finalidade de deixar um legado o ritual da bebida sagrada, como ela é feita na Umbanda da Irmandade Cercado de Boiadeiro, no Rio de Janeiro. A câmera percorre o ritual revelando suas belezas sem explicitar seus segredos, reconhecendo a necessidade de Memória do grupo em função da transição de comando dentre as gerações da casa. Nesse filme o autor também é personagem da obra e, partindo desse mérito, discutimos o papel do etnógrafo quando esse faz parte do objeto de estudo. Quais interferências a intimidade com os principais personagens do ritual sagrado registrado podem ter para o resultado da obra audiovisual, e como elencar o que ser ou não revelado são os elementos a serem analisados. Para isso discutiremos os limites da pesquisa de base etnográfica em um tema tão pessoal, e as opções de exposição dos símbolos do ritual em uma narrativa que une dois elementos fortes da matriz afroreligiosa: a oralidade e a imagem.

No trajeto das águas sobre o sulco dos rios

Glauce Patricia Silva Santos (UFPA e CEDEMI)

Em meio a tantos trajetos fluviais, rios, igarapés, travessias de baías, encontros de águas, nasce o projeto “No trajeto das águas, sobre os sulcos dos rios”, que propõe reflexão sobre a produção visual da região norte, em especial o trabalho da artista plástica Glauce Santos, a qual tem estreita ligação com os rios, já que morou em cidades ribeirinhas no arquipélago de Marajó, no Estado do Pará. A artista apresenta impressões de um itinerário percorrido sobre as águas, trajetos que se estendem até uma outra margem, do rio até o oceano, no encontro das águas doces e

salgadas. Criando circunstâncias favoráveis ao diálogo da produção artística com o meio citadino, com a realização de uma exposição em forma de instalação, com objetos que representam as divindades das águas, xilogravuras, e um vídeo-arte. O projeto também nos proporciona a vivência com a temática da água, na atualidade considerado “o bem mais precioso da humanidade”, e para quem não vive de fato essa realidade, não imagina a importância e a força que vem das águas, o que significa em termos culturais, religiosos, estéticos e ambientais. “Força” essa que é representada por nossa ancestralidade africana, pois esse projeto de pesquisa em arte, faz uma homenagem aos orixás africanos das águas: Olokun, Oxun, Yemanjá, Nànã, e Aje Shalunga, divindades essas cultuadas no Brasil, em religiões de matriz africana, e que de alguma forma guiaram todo o percurso desta pesquisa. É um trabalho que aborda a religiosidade afro-brasileira, com uma visão artística delicada, feminina, contemporânea, e ao mesmo tempo ousada, envolvendo objetos, sonoridade e imagens das águas, captadas pela artista em pesquisa de campo, em suas diversas viagens de barco, enfrentando maresias nos encontros do rio com o oceano, lagos, lama, enchentes, vazantes, marés altas, e pororocas.

“Afro-amazônicos e seus símbolos” em trilha no Museu Goeldi: um estudo das identidades e relações étnico-raciais

Tainah Maroja Coutinho Jorge (UNAMA e MPEG)

Segundo dados do censo demográfico de 2010 (IBGE), com uma população total de 7,5 milhões de habitantes, o estado do Pará é a unidade da federação com o maior número de pessoas que se auto declaram pretas ou pardas no Brasil, 76,7%. No entanto, é visível a sensação de falta de representatividade da cultura e das tradições negras em espaços urbanos públicos, como museus e escolas. Este trabalho pretende registrar o processo de construção do projeto “Afro-amazônicos e seus símbolos” – uma trilha do Serviço de Educação (SEC) para o Parque Zoobotânico do Museu Paraense Emílio Goeldi/ MPEG –, que foi construído em parceria com Mametu Nangetu, Babá Tayando, Mãe Nalva de Oxum, Mãe Jakolocy, Mãe Vanda de Ogum e Pai Alfredo de Bessen, autoridades de comunidades de terreiros de matriz africana da zona metropolitana de Belém que identificaram vegetais, animais e minerais do acervo do Parque Zoobotânico do MPEG com significado e importância cultural para as suas respectivas tradições. Todo o processo foi transformado em vídeos didáticos que são disponibilizados para escolas da rede básica de ensino como ferramenta pedagógica. O material é recomendado para ser assistido por estudantes em sala de aula antes de uma visita ao Parque Zoobotânico. As matrizes afro-amazônicas representadas em cada símbolo natural pré-selecionado pelas autoridades tradicionais, revela a presença da ancestralidade africana no parque Zoobotânico do museu e, por analogia, também revela a mesma presença africana na paisagem de Belém e da Amazônia. Através dos símbolos naturais inseridos na trilha interpretativa, o serviço educativo do MPEG transmite aos visitantes as concepções de mundo das diversas matrizes africanas na diáspora amazônica, e colabora com a afirmação da simbologia da África negra na paisagem física e cultural da capital paraense.

Mostra Nós de Aruanda - o corpo como mídia contra hegemônica

Sibely Nunes Nascimento (UFPA)

A partir das experiências nas atividades por mim desenvolvidas no projeto de extensão “Eu Vou Navegar na Casa da Mãe das Águas (Ile Yaba Omi)”, conheci a exposição Nós de Aruanda – Artistas de Terreiro, que tem como proposta agrupar artistas de terreiro para expor anualmente produções “periféricas” afro-amazônicas de poéticas visuais, afim de possibilitar o protagonismo as comunidades de matriz africana de Belém e região metropolitana. Além da exposição em galeria, a mostra conta com intervenções urbanas realizadas um mês antes do evento. Assim, para a elaboração deste trabalho, analisarei as intervenções urbanas “Pade URBE”, realizada em 2014 por Carlos Vera Cruz; “Mavambo Ke Vivo”, apresentada em 2015 por Angelo Imbiriba; e “O Nkisi é o que nos socorre”, desenvolvida em 2016 por Weverton Ruan. Por intermédio de seus corpos, os artistas demarcam o território da cidade com o intuito de proporcionar o contato direto com os elementos da tradição de matriz africana, recontextualizados, para visibilizar a memória cultural afro-amazônica. De cunho midiático contra hegemônico, esses corpos visibilizam particularidades da cultura de viés afro-brasileiro, comumente marginalizados pelas estruturas de poder e pela grande mídia. Dessa maneira, fundamento o trabalho embasada em estudos sobre o corpo como mídia primária, Mídia Radical, Mídia Contra Hegemônica, Ativismo e Poéticas Políticas.

“Fluxo de Bênção”: a resistência simbólica na urbanidade física e virtual

Tainah Maroja Coutinho Jorge (UNAMA e MPEG)

A partir de um grupo de mensagens instantâneas, emanou-se bênçãos e saudações em línguas e linguagens de africanas e afro-brasileiras, trocadas por Mães e Pais de Santo gerando uma corrente diária de orações constantes. A exemplo dessa troca, entendendo que se faz necessário no momento contemporâneo a deliberação da pauta social das questões de identidade e suas relações de interculturalidade para formação de respeito mútuo e construção de uma cultura democrática de paz, a proposição de intervenção artística urbana transpôstal curso informacional, para as ruas da cidade, através de *stencils* em postes, para frases evidenciando a cultura, simbolicamente, dos povos tradicionais de matriz africana. Estar na cidade é estar submerso em várias camadas de signos e não há um código chave de compreensão de tudo. Os significados precisam ser produzidos por quem sente e vê. Sendo assim, o “Fluxo de Bênção”, realizado em março de 2016, exposto no projeto “Nós de Aruanda”, em abril, em Belém (PA), tem a comunicação restrita aos seus grupos, que conseguem ler os signos, palavras, e codificar sua relação com o local onde foi inserido. Cada frase espalhada nas ruas movimentadas da cidade, expressava uma bênção ancestral divina, de acordo com seu campo de regência e espaço geográfico inserido, em uma busca de sensibilização urbana. O diálogo inicia-se assim e percorre diferentes interfaces, pois houve uma campanha convidando os transeuntes a compartilharem seus registros nas redes sociais, com a intenção de apoio à matriz. Cada foto compartilhada foi impressa e junto com os *stencils* usados formou-se um painel, esse exibido na galeria, junto com um vídeo

registro da ação, almejando visibilidade, possibilitando novos formatos de comunicação e alargando o campo de receptores. Torna-se então uma conquista e resistência no espaço urbano e virtual, valorizando a matriz africana, espaço que é simbolicamente e socialmente negado. Invadir os pontos principais de poder e circulação da cidade é se fazer presente, conquistando seu espaço de direito. Uma demarcação cultural, recriando simbolicamente a consistência social que o povo negro tem o direito de ter.

ST11-O 'NÃO-LUGAR' DE PESSOAS NEGRAS NO ENSINO SUPERIOR NO BRASIL

Coordenação:

Sandra Maria Cerqueira da Silva (UEFS/FAT)

Nadir Nóbrega Oliveira (UFAL)

Enquanto em alguns lugares no mundo pesquisadores, tais como: Caplan & Ford (2014); Norton, Vandello, e Darley, (2004) buscam identificar e eliminar atitudes racistas veladas nas universidades, aqui ainda estamos lutando por questões básicas como o respeito às mulheres, pela oportunidade ao ensino de qualidade e depois pelo acesso e permanência no ensino superior etc. Com vista a descolonizar a história – ponto de vista que corrobora para construção de outra interpretação, voltada para o enfrentamento das desigualdades raciais no Brasil – torna-se imperioso analisar a colonialidade do poder, do saber e do ser, que poder levar pessoas negras a despersonalização. Afinal, a imagem construída do país é a de haver harmonia entre as diferentes etnias que compõem a população. Assim, o objetivo da sessão é explorar as formas mais sutis de violência e microagressões de racismo e sexismo nos estabelecimentos de Ensino Superior, ou seja, efeitos da falácia da democracia racial na academia sob a perspectiva crítica decolonial.

*Mulheres negras na universidade: reflexões a partir de depoimentos
na página preta e acadêmica*

Eliane Aparecida de Oliveira (UEM/NEIAB)

A internet é hoje um instrumento de comunicação dos mais abrangentes. Nesse sentido, as redes sociais se tornaram ferramentas de trocas de saberes que possibilitam aproximações de pessoas com conhecimentos e vivências distintas e, ao mesmo tempo, comuns a vários indivíduos. Dessa forma, a proposta desta comunicação é versar sobre o ciberativismo apresentado numa comunidade virtual criada na rede social *Facebook* – a página Preta e Acadêmica. Nascida a pouco mais de um ano, a página visa expor práticas racistas e a exclusão ou o silenciamento das mulheres negras nas universidades, além de dar visibilidade a projetos e conquistas da população negra na educação em diferentes níveis. A comunidade ultrapassou a marca de cem mil seguidores publicando memes com frases racistas ouvidas com frequência nas instituições e, também, através de relatos enviados de forma privada e publicizados com autorização das depoentes. Esses relatos são histórias de vida que mostram superação e resiliência, da mesma forma que desconstrói discursos meritocráticos e, de forma contundente, visibiliza o racismo estrutural que atinge as instituições educacionais e sociais no Brasil. O que chama a atenção nas falas é o quanto as histórias são parecidas, mesmo em se tratando de pessoas de regiões diferentes, de faixas etárias distintas e, ainda assim, apresentarem um projeto de vida com traços comuns além do desejo de mudança. Um discurso de fortalecimento e resistência que perpassa a dinâmica das redes sociais e se torna palpável no mundo real. A força da representatividade que muitas militantes virtuais proclamam nos seus textos se torna visível nos comentários e compartilhamentos dos relatos divulgados da página. Assim, é perceptível que as redes sociais e, em particular, a comunidade analisada, tornou-se um ponto de encontro de mulheres negras que congregam de historicidade e vivências distintas, em que a proximidade identitária é possibilitada através dos relatos virtuais.

*Ações afirmativas e o Brasil pós Durban: a presença e o lugar
subalterno de docentes negros e negras no mundo acadêmico
branco*

Josadaque Martins Silva (IFMT)

Luana Gabriela Botelho de Oliveira (IFMT)

Allynne Rodrigues da Silva (IFMT)

Lêda Michelly Gomes Souza (IFMT) Simony Silva Oliveira (IFMT)

O debate sobre a presença e o lugar de docentes negros e negras no Ensino Superior tem mobilizado muitos historiadores da educação, sociólogos e antropólogos no Brasil, e impulsionado novos estudos. Tais pesquisadores tem mostrado a importância de se buscar e entender a razão dessa ausência. Os primeiros estudos pós Terceira Conferência Mundial contra o Racismo (2001), realizada em Durban, enfatizavam mais a ausência de discentes negros no ambiente universitário, mostrando a necessidade das cotas para o ingresso desses alunos na graduação. Porém, alguns importantes pesquisadores como Maria Solange Pereira Ribeiro, José Jorge

Carvalho, Nilma Lino Gomes, Iolanda de Oliveira e Maria Lúcia Rodrigues Müller, passaram a focar o problema do docente universitário negro e negra no contexto geral da academia tupiniquim. Destarte, esta comunicação pretende problematizar a diminuta presença de professores negros e negras, bem como o lugar subalterno que, majoritariamente, esses poucos docentes ocupam no cenário das universidades públicas e privadas brasileiras. Parte-se do pressuposto de que o cerne desse problema é o racismo acadêmico, justificado pelo mito da democracia racial. O objetivo é desmistificar a ideia de que o mundo acadêmico é um mundo sem cor. Buscar-se-á, como resultado, uma discussão sobre a questão da desigualdade racial na docência superior, ainda dominado pelas diretrizes do *ethos* acadêmico branco. Enfatizaremos que, no Brasil pós Durban (2001), a despeito do Estado ter passado a empregar diversas políticas multiculturais para minorar a desigualdade racial na educação, ainda é necessário implementar novas medidas de ações afirmativas para ampliar a presença e o protagonismo de docentes negros e negras no ambiente universitário.

“Não era nem pra tu tá aqui”. Experiências de mulheres negras em uma universidade pública do país

Mônica Prates Conrado (UFPA)

Tainara Lúcia Pinheiro (UFPA)

Neste estudo, fruto do trabalho de um ano entre orientanda e orientadora em bolsa de Iniciação Científica financiada pela FAPESPA (Fundação Amazônia de Amparo a Estudos e Pesquisa), objetiva apontar as formas como o racismo e o sexismo atuam prejudicando e, por vezes, impossibilitando a permanência de mulheres negras na Universidade Federal do Pará – Campus Belém. A UFPA é a maior instituição de Ensino Superior da região norte e referência regional na pesquisa e ensino. Para o desenvolvimento desta pesquisa, partimos como base metodológica para a coleta de dados, em um primeiro momento, de 7 entrevistas temáticas com 6 mulheres negras e universitárias. Desse total, 5 cursando a graduação nas áreas de ciências sociais, comunicação social – jornalismo, serviço social, pedagogia e psicologia e de 1 na pós-graduação do curso de psicologia, que se autointitulam militantes na Rede de Mulheres Negras – como elas mesmas disseram: “a RMN é uma rede de acolhimento”. A RMN nasce em novembro de 2015, pela iniciativa de universitárias negras da UFPA, após a realização do I Seminário das Mulheres Negras da UFPA. Hoje, a RMN se articula principalmente pelas redes sociais na internet (*Facebook* e *Whatsapp*) e alcança aproximadamente 15.000 pessoas, com 239 membros, sendo 33 ativas. As interlocutoras, que chegam à universidade já com uma carga de sofrimentos gerados pelo racismo e sexismo, cuja abordagem teórica nos baseamos em Gonzalez (1988) e Davis (2013), que foram vitimadas e ao mesmo tempo resistiram durante toda a vida, encontram nesse espaço mais obstáculos, que vão desde olhares que buscam subalternizarem até impedimento de entrada ao campus, pois, de acordo com os seguranças contratados da UFPA, “não é aluna”, como nos foi contado. A ideia de ambiente hostil marcadamente pelo racismo e sexismo perpassa as suas narrativas que se relacionam ainda com a ideia da UFPA como espaço de saber, de aprendizagem, como também de encontros e construções de redes

de solidariedade racial ao fazerem parte da RMN. As contradições, dissonâncias e aproximações fazem parte desse universo. Nesse sentido, enfatizaremos ainda como base teórica de análise de resultados a perspectiva do feminismo decolonial acerca da invisibilidade histórica e de colonialidade de poder que mantêm as estruturas de poder e do conhecimento eurocentrado (CURIEL, 2009).

Inserção no Mercado Profissional: a influência das Instituições de Ensino Superior no abrir ou fechar de portas.

Sandra Maria Cerqueira da Silva (UEFS/FAT)

Silvia Pereira de Castro Casa Nova (USP)

A presença em instituições de ensino requer o envolvimento com atividades de inteligência associadas às ações humanas e passíveis de uma série de interferências, erros e omissões, intencional ou inconscientemente. Conforme a teoria da aprendizagem social, ao longo de suas vidas, indivíduos internalizam modelos de pessoas como referência tais como as mães, os pais, ou os responsáveis, as personagens de televisão, os amigos reais e, até mesmo, os virtuais, os professores e os colegas em ambientes formais de ensino, dentre outros. Com foco nesse modelo, redes são estabelecidas, conscientemente ou não. As redes sociais que se estabelecem durante a vida, em especial, durante a formação educacional, têm importância preponderante na inserção no mercado de trabalho. Assim, as redes sociais podem funcionar como mecanismos de fabricação ou de reprodução das desigualdades de gênero, de classe e racial, como também podem produzir verdadeiros fenômenos de superação. O objetivo deste estudo é demonstrar como a vida acadêmica pode influenciar no estabelecimento de condutores, funcionando como verdadeiras alavancas ou atravancas para o avanço de pessoas egressas. Trata-se de pesquisa resultante da inter-relação de várias disciplinas, baseada na teoria crítica. Foi apurado que redes sociais se fecham para grupos, impedindo o acesso de ímpares.

Trajetórias e narrativas de mulheres negras professoras universitárias

Maria Aparecida Silva (UFAL)

Este artigo propõe analisar como mulheres negras professoras universitárias compreendem as relações de gênero e raça no Ensino Superior, lugar considerado de excelência, masculino, de mérito, de raciocínio, de disputas e de sucesso. Ao longo da história, as mulheres negras na sociedade brasileira são reconhecidas a partir de um lugar, de um grupo e de uma posição de subalternidade ao olhar de uma sociedade racista e sexista. E considerando a posição de negras e negros na sociedade frente a um conjunto de incertezas e desigualdades constante, as mulheres negras professoras universitárias por um lado, estão numa posição social de destaque, mas por outro, o racismo, as discriminações e o sexismo ainda se fazem presentes em suas vidas. Essa reflexão leva em consideração que a posição social de mulheres negras professoras universitárias rompe com o imaginário coletivo

dessa sociedade de que negras e negros são incapazes. Nesse sentido, a formação delas é umas das respostas ao racismo, às discriminações e ao sexismo. Primeiro, contrariam as estatísticas ao adentrarem ao espaço acadêmico e com isso tentam driblar as impossibilidades de acesso a esse universo. Em segundo, suas funções desestabilizam as relações de poder, embasadas na visão de que a disputa está somente para determinado segmento da sociedade, esquecendo que, por mais excludente que o mercado de trabalho seja, a presença feminina e negra tem superado barreiras e tem ocupado alguns espaços que até então não lhes eram admitidos. Esta investigação procura analisar o caso de três mulheres negras professoras universitárias da Universidade Federal de Alagoas – Campus do Sertão, tendo como demarcador temporal o período de 2010 a 2016. O objetivo é perceber em suas narrativas a trajetória para inserção política e profissional no Ensino Superior e se as mesmas experimentaram exclusão, racismo, discriminações e sexismo no seu cotidiano na instituição. Esta investigação é qualitativa e contou com a técnica das entrevistas semiestruturadas para traçar as trajetórias dessas mulheres negras professoras universitárias com olhar atento a sua inserção e diferencial de atuação enquanto docente, já que ascensão escolar não suprime a origem das relações de gênero e de raça.

A luta de negros contra a colonialidade do saber no ensino superior

Fernando Cezar Melo de Oliveira (UNILA)

Argumentamos como identidades negras podem ser (re)construídas por meio da inserção de negros em programas de inclusão racial no âmbito educacional a partir da implementação do sistema de cotas raciais na Universidade de Brasília e Universidade Estadual do Rio de Janeiro. A partir de uma abordagem sociocognitivista da Análise Crítica do Discurso, adotada por T. A. van Dijk (2000a, 2006b), com base na tríade discurso, cognição e sociedade, analisamos como as representações sociais desses estudantes passaram a mudar o cenário educacional da sociedade brasileira, aliando-as a outros estudos sobre representação social também desenvolvidos por Van Leeuwen (1997, 2009) a fim de observarmos como os cotistas dessas instituições se representam. Nessa direção, tomamos por base a análise estrutural dos textos escritos, produzidos por esses alunos utilizando o modelo de interação proposto por van Dijk (2008), no qual marcas-linguísticas discursivas podem ser observadas direta ou indiretamente por meio de categorias analíticas que revelam práticas sociais discriminatórias. Os dados empíricos coletados foram gerados por meio de questionário *on-line* e nos permitem apontar, assim como sugeridos nos trabalhos de Bourdieu (2004), Fernandes (1978), Hasenbalg (1979) e Munanga (1999), o despertar para o engajamento político e o nascimento de um senso de solidariedade como elementos importantes na (re)constituição identitária desses sujeitos, tomados a partir do seu posicionamento como atores sociais que encontraram nos programas de inclusão, formas de se posicionarem contra discursos hegemônicos que tentaram mitigar a fala desses sujeitos ao longo do percurso sociohistórico no cenário da educação brasileira.

Formação em psicologia e a educação das relações raciais: um estudo sobre os currículos de graduação em psicologia em Porto Alegre e Região Metropolitana

Jéssyca Barcellos (UFRGS)

Raquel Silveira (UFRGS)

A temática das relações raciais não tem sido efetivada nas graduações em psicologia na capital e região metropolitana do Estado do Rio Grande do Sul. Apesar da Lei n. 10.639/2003, da Resolução CFP (Conselho Federal de Psicologia) n. 018/2002, que estabelece normas de atuação para psicólogas e psicólogos em relação ao preconceito e à discriminação racial, bem como da Resolução CNE/CP n. 1/2004, que institui Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico e Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-brasileira e Africana (2004) para as instituições de Ensino Superior (IES), ainda assim, temos avançado muito pouco. A fim de contribuir com esse tema, o presente trabalho tem como objetivo discutir a importância de estudos acerca da temática racial nas graduações de psicologia. Entendendo o racismo através de um aporte teórico histórico, enquanto sofrimento psíquico e problemas de saúde mental que acometem pessoas negras, também enquanto estrutura social que hierarquiza e influencia na subjetividade de todas as raças. Foi feita uma análise de currículos das graduações de Psicologia situadas na cidade de Porto Alegre e Região Metropolitana, podemos observar a recorrência de disciplinas que abordam a temática racial. Durante o período de análise, março de 2016 a junho do mesmo ano, foram encontradas dezenove (19) instituições que oferecem a graduação de psicologia, sendo que uma (1) foi excluída da pesquisa por não permitir acesso ao currículo do curso. Dos dezoito (18) currículos analisados, seis (6) apresentam a temática racial em alguma de suas disciplinas, sendo que em cinco (5) currículos a temática aparece de forma optativa/eletiva. O que mostra a negligência sobre a temática na maioria das instituições analisadas.

Protagonismo de Acadêmicas Negras

Izadora Nogueira dos Santos Muniz (UFT)

O trabalho aborda o racismo institucional expresso nas situações vivenciadas na divulgação e realização do SARAU DAS NEGRAS – evento lúdico protagonizado por acadêmicas negras, em uma instituição de Ensino Superior privado na cidade de Palmas – Tocantins. O artigo parte da descrição do evento como uma iniciativa das acadêmicas negras integrantes do Comitê Impulsor da Marcha das Mulheres Negras no estado do Tocantins; problematiza os conflitos étnico-raciais gerados no processo como uma das facetas do racismo e do sexismo impregnados nas instituições de Ensino Superior do Brasil que não estão preparadas para receber estudantes negras que reafirmam a identidade e o protagonismo das acadêmicas negras. Conflitos presentes que encontram suas raízes no surgimento das instituições de ensino no Brasil e nos sujeitos contemplados pelas mesmas. Conclui que, embora o racismo reinvente sua forma de se manifestar, as jovens negras reinventam formas de resistir. O resultado, ao final do evento, foi a manifestação de interesse em compor o grupo de mulheres negras auto-organizado rumo à “Marcha Nacional

das Mulheres Negras 2015, Contra o Racismo a Violência e pelo Bem Viver”, que ocorreu no dia 18 de novembro de 2015, na cidade de Brasília/DF.

Seja de onde for: Qual é a sua história? Mulher negra, pobre da Baixada!

Nadia Regina da Silva(UFRRJ)

Este texto parte do objetivo de um sonho a ser conquistado e com isso surge um breve relato de histórias reais, vividas em contextos diferentes e ao mesmo em tempo definidos por apenas um ponto de identificação: o poder definido pela orientação de gênero. A posição da mulher na sociedade brasileira submissa pela formação monogâmica da família, que a inferioriza e destaca do gênero masculino na escala de poder nas relações de gênero e sexualidade. Mulheres negras, moradoras da baixada fluminense, esposas, mães, viventes do cotidiano diário da maioria das mulheres, que buscam realizar sonhos pessoais através do curso superior. Viventes de um contexto diário em que a estruturação social articula e retém simbolicamente os avanços dessas mulheres. Criadas numa estrutura social para os trabalhos domésticos, para a vida do lar e para maternidade, vivem constantemente em conflito interior entre o sonho de ascensão ao curso superior e a dominação masculina pela violência física e simbólica em que o poder se centraliza nas mãos do homem, pelo abuso da força física e pela situação de comando exercida como chefe do lar e da família. São trajetórias criadas por uma formação cultural fragmentada que restringe sua posição social, são vivências reais pessoais e de outros olhares que se encontram no mesmo espaço, em busca de uma identidade que a posicione junto ao homem em igualdade e valorização diante da sociedade e da família. A mulher que hoje busca redefinir identidade dentro da emergente posição feminina e se posicionar na atualidade nos espaços educacionais, trabalhista, cultural e social com a mesma carga horária, salário sem diferença de gênero e a mesma respeitabilidade.

Negra sou! As trajetórias de identidade de mulheres negras na UFG

Érika Costa Silva (UFG)

Esse trabalho busca compreender como as estudantes universitárias e negras podem constituir identidades no âmbito da Universidade Federal de Goiás, sabendo que quando as universidades surgem no Brasil são formatadas para um grupo específico, deixando de fora dessa configuração a população negra e indígena. No final da década de 1990, o debate a respeito da implementação de medidas de reparação – denominadas como Ações Afirmativas – torna-se forte, sendo uma demanda amplamente cobrada pelo movimento negro frente ao Estado brasileiro. Na UFG, as ações afirmativas começam a ser implementadas no ano de 2003 através do Projeto Passagem do Meio, e no ano de 2008 com o Projeto UFGInclui. As ações afirmativas na instituição vão se reconfigurando de acordo com os marcos legais nacionais que foram aprovados nos últimos anos e para buscar maior compreensão desse processo dedicamos a nossa atenção, especificamente, ao Espaço de Convivência, que é administrado pela Coordenação de Inclusão e Permanência (CIP), que constitui o

universo empírico da pesquisa. A partir do Espaço de Convivência buscamos compreender como as estudantes universitárias negras constituem as identidades no âmbito da universidade, utilizando como recurso metodológico entrevistas em profundidade com roteiro semiestruturado. Consideramos para a nossa análise os estudos culturais e pós-coloniais, que concebem as identidades como formas plurais e processos contínuos. Dessa forma, chegamos a resultados que apontam a família, a escola, o movimento social e a universidade como agentes centrais no processo de constituição identitária e que essas identidades podem ressignificar elementos, expressando novas formas de identidades. Assim, as Ações Afirmativas constituem um mecanismo fundamental, não apenas para a democratização do Ensino Superior, como também para possibilitar aos/as estudantes novas vivências que podem interferir nas constituições culturais e identitárias.

Uma experiência de desconstrução da epistemologia do racismo: o desenvolvimento da Lei n. 10.639/03 nos cursos de educação física, odontologia, psicologia, arquitetura e urbanismo.

Cristiane Sousa da Silva (UFC)

A introdução da Lei n. 10.639/03 no Ensino Superior e sua regulamentação pelo Parecer CNE/CP n. 03/2004 e pela Resolução CNE/CP n. 01/2004 busca mudança cultural e política no campo curricular e do conhecimento que poderá romper com o silenciamento e com outras ações pedagógicas a favor da discriminação racial. Nesse sentido, objetiva-se analisar, a partir do olhar acadêmico de alguns cursos – Educação Física, Odontologia, Psicologia, Arquitetura e Urbanismo, a ação pedagógica na universidade, bem como seu currículo, a partir da ruptura epistemológica e cultural trazida pela questão racial na educação brasileira. Dessa forma, compreender o desdobramento de novas formas de trabalhar a Lei n. 10.639/03, inovações de práticas didática-pedagógicas no Ensino Superior contribuindo para uma práxis antirracista. A metodologia utilizada foi a partir do delineamento da pesquisa intervenção. A constituição do campo de intervenção se deu no Ensino Superior de rede privada localizada no Sertão Central do Ceará. Os primeiros resultados desta pesquisa em andamento no curso de Arquitetura e Urbanismo ocorreram com a aprovação de uma oficina (Máscaras Africanas) e um trabalho oral “A identidade dos objetos quilombolas cearenses na perspectiva do design atitudinal e da semiótica”, ligados à temática racial e quilombola que foram parte da programação EREA – Ilhas, que ocorreu de 17 a 24 de janeiro 2016, em São Luís, Maranhão. Em relação ao curso de Psicologia foram apresentados dois trabalhos orais no Encontro de Extensão, Docência e Iniciação Científica – EEDIC da Faculdade intitulados: “Racismo e Saúde Mental: Reflexões sobre as consequências do preconceito racial no adoecimento mental” e “Um olhar sobre a juventude quilombola”. No curso de Odontologia foi apresentado o trabalho na XIV Jornada Odontológica dos Acadêmicos da UFC com título: “A inserção da odontologia no Núcleo Multidisciplinar de Estudos Quilombolas – NUMEQ” e apresentação do relato de experiência “Atividade de educação em saúde bucal por estudantes de odontologia no Núcleo Multidisciplinar de Estudos Quilombolas – NUMEQ, Quixadá-Ce” no I Congresso Internacional de Saúde Pública do Delta do Parnaíba-PI. Nesse sentido, a proposta é pensar a universidade, enquanto uma instituição democrática, que necessita rever suas ideias, práticas pedagógicas com o trato com a diversidade, na formação dos seus docentes e na perspectiva pedagógica com a questão racial.

ST12-DECOLONIALIDADE E EDUCAÇÃO

Coordenação:

Tânia Mara Pedroso Müller (UFF)

Luiz Fernandes de Oliveira (UFRRJ)

Nos últimos anos, a problemática das relações entre educação e diferenças culturais tem sido objeto de inúmeros debates, reflexões e pesquisas, no Brasil e em todo o continente latino-americano. As questões e os desafios se multiplicam. As buscas de construção de processos educativos culturalmente referenciados se intensificam. Nesse universo de preocupações, os estudos sobre diferenças culturais e diversidades vêm se projetando no espaço acadêmico e nos movimentos sociais, a ponto de interferir de forma concreta em políticas públicas e ações governamentais. Nesse contexto, localizamos a produção do grupo “Modernidade/Colonialidade”, formado por intelectuais de diferentes procedências e inserções, que busca construir um projeto epistemológico, ético e político a partir de uma crítica à modernidade ocidental em seus postulados históricos, sociológicos e filosóficos. Consideramos as contribuições desse grupo de especial relevância e originalidade, apresentando potencial instigante para a reflexão sobre interculturalidade e educação, no contexto atual do continente latino-americano e, especificamente, no nosso país. O postulado principal desse grupo é que a colonialidade é constitutiva da modernidade, e não derivada. Ou seja, modernidade e colonialidade são as duas faces da mesma moeda. Graças à colonialidade, a Europa pode produzir as ciências humanas com um modelo único, universal e objetivo na produção de conhecimentos, além de deserdar todas as epistemologias da periferia do ocidente. A partir dessa formulação, alguns autores como Catherine Walsh, vem desenvolvendo reflexões acerca da Pedagogia decolonial que significa expressar o colonialismo que construiu a desumanização dirigida aos subalternizados pela modernidade europeia e pensar na possibilidade de crítica teórica à colonialidade. Essa perspectiva é pensada a partir da ideia de uma prática política para visibilizar, enfrentar e transformar as estruturas e instituições que têm como horizonte de suas práticas e relações sociais a lógica epistêmica ocidental, a racialização do mundo e a manutenção da colonialidade. Assim, por entendermos a colonialidade como conceito necessário para se pensar outra pedagogia, nosso objetivo na ST é possibilitar a reunião de trabalhos que reflitam a partir dessa perspectiva teórica e contribuam ao aprofundamento deste debate na Educação Brasileira e para o estabelecimento de uma pedagogia antirracista.

A ideologia Cristã de diabolização do outro no ambiente escolar

Henrique Araujo da Silva (FAPLAC)

A pesquisa se propõe a apresentar a ideologia de diabolização do outro e como ela se caracteriza no ambiente escolar e aponta a possibilidade de sua origem. Para isso, foi necessário esclarecer o porquê do termo diabolização, e não demonização, posto que entendemos que diabolizar além de já representar o inimigo do deus cristão, significa também separar, e o cativo no Brasil, foi apartado da sociedade ao mesmo tempo que viu publicamente sua língua e sua origem serem condenadas. O africano cativo não só foi privado dos benefícios materiais, mas ideológicos, éticos e morais. Também tratamos do conceito de ideologia, e como se constitui uma, e a associação do diabo com o negro cativo, apresentando as impressões de alguns sacerdotes católicos sobre os orixás. Também apresentamos a associação dos Orixás com o diabo, bem como o proceder com essas culturas alheias ao cristianismo, posto que para a Igreja, a luta dela não era contra o negro, contra o índio ou contra o mulçumano, mas sim uma luta contra o mau, contra o diabo personificado na religiosidade, linguagem e símbolos sagrados do cativo. E para a salvação dos mesmos, a violência, o ultraje, a redução e a imposição de novos valores é válido. Nesse sentido, a catequese, primeiro modelo escolar foi a ferramenta de controle social sobre os povos dominados. E assim, sobre essas bases, foi constituída a nossa educação.

Vozes negras mulheres: resistência e produção de conhecimento.

Idalina Maria Almeida de Freitas (UFRN)

A proposta visa a discussão de produções e inspirações epistemológicas de mulheres negras como conhecimentos decoloniais, na busca por práticas transformadoras e transgressoras. Minha escolha é a abordagem por meio da produção de intelectuais negras, em particular a feminista e docente estadunidense bell hooks e a escritora brasileira Conceição Evaristo, dentre outras escritoras negras insurgentes. As obras dessas mulheres são permeadas de personagens e temáticas em que os aspectos de subalternidade da população afrodescendente (em particular a experiência feminina afro-americana e afro-brasileira) são problematizadas, ressaltadas sob o olhar de uma escrita política, o que chamamos de traço singular para pensar a intelectualidade negra feminina, na perspectiva teórica vislumbrada por bell hooks. Nesse sentido, teoria, ficção e realidade caminham juntas, por meio da palavra-força que contribui para pensarmos o que Sueli Carneiro chama de “vontade de memória”, frente à debilidade de nossos registros, sobretudo em forma de publicação e bibliografia nos espaços de produção de conhecimento. Propõem-se pensar as potências intelectuais e ativistas, produtoras de epistemologias em seus conhecimentos cotidianos, frente às políticas de dominação.

Decolonialidade e educação intercultural em religião de matriz africana na Amazônia

João Colares da Mota Neto (UEPA)

O estudo objetiva refletir sobre as relações entre o pensamento decolonial e o campo da educação, tomando como base uma etnografia das práticas educativas interculturais desenvolvidas no cotidiano de uma religião de matriz africana na Amazônia, o Tambor de Mina. Os dados deste estudo foram obtidos por meio de uma pesquisa qualitativa, do tipo estudo de caso etnográfico, na qual se realizou observação participante das práticas sociais, religiosas e educacionais do terreiro, entrevistas semiestruturadas com membros da casa religiosa, entrevistas etnográficas com entidades espirituais incorporadas em seus adeptos, descrição densa e levantamento de traços da história de vida dos sujeitos. Por meio de uma análise sobre a educação intercultural do Tambor de Mina construída à luz do pensamento decolonial, a argumentação do artigo articula-se com vistas a contribuir para o debate epistemológico centrado no cruzamento entre decolonialidade e educação, bem como discutir, a partir de elementos presentes nessa prática, a possibilidade de construção de uma pedagogia decolonial na Amazônia que, dentre outros contributos, promova a tolerância na diversidade cultural e religiosa. Conclui-se apontando a necessidade de uma pedagogia decolonial que reinvente modalidades de luta e insurreição contra o colonialismo e a colonialidade ainda vigentes, estimulando, em contrapartida, a construção de um projeto de sociedade democrática, inclusiva, autônoma, fundada no respeito às diferenças e na superação das desigualdades e das exclusões.

Entre silêncios e práticas: a Lei n. 10.639/2003 e as experiências dos docentes do Departamento de História do Colégio Pedro II (2003-2015)

Arthur José Baptista (UFRRJ)

Esta proposta de projeto de pesquisa pretende investigar os efeitos da Lei n. 10.639/2003 na instituição escolar Colégio Pedro II. O estudo que propomos levantará os efeitos institucionais, ou seja, as respostas dadas pela instituição por meio de suas instâncias executivas de diretrizes internas, quais sejam, a pró-reitoria de ensino (anteriormente secretaria de ensino) e a chefia do departamento pedagógico da disciplina escolar História. O interesse também está centrado na experiência docente com a referida lei, tanto no que se refere ao conhecimento mínimo da legislação (a Lei 10.639/2003 e as Diretrizes Curriculares que a regulamenta) quanto nas experiências e iniciativas que visassem incorporar a temática da lei ao trabalho cotidiano em sala de aula. Partimos do pressuposto de que a instituição não promoveu canais de discussão interna acerca da importância da lei e suas consequências no trabalho docente, ainda que o departamento de História tenha realizado à época, uma tentativa tímida de incorporar os temas arrolados da lei e discutir as possibilidades de incorporar a temática História da África como conteúdo do programa da disciplina. Mesmo assim, a única mudança perceptível no que tange a abordagem do conteúdo disciplinar, deu-se em forma de duas observações feitas a respeito da recomendação de se considerar a História do continente

Africano com um “novo olhar”. As demandas geradas pela lei mobilizaram parte do corpo docente interessado na temática bem como de pais de alunos e militantes do movimento negro que questionaram o silêncio do Colégio Pedro II, referência de educação pública de qualidade, no que se refere aos procedimentos necessários à implementação da lei e suas diretrizes, o que levou, por mais de uma vez, a um questionamento por parte do ministério público, quanto ao descumprimento da obrigatoriedade apontada pela legislação.

Pedagogia das “Pequenas Áfricas”: saberes outros

Roberta Rodrigues Rocha Pitta (PUC-Rio)

O presente artigo visa discutir o potencial de uma pedagogia decolonial afrodiaspórica como promotora de uma educação antirracista. Para tal, o arcabouço teórico aqui adotado vincula-se a conceitos cunhados por Miranda (2013) e Nogueira (2011), que refletem, respectivamente, sobre uma nova cartografia e sobre o fortalecimento de uma filosofia afroperspectivista. Novos desenhos epistemológicos dos saberes negros são configurados a partir de uma leitura decolonial das ações cognitivas e subjetivas dos indivíduos situados em espaços socialmente inventados. Essa perspectiva político-pedagógica visa desconstruir estruturas sociais de origem colonial, desnaturalizando as diferenças e apontando as desigualdades. Destaca-se neste trabalho o fundamental protagonismo do movimento negro, que desde o início do século XX, reivindicou o acesso e a permanência da população negra à educação formal. A promulgação da Lei n. 10.639 no ano de 2003, que tornou obrigatório o ensino da cultura africana e da história afro-brasileira nas escolas, é um marco dessa trajetória de luta e resistência política. Dessa forma, a aplicabilidade da referida lei visa fomentar diálogos entre as escolas e as “Pequenas Áfricas” espalhadas pelo Brasil, através de um exercício de resgate das memórias locais e dos saberes Outros que não foram registrados pela historiografia oficial.

Colonialidade e Ensino de História: Memória e alteridade na organização espaço-temporal

Paulo Antonio Barbosa Fernandes (Colégio Pedro II)

Tânia Mara Pedroso Müller (UFF)

O processo de ensino-aprendizagem possui como um de seus principais debates as formações curriculares, sobretudo em termos dos elementos ideológicos que atravessam as mesmas. O ensino de história exerce, não de maneira isolada, um importante papel para a construção da cidadania, principalmente quando se volta para questões como o direito à memória e à construção de identidades. Os saberes escolares do campo da História elaboram e são elaborados por discursividades que dialogam a todo momento com as comunidades em que estão inseridos e uma questão central é referente aos limites e possibilidades que tangenciam as construções de identidades. O currículo de História é um lugar de memória, fundamentalmente a memória social, e está atrelado, indissociavelmente, às formações identitárias. Por isso, é importante notar como as narrativas, isto é, as organizações

espaço-temporais, propostas pelo currículo organizam as noções de “nós” e “eles”. Quais são as cadeias equivalenciais que incluem uns em detrimento de outros e quais podem ser os efeitos de sentido provocados? A perspectiva do pensamento decolonial oferece imensas possibilidades para as discussões propostas. Investigar as narrativas características do ensino de história encontrada, por exemplo, em materiais didáticos é caminho profícuo para refletir sobre conceitos analíticos importantes desenvolvidos por pensadores vinculados ao projeto Decolonial. Analisar, por exemplo a “hybris” do ponto zero, isto é, buscar compreender o lugar central de fala da narrativa, para assim buscar compreender as discursividades construídas em meio aos incluídos e aos excluídos. Perceber os eixos de colonialidade, isto é, as colonialidades do “poder”, do “saber” e do “ser”, são interessantes para se pensar as alteridades negadas em formações discursivas caracterizadas por um paradigma étnico-racial branco. Pretendemos, portanto, estabelecer uma reflexão e avaliação sobre como o ensino de história pode estar colaborando para o reforço da colonialidade, bem como sobre efeitos acarretados na subjetividade daqueles que estão próximos à alteridade negada construído pela modernidade europeia, ou seja, o paradigma eurocentrado. Além disso, entendemos ser importante refletir sobre como a introdução de “novos” conteúdos contemplando a história de grupos historicamente subalternizados pode ser neutralizado em seus efeitos na busca por equidades, se não discutirmos a genealogia da colonialidade na história.

Interculturalidade, currículos e combate ao racismo na escola básica

Rogério Mendes de Lima (Colégio Pedro II)

Um tema recorrente nas discussões sobre a escola básica nos últimos anos, tem sido o da inclusão via sistema educacional, de grupos sociais que historicamente sofrem com os processos de exclusão social oriundos das práticas e ideologias racistas presentes na sociedade brasileira, em especial, as populações negra e indígena. Nesse sentido, a todo momento são propostas novas metodologias, estratégias pedagógicas e organizações do currículo que, entretanto, tem produzido pouco ou nenhum efeito, na medida em que esbarram na manutenção de uma organização pedagógica e curricular que reproduz os valores e as estratégias de dominação construídas no processo de colonização europeia e os tomam como modelos no qual devem ser enquadrados professores e estudantes e que caracterizam no âmbito escolar, a colonialidade. Com a proposta de inserção crítica nesse debate, o presente trabalho pretende discutir como o ensino de Ciências Sociais/Sociologia na escola básica pode contribuir para a construção de uma educação que rompa com essa lógica e com os processos de inclusão perversa de estudantes negros na escola brasileira, desde que supere teórica e pedagogicamente o eurocentrismo que lhe serviu de base epistemológica. Partimos do pressuposto que os currículos implementados nas escolas são diretamente responsáveis pelos problemas vividos por esses estudantes na sua trajetória escolar. Propomos então debater como a interculturalidade e a pedagogia decolonial podem ser ferramentas importantes para se contrapor ao racismo e à inclusão perversa se utilizadas para a construção de novas abordagens que permitam ao espaço escolar ser ressignificado e tornar-se instrumento, não de consolidação, mas de luta contra o racismo.

Etnoempreendedorismo: um outro olhar da economia criativa dos escravos no período pós-abolição na cidade de Salvador

Felipe Rodrigues Bomfim (UNEB)

Aline Mascarenhas (UNEB)

O objetivo central deste artigo é identificar as formas de sobrevivência dos libertos no período pós-abolição na cidade de Salvador. Deve-se esclarecer que esses indivíduos foram submetidos a um regime sem um contrato formal de trabalho, sobrevivendo graças a sua capacidade criativa e empreendedora de montar pequenos negócios a exemplo de: tabuleiros de doces, artesanatos, ourives, transportes de passageiros, baiana de acarajé, pai e mãe de santo, agricultura de subsistência, oficinas, terreiros de candomblés etc. Empreendimentos dessa natureza serão qualificados, aqui, como “etnoempreendedorismo”. A justificativa do projeto passa pela construção da trajetória dos libertos, pela possibilidade de se perceber, através desse ensaio, a evolução das formas de sobrevivência dos ex-escravos em Salvador e pela carência da produção acadêmica sobre o tema. Metodologicamente adotamos o método histórico para compreender as formas de sobrevivência do negro no período pós-abolição, utilizando-nos, também, da pesquisa bibliográfica, da pesquisa histórica e da pesquisa documental. Essas fontes escritas são compostas inicialmente por periódicos, jornais da época, estatutos e regimentos de corporações de ofícios e livros. Em suma, o que inquieta e move esse estudo é saber como se deu os limites e as possibilidades de sobrevivência dos libertos, no período pós-abolição em Salvador e em que condições?

A Presença da História e Cultura Afro-Brasileira e Africana na Formação do Pedagogo: uma análise dos currículos de pedagogia da região norte em diálogo com a decolonialidade

Sullivan Ferreira de Souza (UEPA)

Louise Rodrigues Campos (UEPA)

O presente artigo tem como objetivo identificar a presença da história e cultura afro-brasileira e africana nos currículos das graduações em Pedagogia da região Norte. Para isso, utilizou-se como fundamentação teórica deste artigo as produções conceituais da interculturalidade crítica e da Pedagogia Decolonial, dialogando com autores como Walsh (2009); Arroyo (2014) Quijano (2005); Castro-Gómez e Grosfoguel (2007); Oliveira e Candau (2010), dentre outros autores(as). Em face disso, busca-se a) compreender como ocorre o reconhecimento e valorização das identidades culturais; b) identificar conteúdos ou temáticas sobre a cultura e a história afro-brasileira e africana nos desenhos curriculares; c) investigar se o currículo orienta a formação do pedagogo para desenvolver práticas pedagógicas interculturais. No aspecto metodológico, trata-se de uma investigação de caráter qualitativo, tipo de pesquisa bibliográfico e documental. Foram analisados os desenhos curriculares e ementas de sete cursos de licenciatura em Pedagogia, situados em instituições públicas, na região Norte (Roraima, Rondônia, Acre, Pará, Amazonas, Amapá e Tocantins). A educação brasileira é marcada, ou pior, ferida

pela colonialidade pedagógica, por processos pedagógicos eurocêntricos, modernos e racistas, uma educação excludente que marginalizou os saberes indígenas e afro-brasileiros. Com muita luta de movimentos sociais, como o movimento negro, a organização de educadores e educadoras comprometidos com uma educação libertária, obteve-se importantes conquistas como as Leis n. 10.639, de 9 de janeiro de 2003, e a n. 11.645, de 10 de março de 2008, que inclui a temática do ensino da história e cultura afro-brasileira e indígena nos estabelecimentos públicos e privados de ensino fundamental e médio. Contudo, para se implementar uma pedagogia decolonial, intercultural e antirracista, é preciso que se construam as bases na formação, nas graduações em licenciatura, e na graduação em pedagogia, caso específico deste trabalho. Considera-se que há avanços importantes acerca de um currículo pautado na interculturalidade e de bases decoloniais para se debater história e cultura afro-brasileira e africana na formação do(a) pedagogo(a), evidenciado também dificuldades nos aspectos curriculares das graduações em pedagogia da região Norte do Brasil.

A práxis revolucionária de Frantz Fanon e sua crítica ao colonialismo europeu em direção à descolonização

Viviane Marinho Luiz (UNIMEP)

Márcia Cristina Américo (UNIMEP)

O presente trabalho tem como objeto de pesquisa o estudo da práxis revolucionária de Frantz Fanon e sua crítica ao colonialismo europeu em direção à descolonização, entendida por Fanon como “um fenômeno violento” (FANON, 1968, p. 25) porque implica em romper com o colonialismo que “não é uma máquina de pensar, não é um corpo dotado de razão. É a violência em estado bruto e só pode inclinar-se diante de uma violência maior” (FANON, 1968, p. 27). Apresentar Frantz Fanon passa pela sua intensa luta contra o que ele denominou como o “narcisismo europeu”, que é o crivo da humanidade respaldado e/ou validado a partir dos valores civilizatórios eurocêntricos. Fanon nos instiga a uma leitura ampliada ao articular as categorias de raça e classe em um posicionamento demarcado contra o imperialismo e contra a estrutura colonial racista. Ler Fanon é atentar-se para aqueles e aquelas que foram subjugados a serem os últimos da história, e sua luta e práxis revolucionária foi para que esses pudessem sair da condição de subalternidade, por isso ele atesta para o fato de que “os últimos serão os primeiros” e de que a descolonização é a verificação dessa frase, bem como a transformação desses, em atores e/ou sujeitos da história. Considero que descolonizar o pensamento passa pela revisão histórica e filosófica das correntes hegemônicas e, portanto, dominantes das Ciências Sociais que legitimaram o homem moderno (branco, capitalista) eurocêntrico como referência ou padrão de humano e de humanidade.

Pluralidade de sujeitos e de saberes: experiências de brechas decoloniais na universidade

Olga Brigitte Oliva de Araujo (UnB)

John Cleber Sarmiento Santiago (UnB)

O processo de democratização do acesso ao Ensino Superior, impulsionado pelo movimento de luta pelas cotas raciais, tem possibilitado efetivar o direito à educação superior aos segmentos vindos de outros contextos socioculturais, tais como, quilombolas, indígenas e demais povos tradicionais e a descolonialidade da universidade. A Universidade de Brasília, primeira instituição federal a implementar as cotas raciais no ano de 2004, também é pioneira na criação do Mestrado em Sustentabilidade junto a povos e terras tradicionais (MESPT). Vale a pena frisar que esse programa é resultado da continuidade da luta dos povos tradicionais pelo acesso ao Ensino Superior e dos docentes sensíveis as demandas desses segmentos. O MESPT representa uma importante brecha descolonial aberta dentro da UnB por ser um dos poucos espaços de formação que parte do princípio do diálogo intercultural entre os saberes científicos e tradicionais na contramão da monocultura do saber eurocêntrico. Além disso, o programa busca cumprir com a função social da universidade que é fornecer ferramentas teóricas e práticas que contribuam para a superação das situações de opressão e violência sofrida por esses segmentos.

Afetividade e Educação: uma reflexão acerca do Grupo Cultural Bagunçação/BA

Chitungane Sebastião Chachuaio (UNILAB)

Falar da educação é falar de um dos ciclos essenciais da formação do ser humano. É nele que o ser humano busca, através das suas inquietações, construir um novo olhar para compreender o meio que o rodeia. O presente trabalho objetiva analisar o papel da afetividade nos espaços não formais de educação, tendo como referência a experiência de trabalho do Grupo Cultural Bagunçação/BA, que através das suas atividades artístico-culturais, promove uma pedagogia inclusiva, dentro da qual as crianças e jovens são ativos no processo, auxiliando-os a tornarem-se sujeitos de sua própria história. Cabe ressaltar que a escolha desta pesquisa se manifesta por minha própria trajetória e experiência no Bagunçação ser marcada basicamente por processos alternativos de educação, o que de certa maneira contribuiu para que eu pudesse construir um olhar questionador ao chamado modelo formal de educação, tendo em conta que os modelos alternativos se aproximam mais de uma construção conjunta (educadores e educandos), uma vez que as suas linhas de orientação sugerem que os educandos sejam ativos nesse processo. Muito se tem falado sobre a afetividade como sendo esse um elemento central na apreensão do conhecimento e no processo de desenvolvimento cognitivo. Porém, é preciso que se leve em conta a forma como se aplica a afetividade e a que fim se espera atingir. Durante as leituras realizadas foi possível notar que o afeto é, antes de tudo, uma construção que se encontra em constante transformação, possibilitando sucessivas reinvenções e adaptações que podem possibilitar alcançar as especificidades de cada pessoa. Percebe-se também que a humanização do processo de ensino e

aprendizagem possibilita que haja um rompimento de métodos e ideologias hegemônicas do ensino, herdadas do ocidente, possibilitando uma roupagem nova do sistema educacional e, sobretudo, transformações numa sociedade que fortemente tem sido arrastada pelos ecos da ventania ocidental.

Exu e a pedagogia das encruzilhadas: antirracismo e decolonialidade

Luiz Rufino Rodrigues Júnior (UERJ)

A proposta que lanço apresenta o orixá Exu, princípio explicativo de mundo iorubano, transladado e ressignificado nos fluxos da diáspora africana, como potência antirracista e decolonial. É na emergência de perspectivas que confrontam e rasuram o monologismo moderno ocidental e atacam as raízes mais profundas da colonialidade que reivindico e me oriento, a partir de outras bases de conhecimento. Essas outras formas emergem mobilizadas pelas lutas por justiça cognitiva/social e pelo combate ao colonialismo/racismo epistemológico. Exu, aqui reivindicado como um signo, princípio e potência antirracista e decolonial, fundamenta ações que miram as transformações radicais. É nesse sentido, que eu o invoco para mobilizar as travessias de outros caminhos e a credibilização de outras possibilidades de relação e invenção do mundo. É principalmente sobre o fenômeno da linguagem – campo proeminente de Exu e fenômeno destacado no pensamento de diferentes intelectuais da esteira pós-colonial – que se tecem os diálogos que substanciam a proposição do que venho a defender como uma Pedagogia das Encruzilhadas. Essa pedagogia se configura como um projeto político/epistemológico/educativo antirracista e decolonial assente nos princípios e potências concernentes ao signo Exu.

Pedagogia antirracista e decolonial brasileira: a consolidação de um projeto histórico em curso

Natalino Neves da Silva (IFMG - Campus Ouro Preto)

A proposta desta apresentação argumenta que a construção de uma pedagogia antirracista e decolonial desenvolvida no contexto brasileiro há mais de um século pode ser articulada aos estudos referentes à “Modernidade/Colonialidade”, os quais têm sido realizados através de intelectuais de origem latino-americana e estadunidense. A sustentação prático-teórica da defesa desse argumento se sustenta ao analisarmos algumas das principais categorias que são elaboradas por esses e essas pesquisadores/as, a saber: eurocentrismo, epistemicídio, colonialidade do saber, modernidade/colonialidade, entre outros. De fato, alguns dos pressupostos que têm sido defendidos por uma pedagogia antirracista e decolonial compartilham cada vez mais dessas e de outras categorias de análises. De maneira singular, é possível verificarmos que tal pedagogia visa combater e, muitas vezes, projetar a construção de uma proposta de formação humana que valorize as experiências com/na/da diversidade. As pesquisas por mim desenvolvidas com jovens negros(as) e brancos(as) inseridos na Educação de Jovens e Adultos (EJA), bem como no Ensino Médio, têm evidenciado a emergência e a importância da materialidade de uma pedagogia antirracista e decolonial nas escolas públicas e privadas brasileiras. Não

obstante, a concretização dessa pedagogia tem sido cada vez mais acirrada nos espaços formativos, sobretudo em tempos de instabilidade sociopolítica, econômica e democrática. É nesse sentido que o debate sobre os desafios, as possibilidades e as perspectivas para a construção de uma pedagogia antirracista e decolonial brasileira torna-se cada vez mais necessária.

ST13 – ESTUDOS SOCIOBIOGRÁFICOS DE MULHERES NEGRAS NO BRASIL

Coordenação:

Luciana da Silva Melo (Universidade de Brasília-UnB)

A proposta da Seção Temática (ST) “Estudos sociobiográficos de mulheres negras no Brasil” é abordar a questão do papel das mulheres negras – como Lélia Gonzales, Sueli Carneiro, Beatriz Nascimento, Carolina Maria de Jesus, dentre outras – na formação intelectual e na estrutura de reconhecimento da sociedade. Para tanto, a ST quer trazer o pensamento e a contribuição dessas mulheres negras para o centro da discussão: o motivo da pouca visibilidade, do silenciamento dessas vozes, bem como da falta de reconhecimento dessas mulheres no cenário do pensamento social e político brasileiro. Segundo uma perspectiva decolonial, o mundo contemporâneo rompe com o argumento de uma história única, amparada pelas narrativas legitimadoras de ideologias de dominação do homem a partir de diferenças raciais hierarquizadas que justificam o processo civilizatório. Todavia, essas narrativas querem se colocar numa arena de enunciação em que não apenas as narrativas do mundo anglofônico possuem voz, mas também as dos povos ao sul do Atlântico Negro (GILROY, 2001). Toda essa discussão corrobora para a tese de que o mundo hegemônico contribuiu para dizimar populações negras não apenas do ponto de vista físico (genocídio), mas do seu saber e de sua cultura (epistemiocídio). O preconceito racial no Brasil tem como marcador o sistema escravista. Após a Abolição, a identidade nacional surge como uma questão central. Os comportamentos discriminatórios aparecem justificados por teorias científicas, cuja lógica carrega a ideologia do racismo. Nesse sentido, as populações negras estão historicamente submetidas a condições que as inferiorizam, como a disseminação da ideia de que os negros são fortes para o trabalho braçal, mas não são indicados para as funções intelectuais. Essa visão distorcida, além de fazer relação direta entre as características físicas e biológicas e as intelectuais e as morais, resvala para um determinismo de classe, no qual os negros ocupam condições precárias de trabalho/emprego e baixa remuneração.

Os desvios da periferia e de Carolina Maria de Jesus: quarto de despejo

Erika da Silva Costa Agnellino (UFSC)

Proponho um trabalho que discuta o processo de resistência pelo qual passou a escritora Carolina Maria de Jesus, retratado em sua obra autobiográfica, *Quarto de despejo: diário de uma favelada*. Faz parte também de sua bibliografia as obras *Casa de Alvenaria*, *Pedaços de Fome*, *Onde estás Felicidade?* e *Diário de Bitita*. Na intenção de examinar suas experiências dentro do contexto da favela do Canindé, nos idos dos anos 50, utilizo o conceito de Desvios Determinantes, do intelectual decolonial Édouard Glissant, cujo objetivo, no seu livro *Poética da Relação*, é apresentar uma análise do indivíduo que não se encaixa nas normas predeterminadas da sociedade, com todas as possíveis violências decorrentes dessas reações. Sendo assim, faz-se necessário apresentar o conceito de Rizoma, de Deleuze e Guattari, que discute as identidades formadas no pensamento-raiz que exclui o sujeito e sugere a perpetuação de comportamentos excludentes aos sujeitos marginalizados. Outra importante contribuição é o pensamento que Franz Fanon constrói para compreender a experiência vivida do negro em um processo de ressignificação da sua identidade. A obra de Carolina busca retratar o espaço, o lugar, o sujeito e o território sob aspectos que colocam seus integrantes sempre às margens. Nesse sentido, pretendo buscar compreendê-los sob a égide da literatura periférica (marginal) por intermédio das memórias de uma favelada do Canindé, no tocante dos anos de 1955 a 1960. O texto busca construir a favela e seu morador por meio do olhar crítico da autora. Nessa acepção, faz-se importante as contribuições das diferentes áreas do conhecimento e suas relações, a fim de analisar as condições de produção das obras, funções sociais e análise do sujeito que envolve a literatura de periferia.

O espelho do racismo social: o reflexo da subordinação da mulher negra na publicidade e propaganda

Taís Barboza de Morais (PUCRS)

Será tratada a subordinação da mulher negra em vários âmbitos sociais, refletindo, principalmente, a imagem construída pela publicidade e propaganda, ressaltada pela peça publicitária da Riachuelo “Mulher Brasileira”, veiculada em vídeo no mês de março de 2014. O estudo foi elaborado com o objetivo de analisar de qual maneira a mulher negra foi colocada no anúncio da Riachuelo e qual o reflexo étnico-social ele transparece. Para responder a esse questionamento, foi utilizado o estudo de caso exploratório proposto por Yin (2001), que defende a análise a partir de uma perspectiva social, pensando no que ela trouxe ou traz de consequências para a sociedade. O anúncio publicitário em questão foi escolhido a partir da perspectiva de subordinação da mulher negra retratada na peça, chamando atenção para o melhor entendimento do anúncio no meio social. Para isso foram realizadas pesquisas bibliográfica e documental. Em seguida, foi analisado o vídeo publicitário veiculado em março de 2014 pela empresa Riachuelo, escolhido como fundamental para a compreensão e desenvolvimento da pesquisa e reflexão sobre a mulher negra na sociedade e nos espaços publicitários. Analisamos que a modelo negra,

representada na propaganda “Mulher Brasileira” da Riachuelo, apareceu de forma sutil, se comparada com a modelo branca. Em relação à propaganda da Riachuelo e a situação racial, social e econômica da mulher negra, a propaganda reflete o conceito da participação, imposta por fatores sociais, que a mulher negra tem na sociedade. Desde a constituição do Brasil, em relação a sua construção social, a mulher negra é subordinada a outros gêneros e etnias, refletindo na forma que a sociedade enxerga essa mulher.

Matriarcado e fé: a história de Mãe Fátima de Oxum

Daniela Bastos dos Santos (UNINASSAU)

O livro “Matriarcado e Fé: a história de Mãe Fátima de Oxum”, faz, a partir da biografia de Mãe Fátima de Oxum, uma Yalorixá do município de Paulista – PE, uma análise do entrecruzamento de fatores discriminatórios vivenciados pelas mulheres negras brasileiras, o segmento mais anônimo, invisível e silenciado da nossa sociedade. Oriundas em sua grande maioria das camadas mais pobres da sociedade, enfrentam maiores dificuldades para acessar bens e serviços básicos, como saúde, educação e cultura, por exemplo. A consequência disso é que essas mulheres têm as piores colocações, maiores cargas horárias e os mais baixos salários do mercado de trabalho. Mulheres negras sofrem um constante processo de negação cultural. Por negação cultural entende-se a não aceitação por parte da sociedade brasileira de padrões estéticos diferentes da norma baseada no padrão estético europeu, tendo um agravante: todo padrão estético que não seja o europeu é considerado inferior, de menor valor ou qualidade. A violência praticada contra as mulheres negras não se restringe à pobreza ou à falta de instrução. É uma violência corrosiva, com características próprias, peculiares. É uma violência que se transfigura para se perpetuar. Quanto mais as mulheres negras ascendem na escala socioeconômica e comprovam na prática que detém um pensamento crítico em contraponto ao estigma do objeto sexual, mais elas incomodam a sociedade, pois é como se estivessem pleiteando algo que “não é para elas”. A proposta é aprofundar as reflexões sobre o tema, fornecendo subsídios teóricos que auxiliem na formulação de políticas públicas afirmativas e efetivas para o setor.

Matilde Ribeiro: Uma trajetória de militância e empoderamento da mulher negra

Bruna Aparecida Thalita Maia (UNILAB)

A proposta do trabalho é apresentar algumas reflexões e questionamentos produzidos e adquiridos por meio do trabalho de conclusão de curso que desenvolvo no bacharelado em humanidades na UNILAB, no qual pretendo escrever a trajetória de vida de Matilde Ribeiro, mulher, negra, que ocupou a Secretaria de Promoção da Igualdade Racial (SEPPIR), como ministra no governo Lula, de 2003 a 2008, período de implantação de diversas políticas públicas para a promoção da igualdade racial no país. O meu enfoque será analisar como a trajetória de uma mulher negra e pobre, proveniente da periferia de São Paulo, através da militância e da academia, conseguiu subverter espaços de poder e de hegemonia social, nos quais

predominam homens e mulheres brancas. Interseccionando diversas opressões como de gênero, raça e classe, pretendo apresentar por meio de uma biografia como é possível ultrapassar os muros de um local socialmente predestinado às mulheres negras. Nesse caminho, o objetivo é produzir a biografia de Matilde Ribeiro, associando sua atuação na militância, através do partido político (PT), ao qual esteve/está ligada, e a sua trajetória na academia, local de poder e destinado a um público seletivo, o que, infelizmente, não inclui mulheres e negros. Para tal, utilizo como escopo para análise um conjunto de entrevistas publicadas em diferentes veículos de comunicação, além das que produzi com a interlocutora durante os anos correntes, do material de sua autoria publicado em documentos oficiais ou não, bem como aqueles de caráter acadêmico. Por fim, tomo para análise outras fontes encontradas nas mídias eletrônicas, a exemplo de fotografias, discursos etc.

Lia Vieira: escrita, denuncia e ativismo

Silvana Martins dos Santos (UFSC)

Na sociedade brasileira, o racismo e a desigualdade social são uma realidade presente. Desde o racismo institucional, o mito da igualdade racial brasileira fez com que, ao longo dos anos, os negros brasileiros não tivessem acesso a condições mínimas para o seu desenvolvimento pessoal, econômico e político, gerando um imenso abismo entre seus direitos de fato e seus direitos garantidos pela Constituição brasileira. Existem vários critérios para entender o processo de discriminação racial no Brasil, se observamos apenas um desses conceitos, o biológico, base do racismo científico, e que muitas vezes foi utilizado para justificar as diferenças entre as raças, qualificando os homens pertencentes à raça branca como sendo superiores e mais inteligentes que os negros. Esse mesmo conceito também é aplicado à mulher, naturalizando o que é função de um ser feminino e de um ser masculino na sociedade. A construção social de gênero e de raça na sociedade patriarcal, segundo o critério biológico, foi muitas vezes utilizada para justificar o pensamento de que o homem branco é superior à mulher e ao negro, por conseguinte, essa hierarquia de direitos afeta diretamente a vida das mulheres negras. Na década de oitenta, a intelectual Lélia Gonzalez denunciou a situação da mulher negra brasileira, iniciando em seus textos apontamentos teóricos que mais tarde seriam considerados como as premissas do pensamento do feminismo negro brasileiro. Esses elementos também podem ser observados nos retratos descritos pela escritora afro-brasileira Lia Vieira, em seu livro *Só as mulheres sangram*.

Quarto de despejo: breve reflexão a partir dos conceitos de sujeito e agência de Judith Butler

Elna Dias Cardoso (UFG)

O trabalho tem o objetivo de analisar a narrativa de Carolina Maria de Jesus descrita em *Quarto de despejo: diário de uma favelada* (2005), a partir dos conceitos de sujeito e agência no pensamento de Judith Butler. Para tanto, apresentamos uma reflexão dos procedimentos metodológicos utilizados para a publicação da narrativa de Carolina e, em seguida, discutimos a obra em três momentos: a) o

registro inicial que marca o lugar de fala da autora como: mulher, mãe, chefe de família, trabalhadora, moradora da favela; b) Carolina de Jesus e as dinâmicas de poder – nesse ponto, apresentamos a construção de uma nova subjetividade, na qual o desejo se sobrepõe aos preceitos instituídos socialmente, gerando uma possibilidade de resistência e; c) o cotidiano da favela versus o livro como denúncia – apresentação do livro como instrumento de múltiplas vozes: a da pobreza, a da emancipação feminina, a da ruptura do silenciamento etc. Vozes que retratam o universo de sujeitos invisibilizados e que ganham espaço pela escrita que aparece como *locus* de luta e empoderamento. As questões que emergem da narrativa de Carolina são exemplificadoras de como se constitui a agência segundo o pensamento de Butler, possibilitando olhar para aqueles que são silenciados cotidianamente e buscam um espaço para expor sua fala.

Destinos traçados? Gênero, raça, precarização e resistência entre merendeiras no Rio de Janeiro

Beatriz da Silva Amaro de Castro Hermes (UERJ)

Elisa Costa de Carvalho (UNIRIO)

A pesquisa aqui apresentada pretende discutir qual o impacto das relações de gênero e raça nas trajetórias sociais e profissionais de um grupo de merendeiras do Colégio Pedro II, no Campus Realengo II, relacionando três esferas de estudo das Ciências Sociais: gênero, raça e trabalho. Os recentes estudos de gênero têm como um de seus eixos, a constatação e a luta contra a subordinação das mulheres em diferentes espaços sociais. Apesar dos avanços, reconhece-se a necessidade de transformações nas relações entre homens e mulheres para que se alcance uma equidade de tratamento de gênero. Por outro lado, as discussões sobre a questão racial no Brasil destacam a necessidade de construção de políticas e ações que combatam o racismo em todas as suas dimensões, inclusive a institucional. Em relação ao mundo do trabalho, as últimas décadas marcam um aumento da precarização das relações de trabalho, o que resulta, principalmente para alguns setores, em condições de trabalho e remuneração muito ruins. O trabalho de entrevistas e reflexões sobre a trajetória das merendeiras nos faz perceber que elas constituem um grupo que é afetado por todos esses aspectos, tornando-as portadoras de uma experiência única. Ao mesmo tempo em que constata o processo de violação de seus direitos, este trabalho procura formular alternativas para que essas mulheres possam modificar a realidade na qual estão inseridas.

ST14 - GÊNERO E RAÇA NO AUDIOVISUAL: LINGUAGENS, PRODUÇÕES E TECNOLOGIAS

Coordenação:

Edileuza Penha de Souza (Universidade de Brasília - UnB)

Pedro Caribé (Universidade de Brasília - UnB)

A proposta da Seção Temática é oferecer espaço para a apresentação de pesquisas que discutam gênero e/ou raça nas múltiplas linguagens e tecnologias do audiovisual no Atlântico Negro: cinema, televisão e internet, seja ficção, documentário ou animação, independente do formato: curta ou longa-metragem, série ou telenovela. Abarcamos pesquisas voltadas para análise do discurso, análise de conteúdo, política, educação, políticas públicas e processos ou estruturas de produções. Enfatizamos obras integrantes do cinema negro enquanto gênero, nas quais é possível encontrar, ao menos: controle e direção dos direitos autorais sob responsabilidade da população negra; diálogo com as reivindicações dos movimentos negros; integrante de repertório de educação no enfrentamento ao racismo; linguística reconhecida na trajetória da arte negra; ou construção de memória e ancestralidade das populações de origem africana na modernidade. O Atlântico Negro representa o aspecto transnacional e diaspórico, envolvendo fluxos e conflitos da população negra que passaram por processos de colonização e escravidão na África, Caribe, Europa, América Latina, Europa e Estados Unidos. No caso brasileiro, realçamos um estágio ainda em construção dos seus pilares e contribuições no cenário transnacional. Na contemporaneidade, o perfil dessas obras é marcado por paulatina presença de mulheres negras que, por sua vez, emerge o paradigma do cinema negro no feminino que interseccionaliza gênero e raça em práticas sociais lastreadas por amor e afeto enquanto agência de superação os processos de opressão.

Atos de resistência frente a escravidão doméstica e feminismo negro no longa-metragem senegalês “La Noire des...” (1966)

Luana Pereira Silva (UnB)

Este artigo analisa o longa-metragem *La Noire des...* (1966), dirigido pelo cineasta senegalês Ousmane Sembène, identificando como o filme mostra o trabalho doméstico como uma das formas de escravidão pós-abolição, as divergências de gênero entre mulheres negras e mulheres brancas e os atos de resistência da personagem principal, que preferiu morrer a se submeter a desumanização a que foi imposta. No longa-metragem *La noire de...*, a personagem feminina senegalesa Diouana representa uma figura de resistência e libertação. O filme demonstra que mesmo após a independência senegalesa as relações de dominação ainda se perpetuavam pós-colonização. O longa-metragem exhibe a força da mulher negra senegalesa que contratada para trabalhar como babá na França foi escravizada e maltratada. A desumanização a que foi submetida, passando pela sexualização/exotificação, entre outras questões abordadas no artigo, são heranças do ranço colonial que se perpetuam ainda nos dias atuais no mundo pós-colonização. A forma como Diouana resiste à opressão a que é imposta mostra que, ao contrário do que muitos dizem e pensam, os negros escravizados antes e pós-abolição nunca aceitaram as opressões, sempre resistiram e continuam resistindo, nem que para isso tivessem que entregar suas vidas.

Os enigmas de Olhos Azuis de Yonta

Denise Ferreira da Costa Cruz (UnB)

O filme de Flora Gomes, “Olhos azuis de Yonta”, apresenta, entre tantas outras coisas, um enigma. Ao receber uma carta de um admirador secreto, o mesmo diz apreciar os olhos azuis de Yonta. “Olhos azuis?” Yonta se pergunta. “Seria o reflexo das luzes? O que ele quis dizer com olhos azuis?” Essa dúvida paira o filme, que poderia ser um simples romance não fosse a forte trama e as críticas certeiras de seu cineasta. Em forma de carta para o público guineense e alhures, Flora Gomes realiza uma sutil crítica ao eurocentrismo vigente em seu país anos depois de sua independência e abertura econômica. Esse eurocentrismo está presente nas escolas, nos livros que se tem acesso, nos objetos consumidos, nas imagens reproduzidas pela televisão. O cinema de Flora, vem dessa forma, na contracorrente dessa tendência. Ele vem como uma produção e um olhar local. Um cineasta africano filma seu próprio país com atores guineenses em um formato em que ficção e documentário se confundem. O ruído das ruas, os atores não profissionais, a encenação de histórias reais, todos são elementos que configuram seu filme ficcional em algo que se confunde com a realidade. Seu filme está carregado de Utopia, distopia e realismo. Utopia que move a elaboração de um filme que quer passar mensagens positivas ao seu público. Distopia pela descrença do que virá a vivenciar seu país. Realismo como estilo e sedução daquele que assiste seu filme. É sobre esses elementos norteadores do filme que o presente trabalho irá discorrer.

Cinema negro de autorrepresentação: uma análise do filme sergipano “caixa d’água, quilombo é esse?”

Luciana Oliveira Vieira (UFS)

O cinema de autorrepresentação está caracterizado por levantar temáticas diretamente ligadas ao próprio autor, nesse caso o diretor do filme. Esses temas podem estar relacionados a sua família, a comunidade em que vive ou sobre si mesmos. Trata-se do ato de utilizar o cinema como ferramenta para dar visibilidade a história que lhe pertence e que sente a necessidade de ser filmada. É através do cinema, que atualmente cineastas negros têm realizado uma busca por sua ancestralidade e construção de sua identidade, tratando de temas ligados ao povo negro e aos dilemas vividos em uma sociedade racista, utilizando o cinema como arma para resgatar e preservar a memória do povo negro. O cinema atualmente ocupa papel importante na militância de cineastas negros brasileiros e tem sido uma ferramenta eficiente para a desconstrução de estereótipos. Para uma análise desse tipo de cinema, este artigo traz uma discussão sobre o cinema de autorrepresentação realizado pela cineasta negra sergipana, Everlane Moraes, em seu filme “Caixa D’água, quilombo é esse?” em que a cineasta dá visibilidade à comunidade quilombola onde cresceu. Para alcançar o objetivo proposto nesta pesquisa, a metodologia utilizada é a análise fílmica desenvolvida pelo autor Francisco Elinaldo Teixeira (2004), levando em consideração a técnica cinematográfica utilizada para a produção do filme, como seus enquadramentos, objetos cênicos e outros elementos. É nesse filme que a cineasta permite que o espectador tenha contato com a história de sua ancestralidade e por meio do dispositivo cinematográfico, ela permite que seus vizinhos e família falem por si mesmos. Nesse sentido, este artigo levanta uma discussão acerca de um cinema de autorrepresentação realizado por uma cineasta negra com o objetivo de dar voz e visibilidade a sua raça e a sua ancestralidade.

A invisibilidade da lésbica negra na TV brasileira: Cadê elas?

Naira Evine Pereira Soares (Universidade Estácio de Sá)

O presente artigo tem como intuito entender e discutir os motivos pelos quais lésbicas negras são invisibilizadas na mídia, em especial nas telenovelas. Silva (2015) desenvolveu um trabalho intitulado “Bicha (não tão) má: representações da homossexualidade na telenovela Amor à Vida”, cujo um dos objetivos era elaborar e divulgar um mapeamento da quantidade de personagens LGBTs nas telenovelas da Rede Globo entre 1970 e 2013. A presente pesquisa consiste de uma continuidade que engloba o período compreendido entre 2014 e 2016. Constatou-se que em 46 anos a Rede Globo produziu apenas 156 personagens LGBTs, sendo que em sua grande maioria são homens gays brancos de classe média. Até o presente momento houve apenas uma lésbica negra, que foi a personagem secundária Adele em *Totalmente Demais* (2015 – 2016), cuja sexualidade passou quase despercebida. O presente trabalho consiste de uma pesquisa exploratória, no qual, por meio de entrevistas informais, traz à tona discussões que correlacionam as temáticas de gênero, raça e sexualidade com o corpo da mulher lésbica e negra. O estudo permitiu a percepção da importância que há em representar essas vivências, experiências, preconceitos e medos de forma correta, desviando dos equívocos de estereótipos.

Cinema, cultura e representatividade: uma análise do filme Cidade de Deus.

Denise Ferreira da Silva (UnB)

Edileuza Penha de Souza (UnB)

Este artigo consiste num exercício reflexivo sobre duas noções do que é cultura e faz uma relação dessas com alguns aspectos do cinema nacional, a partir de uma análise do filme dirigido por Fernando Meirelles, *Cidade de Deus*. A primeira noção faz referência à cultura como um parâmetro valorativo, entre o que é considerado culto ou inculto e a segunda, a compreensão dessa como um conjunto de signos que dá subsídio a uma interpretação da vida social. Desse esforço inicial, buscou-se trabalhar como as noções de cultura podem contribuir para a representatividade ou reprodução de estereótipos no contexto da produção cinematográfica *mainstream* brasileira. Tem-se como hipótese que a cultura, enquanto uma construção social dotada de signos, perpassa as relações de ideologia de classe e que, sendo assim, acaba por projetar aspectos inerentes a esses pensamentos nas produções cinematográficas. E o cinema, assim como as demais manifestações artísticas, apresenta-se como um campo propício a análise, e neste artigo ele será trabalhado tendo como recorte o cinema *mainstream* nacional. O cinema *mainstream*, corresponde a um grupo de filmes que tem como características a popularidade, o grande alcance de público e a disponibilidade de vastos recursos. É o oposto do cinema *underground*, que preza pela liberdade de escolha do autor ou autora, é marcado por aspectos contraculturais, e, principalmente, pela ausência de relação com grandes produtoras e meios de comunicação de massa. Diante de tais constatações, o longa-metragem *Cidade de Deus* (2002) foi escolhido como objeto de análise. A esse fora aplicada a metodologia de análise externa, que segundo Manuela Penafria (2009) é aquela na qual o filme é entendido como um resultado do conjunto de relações que envolvem aspectos do contexto social, cultural, político, econômico, estético e tecnológico no âmbito da realização e produção fílmica.

*Formulação de políticas públicas no combate ao racismo religioso
– uma reflexão acerca do papel do Assistente Social no âmbito da
audiovisualidade*

Gabriela do Nascimento Farias (UFPA)

A partir de minha formação em Serviço Social e experiência como bolsista de extensão do projeto “Eu vou navegar na Casa da Mãe das Águas (Ilê Iyabá Omi)”, de difusão dos saberes tradicionais e das lutas por cidadania das comunidades de terreiros de povos tradicionais de matriz africana (em especial os terreiros Mansu Nangetu e ACIYOMI, localizados na cidade de Belém/PA, nos bairros do Marco e Terra Firme, respectivamente), através da construção de audiovisuais com registros e depoimentos de autoridades dessas comunidades, e suas lutas por afirmações de identidades negras e preservação do patrimônio cultural afro-amazônico, pude construir análises sobre o racismo religioso enfrentado por essas comunidades. São os relatos de Mãe Nalva de Oxum e de Mametu Nangetu, sobre os impactos negativos que o projeto de reforma do mercado O Ver-o-Peso trazia para os povos

tradicionais de matriz africana, ou os relatos de Mãe Nalva de Oxum e Mãe Simone de Oyá, sobre a memória da medicina e dos cuidados tradicionais dos terreiros na promoção de saúde, exemplos de que políticas públicas, voltadas a essas comunidades, são imprescindíveis e devem ser pensadas dentro desse cenário, de maneira ampla, horizontal e plural. Essas políticas possuem articulações diretas com o papel do assistente social nesses espaços. Com base no seu Código de Ética, atualizado no ano de 2010, cabe ao profissional de Serviço Social a garantia de direitos e informações a seus usuários, mesmo que não estejam dentro de seus valores individuais, sejam eles de crenças ou afinidades. De que forma um Assistente Social pode agir perante uma situação de racismo religioso? De que maneira a profissão resguarda o princípio de que todos e todas possuem direitos institucionais, independente da forma que se veste, cultua e/ou vive? Qual o papel da universidade na formação de profissionais preparados para atender esses povos? Pensando nessas questões, proponho reflexões sobre o projeto de comunicação social com protagonismo do povo tradicional de matriz africana, analisando de que forma a produção de vídeos atua e contribui com a formulação de políticas públicas, e os impactos de atuação na extensão universitária de apoio aos movimentos sociais na formação do profissional de Serviço Social.

*Cinema negro: possibilidade da construção de uma abordagem gay
afetiva*

Leonardo Dias Alves (UnB)

O cinema, como uma produção e reprodução da vida e do cotidiano social, tem um papel de dar voz e visibilidade a grupos marginalizados, que diversas vezes acaba por reforçar padrões sociais, sejam eles de classe, moda, corpo ou beleza. Dentro dessa perspectiva encontramos inúmeras produções que ressaltam estereótipos, que fincam os pilares sociais e corporais, em especial sobre a população negra, vista com subalternidade, animalizada, hipersexualizada. Em uma busca por maneiras de se apresentar o negro, entendendo o ser negro como o corpo, a sua história, sua cultura, o afeto e a sua ancestralidade, encontramos a necessidade de uma intersecção negra gay, do corpo masculino negro no cinema. Tem-se a intenção de análise do filme *Madame Satã*, de Karim Aïnouz. O enredo conta a vida de João Francisco dos Santos, mais conhecido como Madame Satã, interpretado pelo ator Lázaro Ramos. Madame Satã é um personagem negro, gay, capoeirista que vive na Lapa. Vendo o filme a partir de estratégias e possibilidades de apresentação imagética negra gay, entendendo como socialmente o corpo masculino negro é visto, de forma viril, além de pensar em possibilidades de representação fílmica partindo do debate de sexualidade e raça para o cinema, trazendo a tona: afeto, ancestralidade, amores e a beleza corporal fora do viés de padrão de beleza eurocêntrico, entender as possibilidades afetivas e os limites impostos pelo cinema, verificar que é possível fazer um cinema negro interseccional com a sexualidade, ampliando a representatividade.

O cinema e a reestruturação do feminino negro na linguagem literária no filme “Bem Amada”

Gabriela Costa Carvalho (UnB)

Edileuza Penha de Souza (UnB)

O filme *Bem Amada* (1998), dirigido por Jonathan Demme e produzido por Oprah Winfrey é um filme de horror-drama, baseado na obra “Amada”, que rendeu o Nobel (1993) e o Pulitzer (1988) à escritora Toni Morrison. O presente artigo pretende discutir as formas pelas quais os elementos da linguagem literária podem ser reestruturados em uma adaptação cinematográfica, utilizando a perspectiva do feminino negro e da diáspora. O artigo “O cinema e a reestruturação do feminino negro na linguagem literária no filme Bem Amada” tem como proposta, interpretar e analisar os elementos orais, sonoros e visuais que compõem a narrativa de *Bem Amada*, filme adaptado da obra *Beloved* (Amada) de Toni Morrison, lançada em 1987. Objetiva-se analisar as traduções entre o cinema e a literatura. Para isso, apoiamos-nos na sólida bibliografia produzida acerca do cinema (e da especificidade do cinema negro), bem como nos escritos de Paul Gilroy no livro “O Atlântico Negro: modernidade e dupla consciência”, que nos fornecem importantes reflexões que contribuem para a análise do principal objeto deste artigo: as histórias de amor, escravização, ancestralidade e memória que envolvem as mulheres negras que protagonizam essa obra, além de localizar as formas de arte produzidas por mulheres e homens negras/os como formas de sublimação da dor.

Cinema Africano no Feminino: um estudo acerca da participação das mulheres africanas no cinema através dos Festivais.

Janaína Oliveira (IFRJ)

Na última década, vimos eclodir uma série de festivais de cinema no continente africano organizados por mulheres. São iniciativas diversas e em diferentes regiões, com o intuito de visibilizar a produção cinematográfica feminina na África. Além da visibilidade dos filmes, os festivais têm em comum a realização de fóruns de debates sobre as questões de gênero no âmbito do cinema e também das lutas das mulheres por igualdade social. Seja em termos dos conteúdos exibidos nas telas ou nas temáticas debatidas, o empoderamento feminino é questão recorrente. A presente comunicação apresentará os primeiros momentos de pesquisa em andamento sobre os processos de circulação e distribuição dos filmes feitos por mulheres em África. Do ponto de vista epistemológico, o trabalho segue a linha reflexiva proposta pela pesquisadora estadunidense Beti Ellerson, uma das maiores especialistas nos estudos sobre a presença das mulheres africanas no audiovisual. Segundo Ellerson, esse campo de estudos carece de análises que privilegiem as iniciativas e as potencialidades dessa presença, ao invés de reiterar unicamente as lacunas e dificuldades enfrentadas pelas cineastas, produtoras, roteiristas, técnicas e atrizes para participarem da indústria do cinema. Pretende-se, desde modo, apresentar um mapeamento dos principais festivais e dos temas principais abordados nos painéis de discussão como modo de compreender demandas centrais na contemporaneidade por parte das mulheres de imagem africanas. Pretende-se

ainda relacionar essas demandas aos filmes produzidos por essas mulheres fornecendo assim uma dimensão africana à reflexão sobre o cinema negro no feminino.

Houses de afeto: agrupamento negro LGBTTI em Paris is Burning.

Marcondes Henrique Barbosa Silva (UnB)

Esta comunicação tem por objetivo analisar a representação dos grupos LGBTTI negros e a importância de agrupamento na constituição e na estrutura das *'houses'* (casas), ou *'families'* (famílias), retratadas no documentário *"Paris is Burning"* (1991). O documentário é dirigido por Jennie Levingston e retrata a comunidade LGBTTI negra e latina dos bailes nova-iorquinos no fim da década de 1980, nos quais a representação da diversidade de gênero e racial aborda temas como racismo, pobreza e LGBTTI fobia. A pesquisa é executada a partir da análise do discurso presente nas cenas e nas falas dos personagens que definem o termo *'house'* e sua importância ao longo do documentário. A análise demonstra a relação íntima entre a falta de suporte, a vulnerabilidade física, psicológica e socioeconômica dos grupos LGBTTI negros e a necessidade dos agrupamentos que são motores para a constituição dos grupos denominados *'houses'*. Os grupos retratados no documentário funcionam como elementos para a inclusão daqueles que estão duplamente à margem da sociedade por serem LGBTTI e por serem negros, mas que, dentro do grupo, encontram um ambiente saudável, no qual é possível que se relacionem em segurança, seja física ou psicológica, construindo novas famílias, nas quais suas identidades são permitidas e apreciadas.

*Estética, performance e representação da negritude no filme
"Também Somos Irmãos" (1949)*

Erick Sousa de Sousa (UNILAB)

Marina Pereira de Almeida Mello (UNILAB)

O filme "Também somos irmãos", lançado em 1949 conta com direção do fundador da Atlântida Companhia Cinematográfica S/A, José Carlos Burle. A obra narra a história de quatro 'irmãos' de uma família nobre da grande São Paulo. Um casal de pele branca, e outros dois homens negros, os quatro foram sempre criados juntos, até que um dia percebem que não são tão parte da família como imaginavam. O experimento textual consiste numa submersão etnográfica na narrativa, na composição dos quadros e na *performance* dos personagens, buscando evidenciar os processos de enunciação da retórica imagética-cinematográfica, suas visões e postulações, estritamente relacionadas a um movimento de pensamentos e concepções (disputada) construídas por um complexo sistema comunicacional, que perpassa a elaboração conceptual das ciências sociais, através das teorias raciais do século XX; os processos político-sociais que se engendram de forma incisiva sobre a subjetividade negra, através da fixação de imagens e estigmas sobre a alteridade "negra"; assim como a reverberação de um projeto ideológico de construção da nação. Desse modo, neste trabalho a visualidade cinematográfica é entendida como uma agência enunciativa de teoria e elaboração de representações das manifestações humanas. Por esse viés, a composição fílmica para além de um terreno

representativo-simbólico, atua através da sua forma de enunciação em relação a um contexto cultural. “Também somos irmãos”, assim como outros de Burle, intui uma ousada caricatura da sociedade brasileira da época e imerge na elaboração imagética de discursos proliferados nas diversas esferas da sociedade, a respeito da ‘condição’ do negro na sociedade contemporânea, seus “desígnios”, valores, práticas, saberes e fazeres. Assim como perpassa por um esboço que caracteriza com estereótipos constituídos através das inter-relações entre os sujeitos dos processos que permeiam a historicidade e a própria articulação do movimento de ideias da época, ou seja, em diálogo com um contexto de produção. Objetivamos, desse modo, refletir, a partir da performance cinematográfica, a composição e o enquadramento dos olhares sobre a pessoa afro-brasileira, no contexto cultural da década 50 e como isso influenciou para a elaboração de representações da subjetividade negra.

Relações de gênero, identidade e afeto no documentário mulheres de barro

Elen Cristina Ramos dos Santos (UnB)

Edileuza Penha de Souza (UnB)

Apoiando-se em estudos de gênero e raça, este artigo tem como objetivo refletir as trajetórias de mulheres negras e como essas lidam com questões como trabalho, envelhecimento e afeto. Para isso, será analisado no documentário *Mulheres de Barro* (2014), de Edileuza Penha de Souza, como as representações de identidade e afeto se fazem presentes nas narrativas femininas negras através do olhar da diretora. A análise se fundamentará também em estudos de Cinema Negro no contexto brasileiro, aqui compreendido como espaço de resistência e engajamento dentro da indústria cinematográfica, evidenciando a perspectiva da realização e produção da mulher negra no audiovisual. No Brasil, os estudos de gênero e raça têm ampliado os debates nos meios de comunicação no tocante a representação destinada às minorias dentro desse espaço. O presente artigo apresenta pensadores/as, diretores/as, realizadores/as, produtores/as, atrizes e atores engajados em uma luta histórica que problematiza os estereótipos em torno da pessoa negra e o desequilíbrio de poder nos esquemas de produção e realização. A partir disso, abordamos o Cinema Negro, tratado aqui como um processo de categorização marcado pela resistência às imagens eurocêntricas forjadas para as populações negras do Brasil. Destacamos, nesse trajeto, as vozes de mulheres negras, cineastas, produtoras e realizadoras, que expandem o debate sobre a ausência ainda maior de figuras femininas no audiovisual. Mulheres que se fazem presentes em uma luta com novas demandas, alçando perspectivas como o sexismo, o machismo e o racismo a que mulheres negras são submetidas em diversos setores da sociedade, inclusive na indústria de cinema (SOUZA, 2015). Com base nisso, analisaremos a obra fílmica *Mulheres de Barro* (2014) da diretora Edileuza Penha de Souza, documentarista e educadora negra, que explora nessa produção as narrativas de afeto e identidade de outras mulheres negras com o propósito de construir um Cinema Negro no feminino.

A contribuição dos estudos feministas para análise sociológica da produção cinematográfica Histórias cruzadas

Jeane Pereira Gomes da Silva Mendes (UFG)

O objetivo desta comunicação é compreender, à luz da teoria feminista, as categorias de análise presentes no filme *Histórias cruzadas* e em que medida o filme pode ou não contribuir para a mudança ou fortalecimento dos discursos sobre questão racial. Com base nas autoras Lélia Gonzales, Glória Andalzúa, Danielle Kergoart, Patricia Collins, Gayatri Spivak, buscaremos abordar tais elementos. Baseado no livro “A resposta”, de Kathryn Stockett, publicado em 2009, o filme “Histórias cruzadas” foi sucesso de bilheteria nos Estados Unidos, superando inclusive o filme “Planeta dos macacos”, considerado favorito à época da exibição. O longa que irei analisar trata-se de um filme que busca mostrar as diferenças raciais entre mulheres brancas e negras, especificamente no estado de Mississipi nos Estados Unidos no início dos anos 1960. É importante ressaltarmos que nesse período os Estados Unidos vivenciavam o acirramento das lutas raciais em que se alastrava o Movimento Pelos Direitos Civis e seus desdobramentos se refletiam nas relações raciais, sobretudo, nas relações de trabalho entre empregadas negras e patroas brancas. Apesar das mulheres brancas ainda estarem condicionadas à esfera doméstica, cabendo-lhes o cuidado com a casa e os filhos, as mulheres negras encontravam-se ainda mais subordinadas, pois além de cuidar de suas casas e de seus filhos, tinham que cuidar da casa e dos filhos das mulheres brancas, ou seja, as mulheres negras encontravam-se sujeitas a dupla subordinação. O filme nos possibilita compreender de que modo as relações entre patroas e empregadas domésticas eram e são construídas e como a categoria raça não só permeia essas relações, como as determina. Analisaremos a categoria raça entrelaçada à categoria classe, pois “por trás das tensões raciais nos Estados Unidos, se esconde, na realidade, um conflito entre classes sociais – [que] é um tabu muito maior do que o racismo” (KERGOAT, 2010, p. 97). Para entendermos melhor essa imbricação entre raça e classe, buscaremos suporte no conceito de interseccionalidade proposto por Kimberlé Crenshaw (2002). Desse modo, pretendemos demonstrar as mudanças e permanências no que se refere às questões raciais.

Quadro Negra: Identidade e Representação no uso de audiovisuais na implementação da Lei n. 10.639/2003

Helena Nisa da Rosa (UnB);

Tiago Augusto Ferreira da Cruz (UnB);

Fernanda Fernandes Muniz (UnB);

Flaésio Pereira da Silva Júnior (UnB)

Espaço para discussão e experimentação acerca da leitura e produção crítica da imagem no formato de diálogos sobre elementos audiovisuais na educação para a aplicação da Lei n. 10.639/03. Pensaremos em coletivo sobre as várias possibilidades de expressão criativa e crítica através da linguagem audiovisual a partir de leituras sobre elementos de vídeo e TV. Para isso, apresentaremos um filme produzido pelas estudantes de pedagogia da Universidade de Brasília como trabalho final da

disciplina Etnologia Visual da Imagem do Negro no Cinema, ministrada pela professora Dra. Edileuza Penha de Souza e pelo professor Pedro Caribé. Desse modo, pretendemos mostrar a construção de imagens e a construção de identidades dentro da educação, explorando recursos audiovisuais com o intuito pedagógico, que também é um vetor de identificação através dos quais estudantes podem se reconhecer ou estabelecer uma relação com sua autoimagem. A representação de pessoas negras em recursos fílmicos pode ser utilizada para desconstruir imagens racistas que estão consolidadas em nosso tecido social e difundir imagens que sejam criativas, empoderadoras, que valorizem uma população que não é simplesmente subalternizada pelo racismo ou pelo sexismo, pautas ainda vigentes na contemporaneidade. Através da discussão do curta “Quadro Negra” produzido pelas estudantes Fernanda Fernandes Muniz, Flaésio Pereira da Silva Júnior, Helena Nisa da Rosa e Tiago Augusto Ferreira da Cruz no primeiro semestre de 2016, na Universidade de Brasília, pretendemos problematizar a importância de uma referência empoderada em sala de aula, que mostre possibilidades para que as meninas negras possam se reinventar, recriar-se, construir suas autoimagens para além da figura retificada e reduzida que as mídias racistas continuam a criar e dialogar acerca da importância que imagens de professoras negras, carregadas de valores raciais, para criar referências positivas, possibilitando as estudantes negras e negros uma certa identificação, e para que a sala de aula tenha referências com um valor que aborde questões acerca da pessoa negra, contribuindo na construção de uma sociedade mais plural e com um convívio menos tenso em função do racismo. Por fim, pensar na imagem como ferramenta de representação positiva de homens e mulheres negras e, com base nisso, instigar participantes a refletir sobre o cinema como ator na desconstrução de estereótipos para reafirmar identidades positivas, afetos, ancestralidade, corporeidade e memória.

*Professoras Pretas: Empoderamento e Transição a luz da Lei n.
10.639/2003*

Adelina Benedita Alves Santiago (SEDF)

Professoras pretas da Escola Classe 15 (EC-15), escola de anos iniciais situada em Ceilândia – Distrito Federal, estão em processo de transição capilar e deixam de alisar seus cabelos crespos, muitas vezes denominados de “duros”, “ruins” ou até mesmo de “pixains”. Assumindo, assim, a identidade negra, resgatando suas características naturais e vivenciando com seus(suas) alunos(as) as bases históricas que eles(as) necessitam saber. Esse posicionamento pessoal é observado como atividade pedagógica, considerando que a trajetória, em especial, de professoras(es) negras(os) em busca da igualdade sociorracial, que precisa ser contínua, auxilia no entendimento do enfrentamento ao racismo à luz da Lei n. 10.639, de 09 de janeiro de 2003 – que institui o cumprimento do ensino obrigatório, nas escolas brasileiras públicas e privadas, das questões étnico-raciais, mostrando o continente africano de forma positiva, levando em conta, principalmente, os valores como a religiosidade africana e seus benefícios no território brasileiro. Numa demonstração de que questões raciais não são meramente simples, a atitude das(os) docentes da EC-15, perante os(as) estudantes, mostra a importância do empoderamento para dialogar com propriedade através das vivências e experiências em prol do

combate ao racismo com práticas pedagógicas. As(os) professoras(es) vivenciam o que ensinam, expressando na própria identidade formas de contribuir com a formação identitária dos(as) alunos(as). Segundo Consuelo Neves (2015), a escola deve ser uma potente ferramenta na desconstrução do racismo e na valorização da diversidade étnica, pois é um ambiente que precisa ter como função proporcionar ao aluno crescimento social, afetivo, intelectual e crítico, e que deve ter ainda como objetivo eliminar as desigualdades que insistem em existir em relação a determinados grupos historicamente marginalizados. Por outro lado, vale ressaltar que o investimento na formação de professores e professoras, no que tange o combate ao racismo, tem acontecido, mas de forma muito tímida, sendo uma situação que expressa muita resistência na aplicação da lei. “O conjunto família, escola e a sociedade em geral concorrem para a formação identitária do indivíduo. É muito doloroso e conturbado o processo de construção da identidade de pessoas que vivem em meio de múltiplos imaginários. A construção da identidade passa por conflitos, medos, silêncio e angústia” (OLIVEIRA, 2006, p. 108). Para contribuir com essa construção é necessário a sintonia de relações raciais e educação numa proposta pedagógica que favoreça a desconstrução do racismo. A escola deve ser uma colaboradora no processo de construção de uma sociedade igualitária, valendo-se de diálogos sobre o enfrentamento ao racismo e toda forma de preconceito e/ou violência. Dessa forma, é pertinente a postura de cada docente, porém, todos e todas da comunidade escolar devem se comprometer com essa temática.

Negri-Hop: Interação Música e Cultura Negra

Elias do Nascimento Melo Filho (UnB)

O respectivo trabalho que se intitula como um projeto de arte computacional baseado na performance do artista e no trabalho coletivo, apresenta os processos de uma obra de arte performática que integra aspectos musicais da Cultura Negra e de diversos gêneros musicais da Cultura Negra, integrando assim na obra intitulada Negri-Hop. A obra apresenta uma espécie de interação musical, com a execução de instrumentos musicais alternativos construídos de forma tecnológica e com a utilização de materiais recicláveis, com a proposta de integração da Cultura Negra e seus ritmos provenientes, como o *Hip-Hop*, *Soul* e *Funk*. Muitos desses sons se originam de frequências produzidas com a utilização de computador com o “remix” de garrafas pet, garrafas de alumínio, sensores, sintetização de voz etc. Na utilização dos *samplers* é visível os ritmos de *Afro Beat*, *Trap Music*, *Dubstep* e *Hip-Hop*, esses que são gêneros de origem da Cultura Negra. Toda obra é escrita por meio de uma partitura lúdica, na qual o artista acompanha todo o processo e entra na possibilidade de diversos tipos de improvisação. Esse registro já se conclui como uma forma de outros artistas e o público entender a obra musical como expressão e interação da Cultural Negra com as novas tecnologias.

ST15-A - EDUCAÇÃO DAS RELAÇÕES ÉTNICO-RACIAIS

Coordenação:

Fernanda Rachid (UnB/UNIP)

Ruth Meyre Mota Rodrigues (UnB)

Nos últimos anos, diversas pesquisas vêm denunciando as diferenças de condições e oportunidades entre as populações negra e branca no Brasil no tocante ao acesso a direitos sociais básicos e, em especial, a espaços de prestígio social. No âmbito educacional, o racismo determina trajetórias diferentes entre os dois grupos sociais imprimindo o insucesso escolar aos aluno/as negros/as como resultado da reprodução do preconceito e processos discriminatórios. A despeito dos avanços e conquistas resultantes de incansáveis reivindicações dos movimentos negros, como a determinação legal de inclusão da história e cultura africana e afro-brasileira no currículo da Educação Básica (Artigo 26-A da LDB/96), o racismo segue promovendo o fracasso e a exclusão escolar na Educação Básica, afetando, conseqüentemente, o acesso ao Ensino Superior. Manifestações de cunho racial presentes nas escolas não envolvem apenas posturas e ações individuais, há um processo de institucionalização do racismo nos sistemas de ensino brasileiros ainda impregnados pela ideologia da hierarquização entre grupos raciais. Nesse contexto, o papel dos/as profissionais da educação, em especial gestores/as e professores/as, torna-se imprescindível no combate ao racismo educacional. Conseqüentemente, a formação inicial e continuada desses atores/atrizes sociais, envolvidos/as diretamente na formação de nossas crianças e jovens, não prescinde de cabedal teórico que possibilite transformações sociais por meio de uma educação antirracista. A presente proposta de Seção Temática busca promover debates e provocar reflexões sobre processos segregacionistas em função do pertencimento racial, bem como abordar, no Ensino Básico, a importância do ensino e valorização da cultura africana e contribuições dos afrodescendentes na constituição da sociedade brasileira como caminho para a superação de ideologias colonialistas.

Africanidades: práticas em escolas municipais de Campinas e Hortolândia

Maria Isabel Donnabella Magrin (Prefeitura Municipal de Campinas)

Vanessa Fernanda Rodrigues (Prefeitura Municipal de Hortolândia)

A Lei n. 10.639/2003, promulgada pelo Presidente da República, alterou a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional de 1996 (LDB) tornando obrigatório o estudo da temática História e Cultura Afro-Brasileira e Africana, passando a incluí-la no currículo oficial dos estabelecimentos de ensino básico das redes públicas e privadas. O Parecer CNE/CP n. 003/2004, de 10/3/2004, homologado em 19 de maio de 2004, e a Resolução CNE/CP n. 001/2004, regulamentam a alteração da LDB trazida pela Lei n. 10.639/03. O parecer, inclusive, pode e deve servir de base para o trabalho nas escolas, pois estabelece as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana, e traz orientações para implementação da Lei n. 10.639/2003. Esse parecer afirma que a escola, como lugar de educar, deve expor seu posicionamento político e se tornar responsável pelo combate a essas discriminações e pela emancipação de grupos discriminados. Embora não seja o berço das desigualdades, as mesmas perpassam pela instituição escolar e, nesse sentido, cabe ao professor, gestor e todos os funcionários, estarem atentos a fim de combatê-lo. Para que isso seja possível, como afirma o próprio parecer, os governos em todas as suas instâncias, devem estar empenhados e oferecer o suporte necessário. A cultura africana é vasta e muito dela contribuiu para que hoje tenhamos a nossa cultura afro-brasileira, sem desconsiderar aqui também o relevante papel do povo indígena. Nas escolas, a educação étnico-racial não pode de modo algum ser apenas trabalhada no dia da Consciência Negra, embora essa data esteja sendo utilizada para promover debates, reflexões e servido de referência para bons trabalhos em algumas instituições de ensino. A história africana e afro-brasileira deve fazer parte do cotidiano, permeando todas as disciplinas, especialmente nas áreas de Educação Artística, de Literatura e História Brasileira, como aponta a Lei n. 10.639/03. O presente trabalho visa apresentar dois projetos desenvolvidos no Ensino Fundamental de duas cidades do Estado de São Paulo, Campinas e Hortolândia. Objetiva, dessa maneira, além de motivar e inspirar professores, marcar – através de seus resultados – a importância do trabalho com a temática. Também é proposto aqui, extravasar a ideia de se trabalhar africanidades e história da África apenas como projeto, mas pretende-se apresentar outros exemplos de como esse trabalho também é desenvolvido cotidianamente nas salas de aula.

Patrimônios e memórias afro-brasileiras: entre permanências e ressignificações

Doris Regina Barros da Silva (IFRJ)

A efetiva implementação da Lei n. 10.639/03 requer ações pedagógicas de desconstrução do imaginário reducionista e estereotipado sobre os povos negros, disseminado ao longo dos séculos por meio de diversos veículos, dos quais a escola se destaca, em função de seu alcance e valor social. A introdução de conhecimentos

relacionados aos povos africanos e sobre a História e Cultura Afro-brasileira nos currículos escolares, conforme estabelece a referida legislação, abre possibilidades não somente para a inserção de referências oriundas de matrizes constituidoras da cultura nacional historicamente alijadas das instituições educativas e, consequentemente, desqualificadas como fontes de saberes relevantes, mas sobretudo para a ressignificação desses saberes e dos sujeitos que os produzem. A realização de tal tarefa exige mais que o improvisado, pois precisamos desfazer a mentalidade racista e discriminadora secular arraigada em nossas instituições educativas, desalienando os processos pedagógicos (DCNERER, 2004). As várias manifestações culturais criadas por africanos e seus descendentes na diáspora são formas de resistência por intermédio da preservação e reconstrução de práticas e tradições fundamentadas na cosmovisão, modos de ser e estar peculiares que atravessaram o Atlântico e hoje são constituidores da identidade nacional (GOMES, 2000). No intuito de promover uma ação afirmativa no campo educacional e viabilizar o acesso de estudantes da rede pública ao patrimônio histórico e cultural afro-brasileiro, o Projeto Circuito AfroNil foi elaborado a partir de parceria entre a Prefeitura Municipal de Nilópolis, através da Superintendência de Igualdade Racial, a Secretaria Municipal de Educação e o Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio de Janeiro – IFRJ – Campus Nilópolis. O eixo principal das atividades foram visitas a marcos históricos, museus e/ou centros culturais com acervos voltados para a preservação e disseminação da História e Cultura afro-brasileira e africana, com previsão de desdobramentos em sala de aula a partir das experiências vivenciadas. Promover o contato com as obras expostas, relatos orais, documentos e demais elementos materiais e simbólicos presentes nos locais visitados, palestras e oficinas, visou à interação e ampliação do repertório dos participantes sobre os conhecimentos específicos enfocados pelo projeto.

Implementando a Lei n. 10.639/03: Novas perspectivas para as relações étnico-raciais na educação.

Paula Regina Araújo de Azevedo Silva (FEBF – UERJ)

Este trabalho parte da análise do processo de implementação da Lei n. 10.639/03, que alterou a LDB 9394/96, instituindo a obrigatoriedade do ensino de História da África e de Cultura afro-brasileira e africana em escolas públicas e privadas de todo o país. O estudo teve como proposta apresentar um levantamento das principais experiências relacionadas à Lei n. 10.639/03 que foram premiadas desde sua implantação em 2003. Os dados foram coletados através de sites do Ministério da Educação e de Organizações não governamentais associados ao campo da Educação que têm como objetivo o enfrentamento das desigualdades raciais. O destaque dado aos prêmios se dá pelo motivo de terem sido utilizados como estratégia de fomentar a referida lei. Dentre essas experiências, foi analisado um caso em particular no Município de Mesquita, Região Metropolitana do Rio de Janeiro, também chamada de Baixada Fluminense. Esse pequeno município foi o único do Estado do Rio de Janeiro que conquistou no ano de 2010, um prêmio de alcance nacional chamado Selo Educação para a Igualdade Racial, promovido pela Secretaria de Promoção de Políticas de Igualdade Racial da Presidência da República. O município de Mesquita concorreu na categoria das Secretarias Municipais de Educação e foi

contemplado tendo em vista a experiência de formação continuada promovida na VI Jornada Pedagógica do Município no ano de 2010 e o projeto “NO”, desenvolvido em uma de suas Unidades Escolares. A referida Unidade está situada no Bairro de Cosmorama e atende estudantes do entorno e também de bairros dos municípios de Nilópolis e São João de Meriti. Os serviços educacionais prestados estendem-se da pré-escola, anos iniciais e finais do Ensino Fundamental até a modalidade de Educação de Jovens e Adultos. A fim de investigar o experimento, foram coletados dados no blog do projeto, além das entrevistas com os professores executores do mesmo. Numa fase posterior da pesquisa utilizamos como instrumento de coleta, a entrevista semiestruturada com docentes das disciplinas de História, Língua Portuguesa e Artes. A partir dessa experiência, discutiu-se as continuidades e descontinuidades das práticas pedagógicas antirracistas que caracterizam a implementação da referida lei.

Diversidade na Escola: o trabalho com as temáticas étnico-raciais e de gênero no CEF 01 de Planaltina

Lucia Franco Pedroza (SEEDF)

Alexandre Magno Maciel Costa e Brito (SEEDF)

O Projeto Diversidade na Escola, ação pedagógica do Centro de Ensino Fundamental 01 de Planaltina, trabalha temáticas relativas às questões étnico-raciais (de maneira interseccional, com recortes de classe e de gênero) e também o respeito, a inclusão, a diversidade, a promoção da igualdade, dentre outros temas. O projeto possui bastante êxito, com destaque na mídia (jornais, programas televisivos e de rádio, sítios da Internet, a Voz do Brasil etc.) e duas premiações nacionais (em 2014, recebeu o Prêmio Construindo a Igualdade de Gênero, organizado pela Secretaria de Políticas para as Mulheres da Presidência da República e, em 2015, recebeu o Prêmio Educar para a Igualdade Racial e de Gênero: Experiências de Promoção da Igualdade em Ambiente Escolar, organizado pelo CEERT – Centro de Estudos das Relações de Trabalho e Desigualdades). As práticas pedagógicas desenvolvidas pelo Projeto Diversidade na Escola visam estimular a construção de melhores relações no ambiente escolar e diminuir a discriminação, a violência e a opressão, bem como lutar contra o preconceito institucionalizado, desenvolver atividades que primem pela equidade, pelo respeito e pela valorização dos seres humanos, destacando a importância do ensino da história e da cultura afro-brasileira. As principais atividades desenvolvidas no projeto são: o esclarecimento e o debate das temáticas étnico-raciais, de gênero e de inclusão. A metodologia do projeto inclui, além das aulas expositivas, situações mais dinâmicas, como passeios culturais, atividades diferenciadas durante as comemorações do Dia da Consciência Negra e do Dia Internacional da Mulher, realização de *Flash Mob* (apresentação teatral/musical), desfile interescolar com a temática da diversidade, participação em seminários, debates em rodas de conversa, atividades discursivas, utilização de músicas, vídeos (filmes e documentários), estudo de glossários, dança, elaboração de desenhos, cartazes, redações, apresentações teatrais, fotografias, confecção de bonecas Abayomi, apresentações de capoeira, batalhas de rima e *Hip-Hop*, exposição de máscaras africanas e instrumentos musicais, utilização das redes sociais para abordagem de questões étnico-raciais e de valorização da estética negra dos(as) alunos(as), dentre outras atividades.

Educomunicação para as relações étnico-raciais: uma proposta de intervenção para a aplicação da Lei n. 10.639/2003

Evaldo Gonçalves Silva (UFG/IFG)

O Estado brasileiro nos últimos anos tem promovido políticas públicas que visam compensar o papel subalterno que o negro e a cultura afro-brasileira ocupam nacionalmente. A implementação da política de cotas sociais e raciais é uma dessas políticas, além disso, a Lei n. 10.639/2003 altera a Lei de Diretrizes e Bases (LDB) da Educação Brasileira para incluir a obrigatoriedade do ensino de história e cultura afro-brasileiras nos currículos nacionais. Embora a lei tenha sido promulgada há mais de dez anos, ela ainda não se tornou corrente nas instituições de ensino do país. Essa ausência de efetivação da lei pode ser resultante da deficiência na formação dos próprios educadores, embora isso não seja o único motivo para o estado em que se encontra a aplicação da mesma. O acalorado debate, recente, a respeito da Base Nacional Comum, que entre outras coisas reorienta o foco do estudo histórico das sociedades europeias para as civilizações afro-ameríndias demonstra que ainda somos vítima do preconceito institucionalizado contra o negro e as manifestações de origem Africana. Nesse sentido, pretendemos construir de forma colaborativa com os demais sujeitos desta pesquisa (comunidade escolar na qual pretendemos aplica-lo) um projeto de Educomunicação em que estudantes, professores, pais e demais funcionários da escola possam articular uma interpretação singular da história e da cultura afro-brasileiras de modo que possam se reconhecer enquanto cidadãos.

África. A mão que balançou o Berço.

Juciara Alves dos Santos (UFOP)

Este trabalho pretende discutir sobre a Educação para as Relações Étnico-Raciais nas séries iniciais, considerando o papel da escola e sua relevância para a formação do sujeito, bem como a proeminência do educador na contribuição para a formação da consciência crítica e a descoberta de si mesmo como agente de transformação e atuação individual e social e o seu poder de intervir na sociedade. Como referência de análise será tomada a música “Áfricas”, do grupo Palavra Cantada, de modo a despertar e sensibilizar a integração da comunidade escolar no processo de reconhecimento da identidade racial dos afrodescendentes. Atentando que a musicalidade consiste em recurso empregado para escoar emoções e compartilhamento de integração afetiva. O contraste entre a marginalização política, econômica e social dos negros na sociedade brasileira e a quase total ausência da percepção de suas causas pelos negros e pelo restante da sociedade de que esses fenômenos provocam efeitos psicológicos extremamente danosos é motivador para o presente trabalho, devido ao fator que a clientela assistida nas escolas públicas em nosso município é majoritariamente composta por crianças e jovens negros, os quais não induzidos desde cedo a negar sua etnia, devido a arquétipos construídos ao longo de séculos de dominação branca e católica. Esses fatores foram se cristalizando na mentalidade, na personalidade, no convívio familiar e grupal gerando uma negação de uma identidade que provoca sofrimento, conflito, transtornos que precisam ser estudados e que precisam vir à luz do conhecimento nos espaços escolares a fim

de que essa clientela tenha acesso à origem de sua raça, primando que a escola viabilize processos de socialização, promova a visibilidade à cultura, às religiões, aos valores dos sujeitos que compõem a nossa sociedade, incumbindo à escola um papel essencial de discutir a diversidade racial em nosso país.

Educação em direitos humanos e a Lei n. 10.639/2003

Denise Maria Soares Lima (UCB)

A Constituição da República Federativa do Brasil de 1988 assegurou a educação como um direito social, como um direito de todos e como um dever do Estado e da família. Aliado a isso, salienta que a educação está orientada para os seguintes objetivos: visar ao pleno desenvolvimento de pessoa, prepará-la para o exercício da cidadania e qualificá-la para o trabalho (BRASIL, 2010). De modo que efetivar os preceitos constitucionais são alguns dos desafios pelos quais as políticas públicas educacionais têm enfrentado no âmbito federal, estadual e municipal. Ao mesmo tempo, o Brasil é signatário dos principais documentos internacionais em direitos humanos, destacando-se entre esses, Convenção Internacional sobre Eliminação de Todas as Formas de Discriminação Racial (1968), Declaração Mundial e Programa de Educação para Todos (1990) e Declaração e Programa de Ação da Conferência Mundial contra o Racismo, a Discriminação Racial, a Xenofobia e Outras Formas de Intolerância, em Durban, (2001). Note-se que, para além dos citados documentos, a partir de 2003, o Estado brasileiro implementou a Lei Federal n. 10.639, publicada em 9 de janeiro. Fruto de reivindicações e anseios dos movimentos negros e militantes, a Lei Federal n. 10.639/2003, que tornou obrigatório o ensino de História e Cultura Africana e Afro-brasileira, se constitui em elemento essencial para a recuperação do negro como agente ativo do processo de formação da sociedade brasileira. Em se tratando de aplicabilidade da lei, este artigo apresenta um projeto pedagógico de intervenção local, cujo objetivo foi a de auxiliar jovens e adultos a produzirem textos a partir da leitura e audição de textos e músicas, tendo como pano de fundo a orientação da referida legislação. Além de refletir sobre racismo e discriminação racial, outros objetivos foram almejados, tais como: conhecer obras de autores e compositores negros africanos e brasileiros, minimizar os sentimentos negativos em relação à produção de textos, reforçar a oralidade, a desenvoltura e a capacidade crítica e reflexiva. Ao fim do curso, observou-se maior desenvoltura na construção de textos, assim como por meio de depoimentos dos participantes, percebeu-se que as referências negativas sobre negros e negras, brasileiros e africanos, antes predominantes, deram lugar a uma construção positiva e não estereotipada tanto em relação a esses indivíduos como em relação à África. Na perspectiva da lei em estudo, a superação do racismo se dá via educação, ao reconhecer as várias possibilidades de construção de práticas e abordagens antirracistas, principalmente em sala de aula, espaço privilegiado no cotidiano escolar.

*As Relações Raciais na perspectiva da Formação Continuada -
estudo de caso*

Elson Luiz Barbosa Filho (UFF)

O presente trabalho é parte de pesquisa em andamento em curso de doutorado de Educação na UFF. Trata-se de estudo crítico do que representa na formação continuada de profissionais da Educação e o que isso altera suas práticas pedagógicas, a formação continuada na temática das relações raciais. Buscando compreender também o que move e quem são esses profissionais da Educação, que mesmo a revelia de um sistema sucateado e precarizado por políticas públicas do Estado liberal conservador, procuram capacitação na questão racial. Trabalhamos na metodologia da pesquisa bibliográfica em entrecruzamento com a pesquisa-ação, uma vez que será tomado como população amostral uma turma do curso de pós-graduação em Educação e Relações Raciais a cargo do Penesb/UFF, que teve suas atividades entre os anos de 2013 até 2015. Analisaremos em específico a pertinência dos seus trabalhos de final de curso e a realidade das escolas a que estão vinculados, uma vez que a proposta do curso de pós-graduação era um trabalho de intervenção local.

História e cultura africana e afro-brasileira na formação docente

Adínia Santana Ferreira (EAPE/SEEDF)

Patrícia Nogueira Silva (EAPE/SEEDF)

A presente comunicação visa apresentar algumas ações de formação continuada para docentes elaboradas e executadas pela Eape, escola de formação de professores vinculada à Secretaria de Estado de Educação do Distrito Federal, voltadas para inserção da História e cultura africana e afro-brasileira, tornadas obrigatórias após a promulgação da Lei n. 10.639/03, que altera o artigo 26-A da LDB. Sabe-se que muitos dos professores que hoje atuam nos anos finais do Ensino Fundamental e Ensino Médio nas áreas de História, Literatura e Artes, realizaram a graduação em período anterior ao ano de 2003, com algumas raras exceções, a maioria não cursou a disciplina História da África dentro da grade curricular. Para esses profissionais, o conhecimento dessa área deverá ser feito por meio dos cursos de pós-graduação ou de formação continuada para que reconheçam o lugar da História da África e dos africanos como elementos intrincados à História do Brasil e da humanidade. Isso, por acreditarmos que o ensino de História da África vem dar visibilidade a um debate silenciado para colocar no contexto escolar uma discussão negada pela imposição de currículos eurocêntricos. Seu ensino proporciona a afirmação da identidade negra por meio da valorização da ascendência da maioria da população brasileira.

Educação para as relações étnico-raciais em escolas públicas do município de Porto Seguro – BA: uma análise sobre o ensino de História da África e da Cultura Afro-brasileira

Leonardo Lacerda Campos (UNICAMP)

Ao longo da história escolar brasileira, as políticas públicas voltadas para a educação sempre foram pensadas para atender as demandas de determinados grupos sociais que se perpetuavam no poder e, nesse sentido, acabou-se instituindo um modelo de educação voltado aos interesses das elites, que tentavam comandar os destinos do país. Em 2003, com a implantação da Lei n. 10.639/03, que estabeleceu a obrigatoriedade do ensino de História da Cultura Afro-brasileira e Africana nas instituições de Ensino Fundamental e Médio, oficiais e particulares do território brasileiro, o cenário educacional ganhou novos contornos a fim de romper com uma percepção conservadora, colonial/arcaica, pois a referida lei trouxe consigo contribuições pertinentes para um debate que oportunizasse a inclusão de novas perspectivas acerca da cultura afro-brasileira, sobretudo no que concerne a sua importância na formação social, cultural, política e econômica da nação. Partindo desse contexto, o presente artigo objetiva investigar os caminhos trilhados pela implementação da Lei Federal n. 10.639/03 que institui a obrigatoriedade do Ensino da História e Cultura Afro-Brasileira e Africana na Rede Municipal de Ensino de Porto Seguro – BA, que tem como pressuposto garantir o direito à cidadania aos afro-brasileiros por meio de bases educacionais. Vale salientar que a relevância da temática não se restringe à população negra. Ao contrário, diz respeito a todos os brasileiros, uma vez que, devem ser educados enquanto cidadãos atuantes no seio de uma sociedade multicultural, capaz de construir uma nação democrática. Além disso, fez-se necessário observar se as lacunas presentes no tratamento da História, da cultura e dos demais elementos referentes ao negro e sua trajetória no Brasil e no continente africano estão sendo revistas no planejamento de ensino dos professores.

A trajetória de uma educadora negra em formação: princípios e práticas com o teatro e a Lei n. 10.639/03

Anair Patrícia Braga Moreira (UFMG)

O presente trabalho apresenta a trajetória de formação da educadora e aluna Anair Patrícia e as práticas pedagógicas desenvolvidas no projeto de extensão “Literatura Afro-Brasileira em Foco” da Faculdade Letras da Universidade Federal de Minas Gerais. Partindo das inquietações da aluna dentro do curso de Teatro e da importância do Projeto na construção de ações pedagógicas para inserção da Lei n. 10.639/2003 em escolas de Ensino Fundamental e Médio da grande BH. Narro vivências que contribuíram para minha formação enquanto educadora negra, retomo memórias da infância e traço uma linha temporal até minha chegada e trajetória na UFMG. Apresento minhas origens e ancestralidade, acredito ser importante começar com minhas memórias para fazer um exercício contrário ao que submeteram meus ancestrais na “árvore do esquecimento”. Conto minha trajetória dentro da universidade e como me descobri negra nesse espaço a partir de referências, projetos e grupos de estudos fomentados pelos próprios alunos (já

que o corpo discente invisibiliza a educação ético-racial no curso de teatro) que me auxiliaram no encontro de meus pares e na construção de minha identidade negra, entendida aqui como: “(...) uma construção social, histórica, cultural e plural. Implica a construção do olhar de um grupo étnico/racial ou de sujeitos que pertencem a um mesmo grupo étnico/racial, sobre si mesmos, a partir da relação com o outro” (GOMES, 2005, p. 43). Ainda chamo a atenção para a ausência de disciplinas e atividades formativas sobre Teatro Negro e a Lei n. 10.639/03 no curso de Teatro da Escola de Belas Artes da UFMG. Apresento as ações “Intervenção corpos negros na Savassi” e a “Oficina de sensibilização para contar histórias das mitologias africanas e afro-brasileira”.

Trajetória histórica, política e pedagógica do Núcleo de Estudos Afro-Brasileiros (NEAB) da Escola Municipal Clementino Fraga.

Gustavo Pinto Alves da Silva (UFRRJ)

Um dos grandes problemas das relações raciais no Brasil é o esforço que a sociedade fez (e ainda faz) para negar, não ver ou dissimular o racismo que é estrutural/institucional. Um processo que combina a naturalização do lugar subalternizado do negro na sociedade com a caridosa afirmação cristã/humanista de que somos todos iguais, isso é, de que somos uma democracia racial. A escola é uma das instituições responsável pela socialização dos mais jovens. Nesse processo de socialização, são ensinados conhecimentos e valores, tanto via currículo e práticas pedagógicas de sala de aula como no contato entre alunos de diferentes origens, com visões de mundo diversas. Cabe destacar que essa socialização no ambiente escolar nem sempre se dá de forma harmônica, sem gerar conflitos. Pesquisas no campo das relações étnico-raciais na educação apontam para várias formas de exclusão sofridas por estudantes negros durante sua trajetória escolar. O discurso social pregado na sociedade brasileira – e reproduzido nas escolas – criou estereótipos, barreiras e colocou a população negra em posição de inferioridade. No sentido de eliminar as desigualdades produzidas contra negros e afrodescendentes, nas últimas décadas o Brasil vem criando estruturas legais e ações concretas para efetivar uma educação das relações étnico-raciais. O estímulo à expansão dos Núcleos de Estudos Afro-brasileiros (NEABs), principalmente nas Instituições Federais de Ensino Superior (IFES), foi uma dessas ações. O projeto de pesquisa que venho desenvolvendo no mestrado refere-se a um NEAB criado na Escola Municipal Clementino Fraga. O NEAB é mais um esforço para a efetivação da Lei n. 10.639/03 dentro da escola, proporcionando um espaço interdisciplinar de discursões sobre a questão racial na sociedade e na escola. Nessa pesquisa, os esforços se concentram em analisar a trajetória histórica, política e pedagógica que marca a criação do NEAB dentro de uma escola de Ensino Fundamental, bem como, em que medida suas ações impactam no cotidiano de alunos, professores, comunidade do entorno para uma formação antirracista. Os dispositivos de acompanhamento dessa pesquisa

estarão vinculados a produção de um vídeo com alunos, professores, direção e coordenação, bem como pelo estudo de outros documentos e pelas pistas deixadas nas relações e situações vividas no cotidiano da escola. Esse projeto encontra-se em fase de discussão nas orientações coletivas desenvolvidas no Laboratório de Estudos e Aprontos Multimídias (LEAM) do qual faço parte.

Educação das relações étnico-raciais: um estudo de caso a partir da realidade de uma Instituição de Ensino Superior

Rafael Gonçalves Campolino (Faculdade Anhanguera)

Roberta Alves Virgili Calvano (Faculdade Anhanguera)

O Brasil tem se desenvolvido no processo de solidificação dos pilares educacionais e nos últimos anos observa-se um gradual incremento no número de vagas em Instituições de Ensino Superior (IES) públicas e privadas. As IES têm adotado modelos híbridos educacionais, buscando ações diretas e inclusivas para atendimento da clientela que anseia por Educação Superior de qualidade. Nesse contexto, especial atenção no que diz respeito às diretrizes curriculares para a Educação das Relações Étnico-Raciais e ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana foram trazidos pela Resolução n. 1, de 17 de junho de 2004, do Conselho Nacional de Educação. Este resumo apresenta, por meio de um estudo de caso, as estratégias desenvolvidas pela Faculdade Anhanguera de Valparaíso/GO (Kroton Educacional) no que diz respeito ao trabalho da temática, objeto da resolução citada e principalmente ao enfrentamento do preconceito, em especial as ações de racismo, no contexto educacional e profissional. Para atender ao dispositivo legal, a IES promove cotidianamente reflexões e debates com relação à temática da igualdade racial, políticas de gênero, raça e inclusão, no entanto, o ano de 2015 foi o marco no empreendimento de esforços para promoção de uma semana para debater o assunto, foi desenvolvido a 1ª Semana de Reflexão e Debates sobre Inclusão, Negritude, Gênero e Raça, ocorrida na segunda semana de outubro, que representou o início de um novo ciclo, no qual docentes e discentes deram o pontapé inicial para o debate e reflexão de forma contínua, sistematizada e institucionalizada. A semana foi conduzida pelos eixos da soberania, cidadania, dignidade da pessoa humana, valores sociais do trabalho e livre iniciativa e pluralismo entre os sujeitos. Dos resultados conquistados com a iniciativa, 24 resumos foram publicados no Caderno de Resumo do Evento, com ISSN, envolvendo a dedicação e trabalho de 30 docentes em atividade com aproximadamente 2.915 estudantes do Ensino Superior, na modalidade presencial e Educação a Distância. Acredita-se que os trabalhos desenvolvidos durante a semana são pontes somadoras para a construção de experiências exitosas e ímpares no contexto educacional, em que a reflexão e o diálogo geram caminhos inspiradores para a formação de sujeitos politizados conscientes dos seus deveres e direitos.

Ressignificando a África para alunos(as) negros(as) no Brasil

Jaine Irene Basílio Teodoro Machado da Silva

(Conselho Municipal dos Direitos da Mulher de Uberaba)

A educação no Brasil precisa incorporar ao seu cotidiano escolar princípios de promoção da igualdade racial. A segregação e o preconceito racial que aconteceram na sociedade brasileira, no período colonial contra negros e índios foram decisivos, para que existam ainda hoje, em nosso meio, vários grupos preconceituosos, discriminadores e intolerantes contra negros, índios, mulheres e homossexuais. A Lei n. 10.639/2003 prevê práticas pedagógicas e rotinas educacionais que devem estar plenamente orientadas para relações sociais igualitárias, requerendo de toda a sociedade, o reconhecimento e a valorização da contribuição da população africana e afro-brasileira e seus descendentes para a formação social brasileira. Considerando sempre que essa e outras legislações novas só foram possíveis ser implementadas graças a várias e históricas reivindicações dos movimentos negros, que após sérias reflexões, perceberam que a educação eurocentrista, que era a educação praticada em nossas escolas, tinham ideologias colonialistas, capazes de provocar inferioridade racial aos alunos(as) negros(as). A ideia então foi a de resignificar a África. Para que essa educação inclusiva de alunos(as) negros(as) se torne realidade, é necessário uma constante formação, atualização e qualificação dos docentes, pois os valores éticos, humanos e profissionais dos professores deverão ser priorizados. E nesse contexto, precisamos contar com cada um dos gestores das escolas, com os professores, com os alunos, com os coordenadores, orientadores educacionais e todos os demais atores envolvidos com a escola. Para que todos juntos possam planejar e desenvolver projetos que possibilitem a prevenção de práticas preconceituosas e discriminatórias na escola. Destacamos a importância da função do professor como mediador tanto no processo de construção das subjetividades dos alunos, nas relações interpessoais, como no desenvolvimento do processo de aprendizagem, pois temos que considerar que a educação exige um grande respeito ao passado, reflexão sobre o presente e preparo para o futuro. E para superação das desigualdades existentes, os(as) alunos(as) negros(as) precisam de oportunidades que lhes proporcione condições de conhecer, pesquisar, escrever, refletir e discutir sobre a História da África, a sua origem própria, a sua História própria, bem como a sua cultura.

A educação das relações étnico-raciais e seus reflexos no desempenho escolar dos/as estudantes negros/as

Thaís Lopes Rocha (UnB/SEEDF)

Esta proposta se baseia na ideia de que o baixo rendimento escolar dos/as estudantes negros/as ocorre, também, devido às falhas no sistema educativo, que não promove uma educação verdadeiramente antirracista. A pesquisa, que aqui pretende-se divulgar, buscou compreender de que maneira as ações pedagógicas desencadeiam no sucesso ou no fracasso desses estudantes, por meio de um estudo de caso

realizado em escolas públicas da Região Administrativa de Planaltina – Distrito Federal. A partir disso, problematizou-se a responsabilização de professores e professoras, gestores e gestoras, na desconstrução do preconceito racial, observando as consequências da formação desses profissionais no sucesso/fracasso da aplicação da Lei n. 10.639/03 e, conseqüentemente, no sucesso/fracasso escolar dos/as estudantes negros/as. Com base nas informações levantadas, foi possível concluir que a omissão, tanto por parte do poder público, quanto da gestão das escolas e suas equipes de professores, acaba se refletindo na autoestima e no desempenho dos/as estudantes negros/as, que, por sua vez, não se reconhecem nas práticas escolares.

*Avanços e desafios no processo de implementação da Lei n.
10.639/03*

Patrícia Borges Valadão (UnB)

A questão étnico-racial nas escolas deve ser tratada de maneira estruturante, a fim de que o aluno tenha a possibilidade de adquirir uma visão crítica do mundo que o cerca. No entanto, é necessário realizar um tracejamento do atual panorama pós-implementação da respectiva diretriz, isto é, como está sendo a implantação de tal lei; se existem projetos específicos destinados ao desenvolvimento da temática; quem são e o que pensam os professores sobre essa questão; se os mesmos encontram dificuldades em construir tal temática em sala de aula e assim possibilitar a compreensão de como está a atual realidade após a implementação das diretrizes lançadas pela Lei n. 10.639/03 com a finalidade de mitigar as desigualdades que envolvem o étnico e o social. A necessidade de implantar políticas públicas no campo educacional, como a aplicação da Lei n. 10.639/03, fez-se necessária pela dificuldade de inserção e exercício da cidadania pela população negra no Brasil. Para isso, a implementação de políticas públicas que contemplassem as reivindicações da população negra contou como meio de reconstrução social, o ambiente escolar. Diante disso, o desenvolvimento de ações eficazes implica também a análise de como está sendo concretizada a inserção de temáticas ligadas à igualdade étnico-racial nas escolas. Todavia, estudos e pesquisas a despeito da inclusão concreta dessas temáticas são escassos quando os relaciona a educação. Nessa direção, a realização desta comunicação oral possibilitará a abertura ao diálogo, vez que, a reflexão e o debate acerca de mudanças curriculares, como a proposta da Lei n. 10.639/03, são importantes para o rompimento de modelos educacionais que não promovem a equidade étnico-racial no processo educativo.

Educar para as relações raciais também é atribuição da gestão escolar - Percepções Sobre a Lei n. 10.639/2003

Aldenora Conceição de Macedo (UnB/SEEDF)

Na escola, entendida como uma instituição onde há relações de poder, hierarquia e subordinação, cada profissional que componha a comunidade escolar deve cumprir com suas obrigações para com uma educação integral. Mas, ao contrário, o que temos é um sistema hierárquico que pretensamente coloca todo o poder nas mãos da direção – muito embora haja ordenamentos que orientam o contrário, como a Lei n. 4.751/2012, e dá a ela a prerrogativa de negligenciamento às questões pedagógicas importantes como as políticas educacionais inclusivas. Assim, a gestão da escola, como representante da instituição, tem o dever de subsidiar as práticas pedagógicas que se pretendam igualitárias, pois quando se trata de implementação de políticas educacionais, a escola possui na direção escolar sua figura de liderança, e por meio de sua anuência a educação antirracista pode deixar de figurar apenas em projetos pedagógicos aleatórios e vir a fazer parte do PPP ou currículo da escola, por exemplo. Essa reflexão aqui colocada ensejou a pesquisa da qual o artigo a ser apresentado foi extraído. Esta pesquisa buscou, portanto, compreender até que ponto a atuação da gestão escolar implica na execução e implementação da educação antirracista, especificamente no que propõe a Lei n. 10.639/2003, relacionando a dimensão democrática da gestão educacional à atuação da direção escolar e sua importância para a educação com pretensão igualitária e inclusiva. Como referencial teórico trouxe para o debate acerca dos temas: relações raciais, educação antirracista e gestão escolar, autoras/es como Gomes, Munanga, Fernandes, Quijano, Cury e Filice. A pesquisa de campo foi executada durante dez meses e apresentou como conclusão o fato de que a gestão da escola pesquisada, mesmo estando consciente da exigência legal da abordagem antirracista no ensino, não a considera importante, o que se torna empecilho à tais abordagens que porventura viessem a acontecer nessa instituição. Ainda, relega ao trabalho solitário as/os profissionais docentes que já executam tais práticas antirracistas e que não aderem a esse silenciamento.

A Lei e Seus Sujeitos: um olhar sobre a aplicação da Lei n. 10.639 na Rede Escolar de Mulungu-CE.

Regilene Alves Vieira (UNILAB) &

Mona Lisa da Silva (UNILAB)

Em 2003 foi sancionada a Lei n. 10.639 que tornou obrigatório o ensino sobre história e cultura dos afro-brasileiros, incluindo o estudo da história da África e dos africanos em todas as instituições públicas e privadas. Essa nova legislação é fruto de uma luta ancestral dos afro-brasileiros, visto que, eles almejam respeito, educação de qualidade e valorização de sua identidade enquanto negro na sociedade brasileira. Por reconhecer a importância da legislação que propõe uma nova educação para as relações étnico-raciais o presente estudo objetivou apresentar como está sendo o processo de implementação da Lei n. 10.639 na escola de Ensino Fundamental Hermenegildo Rocha Pontes, localizada na cidade de Mulungu, Maciço de Baturité, Ceará. Para dar conta desse intento utilizou-se a

metodologia de história oral, através de entrevistas com a secretária de educação do Município e com três professores da área de história da escola. Como as exigências da Lei n. 10.639 são percebidas por gestores e professores da rede municipal de Mulungu? Que estratégias foram formuladas e praticadas para garantir o cumprimento da lei? Quais as dificuldades enfrentadas para os trabalhos com os novos conteúdos? Até onde se avançou no cumprimento do que preconiza a lei? Qual a percepção que professores e gestores têm da eficácia do ensino desses conteúdos na superação de noções e práticas racistas entre os estudantes? Esse conjunto de perguntas configurou a problematização que orientou a pesquisa que resultou no estudo aqui apresentado.

Ensino de História da África: o reconhecimento da identidade negra brasileira

Zamara Graziela Pinheiro de Oliveira (UNIRIO)

Considerando as mudanças no campo educacional impulsionadas pela Lei n. 10.639/03, o presente trabalho busca discutir a diversidade étnico-racial nas escolas da Educação Básica do Rio de Janeiro. Historicamente, o sistema de ensino brasileiro pregou, e ainda prega, uma educação formal de embranquecimento cultural em sentido amplo. A escola é um local de discussão, de problematização e de aprendizado, é o primeiro ambiente em que temos contato com regras formais de sociabilidade, em que convivemos com pessoas que possuem demandas similares de aprendizado. Nos vemos em um ambiente hierárquico em que somos submetidos às mesmas regras. Entretanto, para alguns a hierarquização não se dá da mesma forma, independente da instituição escolar ser pública ou privada. Para o aluno negro, sua posição hierárquica é diferenciada, a cultura racista a que estamos submetidos o leva a uma condição de segregação, em que o aluno branco se vê em uma posição de superioridade a aquele que ocupa a mesma posição que a dele, a de estudante. As reflexões trabalhadas se desenvolverão com base na defesa do rompimento dessa tendência e da necessidade de integração dos/as estudantes negros/as no ambiente escolar de forma mais equitativa, na perspectiva de uma reeducação das relações étnico-raciais em ambiente escolar. A educação deve negociar as assimetrias causadas pela diferença de força entre as identidades, propondo a construção de um projeto comum, pelo qual as diferenças sejam dialeticamente integradas. A escola tem o papel de formar um cidadão do mundo, que tenha acesso a diferentes grupos culturais e que tome para si os hábitos, tradições e comportamentos que lhe tragam uma identificação. Criando assim um indivíduo que se contraponha a um etnocentrismo excludente.v

ST15-B - EDUCAÇÃO DAS RELAÇÕES ÉTNICO-RACIAIS

Coordenação:

Fernanda Rachid (UnB/UNIP)

Ruth Meyre Mota Rodrigues (UnB)

Nos últimos anos, diversas pesquisas vêm denunciando as diferenças de condições e oportunidades entre as populações negra e branca no Brasil no tocante ao acesso a direitos sociais básicos e, em especial, a espaços de prestígio social. No âmbito educacional, o racismo determina trajetórias diferentes entre os dois grupos sociais imprimindo o insucesso escolar aos alunos negros/as como resultado da reprodução do preconceito e processos discriminatórios. Apesar dos avanços e conquistas resultantes de incansáveis reivindicações dos movimentos negros, como a determinação legal de inclusão da história e cultura africana e afro-brasileira no currículo da Educação Básica (Artigo 26-A da LDB/96), o racismo segue promovendo o fracasso e a exclusão escolar na Educação Básica, afetando, conseqüentemente, o acesso ao Ensino Superior. Manifestações de cunho racial presentes nas escolas não envolvem apenas posturas e ações individuais, há um processo de institucionalização do racismo nos sistemas de ensino brasileiros ainda impregnados pela ideologia da hierarquização entre grupos raciais. Nesse contexto, o papel dos/as profissionais da educação, em especial gestores/as e professores/as, torna-se imprescindível no combate ao racismo educacional. Conseqüentemente, a formação inicial e continuada desses atores/atrizes sociais, envolvidos/as diretamente na formação de nossas crianças e jovens, não prescinde de cabedal teórico que possibilite transformações sociais por meio de uma educação antirracista. A presente proposta de Seção Temática busca promover debates e provocar reflexões sobre processos segregacionistas em função do pertencimento racial, bem como abordar, no Ensino Básico, a importância do ensino e valorização da cultura africana e contribuições dos afrodescendentes na constituição da sociedade brasileira como caminho para a superação de ideologias colonialistas.

Pluralidade Social e Diversidade Cultural: apontamentos sobre as relações raciais no espaço escolar.

Wesley dos Santos Lima (UFOB)

Este trabalho tem como base esgrimir a problematização do discurso contemporâneo sobre identidade racial, miscigenação e cultura, analisando que essa temática tem sido foco de vários embates nos ambientes educacionais brasileiros, na mídia, e, sobretudo nas universidades. Essa comunicação busca apresentar de que forma os alunos se identificam, enquanto sujeitos, dotados de cultura e história social; interpretando dessa forma, a diversidade que a escola pública está inserida. Este trabalho teve como base de discussão a implementação da Lei n. 10.639, de 09/01/2003, que dimensiona o ensino de História da África e Cultura Afro-brasileira no currículo escolar, tornando-o obrigatório na Educação Básica. Nesse sentido, Munanga (2005), coloca que só construiremos uma sociedade democrática, quando o respeito à diversidade for evidente, respeitando, portanto, as matrizes étnico-raciais que deram ao Brasil atual sua feição multicolor composta de índios, negros, orientais, brancos e mestiços. A elaboração desta comunicação é fruto da experiência adquirida enquanto bolsista do Programa Institucional de Iniciação à Docência – PIBID e trata-se de algumas reflexões e apontamentos sobre identidade racial e cultura; buscando, sobretudo, criar debates sobre o tema e levantar questões que problematizem o preconceito racial existente, a miscigenação cultural, e a pluralidade social.

Racismo institucionalizado versus Educação antirracista: dois lados da mesma moeda.

Mônica Regina Nascimento dos Santos (UFAL)

A mesma escola que discrimina é a que se propõe a combater a discriminação. São dois lados da mesma moeda. A forma institucionalizada do racismo não pode ser desconsiderada nas propostas curriculares de uma educação antirracista. Por outro lado, a educação nos últimos anos tem passado por importantes mudanças, a população negra já conta com leis e conquistas em espaços de prestígio social, mas, a escola ainda é um lugar de construção de estereótipos e negação das tradições de matriz africana. A polarização “preto” versus “branco” tem promovido identidades cristalizadas. O objetivo deste trabalho, no entanto, não se resume à denúncia do racismo, mas é também a intenção de problematizar o papel ideológico da escola e a necessidade de construção de uma educação antirracista. Desse modo, trabalhando com categorias como identidade, cultura, ideologia, racismo institucional e educação, a partir de autores como K. Munanga, A. C. Silva, V. R. Silvério, S. Hall, A. Toraine, entre outros, este trabalho, busca fomentar a discussão sobre identidade e a valorização da cultura africana em suas diversas formas de expressão, na proposição do empoderamento da população negra.

Noções de pertencimento étnico e racismo por alunos do Ensino Médio

Fernanda Kamila Pinho de Souza (IFRR)

Cristina Nascimento de Oliveira (IFRR)

Nossa proposta de pesquisa parte de uma ação realizada durante uma das sessões de cinema exibidas no Projeto Cine NEABI do Instituto Federal de Roraima (IFRR) – Campus Boa Vista Centro. O Cine NEABI é um projeto de extensão criado e promovido pelo Núcleo de Estudos Afro-brasileiros e Indígenas – NEABI do IFRR. Foi aprovado em duas edições do Programa de Bolsas de Extensão (PBAEX) da instituição, tendo duas alunas de Ação Afirmativa como bolsistas do projeto. O Cine NEABI tem como objetivos utilizar o cinema como subsídio para a construção de um olhar crítico sobre o tema da Diversidade e dos Direitos Humanos, auxiliando o processo pedagógico; contribuir para a formação de plateias a partir do cinema no IFRR; estimular a reflexão dos alunos por meio de debates organizados após a exibição de cada filme; possibilitar o cinema como material didático-pedagógico em ações de extensão no IFRR. No Ciclo II – Da Origem, que tratou da temática afrodescendente, na terceira sessão, no dia 18 de maio de 2016, exibimos o documentário Zumbi Somos Nós com a participação dos alunos do IFRR e da Escola Estadual Antonio Carlos Natalino, localizada no bairro Jóquei Clube, periferia de Boa Vista, capital de Roraima. Nessa sessão, foram aplicados questionários semiestruturados a fim de coletar dados sobre cor/etnia e o conhecimento dos alunos a respeito do conceito de racismo. Também foi perguntado aos entrevistados se eles consideravam o Brasil um país racista. Dos 56 participantes da sessão de cinema, 52 entregaram os questionários preenchidos. Os entrevistados apresentaram faixa etária de 14 a 19 anos, sendo 18 do sexo feminino e 34 do sexo masculino. Dos 52 alunos, 11,53% se declararam negros; 26,92% brancos; 46% pardos; 3,84% afirmaram serem pardos na certidão de nascimento, mas preferem se declarar negros; 5,76% se declararam morenos. Aproximadamente 90% dos entrevistados respondeu que o Brasil é um país racista; 9,6% responderam que não. Entre as perguntas abertas do questionário, podemos destacar a afirmação de uma aluna de 16 anos autodeclarada parda no questionário a respeito do conceito de racismo: “a discriminação com pessoas de pele escura tratando-as com inferioridade e desprezo”. Isso demonstra que os alunos entrevistados têm noção do conceito de racismo, mesmo que a escola não aborde esse tema em sala de aula.

Políticas de Acesso ao Ensino para os Afro-brasileiros e Educação das Relações étnico-raciais: desafios para reflexões e práticas afrocentradas.

Maria Aparecida Miranda (IFRJ – PUC)

O artigo objetiva contribuir para reflexões e troca de conhecimentos no campo das lutas sociais centradas na defesa de políticas públicas comprometidas com as ações afirmativas e educação das relações étnico-raciais na perspectiva da garantia de direitos. Temos claro que as múltiplas expressões das questões sociais e raciais se apresentam como desafios para diferentes sujeitos coletivos, e nas instituições

de educação marcados por tensões e projetos societários em conflito, buscamos observar como vem sendo formatado os espaços de negociação, diálogos, debate, ensino, pesquisa, extensão, produção de conhecimento e outros. No Instituto Federal de Educação do Rio de Janeiro (IFRJ) nossa vivência profissional tem oportunizado perceber as mudanças engendradas a partir de conquistas e de aportes jurídicos tais como Lei n. 10.639/2003; Lei n. 10.678/2003; Lei n. 11.645/2008 e Lei n. 12.711/2012, que impõem desafios e suscitam espaços para adoção de práticas e estratégias educativas na perspectiva afrocentrada. As análises e interpretações dos autores com os quais tentamos dialogar revelam aspectos históricos da dinâmica das relações estabelecidas entre Estado, sociedade e sujeitos coletivos. Os achados que temos identificado a partir dos autores aos quais nos alinhados, tais como Miranda e Passos (2011), Mazama (2009), Fanon (1968; 2008), Asante (2009), Ianni (1989), Fernandes (1982) e Salvador (2011), constituem as referências bibliográficas e teórico-metodológicas que fundamentam nossas reflexões e que corroboram para uma aproximação com os estudos da afrocentricidade, e a configuração de uma agenda comprometida com o combate ao racismo e os preconceitos que promovem o fracasso e a exclusão escolar da população afro-brasileira; a visibilidade da história e cultura africana e dos afrodescendentes; o fortalecimento da identidade negra; o exercício de posturas e atitudes altivas e identidades afrocentradas. Com efeito, possibilitam uma reflexão crítica e a identificação e proposição de caminhos para o fortalecimento de soberanias intelectuais de indivíduos e coletividades. O desafio está em avançar nas ideias e práticas em torno de uma educação emancipadora, visando a transformação das condições de acesso aos direitos sociais, políticos, econômicos e culturais dos afro-brasileiros.

Educação étnico-racial, pedagogias outras
Valéria Paixão de Vasconcelos Nepomuceno (UNIRIO) &
Maria Elena Viana Souza (UNIRIO)

Esse trabalho tem como objetivo pensar na educação com a expectativa de reconhecimento da diversidade étnico-racial e da cultura brasileira, com os aspectos da Lei n. 10.639/2003 que altera a LDB (Lei de Diretrizes e Bases) na educação, incluindo o artigo 26-A e que torna obrigatória a temática da história e cultura afro-brasileira no currículo oficial da rede de educação do país. Assim, com base na lei, o objetivo deste trabalho é apresentar uma proposta de pesquisa que vem sendo pensada a partir de percepções constatadas, após realização de oficinas de valorização da identidade negra realizadas com crianças e adolescentes em escolas de ensino fundamental. Nesse sentido, foi percebida a necessidade de uma educação para as relações étnico-raciais onde a história e cultura africana e afro-brasileira comesçassem a ser valorizadas nas práticas escolares, onde crianças e adolescentes negras e não negras possam, com ajuda de práticas pedagógicas, ressignificar estereótipos negativos que são construídos acerca da imagem e figura do negro, durante anos de anulação da cultura negra brasileira inclusive nos conteúdos escolares. Pretende-se como a escola pode ser um espaço de pedagogias outras onde as questões raciais sejam amplamente discutidas, debatidas e trabalhadas a partir do conhecimento e sensibilização do professor/educador acerca da temática fazendo neste sentido valer a LDB com a implementação da Lei n. 10.639/03 nos

diversos segmentos da educação básica. Conclui-se que diante da diferença social encontrada, e que é grande para a juventude negra, a educação é um dos fatores que pode trazer mudanças.

Sociologia das relações étnico-raciais no Brasil e reverberação no discurso docente no contexto escolar.

Silvia Regina de Jesus Costa (UFMG)

Esse trabalho localiza-se numa abordagem no contexto das relações raciais presente na história do Brasil. Apresenta reflexões, ainda em andamento da pesquisa de mestrado, acerca das relações étnico-raciais no desenvolvimento do contexto brasileiro, e o discurso presente no contexto escolar. Busca evidenciar a relação, ou as relações entre a construção da identidade nacional, movimentos presente no século e XIX e início do século XX no Brasil e sua influência na construção do discurso dos sujeitos que trabalham diretamente com a formação da Educação Básica, principalmente os professores. Os períodos mencionados foram períodos em que no Brasil buscava-se uma identidade nacional, períodos esse marcado pela ideologia do branqueamento. O período posterior, no contexto das relações étnico-raciais na história do Brasil, foi marcado pela democracia racial. Tanto um movimento quanto outro obtiveram impactos na sociedade brasileira, seja na construção ideológica de uma sociedade miscigenada, quanto na produção de padrões mantido pela mesma ideologia inerente a construção da identidade nacional. Paradoxo presente em vários setores da sociedade, inclusive o educacional, o que vem produzindo diversos discursos na sociedade brasileira. Este trabalho busca articular reflexões acerca das ideologias produzidas nos períodos mencionadas e o discurso de sujeitos na educação. Para tanto, são utilizados os autores que abordam os conceitos acerca da ideologia do branqueamento, miscigenação e democracia racial: Kabengele Munanga, Antônio Sergio Guimarães, Nilma Lino Gomes, Tomas Skidmore. Para tratarmos do discurso articulado com racismo apresentaremos as contribuições de Teun Van Dikj. No que tange a educação será utilizado Míria Gomes de Oliveira. O trabalho ainda em fase de construção, não apresenta conclusões, mas apresentará as reflexões na busca de compreender quais processos, dinâmicas, e estratégias sociais refletem no discurso dos professores, as ideologias do período da construção da identidade nacional no Brasil.

Viagens à África na literatura para não adultos

Ana Claudia da Silva (UnB)

Cotejar diferentes representações da África e dos africanos na literatura para leitores não adultos é o objetivo desta comunicação. Para isso, trabalharemos inicialmente com a obra *Mariazinha em África*, de Fernanda de Castro, publicada em Portugal em 1947. A obra se constitui como um exemplar significativo da literatura colonial para crianças, visto que traduz, tanto no enredo quanto na composição das personagens, a mundividência do colonizador. O narratário principal da autora é, pois, a criança filha dos colonos; a literatura corrobora, aqui, para a formação da mentalidade colonial. Mariazinha aprende a ver o mundo a partir da

ótica de seus pais, especialmente do pai, figura preponderante em sua educação, de quem aprende que o mundo dos brancos europeus e dos negros africanos têm regras claramente estabelecidas de relacionamento, as quais devem ser mantidas pela sucessão das gerações. Abordaremos também, em perspectiva comparada, o romance brasileiro *Diário de Pilar na África*, de Flávia Lins e Silva (2015), que procura atender ao cada vez mais exigente mercado de produção literária para não adultos na contemporaneidade. Nessa obra, a protagonista também vai à África, mas as relações estabelecidas com os africanos são totalmente diversas, se não antagônicas daquelas apreendidas por Mariazinha: Pilar enfrentará os mesmos desafios de sua amiga Fummi, uma princesa iorubá. A obra tem o objetivo claro de informar os leitores sobre o mundo africano, e para isso traz muitos informes, que são apenas à obra a partir de seu gênero, o diário, que permite interrupções na narrativa mediante bilhetes, anotações e ilustrações. A vigem de Pilar vai sendo documentada com os conhecimentos que a protagonista vai reunindo, em sua jornada, sobre as culturas africanas e também sobre a presença de traços africanos na cultura brasileira. É claro, na obra, o objetivo de atender ao predisposto na Lei n. 10.639, de 2003, produzindo um texto que visa apresentar a África aos leitores brasileiros. Em ambas as obras, o viés didático é preponderante em relação ao literário, o que faz delas recursos de pouco impacto na formação de seus leitores, pois é somente o valor estético que permite à obra literária cumprir sua função humanizadora; esse é mais relevante e transformador que a soma de informações trazidas nas obras.

A implantação do artigo 26-A da Lei de Diretrizes e Bases (LDB) nas aulas de literatura do Ensino Básico.

Itamara Esteves da Cunha (UnB)

Nathielen Fernandes de Oliveira (UnB)

O artigo 26-A da Lei de Diretrizes e Bases (LDB) torna obrigatório o estudo, no ensino básico, da cultura indígena e afro-brasileira, sendo essa o foco do presente artigo. Sabe-se que, na maioria das vezes, as relações raciais nas escolas são dadas por certo apagamento, pois professores e membros da comunidade escolar negam-se a levantar debates e discussões sobre o racismo. Por outro lado, a importância dessa discussão para a formação identitária do brasileiro é verossímil e bastante palpável, pois considerando o valor das obras literárias, enquanto instrumentos auxiliares da aprendizagem dessas duas culturas, percebe-se que a literatura pode ser um instrumento de grande relevância para tal formação. Analisando obras como “Macunaíma”, de Mário de Andrade, bem como alguns contos de Machado de Assis, escritor negro brasileiro de maior prestígio na nossa literatura, como “O caso da vara”, por exemplo, identificamos uma denúncia sólida com relação ao negro e ao indígena na sociedade brasileira contrastada com a imposição da cultura branca nessa mesma sociedade. Assim, foi possível perceber a verossimilhança das discussões e dos debates acerca dessa temática nas obras literárias levando em consideração, também, que a própria literatura foi – e continua sendo – um privilégio de poucos. Portanto, o presente trabalho evidencia a importância da implantação do artigo 26-A da LDB nas aulas de literatura dos ensinos fundamental e médio.

Corpo proibido: a representação social do corpo humano em uma coleção de livros didáticos de Biologia.

Florença Freitas Silvério (USP)

Marcelo Tadeu Motokane (USP)

A escola possui um papel central dentro do sistema racista brasileiro. Muitas são as formas que o racismo atua dentro da escola, seja nas relações interpessoais, nos currículos ou nos materiais didáticos. A Lei n. 10.639 mais do que acrescentar conteúdos aos currículos, propõe uma reflexão das questões raciais na educação de forma estrutural. No entanto, mais de dez anos após a aprovação da lei, poucos avanços são constatados. A escola brasileira parece não ter pressa em solucionar aquilo que tem se mostrado seu maior problema. Nesse sentido, algumas áreas vêm sendo especialmente negligenciadas, é o caso do ensino de Biologia. Poucos são os trabalhos que discutem a educação das relações étnico-raciais e o ensino de Biologia. Com o intuito de aprofundar os estudos na área, o objetivo deste trabalho é estudar os livros didáticos de Biologia e como esses representam o corpo humano. Para isso utilizamos como material uma coleção de livros didáticos de Biologia aprovada pelo Programa Nacional do Livro Didático 2015. Nessa coleção, analisamos os manequins de anatomia e modelos anatômicos ali estampados representando corpos humanos. Nessa coleção, todos os manequins e modelos representam pessoas brancas. E a imensa maioria desses manequins e modelos estampam a unidade “A espécie humana”. Dessa forma, quando os manequins e modelos são utilizados, a função é representar ali o humano, o *Homo sapiens*, a humanidade. Nesse caso, a humanidade tem cor. Quando o livro pretende representar a espécie humana e se limita à representação do branco fica implícita que corpos não-brancos não são humanos. A ciência nega a humanidade biológica do corpo negro. Esse mecanismo de desumanização do corpo negro pela ciência não é algo novo, guarda imensas semelhanças com o racismo científico do século XVIII. A grande diferença é que no século XVIII a desumanização ocorria pela exaltação da anatomia do corpo negro e a utilização dessa anatomia como sinônimo de inferioridade. Quando a sociedade representa um corpo, ela representa ali o desejável, o correto e o normal. O negro carrega em seu próprio corpo a marca da inferioridade, não só biológica, mas tudo aquilo que ela acarreta. Para análise utilizamos como referencial teórico a teoria das representações sociais proposta por Moscovici e ainda outros trabalhos que discutem além da representação social, o corpo humano. Dentre esses autores estão Silva (2011), Rodrigues (2006) e Nogueira (1998).

As representações sobre o negro nos livros didáticos antes e depois da Lei n. 10.639/03

Caio Pinheiro Oliveira (UESC)

Trata-se de um estudo monográfico que foi desenvolvido no âmbito da Especialização em História do Brasil vinculado ao Departamento de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Estadual de Santa Cruz, tendo como objetivo analisar as mudanças e permanências no que concerne as “representações do negro” contidas no livro didático transcorridos dez anos da sanção da Lei n. 10.639/2003. A proposição de um estudo das representações do negro contidas no livro didático (LD),

fundamentou-se em amplo referencial teórico que ratificou a centralidade desse recurso na construção de representações acerca do outro, particularmente quando se pensa na relação aluno-livro ao longo do processo de escolarização. Diante do exposto, para analisar as mudanças e permanências nas “representações do negro” ao longo dos dez anos de sanção da Lei n. 10.639/03, analisei a produção didática de Alfredo Boulos Júnior, pois esse historiador-professor é um dos autores de LD’s que sob o auspício teórico da História Nova vem incorporando na tessitura dos seus LD’s as propostas temáticas e curriculares emanadas da Lei n. 10.639/03. Assim, objetivando compreender quais mecanismos, propostas metodológicas e pressupostos historiográficos adotados por Alfredo Boulos Júnior na elaboração de uma representação valorativa do negro, tendo em vista o reposicionamento do mesmo enquanto sujeito histórico na narrativa do passado nacional, sem, contudo, apagar suas particularidades étnico-raciais e culturais, foram analisadas as edições de 2003 a 2013 da coleção História Sociedade e Cidadania do autor acima selecionado, pois me permitiram escarafunchar os mecanismos teóricos, metodológicos e pedagógicos utilizados e desenvolvidos com vistas a imprimir na subjetividade dos discentes uma representação positiva do negro a partir da reavaliação do seu papel na história nacional. Dessa feita, no que diz respeito à permeabilidade da coleção História Sociedade e Cidadania às demandas temáticas emanadas da Lei n. 10.639/03, verifiquei um tácito compromisso da mesma com a construção de uma representação valorativa do negro, estando em convergência com o Programa Nacional do Livro Didático de 2011, que afirma que a obra tem sua perspectiva quanto à História da África caracterizada como crítico-reflexiva, destacando a valorização dos afrodescendentes, além de historicizar as lutas dos Movimentos Negros no Brasil e as questões legais.

Entre muros e murais: a invisibilidade da população negra nos espaços escolares

Fabiana Pedreira Gelard (UNILAB)

Os corredores das escolas de educação infantil estão repletos de imagens que preenchem as paredes e que auxiliam as crianças na construção do conhecimento no momento em que o texto escrito ainda não é alcançado, assim o trabalho pedagógico com a imagem é uma importante ferramenta no processo de ensino-aprendizagem, uma vez que estabelece conexões entre o objeto de ensino e os educandos através dos signos imagéticos. O presente trabalho objetiva investigar a invisibilidade da população negra no espaço escolar a partir da não exposição de personagens/representações negras nos muros e murais da escola; objetiva também analisar a influência dessa invisibilidade no processo de socialização e construção da autoestima de crianças entre 0 e 6 anos. No primeiro momento, realizou-se um estudo bibliográfico que investigou o uso pedagógico da imagem e a organização dos murais nos espaços escolares, bem como textos referentes ao processo de socialização e construção da identidade da criança negra. Os textos consultados identificam a importância da imagem como auxiliadora do trabalho pedagógico, entretanto não apontam a importância das mesmas para a formação identitária/social das crianças na faixa etária estudada. Chancelando, assim, a necessidade de desenvolvimento deste trabalho, pois o mesmo debruça-se sobre a

hipótese de que toda imagem produzida/visualizada no espaço escolar significa e marca contextos da cultura hegemônica, no qual relações e lugares sociais são pré-determinados e negras e negros são postos em situação de subalternização ou totalmente invisibilizados. Isso faz com que as crianças interiorizem um mundo previamente concebido e no qual pessoas negras não possuem prestígio e protagonismo. No segundo momento da pesquisa em andamento executar-se-á a análise de conteúdo das imagens dos próprios muros e murais desejando mensurar o quanto esses influenciam a visão que as crianças constroem de si e dos outros. Os resultados preliminares revelam que os muros e murais tal e qual são organizados hoje valorizam a estética branca imposta pela cultura dominante, o que prejudica a construção da identidade negra, bem como interfere nas relações sociais estabelecidas entre crianças brancas e negras; além disso, coaduna para que a escola continue a reproduzir o sistema de privilégios e a cultura dominante, elementos estruturantes dos lugares de poder presentes na sociedade que legitimam a perpetuação do racismo e das várias formas de preconceito e discriminação.

E, na África tem príncipe? Oralidade e corporeidade: valores afrocivilizatórios como possibilidades para uma educação intercultural

Luciana Ribeiro de Oliveira (UNIRIO)

O objetivo deste trabalho é trazer para o debate reflexões sobre educação intercultural, e valores afrocivilizatórios, destacando a importância da oralidade e da corporeidade como práticas pedagógicas de valorização da identidade e cultura africana e afro-brasileira, como um desses valores. Trata-se de um estudo baseado em uma pesquisa ainda em construção e de leituras feitas para o grupo de estudos para a educação étnico-racial da qual a autora faz parte. Para que essa reflexão fosse possível de ser realizada, tomo como referência os estudos de Azoilda Loretto da Trindade (2007,2008), que trabalhou os significados dos valores afrocivilizatórios no ambiente escolar e de Frantz Fanon (2008) que entende que o corpo do negro precisa ser reafirmado, sempre sendo por meio dele que reconhecemos a importância do outro e de nós mesmos. Para si e para a coletividade o seu corpo, a sua voz, estão relacionados com a construção de nossas identidades, nossa cidadania, que são o que embasam os valores afrocivilizatórios e propõe uma educação intercultural. Para reforçar a importância da oralidade, busco também o aporte teórico de Hampate Bâ (2010) que nos ajuda a perceber o quanto a oralidade permanece viva em nossas relações sociais e o quanto é necessário perceber que, assim como a escrita, a expressão oral também está carregada de verdades, conceitos e valores necessários para o empoderamento da construção da negritude. Para pensar a interculturalidade para as relações étnico-raciais nos espaços escolares, no sentido de internalizar e apreender que a história e cultura africana e afro-brasileira precisa ser ressignificada no campo da educação, a fim de que os estereótipos negativos, que são construídos acerca da imagem e figura do negro invisibilizados durante anos de anulação da cultura negra brasileira, inclusive nos conteúdos escolares, seja uma possível realidade, dialogo com Vera Candau (2002, 2014,2010) que sugere que uma educação intercultural ajuda a promover o reconhecimento do outro e diálogo entre os diferentes grupos socioculturais.

Representatividade negra no espaço escolar

Roberta Rodrigues Rocha Pitta (PUC-RIO)

O presente trabalho tem como finalidade apresentar os principais achados da pesquisa de mestrado intitulada “Os murais escolares na perspectiva da Lei 10.639/03”. Realizada em duas escolas públicas do município do Rio de Janeiro, na região da “Pequena África”, a pesquisa investigou as imagens de negros e negras no espaço escolar, a partir de uma abordagem qualitativa. A metodologia aplicada para a pesquisa contou com a coleta de imagens em exposição nos murais durante o segundo semestre letivo do ano de 2015. Além disso, contou ainda com consultas aos Projetos Políticos Pedagógicos das instituições investigadas e com entrevista semiestruturada com professores e coordenadores pedagógicos. Foi possível identificar que os murais estão presentes em diversos espaços da escola, apresentando-se como um recurso inserido na cultura escolar, com potencial para abordar a temática étnico-racial, percebido como um território em disputa. As duas escolas tiveram processos diferentes ao longo da pesquisa, porém, apontaram para o mesmo resultado: o pouco ou nenhum preparo dos professores em relação à formação continuada voltada para o atendimento da lei que tornou obrigatório o ensino da História da África e Cultura afro-brasileira em todas as escolas públicas e privadas dos níveis Fundamental e Médio.

Educação das relações étnico-raciais e a práxis dos professores em Angra dos Reis: uma breve reflexão

Katia Antunes Zephiro (UFRRJ\PPGEDUC)

Silvia Bitencourt (UFRRJ\PPGEDUC)

O presente trabalho foi realizado na cidade de Angra dos Reis, Rio de Janeiro, muito conhecida pelas belezas naturais, suas praias e ilhas. Quem não a conhece imagina um paraíso de belezas e prazeres, contudo Angra é uma cidade de grandes contradições, na qual a riqueza dos condomínios luxuosos, onde grandes empresários e a grande burguesia possuem imóveis contrastam com a realidade vivida pela população local, que vive em condições precarizadas. Também é uma cidade de grande pluralidade cultural. Temos dois grupos indígenas: os Pataxó e os Guarani Mbya. Há um grupo de ciganos, o Quilombo e um grande número de caiçaras. Toda essa diversidade muitas vezes é desconhecida e/ou desvalorizada pela população local. A pesquisa pretende, a princípio, discutir o que motiva, ou não, professores da rede municipal de ensino a se comprometerem com a Educação para as Relações Étnico-raciais a partir da implementação da Lei n. 11.645/08, que preconiza a obrigatoriedade do ensino de História e cultura africana, afrodescendentes e indígenas em todo currículo escolar, em especial nas disciplinas de História, Artes e Literatura. Utilizamos como um dos referenciais teóricos dessa pesquisa as discussões realizadas pelo grupo Modernidade/Colonialidade (M/C) e acreditamos que para além de um referencial teórico, esse aporte nos serve também como metodologia, já que as discussões e teses realizadas pelos integrantes desse referencial também nos ajuda a compreender e analisar os dados coletados. Como procedimento metodológico utilizamos o recurso das entrevistas, análise

documental e bibliográfica. Acreditamos que escola é local privilegiado para possibilitar que os estudantes se conheçam e se reconheçam na diversidade, além de espaço no qual eles têm a possibilidade de trazer suas histórias de vida, seus saberes e expectativas para que, num processo dialógico com outros sujeitos, vivam um rico e significativo processo de ensino-aprendizagem. Sabendo que os professores têm papel fundamental nesse processo, pretendemos realizar uma breve análise sobre os processos de formação de professores, as dificuldades encontradas para se desenvolver um trabalho comprometido com educação para as relações étnico-raciais e que atenda a Lei n. 11.645/08.

*Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Escolar
Quilombola Conjugando os saberes tradicionais com a educação
formal, na perspectiva da Lei n. 10.639/2003*

Miriam Aprigio Pereira (UnB)

Suely Virginia dos Santos (UFMG)

Este artigo trata da questão da implementação da Lei n. 10.639 de 2003, que versa sobre a obrigatoriedade do ensino sobre as culturas e histórias africanas e da cultura afro-brasileira, bem como da Lei n. 11.645 de 2008, que determina o ensino das culturas indígenas nas escolas. Tais propostas se apresentam como mecanismos para que ocorram mudanças estruturais no sistema educacional brasileiro. Este estudo pretende trazer uma reflexão acerca da necessidade de implantação dessas leis, bem como do compromisso para que se dê sua efetivação. É feita ainda uma análise sobre os motivos pelos quais suas práticas ainda não foram efetivadas, e que isso se dá em virtude do distanciamento entre as práticas institucionalizadas e o não reconhecimento da presença da diversidade existente no Brasil. Porém, dada sua complexidade, há de se compreender os motivos históricos que culminaram com as especificidades advindas do processo de formação pautada no modo de vida dos povos originais, notadamente o povo negro. As Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Escolar Quilombola revelam parcialmente as epistemologias, presentes no contexto desses grupos, instituídos por eles mesmos, e reelaborados com o passar do tempo. Nesse sentido, a interdisciplinaridade contribui para a decodificação dos símbolos que formam a cultura e escrevem a história afro-brasileira que caracterizam as vivências quilombolas. Para tanto, conceitos e linhas de análises variadas, são analisados, visando tornar compreensível a ligação e a importância do território e da ancestralidade nas diversas cosmologias desses grupos. De acordo com as diretrizes, a Educação Escolar Quilombola compreende a Educação Infantil, Educação Especial, o Ensino Fundamental, Ensino Médio, a Educação Técnica e Tecnológica de Nível Médio, Educação de Jovens e Adultos e Educação a Distância, para os quilombos localizados em áreas rurais. Aqui, os trabalhos de extensão deveriam assegurar diálogos que versem sobre os interesses e necessidades da educação formal, bem como, das comunidades quilombolas, estabelecendo entre elas, concreta relação de troca e saberes.

Centro Cultural Casa África (CCCA) e a Lei n. 10.639/03: Processos Educativos e a disseminação da Cultura Africana em Belo Horizonte

Flávia Paola Félix Meira (UEMG)

A proposta do trabalho é refletir o Centro Cultural Casa África (CCCA) como um espaço de experiência prática, utilizado pelas escolas da rede Municipal de Belo Horizonte/MG e região metropolitana, contribuindo na implementação da Lei n. 10.639/03. Analisar seus processos educativos e sua contribuição no que tange a aplicação da lei, pensando unicamente no projeto Projeto Passeio à Casa África, uma vez que o CCCA abarca outros projetos. O CCCA foi fundado em 2005, dois anos após a implementação da Lei, tendo como um dos idealizadores o senegalês Ibrahima Gaye, atualmente cônsul honorário do Senegal no Brasil. A implementação da lei, desencadeou em várias iniciativas por parte das escolas, grupo de professores e movimentos sociais, uma vez que, quando inserida, a formação docente ainda era incipiente. A busca por metodologias fora da escola requer uma minuciosa avaliação, evitando resultados negativos e não dialógicos com a proposta. No caso das questões étnico-raciais, se trabalhadas equivocadamente, acabam reforçando estereótipos e preconceitos. O Projeto Passeio à Casa África, acontece no espaço do CCCA agendado pelas escolas, recebendo de 30 a 40 alunos por visita. Ao longo desses anos já recebeu em torno de 5.000 alunos tanto da rede municipal como metropolitana. O passeio consiste em proporcionar aos alunos um pequeno intercâmbio à África (GAYE). Na visita, os alunos tem contato com a língua autóctone (uolofe) do anfitrião da casa, Ibrahima Gaye, possibilitando um possível conhecer o Outro/Eles (SILVA, 2014), acesso a objetos ressignificados, remetendo a importância da ancestralidade fazendo analogias aos nossos valores na diáspora, a hora do griot com uma roda de conversa com os alunos apresentando um pouco do continente africano. O CCCA é uma das maiores referências em Cultura Africana em Belo Horizonte, sendo importante compreender que a visita não substitui a formação na escola ou a formação docente, mas complementa, proporcionando uma verdadeira experiência (LARROSA, 2012). Por fim, a atividade no CCCA, nos faz pensar sobre dois possíveis problemas em relação à aplicabilidade da lei: a maior demanda ainda é no mês de Novembro, fazendo menção ao mês da Consciência Negra, ou seja, é trabalhado de forma pontual, mesmo sendo agenda de todo um ano letivo, e segundo, a procura é quase sempre advindas de escolas públicas, levando a pensar como a temática está sendo trabalhado nas escolas privadas, sendo trabalhadas apenas como consenso (PETRONILHA, 2013).

Representação Social de alunas de Ação Afirmativa do IFRR: uma análise com recorte de gênero e raça

Cristina Nascimento de Oliveira (IFRR)

Melissa Dandara de Oliveira Duarte (IFRR)

Com base na PNAD (Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio), em 2014, 51% dos jovens de 15 a 17 anos que se autodeclararam pretos ou pardos estavam no Ensino Médio. Já a quantidade de jovens brancos da mesma idade é de 65%. Em

2012, 66,6% dos brancos de 18 a 24 anos frequentavam o Ensino Superior. Já a proporção de jovens negros da mesma idade é de 37,4%. Assim, percebemos que, no Brasil, a diferença de escolaridade entre negros e brancos é muito alta. As políticas de Ações Afirmativas servem justamente para minimizar essa diferença entre negros e brancos e/ou outras etnias na educação e no mercado de trabalho. Assim, nosso objetivo é o de pesquisar a participação de alunas do sexo feminino nas políticas de Ações Afirmativas e sua representação social no âmbito escolar, a partir de um recorte de gênero e raça com alunas do IFRR Campus Boa Vista Centro ingressantes no Ensino Técnico integrado ao Médio por meio das Ações Afirmativas. Para tanto, partimos de uma pesquisa bibliográfica e de fichamentos das leituras realizadas. Aplicamos entrevistas semiestruturadas. Por se tratar de alunas menores de idade, foram entregues termos de autorização para assinatura dos pais ou responsáveis. Utilizamos também dados coletados no Departamento de Registros Acadêmicos (DERA) do Campus Boa Vista Centro do IFRR. O Núcleo de Estudos Afro-brasileiros e Indígenas (NEABI) do campus é nosso parceiro, fornecendo espaço físico para estudo, além de materiais bibliográficos sobre Educação para as Relações Étnico-raciais. Foram disponibilizados 10 termos de autorização, sendo que apenas seis foram entregues assinados pelas entrevistadas. A pesquisa ainda está em andamento e já foram realizadas cinco entrevistas. Dessas, uma das entrevistadas relatou, ao ser questionada se já havia passado por alguma situação de discriminação: “Muito, muito, muito. Me excluem [...], eu deduzo que seja por causa das minhas características negras. A pessoa já prediz que sou mais inferior, mais pobre, mais chata ou mais ‘sei lá o que’ só olhando na minha cara”. A mesma entrevistada disse ainda se sentir “menos valorizada que os meninos” e que “eles menosprezam as capacidades de nós, mulheres”. Outra entrevistada relata que “quando tirei uma nota baixa me disseram que isso aconteceu só porque sou de Ações Afirmativas”. Dado o exposto, aferimos que as mulheres afrodescendentes sofrem discriminação no âmbito escolar, tanto por serem mulheres como por serem de Ações Afirmativas.

Educação vem de casa? Um ensaio sobre relações raciais, família e educação.

Cíntia Mariane da Silva (UFRRJ)

Inúmeras vezes eu ouvi a expressão “educação vem de casa” ser empregada diante de situações de indisciplina nas escolas por onde passei como estudante e professora. Ela parece estar impregnada das expectativas acerca de determinados padrões comportamentos esperados dos alunos e que se atribui à família a única e exclusiva responsabilidade de promovê-los. Numa lógica que estabelece a constante oposição: dever da escola e dever da família. À primeira, caberia a responsabilidade de ensinar os conteúdos sistematizados e à segunda, formar o “caráter” e os “valores”. Contudo, se acredito que ensinamos e aprendemos através das práticas sociais, a educação não só vem de casa, como ela também vai, volta, circula. A pesquisa “Educação vem de casa? Um ensaio sobre relações raciais, família e educação” representa uma tentativa de pensar a educação das relações étnico-raciais a partir dos processos educativos não escolares, problematizando o lugar dos discursos e das práticas familiares na produção dos sujeitos e na maneira como esses tecem

nas redes cotidianas certos conhecimentos acerca das relações étnico-raciais. Como as relações familiares impactam na forma como encaramos as relações raciais na sociedade e, conseqüentemente, na nossa atuação como professores(as)? Como encaminhamentos que estão se dando no desenvolvimento desse estudo, tenho tentado responder a esse e a outros questionamentos através do estudo das narrativas de professores da educação básica e estudantes do 2º período do curso de Pedagogia do Instituto Multidisciplinar/UFRRJ. Pesquisando com o cotidiano, volto o olhar para os episódios, cenários e acontecimentos por vezes desprezados, esperando que as histórias desses sujeitos, ao se entreamarem com as minhas, forneçam elementos a serem problematizados, contextualizados e desnaturalizados e assim, quem sabe, permitam-nos pensar uma outra formação (para as relações raciais) a partir de nós mesmos e dos sentidos que atribuímos ao que nos acontece e acontece aos outros, com e no mundo.

A Lei n. 10.639/03 na escola de ensino médio CE - Santos Dumont do município de Vargem Grande

Maria Luzenira Martins de Jesus (NEAB-UFMA)

Cleuma Maria Chaves de Almeida (UERJ)

O presente trabalho tem por objetivo analisar, identificar e apresentar a Lei n. 10.639/03, impactos e aplicabilidade do ensino da História e Cultura Afro-Brasileira, no currículo da escola e no processo de ensino e aprendizagem, ressaltando a relevância e a necessidade efetiva da temática em sala de aula e no processo contínuo de ensino-aprendizagem. Sabendo que a educação é um processo de desenvolvimento humano, a educação escolar corresponde a um espaço sociocultural e institucional pelo trato pedagógico do conhecimento e da cultura, um espaço coletivo de aprender a conhecer, respeitar e valorizar as diferenças. A pesquisa teve como campo empírico a escola de Ensino Médio CESD-Centro de Ensino Santos Dumont, a metodologia utilizada, foi de investigação observando a dinâmica sócio/histórica e cultural do objeto de estudo. Para coleta de dados foram utilizadas abordagem epistemológica e qualitativa. Mostrando a escola como um espaço onde ocorre a construção da identidade do indivíduo, e responsável por promover e desenvolver a aprendizagem do indivíduo nas diferentes dimensões: sociais, culturais, étnicas, cognitivas, emocionais e motoras.

ST16 – SAÚDE DA POPULAÇÃO NEGRA

Coordenação:

Ariandeny Furtado (SIASS IF Goiano/Goiás e UFG)

Bruna Pedroso Thomaz de Oliveira (FIOCRUZ)

Compreender o contexto histórico-social da população afro-brasileira e consequentes vulnerabilidades e marginalização econômica, social, cultural desde a abolição da escravatura é fundamental para reconhecer o racismo enquanto Determinante Social de Saúde (DSS). Dados demonstram a hierarquização da raça branca em detrimento da negra na assistência à saúde e as consequências do racismo institucional no Sistema Único de Saúde (SUS), o qual, pelo processo de desafricanização, nega ou no mínimo invisibiliza a história, a religiosidade, a musicalidade, o dialeto, a culinária, a arte, os saberes, o respeito às tradições e às expressões culturais, à estética negra, a oralidade e os demais signos e significados envoltos da história e cultura Africana e Afro-Brasileira. Ao legitimar a desafricanização, a equipe multiprofissional e gestores do SUS corroboram com a violação do Direito Humano à Saúde da população negra, que não passa a ser compreendida no seu contexto biopsicossocial, em que se torna impossível avançar na efetivação dos princípios doutrinários do SUS da integralidade, equidade e universalidade da atenção à saúde. As iniquidades e injustiças raciais que a população negra está exposta são confirmadas pelos dados censitários, que demonstram que em todos os indicadores a população branca tem mais privilégios do que a população negra e no perfil epidemiológico, em que os DSS irão refletir na tríade saúde-doença-cuidado. Faz-se necessário avançar na equidade étnico-racial na efetivação do SUS e demais políticas públicas, como forma de reconhecer a diversidade étnico-racial da sociedade brasileira, garantindo a integralidade da assistência à saúde e à materialização dos Direitos Humanos, na superação dos demarcadores e hierarquizações raciais.

“O Nkisse é que nos socorre”. Memória e poética de resistência negra afrontando e comunicando territórios de saúde

Weverton Ruan Vieira Rodrigues (UFPA)

Este é um relato de experiência em que proponho uma reflexão a partir de ação extensionista no projeto “Ngomba d’Aruanda – apoio ao projeto Azuelar / Ponto de mídia livre do Instituto Nangetu” da UFPA. Chego no Terreiro como bolsista de extensão e estudante de psicologia colaborando com a produção de acervo audiovisual sobre o patrimônio cultural afro-amazônico e a luta por cidadania dos povos tradicionais de matriz africana, e levo para o projeto a proposta de incluir nesse acervo de memória, a escuta de relatos de autoridades tradicionais de matriz africana sobre situações de violência por racismo em unidades de saúde do SUS em Belém do Pará. Nesse trabalho, identifiquei-me com a comunidade e suas tradições e com o ideal de luta por direitos do povo negro e, com o tempo, passei a ser mais que um colaborador extensionista e a me integrar àquela comunidade, e hoje me considero num processo de aceitação mútua como parte dessa comunidade. Nesse processo comecei a participar ativamente de projetos culturais que envolvem a comunidade, e assim integrei o elenco de artistas da exposição “Nós de Aruanda, artistas de terreiro”, com uma ação poética chamada “O Nkssi é que nós socorre” (ver em <https://www.youtube.com/watch?v=iOfPti57vRI>), proposta a partir de entrevistas com Mãe Nalva de Oxum, do Ilê Iyaba Omi, registrando situações de racismo que a mesma vivenciou em espaços de saúde. Construo uma ação poética a partir dessas escutas confrontadas com a histórica precariedade de efetivação das políticas de saúde para população amazônica, em especial problematizando a diáspora negra e o seu acesso ao sistema de saúde, considerando desde propostas da sociedade nas conferências nacionais de saúde até a portaria do Ministério da Saúde e as proposições de ações que garantem a saúde integral da população negra. A ação poética foi desenvolvida no hospital de Pronto Socorro Municipal do Guamá, periferia de Belém, oferecendo o acolhimento tradicional com ervas aromáticas em banhos e defumação a todos os que acessavam o serviço público de saúde. Arte e vida se misturam em uma ação de afronta e desagravo às territorialidades que deveriam ser espaços de implementação e efetivação das políticas de saúde para a população negra, afirmando o lugar de fala deste corpo negro que atua com a psicologia social e comunitária numa clínica ampliada e política em escuta e combate ao racismo institucional da saúde pública, transversalizando poéticas, ferramentas e tecnologias na comunicação, ação e cuidado nas práticas de saúde da população negra.

A Reivindicação do Direito à Saúde da População Negra: um estudo da anemia falciforme no Centro-Oeste, 2014 a 2016

Amanda Juliette de Sá Araujo (UNB)

Garantido constitucionalmente desde 1988, o direito a saúde é um dos maiores bens conquistados no Brasil. Brasil esse que foi construído por várias nações, algumas historicamente discriminadas por condições passadas, a população negra, por exemplo. Conhecer como tem sido assegurado plenamente o direito à saúde, especialmente em ocasiões excepcionais, como de um paciente com anemia

falciforme, é fundamental para entender como nossa legislação vem sendo aplicada. Este estudo procura compreender como tem sido requisitado o direito à saúde da população negra, através de uma análise da forma com que o indivíduo com anemia falciforme tem requisitado seus direitos nos Tribunais de Justiça do Centro-Oeste através de uma análise documental com abordagem qualitativa-quantitativa. Os resultados demonstraram a pouca utilização do arcabouço jurídico, tanto da parte dos autores quanto para validar as sentenças. Ficou claro que é preciso que tanto a sociedade, quanto os que exercitam o direito, tenham conhecimento das legislações específicas, bem como sua aplicação para garantir o direito à saúde.

Saúde mental da população negra na agenda pública

Maria Ester dos Santos Silva (UNB)

Este trabalho apresenta um histórico recente das articulações dentro da esfera do Executivo Federal sobre saúde mental da população negra, e argumenta que existe um movimento social interessado nessa temática que intercrusa Estado e sociedade, e envolve burocratas, acadêmicas/os, organizações da sociedade civil, entre outros. Debate sobre a condição da população negra no Brasil, a trajetória da aprovação da Política Nacional de Saúde Integral da População Negra, faz uma revisão bibliográfica de como o racismo, em suas diferenças facetas, afeta a saúde mental das pessoas negras, e discute o conceito de violência estrutural em relação às mazelas que a população negra passa. Delineia a história recente do Grupo de Trabalho informal sobre Racismo e Saúde Mental do Ministério da Saúde e discute o papel de ativismo institucional nesse processo político. Apresenta também a opinião de ativistas da área sobre os empecilhos para se implementar ações na área de saúde mental e racismo, a ideia deles de como implementar de forma ideal uma política de saúde mental que atenda aos interesses da população negra e a suas perspectivas para o futuro dessa política. Também narra dois estudos de caso de um movimento de saúde mental e outro de um movimento negro no DF de como a temática é tratada dentro dessas organizações.

Da prática à demagogia - Política Nacional Integral à Saúde do Negro

Gracimone Alves de Jesus (UDE)

Divinamar Pereira (UDE)

A temática das relações étnico-raciais brasileiras tem sido amplamente discutida no âmbito das políticas públicas porém, no que diz respeito à saúde, tem sido fator pouco relevante, sendo iniciadas as discussões apenas no ano de 1995. Segundo o IBGE, os negros são a maioria da população brasileira e a busca por uma equidade nas questões raciais na saúde foi traduzida a partir do momento em que foi instituída a Política Nacional de Saúde Integral para a População Negra, cuja marca é o reconhecimento do racismo, das desigualdades étnico-raciais e do racismo institucional como determinantes sociais e condições de saúde, com vistas à promoção da equidade em saúde. O objetivo do presente estudo foi promover

reflexões sobre a aplicação da Política de Saúde do Negro e as vulnerabilidades da saúde da mulher negra. A pesquisa foi uma análise documental bibliográfica qualitativa exploratória de publicações a partir de 2006. Foi realizada em estudos indexados nas bases de dados em Ciências da Saúde (LILACS) e (SCIELO), Biblioteca Virtual de Teses e Dissertações do Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia, e Legislação Nacional sobre a temática. A análise dos dados deu-se através da leitura exploratória e seletiva e, posteriormente, analítica e interpretativa, para a determinação do material utilizado. Concluímos que a abertura do campo da saúde para a temática racial ainda é incipiente. Ela se insere na dinâmica do Sistema Único de Saúde (SUS), por meio de estratégias não consolidadas na prática. As mulheres negras apresentam fatores de risco elevados principalmente em relação à hipertensão arterial, diabetes mellitus, miomatoses uterinas, além de representarem a maior incidência de mortalidade materna e partos prematuros relacionados à pré-eclâmpsia e eclâmpsia. Não existe o reconhecimento da Política e uma percepção diferenciada por parte dos profissionais de saúde em relação à saúde da mulher negra, exceto no preenchimento dos impressos e na percepção dos fatores de risco relacionado às patologias. Faz-se necessária a consolidação e implementação da lei, a fim de adequar o atendimento às reais necessidades de uma raça, que mesmo sendo maioria, conforme constatado, não conhece o diferencial de atendimento no que tange seus aspectos de saúde. Diante de questionamentos e preocupações pertinentes ao assunto, percebemos que existe uma lacuna, ou melhor, uma falta de informações sobre prevenção de doenças e promoção de saúde para melhorar sua qualidade de vida. Faz-se necessário o reconhecimento da Política e envolvimento dos profissionais de saúde nas discussões sobre essa temática, para aproximar da realidade e da necessidade da população negra os serviços de saúde ofertados.

O Recorte Étnico-Racial do Programa Nacional de Alimentação Escolar e a (In)Segurança Alimentar e Nutricional de Quilombolas

Ingryd Garcia de Oliveira (UFG)

Ariandeny Furtado (SIASS IF Goiano/Goias e UFG)

O racismo é determinante de InSegurança Alimentar e Nutricional (In)SAN e o público alvo das escolas públicas são negras/os. Nessa perspectiva, a presente revisão narrativa de literatura vem evidenciar o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) como estratégia de equidade étnico-racial. A alimentação das escolas públicas brasileiras ocorre nas conformidades do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), que além do fornecimento de refeições, preconiza a Educação Alimentar e Nutricional (EAN), e a aquisição de alimentos de comunidades locais (BRASIL, 2013; PEIXINHO, 2013). O PNAE tem a equidade como princípio. E uma das formas para sua garantia, é o atendimento diferenciado aos escolares de comunidades Quilombolas. O valor per capita para a compra da alimentação superior ao de outros estudantes. Além disso, deve compor o cardápio preparações que atendam no mínimo 30% das necessidades nutricionais diárias. Contudo, estudos apontam situações de insegurança alimentar e nutricional – (In) SAN, entre estudantes quilombolas. A Chamada Nutricional Quilombola, avaliou o

estado nutricional de 2.723 crianças menores de cinco anos, dentre essas 11,6% e 8,1% apresentaram déficit de Altura/Idade e de Peso/Idade, respectivamente. No consumo alimentar, a maioria das crianças de três a 11 anos e 7,5% da população de 11 anos consumiam menos de três refeições por dia, caracterizando (In)SAN em suas famílias (BRASIL; 2008). Contrapondo esses dados, estudo transversal em comunidades quilombolas de 12 municípios de Goiás, identificou maior frequência de excesso de peso em relação à desnutrição, nesse estudo, a (In)SAN foi identificada em 75,2% das famílias (CORDEIRO; MONEGO; MARTINS, 2014). Mesmo com os avanços do PNAE, a (In)SAN é realidade nas comunidades quilombolas, seja pela carência de nutrientes, manifestando-se na desnutrição ou pelo excesso do consumo de alimentos prejudiciais. O que chama atenção para desafios acerca do recorte étnico-racial no âmbito do PNAE. Para o alcance da Segurança Alimentar e Nutricional (SAN) os/as gestoras/es públicas/os devem subsidiar estratégias que contemple as singularidades étnico-raciais e a realidade social com ênfase na identidade alimentar das/os quilombolas.

Indicadores sociais e iniquidades raciais: um olhar reflexivo para a saúde da população negra

Cristina Camargo Pereira (UFG)

Ariandeny Silva de Souza Furtado (SIASS IF Goiano/Goiás e UFG)

O reconhecimento do racismo enquanto um determinante de saúde é fundamental para avançar na efetivação de políticas públicas reparatórias que promovam a equidade racial e a efetivação do direito à saúde. Faz-se necessário compreender o contexto social, histórico, político, econômico e cultural de naturalização e legitimação das iniquidades raciais que se reflete na não efetivação dos direitos em saúde da população negra. Foi realizada uma Revisão Narrativa de Literatura com ênfase no Relatório Anual de Desigualdades Raciais no Brasil (2009-2010) e sua correlação com as iniquidades raciais no Sistema Único de Saúde (SUS). Na sociedade brasileira, a raça condiciona o acesso ou não às políticas públicas e a bens e serviços, como consequência dos indicadores sociais, no qual a população branca é privilegiada em detrimento da população negra. Dentre os indicadores observados destaca-se que 70,8% das pessoas com perfil de extrema pobreza são negras. A taxa de analfabetismo entre pretos e pardos foi de 68,3% e de 31% para brancos. A prevalência de desocupação entre brancos foi de 7,7% e de 8,7% para pretos e pardos. O Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) para pretos e pardos foi de 0,753 enquanto que de brancos 0,838. Esses determinantes sociais: a baixa renda, desemprego, analfabetismo, pobreza, ausência de saneamento básico, violência, (In)Segurança Alimentar e Nutricional, são indicadores importantes para o processo de reflexão da situação de saúde da população negra, que se encontra mais exposta e vulnerável no processo saúde-doença. Portanto, é fundamental atuar em prol da efetividade e avaliação/monitoramento do SUS, a fim de superar as iniquidades raciais no acesso à saúde. E nesse processo, é preciso reconhecer o racismo enquanto um Determinante Social de Saúde, a fim de reparar as iniquidades raciais oriundas do processo histórico escravocrata que ainda se reflete no cotidiano da população negra.

*Mulher, religião e Racismo: reflexões para a saúde da população
Negra*

Celso de Moraes Vergne (PUC/RJ)

O percurso das questões raciais no Brasil, em que pese o lugar da escravidão como estruturante da vida nacional, toma uma nova forma na ascensão da República. O fenômeno religioso toma o lugar do equívoco e da ambiguidade a ser ordenada. A ordem se torna a norma, mas ainda a partir de relações ambíguas. O Catolicismo, que fora estruturante da alma brasileira, passa a compartilhar o poder com o Positivismo que, com a República, torna-se a ferramenta do estado para uma nova relação com a transcendência. A ambiguidade da modernidade é também a nossa como nação. A tradição greco-romana desenhava esteticamente o bem a imagem e semelhança dos povos gregos. Modelo estético resgatado no período do Renascimento, a imagem e semelhança dos povos europeus. Esses modelos representativos do divino se construíram as estratégias de dominação de povos africanos e ameríndios, em que o embranquecimento seria como cura para a “feitura”. É a possibilidade de quebra do espelho de ideais de beleza, sendo tomado como marca de degradação, atravessado por um julgamento estético a qual o povo negro não se vê identificado. Tenta-se ordenar o mundo pelo controle do que escapa à ordem. Assim também, a mulher e, em particular, a negra aparece como mistério a ser domado, desde a Inquisição. A desconexão com o corpo, em grande parte devida a uma idealização platônica do sagrado e da compreensão do corpo, mantém esse enigma até nossos dias. O olhar sobre o negro acaba criando alguns rótulos que levam ao adoecimento físico e psicológico. E não é possível deixar de lado e pensar as doenças mais prevalentes da população negra, fato que nas Américas elas acontecem como: hipertensão, diabetes o que levaria a pensarmos as condições de vida e *stress*, em que seu rosto não assiste a não ser como criminoso.

*A formação da/o nutricionista: racismo ou promoção da equidade
racial na saúde*

Maria Das Graças Freitas de Carvalho (UFG)

Cristina Camargo Pereira (UFG)

A Insegurança Alimentar e Nutricional (In)SAN é mais frequente entre a população negra. As vulnerabilidades dessa população, compreendidas em seu contexto histórico-social constituem importante determinante do acesso à alimentação. Tal fato representa um fator condicionante para a saúde dessa população. Apesar da relevância, na formação profissional da/o nutricionista pouco se trabalha a respeito das iniquidades raciais e seu impacto na promoção da saúde da população negra. Essa ausência é perturbadora quando considera-se que serão esses estudantes que construirão e comporão os serviços de saúde (PAIXÃO et al., 2010). Nesse contexto, o objetivo do presente trabalho é caracterizar a formação profissional em relação à emergência da InSAN com recorte racial. Trata-se de uma revisão narrativa de literatura que relaciona teoria e prática na problematização das iniquidades raciais em saúde. A Segurança Alimentar e Nutricional (SAN) é definida como o acesso permanente e regular a alimentos de qualidade, em quantidade suficiente, não

comprometendo outras necessidades básicas (BRASIL, 2006). O conceito de (In)SAN nasce das influências sociais, econômicas, raciais e culturais da não garantia de SAN. Cerca de 11,5% da população negra vive em situação de (In)SAN grave, para os brancos o percentual é de 4,2%. O profissional nutricionista tem como um dos eixos norteadores da formação a SAN, porém ainda é deficiente a discussão sobre as iniquidades raciais nesse processo. Apenas após a publicação da Lei n. 12.288 (BRASIL, 2010), que instituiu o Estatuto da Igualdade Racial, o assunto foi abordado no curso. Muitos e indiscutíveis foram os avanços, porém a discussão do racismo enquanto determinante da (In)SAN não foi incluída nos tópicos de aulas do Ensino Superior em saúde, o que pode naturalizar a formação de profissionais reprodutores da cultura racista e de negação de direitos e acesso as políticas públicas. As práticas profissionais naturalizam a racionalidade da assistência curativa, preventiva e hospitalocêntrica, o que não contempla as singularidades étnico-raciais. Nesse contexto, o processo de formação carece de um ensino embasado em metodologias que possibilitem a atuação transversal, interdisciplinar, de modo a respeitar e valorizar as especificidades étnico-raciais no contexto da SAN. Investir na formação profissional consciente e transcender o racismo institucional é fundamental para efetivação do Direito à Saúde e reversão do cenário de InSAN da população negra.

Um olhar avesso de uma saúde para além de não doenças

Lucas Ribeiro Mendes (FacUniCamps)

Jean Carlos Rodrigues de Oliveira (UFG)

O bem-estar da população negra e o acesso à saúde pública de qualidade em uma perspectiva ampliada, frente a aspectos pertinentes a essas duas instâncias como um exercício de ponderar e elaborar pensamentos sobre a saúde da população negra. Refletir entre as vertentes/processos de opressão e marginalização que majoritariamente a população preta e pobre se condiciona para (co)existir dentro do sistema eurocêntrico e nortista. Objetivando um pensamento mais crítico e mais autônomo em relação ao suporte para essa população podemos questionar a necessidade de políticas de promoção/efetivação a saúde mais incisivas, para que essa porcentagem da população consiga estar em equilíbrio entre corpo e mente, podendo colocar seu corpo na rua como um ato político, uma vez que essa população é criada para não existir dentro desse sistema que segrega. Partindo do ponto inicial na instauração de experiências de partilha que estilhassem relações de dominação instauradas. Desafio qual não podemos nos apartar. O desassossego é o estado d'alma daqueles que transitam por essas instâncias. Através de ação direta em saúde ampliada, em que se pense na saúde não como algo tecnicista, e sim no sentido da intersetorialidade, possamos promover ações em todos os setores que diz respeito a convivência em sociedade em que se potencialize o bem-estar. A falta de saúde ampliada causa uma captura de subjetividade, acarretando desenvolver uma série de sofrimentos psicológicos. O corpo é a base em que se registra a opressão, também é o local onde podemos nós libertar dela, o corpo saudável tem fundamental importância.

A população negra nas instituições de ensino superior como estudantes e não como objeto de estudo: um enfoque nos cursos da área da saúde

Jeancarlos Rodrigues de Oliveira (UFG)

Lucas Ribeiro Mendes (FacUniCamps)

Habitar o não lugar é (re)existir dentro do sistema opressor e discriminatório, que marginaliza a população preta e carente, que busca emancipação que rompa com sistema de ensino tradicional que nega a existência de suas nuances no processo formação ensino-aprendizado, do primário à graduação. Pautado dentro do espaço acadêmico, principalmente na formação dos profissionais da saúde, onde o processo colonizador é irrigado e empregado dentro do corpo gestor, docentes e discentes que não se ausentam dessa realidade e por falha no preparo institucional reproduz dentro das ações afirmativas as opressões que se tem tentado (des) construir. Promover a quebra da tradicional linha de docência em troca de uma pedagogia plural e intersetorial que dialogue com as singularidades da população negra, com ênfase na formação dos profissionais da saúde. Através da profunda observação dos fatores sócio-históricos que levaram a negação dos estudos a grande parcela da população, a qual se encontra distante da graduação, por não se encontrarem/identificarem com a pedagogia excludente das instituições de ensino superior públicas e privadas, em especial dos cursos da área de biológicas/saúde. A partir de então, propor novas metodologias que abraçam a população preta sem detrimento dos conhecimentos/conteúdos que são abordados pelo Projeto Pedagógico de Curso – PPC. Desvinculando a falsa ideia que o rendimento acadêmico dxs ingressxs por ações afirmativas, vulgo cotas, é inferior aos de ampla concorrência. A inserção no mercado de trabalho por profissionais negrxs formatos tem se tornado mais ativa, mas em alguns setores. Na saúde, xs negrxs continuam sendo – não diferente de outros setores – minoria. Apesar das escolas técnicas alagoanas apresentarem um alto número de negrxs e pardxs em suas salas de aula, as estatísticas que mostram que a atuação desses profissionais no mercado de trabalho não existe. Em um levantamento feito pelo SATEAL, o governo do Estado não sabe quantos são xs técnicxs e auxiliares de enfermagem negrxs atuando no mercado alagoano (ASCOM/SATEAL, 2016). Similar ocorre ao analisar um dos cursos da saúde oferecidos pela Universidade Federal de Goiás, percebe-se a deficiência dos profissionais em atuarem como facilitadorxs do conhecimento aos autodeclaradxs negrxs, que constantemente são negadxs de ocuparem esses locais e por consequência acabam abandonando a formação.

Processo transexualizador e as iniquidades raciais: o papel da/o nutricionista

Ana Livia Gonçalves França (UFG)

Ariandeny Silva de Souza Furtado (SIASS IF Goiano/Goiás e UFG)

A(o) nutricionista é a/o profissional de saúde que deve atender aos princípios da ciência da nutrição, da bioética e dos direitos humanos a fim de promover saúde com

ênfase na vigilância alimentar e nutricional (VAN), no Direito Humano a Alimentação Adequada e Saudável (DHAA), na lei orgânica da Segurança Alimentar e Nutricional e na Política Nacional de Alimentação e Nutrição, sendo esses requisitos básicos para a promoção e a proteção da saúde, o que possibilita o crescimento e desenvolvimento humano, com qualidade de vida e cidadania. A atuação deve ser pautada na realidade econômica, política, social e cultural do país e demais Determinantes Sociais de Saúde (DSS). Dentre os DSS insere-se o racismo. Há uma lacuna científica em estudos que abordam o papel do nutricionista no processo transexualizador e sua intersecção com as iniquidades raciais, porém encontra-se em pesquisas que, após o início da hormonioterapia poderão ocorrer efeitos colaterais, como a trombose de vias profundas, aumento de pressão arterial, alterações hepáticas e problemas ósseos bem como o racismo institucional no Sistema Único de Saúde (SUS), que nega e/ou dificulta a efetivação do direito a assistência integral à saúde; sistema esse que é responsável pela realização do processo transexualizador. A alimentação e nutrição estão interligadas no contexto desse processo, em que os hábitos alimentares inserem-se como fator de risco ou de promoção da saúde. Nessa perspectiva, o (a) nutricionista na equipe multiprofissional irá contribuir com a identificação DSS, já que as pessoas transexuais estão mais vulneráveis aos DDS, uma vez que as iniquidades raciais se refletem na dificuldade da efetivação dos Direitos Humanos e políticas públicas com recorte de orientação sexual e étnico-racial. A/o nutricionista deve atuar em prol da equidade racial, reconhecendo as especificidades do público alvo, na efetivação do direito à atenção integral, universal, gratuita da saúde. A VAN é capaz de reconhecer e respeitar as singularidades étnico-raciais e de orientação sexual, de modo a subsidiar o planejamento da atenção nutricional no processo transexualizador, que irá contribuir com a efetivação do direito à saúde e ao DHAA, corroborando com a assistência integral, cidadania e promoção da equidade racial na saúde.

O Sistema Integrado de Consultas e Atendimento e a Vigilância Alimentar e nutricional: racismo ou equidade racial? Uma percepção sob o olhar de estagiários em Nutrição

Fernando Marcello (UFG)

Cristina Tomei (UFG)

A vigilância alimentar e nutricional (VAN) é capaz de subsidiar o planejamento da atenção nutricional e as ações de promoção à saúde, o que pode contribuir com a identificação dos fatores de risco determinantes do processo saúde-doença-cuidado. Assim, o objetivo da VAN é de fazer o diagnóstico descritivo e analítico da situação alimentar e nutricional da população brasileira. Essa investigação vem para somar na descrição e análises dos problemas de nutrição, identificando as áreas geográficas, segmentos sociais e grupos populacionais acometidos de maior risco aos agravos nutricionais, como a população negra. Nesse contexto, optou-se por realizar uma revisão narrativa de literatura científica, em que foi observada a operacionalização do Sistema Integrado de Consultas e Atendimento (SICA) na Secretaria Municipal de Saúde de Goiânia, responsável por computar e gerenciar dados como os de acompanhamento de cadastro no Programa Bolsa Família (PBF).

Ao analisar o SICA, no estágio em saúde pública pela Faculdade de Nutrição, de uma universidade pública federal de Goiânia, verificou-se que o quesito cor não está contemplado no sistema, no que se diz respeito ao PBF. As evidências empíricas acumuladas nas últimas duas décadas nos fazem reconhecer as dificuldades no processo de conceituação, na coleta, no grau de cobertura e na qualidade da informação ao se tratar do quesito cor. O racismo perpassa o âmbito institucional, que muitas vezes não reconhece as especificidades raciais, nega e/ou dificulta acesso da população negra às políticas públicas de saúde e a programas de transferência de renda. A ausência do quesito cor em sistemas de informação públicos corrobora com a invisibilização da população negra, o que reflete na falta de compreensão das/os gestoras/es em relação ao tema quanto à efetivação das políticas de saúde, bem como a ausência de fomento a discussões e em prol da equidade racial nas Redes de Atenção à Saúde (RAS). A identificação das diferenças permite orientar o processo de construção/reconstrução de políticas públicas de saúde para a população negra. Estruturas de VAN dentro de políticas públicas de saúde precisam ser melhor reorganizadas e contemplar a equidade racial.

O impacto do racismo no enfrentamento à epidemia de HIV no sistema prisional brasileiro

Luiz Philipe Belarmino Reis (UnB)

Alina Freitas Praxedes (UnB)

O racismo é um sistema sociopolítico de segregação e exploração que condiciona a população negra a subalternidade, mantendo os resquícios do período escravocrata reproduzindo as desigualdades raciais na educação, no mercado de trabalho, na área da saúde e em todos âmbitos da vida em sociedade. “A percepção de pertencer a grupos sociais excluídos da maioria dos benefícios da sociedade gera sofrimento e sentimentos de inferioridade e discriminação dos padrões de saúde dos indivíduos” (FIOCRUZ, 2016). A nível nacional, a população negra é a que está no topo das estatísticas de internação hospitalar por transtorno mental (34,1%); o genocídio da juventude negra em que para cada um branco morto, morre 2,7 negros; feminicídio (7,2 por 100 mil habitantes); as mulheres negras são as maiores vítimas de violência doméstica, violência obstétrica e morte materna e de acordo com os dados do Infopen (2014), mais de 60% da população carcerária é negra. Sabendo da soroprevalência da infecção por HIV na população carcerária que está entre as populações mais vulneráveis a DSTs e que o racismo é um determinante social que contribui de maneira significativa na vulnerabilidade de negras/os frente ao HIV, este artigo irá discutir o quão o racismo tem afetado e pode afetar a vida da população negra privada de liberdade. Apesar do país ser referência mundial no tratamento e no combate à epidemia e ter a Política Nacional de Atenção Integral à Saúde das Pessoas Privadas, os números ainda são alarmantes e preocupam. A implementação da Política de Atenção à Saúde da População Negra apresenta-se como uma necessidade imediata no Brasil, afinal quando nos referimos aos serviços de saúde, a população negra, quando consegue acessar esse serviço, tem um atendimento precarizado e de baixa qualidade, uma realidade marcada pelo não acesso às políticas sociais, mesmo diante dos avanços da última década. Segundo

os dados do último boletim epidemiológico (2015) sobre a distribuição percentual dos casos de AIDS por ano de diagnóstico, a população negra em 2014 correspondia a 53%. Compreende-se que mesmo diante dos avanços na distribuição de insumos e mudanças no entendimento da epidemia, é necessário repensar as ações e avançar na construção de respostas efetivas ao HIV. O movimento negro vem apresentando ao Estado a compreensão de que as questões raciais no âmbito da saúde são centrais no fortalecimento do Sistema Único de Saúde, é inviável a integralidade e equidade sem o enfrentamento do racismo no modo operante da política de saúde, desde sua gestão à efetivação nos serviços penitenciários. Desse modo, com objetivo de garantir a efetivação da cidadania e dos direitos humanos concretos.

Mulheres que cuidam em casa, de pessoas com HIV/SIDA (PVHS) na cidade de Maputo

Kátia bárbara da Silva Santos (UEPA)

A pesquisa de campo foi realizada em Maputo, capital de Moçambique, um dos países mais afetado pelo vírus HIV/SIDA. O impacto dessa doença é visível na vida das pessoas, não só em nível físico, mas por meio da experiência de sofrimento, que não se reduz somente ao fato da doença não ter cura, mas a todo contexto que é agregado ao estar doente, nesse caso específico: a dor do abandono, a falta de comida, o afastamento dos membros da família, a perda dos filhos, os conflitos materiais e outras situações que fazem parte do dia a dia. Porém, existe uma equipe dos Cuidados Domiciliários (CD), conduzida na maioria por mulheres, enfermeiras com o auxílio de ativistas, que prestam assistência às pessoas que vivem com HIV/SIDA (PVHS) em suas casas. A pesquisa revelou uma questão central, a partir das visitas aos domicílios, das narrativas dos ativistas e das observações de campo, uma filosofia do cuidar do outro, para além de uma ética enquanto dever moral, mas de uma filosofia Ubuntu, em que doentes e ativistas partilham dos mesmos sofrimentos sociais.

Política Nacional de Saúde Integral da População Negra: trajetória e enfrentamento ao racismo

Neuza Viana Castanha

A Organização Mundial da Saúde (OMS) define a saúde como “um estado de bem-estar físico, mental e social e não apenas a ausência de doenças ou enfermidades”. Estudos desenvolvidos revelam que existe no Brasil um diferencial alarmante nas condições de viver, adoecer e morrer dependendo da raça/cor da população. As desigualdades raciais que acometem a população negra resultam do racismo. Incorporar o combate ao racismo às ações do Sistema Único de Saúde – SUS foi resultado da luta do Movimento Negro. O Ministério da Saúde por meio da Política Nacional de Saúde Integral da População Negra (PNSIPN) reconhece que o racismo é um determinante social em saúde que coloca a população negra em condições de vulnerabilidades frente aos processos de garantia das condições de saúde e vida dos usuários do SUS. A PNSIPN tem como objetivo promover a saúde integral da população negra, priorizando a redução das desigualdades étnico-raciais, o combate

ao racismo e à discriminação nas instituições e serviços do SUS. Considerando essa política como um marco para a população negra e de fundamental importância para contribuir com a redução das desigualdades e ampliar a equidade do acesso aos bens e serviços do SUS, a proposta do meu trabalho é mostrar a participação do movimento negro na construção da PNISPN, como o racismo e o racismo institucional nos serviços do SUS refletem na saúde dessa população, e a importância da implementação da Política Nacional de Saúde Integral da População Negra.

A Cura do Tambor de Mina: Pajelança como prática tradicional de saúde da população negra no Maranhão

Luís Augusto Ferreira Saraiva (UnB)

O presente trabalho tem como objetivo apresentar as práticas tradicionais de Saúde que estão presentes em comunidades negras do Estado do Maranhão, dando destaque para dois importantes Municípios: Cajarí e Pindaré-Mirim que em seu espaço social unem Religião e tratamentos medicinais em um só culto. De tal modo, apresenta-se então o Tambor de Mina, fruto de uma herança ancestral, que é uma religião de matriz africana que se originou no Maranhão nos meados do século XIX tendo como destaque a Casa das Minas (culto jeje) e a Casa de Nagô em que cultuam Orixás, Voduns, Cablocos e Encantados, em que sua estrutura é evidenciada pelo matriarcado. Pois, para o Tambor de Mina, as relações mantidas com os ancestrais mantêm a organização dos terreiros, ação que legitima a identidade de seus iniciados. Dentro do Tambor de Mina encontrado nos Municípios de Cajarí e Pindaré-Mirim, localizados na Baixada Maranhense com grande número de Quilombos na região, há a existência do Tambor de Cura que é uma espécie de Pajelança que serve para tratar, curar e tirar os “maléficos” dos pacientes. Dentro desse ritual podemos perceber o uso de ervas, orações e pequenas “cirurgias” que servem para curar o enfermo. Logo, esse comportamento reedita o sagrado no intuito de oferecer entendimentos de mundo pouco familiares, sobretudo no que tange às atitudes e comportamentos coletivos sob o aspecto da religiosidade da ética e principalmente da saúde, além de propor uma reflexão sobre a existência em seu caráter de variabilidade no espaço e no tempo em que os elementos que se relacionam entre a pajelança e a comunidade. Isso resulta em uma cosmologia filosófico-imagética própria, além de uma relação biopsicossocial entre as comunidades e os postos de saúde próximos. O indivíduo passa a agir não em função do outro indivíduo, mas entendendo que o outro faz parte de sua ação, logo, a influência religiosa no tratamento de saúde acompanha a tradição do povo que a compartilha. Esse comportamento ético para com o outro indivíduo que habita a comunidade em que participa e que por meio da fé, seja nos Orixás, Voduns, Cablocos e Encantados, alcançam a determina cura.

ST17 - VOZES NEGRAS E “REEXISTÊNCIA”(S) - DISCURSOS DE PROTAGONISMO E MOBILIZAÇÃO SOCIAL

Coordenação:

Gersiney Pablo Santos (UnB)

A Seção Temática (ST) “Vozes negras e ‘reexistência’(s) – discursos de protagonismo e mobilização social” tem por objetivo propor um momento de reflexão acerca de como o entendimento crítico dos conceitos de raça e de gênero podem, articulados a determinados discursos de protagonismo cidadão (SANTOS, 2014), contribuir para projetos de poder de grupos socialmente desprestigiados. Para atingir o intuito, a ST será, assim, baseada na perspectiva dos estudos discursivos críticos desenvolvidos no âmbito da Análise de Discurso Crítica (ADC) (FAIRCLOUGH, 2003, 2010; RESENDE & RAMALHO, 2011; PARDO, 2011) e nas discussões referentes à identidade (RAMOS, 1979; HALL, 2006; MUNANGA, 2014) negra no Brasil. Os trabalhos desta ST terão como norte a observação crítica da relação entre linguagem, sociedade e o protagonismo cidadão como processo para uma efetiva mudança social. Desse modo, as reflexões sobre protagonismo social e cidadania serão relacionadas ao conceito de “reexistência” (SOUZA, 2009) – ou ‘reexistências’ –, entendido como uma possibilidade concreta de indivíduos em coletividade assumirem e sustentarem funções socialmente transformadoras nas comunidades às quais estão direta e/ou indiretamente envolvidos.

Discursos étnico-raciais de estudantes negros/as do mestrado

Marcos Antonio Batista da Silva (PUC-SP)

A presente comunicação deriva de uma pesquisa de doutorado do Programa de Estudos Pós-Graduados em Psicologia Social da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo junto ao Núcleo de Estudos de Gênero, Raça e Idade (NEGRI), que teve como objetivo geral analisar discursos étnico-raciais proferidos por duas mulheres negras e dois homens negros, titulados/as mestres/as, residentes na cidade de São Paulo e região metropolitana. Seu objetivo específico foi captar, descrever e interpretar discursos referentes ao acesso, permanência, apoios e barreiras enfrentadas visando a esses estudantes se titularem mestres/as à luz das teorias sobre relações de autores contemporâneos, bem como dos aportes teóricos sobre trajetórias e desigualdades educacionais da população negra no Brasil. No campo metodológico, utilizamos a análise de conteúdo de Bardin (2011), além da hermenêutica de profundidade (HP), proposta por J. B. Thompson (2011). Logo, definem-se para esta pesquisa as seguintes questões: como os negros que passaram pelo sistema educacional relatam essas trajetórias? Que estratégias individuais são possíveis de se apreender em discursos étnico-raciais sobre o acesso, permanência e titulação na pós-graduação? Assim, trabalhamos com dois enfoques que correspondem a duas unidades de análise: informações do currículo cadastrado na Plataforma Lattes dos entrevistados/as e falas transcritas em forma de texto dos discursos captados junto aos entrevistados/as. Os resultados mostram de um lado, que os entrevistados/as contaram com apoios: da família, amigos, do Estado, e de outras instituições (igreja, organizações internacionais, trabalho), além do próprio esforço. De outro, enfrentaram barreiras (preconceitos, discriminação, estereótipos e racismo), no âmbito escolar e fora dele, além de terem que conciliar trabalho e estudos, enfrentando barreiras geográficas (percorreram grandes distâncias entre a residência, o local de trabalho e a universidade com transporte público precário). Esta pesquisa se associa ao coro que questiona as desigualdades sociais e colabora com essa luta.

Volta aos cabelos naturais: As redes sociais como espaço dialógico de construção das identidades e protagonismos das mulheres negras

Bianca Assis Oliveira de Paula (CEFET-RJ)

Esta pesquisa tem por objetivo investigar como as mulheres negras produzem discursivamente suas identidades/identificações em grupos fechados sobre transição capilar no *Facebook*. A partir de uma análise discursiva de viés enunciativo (BAKHTIN, 1997; MAINGUENEAU, 2005) fundamentada em teorizações sobre o caráter discursivo da construção da negritude (MBEMBE, 2014; FANON, 1983) e das identidades sociais (HALL, 2003 e 2015), pretendemos compreender as relações de sentidos que mulheres negras estabelecem entre assumir os “cabelos naturais” e a percepção da própria negritude, deflagrando um movimento importante de protagonismo das suas existências e de autonomia sobre seus próprios corpos. Partimos da compreensão da formação identitária de caráter discursivo de grupos pelo viés do que os une – no caso dessas mulheres, a textura crespa ou cacheada de seus cabelos – e o que os diferencia de outros numa sociedade globalizada e com

fronteiras diluídas, de forma fluida e híbrida. Investigamos de que forma suas vozes e seu protagonismo provocam as estruturas de invisibilização da diversidade estética, mobilizam outras mulheres a se unirem nesse processo de transformação das texturas de seus cabelos – símbolo de sua própria negritude, disputam significados sobre a negritude que partem de uma “atribuição de raça” como aprisionamento de sentidos pejorativos, e emergem como “declarações de raça” (MBEMBE, 2014) que reivindicam pra si qualidades e orgulho, resistem às imposições de padrões estéticos eurocêntricos e denunciam os discursos racistas aprisionantes e mantenedores de opressões estruturantes da sociedade brasileira.

Estética negra e política: o uso do cabelo natural é um ato político?

João Vítor Martins Saraiva (UFMG)

Maressa de Sousa Santos (UFMG)

A transição capilar é um processo realizado tanto por homens quanto por mulheres caracterizado pela interrupção da utilização de produtos para alisar ou relaxar os cabelos, visando o crescimento do cabelo natural. Nesse texto, argumenta-se que mais do que um processo com fins estéticos, o uso do cabelo naturalmente crespo e a transição capilar estão ligados a determinados processos políticos tanto do ponto de vista individual quanto do ponto de vista coletivo, a partir da construção coletiva de sentidos da transição capilar, dos movimentos em torno do cabelo natural e da ligação com debates mais amplos tais como relações raciais, representação midiática e processos de comunicação. A princípio, o presente trabalho pretende destacar as representações em torno da população negra ao longo dos anos e apontar para a produção de discursos em torno da raça a partir de argumentos religiosos, biológicos, culturalistas e nacionalistas. Assim, faz-se fundamental a discussão da questão do reconhecimento. Segundo os teóricos do reconhecimento, em destaque Axel Honneth, as pessoas lutam por reconhecimento e se atentar a essas lutas ajuda a entender a forma como o mundo se transforma, sendo que a autorrealização é o fundamento moral para uma teoria da justiça, e isso se vê pelo fato de que a reprodução sistêmica do desrespeito em nossas relações mina as possibilidades de construção de um *self* saudável. Trazemos ainda a necessária abordagem da infrapolítica, que perpassa a ideia das resistências cotidianas em James C. Scott, que nos apresenta que nos mínimos aspectos da vida conseguimos traçar o componente político, principalmente no comportamento de grupos sistematicamente subjugados. Trazemos, enfim, a discussão da ação conectiva, para mostrar como a utilização de blogs, canais de *Youtube* e da militância por meio da internet tem sido fundamental para alimentar a resistência do uso do cabelo natural por parte da população negra.

Narrativas Afrofemininas na mídia livre: ferramenta de formação, organização e combate ao racismo.

Samilly Maria Moreira da Silva e Silva (UFPA)

Considerando a intersecção das identidades de raça, gênero e povos tradicionais, este trabalho analisa discursos afrofemininos de autoridades tradicionais de matriz africana de diversas matrizes na Região Metropolitana de Belém, relato também minha experiência na TV e rádio Azuelar, que integram o Projeto Azuelar/Ponto de mídia livre do Instituto Nangetu, onde inicio como bolsista de projeto de extensão universitária no projeto “Nós de Aruanda na webTV Azuelar”, produzindo e tendo contato com documentos em áudio e vídeo dessas mulheres negras de comunidades tradicionais, debatendo o racismo religioso, racismo institucional, apropriação cultural, feminismo negro, segurança alimentar dos povos tradicionais, subsistência e políticas públicas de combate ao racismo, visando a garantia da cidadania ao povo negro e tradicionais de matriz africana, e posteriormente me torno integrante da comunidade do Mansu Nangetu. Para além do relato e análise desses discursos, busco aqui dar visibilidade às estratégias de resistência, não só do feminino negro dentro da tradição, mas ao importante papel dessas mulheres na resistência e salvaguarda da tradição de matriz africana ao longo da história desse país, onde elas sem dúvida ocupam a linha de frente da luta. Pretendo ainda relatar suas contribuições fundamentais na construção de uma sociedade mais justa e equânime no que tange às relações raciais e relações de gênero nessa sociedade. Demarco também neste trabalho, o papel do projeto como ponto de mídia livre enquanto canal de denúncia do racismo vigente no Brasil, a promoção da educação e politização da população afro-brasileira para sua mobilização e organização, contrapondo-se ao modelo hegemônico midiático, que deixa em evidência a negligência do Estado com os povos tradicionais de matriz africana, em que para maior alcance da população, disponibilizamos todo o material produzido seja em arquivos de áudio para outras experiências de rádio interessadas em uma pasta virtual, ou em publicação de registros das ações em vídeos no *YouTube* para amplo e livre acesso.

Louvação à Mariama: uma voz feminina na Missa dos Quilombos

Beatriz Schmidt Campos (UnB)

A Missa dos Quilombos é uma obra musical religiosa composta por Milton Nascimento, D. Pedro Casaldáliga e Pedro Tierra em 1981 e idealizada por D. Helder Câmara, grande defensor dos direitos humanos, com o objetivo de reparar os danos causados pela Igreja Católica e pela sociedade brasileira à escravidão dos negros em nosso país e às suas consequências. No presente trabalho, pretendemos analisar uma das canções do disco lançado pela gravadora Ariola (1982), denominada Louvação à Mariama, com o intuito de refletir a valorização da figura feminina na presente obra. Vale observar que comumente a presença da mulher não é cultuada na liturgia religiosa católica. Para tanto, temos a intenção de nos apoiar nas propostas teóricas de Solange Ribeiro de Oliveira e Luiz Tatit que abordam as análises das canções por meio dos estudos da melodia e da letra simultaneamente e, ainda, no pensamento de Édouard Glissant sobre criouliização que propõe uma reflexão sobre transformações simultâneas entre culturas diferentes colocadas em contato umas

com as outras. Nesse sentido, buscaremos refletir sobre a fusão entre as crenças africanas e cristãs presente na Missa sob um olhar feminino. Acreditamos ainda, que além da reflexão sobre a História da Escravidão Brasileira e a crítica ao racismo nos tempos atuais abordadas na Missa há uma valorização da presença da mulher negra na luta contra o preconceito racial e na sua representação em nossa sociedade atual. Vale ressaltar que um dos momentos mais destacados da obra gravada é uma fala de D. Hélder Câmara à Nossa Senhora. Naquele momento o religioso destaca a importância da mulher na figura de Mariama, ou seja, de Nossa Senhora, a mãe de Cristo e de todos os homens junto à luta da Igreja contra qualquer discriminação e contra a pobreza e a guerra. Por meio desses estudos, acreditamos que poderemos enriquecer as reflexões sobre o papel crítico da mulher nas religiões como uma voz a ser escutada e valorizada perante às agruras de nossa sociedade.

Mobilização social e gênero: o protagonismo feminino no MNPR

Gersiney Pablo Santos (UnB)

Língua e linguagem são conceitos indissociáveis do mundo social. O fenômeno linguístico, portanto, relaciona, perpassa e exerce influência nas diferentes ações por mudança na sociedade. É na referida relação dialética de fluxo e transformação sociais que se inserem os estudos críticos orientados ao discurso; mais especificamente, a abordagem da Análise de Discurso Crítica (ADC), a qual – como definem Fairclough (2003, 2010) e Ramalho e Resende (2011) – entende questões sociais como questões discursivas (e vice-versa). Assim sendo, a luta social realizada pelo Movimento Nacional da População de Rua (MNPR) contra a terrível realidade da condição de rua no Brasil pode ser observada (na linguagem e nas práticas) como uma ação discursiva. As mulheres constituem um acentuado percentual na situação de rua e a presença feminina em posições estratégicas no MNPR demonstra estabelecer um diferencial na luta por cidadania frente às violações características da pobreza extrema. Este trabalho objetiva apresentar o cenário de luta do movimento social em questão, ressaltando e trazendo para debate o papel que o gênero desempenha nas decisões e nas ações de mobilização produzidas pelo MNPR. Desse modo, baseado na visão crítica e transformacional do funcionamento linguístico, intentarei apresentar uma reflexão acerca dos modos pelos quais as mulheres coordenadoras do MNPR, por meio de sua resistência à situação de rua, consolidam-se como exemplo de luta para a mudança social de proposta protagonista.

ST18 - ANÁLISE DE DISCURSO CRÍTICA, RAÇA E GÊNERO: O DISCURSO EM PERSPECTIVA

Coordenação:

Gersiney Pablo Santos (UnB)

Jacqueline Fiuza da Silva Regis (UnB)

Na seção temática (ST) “Análise do Discurso Crítica, raça e gênero: o discurso em perspectiva” temos como principal objetivo promover um espaço de discussão e reflexão sobre raça e gênero a partir da perspectiva dos estudos discursivos críticos (JÄGER, 1996; FAIRCLOUGH, 2003, 2010; RESENDE & RAMALHO, 2011; PARDO, 2011). Para tanto, convidamos expoentes de pesquisas desenvolvidas no âmbito do discurso – aqui concebido como prática social de manutenção e/ou transformação de paradigmas sociais – a compor conosco um debate e uma troca de conhecimentos referentes ao papel da linguagem como cenário fundamental nos diversos embates pelo poder. Como a Análise de Discurso Crítica (ADC), que se situa numa interface entre a Linguística e as Ciências Sociais, tem um amplo escopo de aplicação e permite abordar distintas práticas sociais, pois todas elas apresentam, em maior ou menor grau, um componente discursivo materializado em textos, esperamos reunir uma diversidade de trabalhos realizados nessa perspectiva, com uma visão crítica acerca de temas concernentes à negritude, a raça e a gênero como exemplos vivos da relação intrínseca entre linguagem e sociedade. Ademais, desejamos construir um espaço de reflexão relativo à posição desses temas na atual conjuntura do Brasil, com base nas concepções defendidas pela ADC e na proposta central desta seção.

A violência obstétrica e a mulher negra: “O que me tornou tão invisível?”

Jacqueline Fiuza da Silva Regis (UnB)

Nesta comunicação, apresento um recorte de minha pesquisa sobre a representação discursiva da gestação e do parto no Brasil, motivada pela percepção do problema social constituído pela violência obstétrica (DINIZ & CHACHAM, 2006; AGUIAR, 2010; REGIS & RESENDE, 2015). A abordagem central de análise crítica discursiva que orienta meu estudo é aquela desenvolvida pela escola de Duisburg (M. JÄGER, 1996; S. JÄGER, 2012). Na pesquisa, procuro, sobretudo, focar as vozes das mulheres, as principais atingidas, positiva ou negativamente, pela qualidade da assistência obstétrica. Busco explicitar como a violência obstétrica se (re)constitui ou se desconstitui discursivamente. Com esse intuito, analiso, entre outros textos, relatos de parto. Como em outros tipos de violência, a interseccionalidade (COLLINS, 1990; COLLINS & BILGE, 2016) é um conceito fundamental na pesquisa sobre a violência obstétrica. Embora o fato de essa ser uma forma bastante específica de violência contra a mulher, evidentemente marcada por questões de gênero, seja amplamente reconhecido e discutido entre pesquisadoras/es do tema, a questão racial ainda é pouco considerada e estudada como fator interseccional que intensifica a violência sofrida pela mulher negra. Com o intuito de contribuir para suprimir essa lacuna, apresento a análise de um relato de parto no qual uma mulher negra relata a violência obstétrica sofrida, e busco, para além da questão de gênero, considerar o aspecto racial envolvido nessa violência institucionalizada.

Precariedade e vidas que importam: reflexões sobre risco e o cenário da educação pautada por direitos humanos, gênero e sexualidade.

Carolina Gonçalves Gonzalez (UnB)

Partindo do contexto da minha pesquisa de doutorado, na qual reflito sobre as representações discursivas das identidades de gênero e sexualidade no contexto da Educação Básica pública do Distrito Federal, utilizando os aportes teóricos, analíticos e metodológicos da Análise de Discurso Crítica (FAIRCLOUGH, 2001; 2003; 2010; 2015, CHOULIARAKI & FAIRCLOUGH, 1999) pretendo tecer uma rede conceitual refletindo sobre os conceitos de precariedade, enlutamento, vidas passíveis de atenção e luto e os “Quadros de guerra” apresentados por Judith Butler em sua recente obra traduzida para o português (2015). Assumindo o atual contexto de conjuntura como um contexto de risco (GIDDENS, 1992; GIDDENS, 1999), no qual temos assistido a uma antissecularização da educação no Brasil, de forma geral, com acirramento de discursos de ódio e apropriação discursiva de termos que nasceram e se desenvolveram no bojo das Ciências Sociais Críticas, como o termo ideologia. Refletirei sobre os impactos não só para a pesquisa que desenvolvo como, e principalmente, para o futuro da educação de nosso país, o impacto da desvalorização de corpos, seres e vidas levando em consideração o conceito de subversão *queer* como forma de resistência e reposicionamento político discursivo. Além disso, pretendo apresentar breve reflexão teórica sobre os transvios e interfaces, dificuldades e desafios de colocar para dialogar com a Análise de Discurso

Crítica e estudos *queer* a fim de se elaborar e desenvolver uma pesquisa que ora rejeita ora se apoia no conceito de identidade.

Racismo e antirracismo em discursos sobre representatividade negra na cultura pop: uma análise discursiva da polêmica em comentários na internet

Fabio Sampaio de Almeida (CEFET/RJ - PPRER/NEAB)

O presente trabalho tem como objetivo analisar a construção discursiva da polêmica em discursos sobre a escolha de atores e atrizes negras na interpretação de personagens originalmente brancos em outras mídias, especialmente as histórias em quadrinhos de super-heróis. Vivemos, na contemporaneidade, no cinema estadunidense, um momento de grande investimento em produções fílmicas baseadas em adaptações de histórias já consagradas em outras mídias, como aquelas oriundas de quadrinhos e videogames, que são normalmente voltadas para um público mais específico, relacionados com as chamadas culturas *geek* e *nerd*. Suas versões para cinema e televisão ampliam esse público, alcançando pessoas que não conheciam essas histórias. E como adaptações, possibilitam à produção realizar alterações em elementos da história e características dos próprios personagens, como raça, etnia, gênero e orientação sexual, de modo a ampliar a identificação com uma audiência mais diversificada. Partimos da noção de raça (HALL, 2013; MUNANGA, 2010; GUIMARÃES, 2009; MBEMBE, 2014), tomada como construção discursiva, portanto social, que atua, por meio da hierarquização de seres humanos, negando-lhes o direito à vida, à produção de conhecimento e de subjetividade. Como referencial teórico dos estudos do discurso, a pesquisa se orienta por uma compreensão crítica da linguagem, entendida como intervenção (ROCHA, 2006, 2014), constitutivamente dialógica (BAKHTIN, 2000) e performativa (BUTLER, 2003), e se funda em uma Análise do Discurso enunciativa (MAINGUENEAU, 2015; 2005). Os dados de análise foram gerados em comentários de notícias do site brasileiro Omelete, portal de notícias especializado em cultura pop, que veiculam a participação de atrizes e atores negros em filmes recentes de super-heróis. Os construtos de gêneros do discurso e de polêmica como interincompreensão, materializados em diversas marcas linguísticas, possibilitam a análise dos embates discursivos, sinalizando pistas que nos permitem identificar um processo de construção de um discurso antirracista na polêmica do consumo da cultura pop.

Ser mulher, negra e imigrante haitiana no Vale do Itajaí

Renata Waleska de Sousa Pimenta (IFSC)

Ana Paula Kuczmynda da Silveira (IFSC)

Ao longo dos últimos anos houve uma intensificação na chegada de mulheres imigrantes haitianas ao Brasil. Esse contexto foi responsável por criar novas realidades a serem consideradas pelas instituições de ensino públicas. Assim, através do Programa Mulheres SIM, o Instituto Federal de Santa Catarina, buscou o atendimento desse público, afinal ensinar exige, conforme Freire, compreender que a educação é uma forma de intervenção no mundo, porém, para que essa intervenção

se efetive sobre bases sólidas, é importante compreender quem são os sujeitos aos quais se volta essa educação, em que contexto se constituíram e se constituem continuamente, como são percebidos pelos outros com os quais dialogam na sociedade e que demandas isso traz para a escola e para o percurso formativo que esses sujeitos vivenciarão nesse espaço. A experiência oriunda desse curso nos levou a refletir sobre o sentido de ser mulher, negra e imigrante em uma região historicamente marcada pelo discurso “do colonizador”. O diálogo com essas mulheres vem nos apresentando, diariamente, o desafio de compreender, por um lado, quem são esses sujeitos, como se constituíram e como se constituem no diálogo entre a microcultura em que estão inseridos e a macrocultura com a qual interagem. As concepções identitárias são demarcadas socialmente por meio das práticas discursivas que se constituem durante o processo histórico, afinal, a noção de sujeito é, por si só, uma construção histórica. As representações, que são oriundas dessas construções discursivas, possuem um caráter específico de interesses que estão de acordo com determinados grupos sociais e tempos históricos específicos. Assim, compreender o universo das imigrantes haitianas que chegaram à região do Vale do Itajaí nos últimos anos e também o imaginário da elite empresarial a respeito desses sujeitos é trazer à tona essas representações sociais a fim de buscar uma melhor compreensão desse. A pesquisa se ampara na tese de Freire de que a educação é, por si só, uma maneira de intervenção no mundo. Assim, a educação é responsável por reproduzir e ao mesmo tempo desmascarar a ideologia dominante e propor estratégias que levem a rupturas e ao desenvolvimento humano na sua amplitude. Essa concepção teórico-dialógica do discurso concebe os dados desta pesquisa enquanto o resultado de uma interação do discurso do empresariado e das próprias imigrantes, mas que traz em si os discursos apreendidos em outros contextos.

Disputas discursivas em relação a raça e gênero no campo religioso evangélico

Geíse Pinheiro Pinto (UFMG)

Claudia Mayorga (UFMG)

Esta pesquisa busca a compreensão acerca de como a experiência de mulheres negras inseridas no contexto religioso evangélico pode dizer dos processos de desigualdades sociais e/ou possíveis busca de transformação social. Nessa perspectiva, um elemento importante para a construção da metodologia refere-se à forma de interpretar os entrecruzamentos das categorias de gênero e de raça na articulação com o pertencimento religioso. É um campo de pesquisa complexo, envolvendo várias dimensões: aspectos subjetivos, experiências de pertença social e aspectos objetivos implicados no fenômeno estudado. Por isso, faz-se necessário o cuidado em não realizar uma leitura reducionista das práticas emergentes nesse campo, somente com finalidade de adequação aos modelos rígidos de pesquisa acadêmica, mas é importante levar em conta a complexidade que tal fenômeno nos exige contemporaneamente. Portanto, se quisermos investigar sobre os modos como mulheres vivenciam a religião, precisamos investigar a vida religiosa cotidiana delas. Nesse sentido, os discursos produzidos por essas atrizes sociais são uma

possibilidade de entendimento acerca da emergência ou não de interpelações e tensões que pode revelar diversos embates pelo poder e disputas na articulação das categorias gênero e raça com campo religioso evangélico no Brasil. Assim, a análise de discurso crítica na perspectiva de Norman Fairclough pode contribuir nessa empreitada devido sua atenção dispensada à relação existente entre a linguagem e os contextos sociais, ou seja, ela destaca a importância fundamental das dimensões sociais e linguísticas na elaboração da análise do discurso. Sem essa correlação, é impossível analisar as tensões que qualificam certos processos de produção e interpretação textual, gerando, assim, uma insuficiência nos estudos da linguagem em processos de mudança social. Essa perspectiva de análise de discurso pode auxiliar na identificação de porosidades e descontinuidades nas estruturas de desqualificação das mulheres negras e evangélicas, permitindo ler as experiências transitando em seus momentos de agências e/ou opressão. Afinal, cabe destacar que qualquer forma de análise deve ser considerada como um diálogo, uma interpretação e significação possível do fenômeno estudado e nunca como uma objetividade por si só, de forma a potencializar espaços de liberdade e não a construir cangas analíticas redutoras de uma realidade que é sempre complexa, transbordante e propiciadora de outras versões.

O texto como estratégia discursiva contra a situação de rua: o caso do “Aurora da Rua”

Gersiney Pablo Santos (UnB)

Língua e linguagem são conceitos indissociáveis do mundo social. Considerando os temas de busca pela cidadania no Brasil, podemos entender que as ações por mudança na sociedade se relacionam, perpassam e exercem influência no mundo através da linguagem (sendo inclusive por ela perpassadas e influenciadas). É na referida relação dialética que se inserem os estudos críticos orientados ao discurso, mais especificamente, a abordagem da Análise de Discurso Crítica (ADC), a qual – como definem Fairclough (2003) e Ramalho e Resende (2011) – entende questões sociais como questões discursivas (e vice-versa). A ADC, por meio do escrutínio e da interpretação dos textos, problematiza naturalizações ideológicas no sentido de pensar, desde a linguagem, direções possíveis para uma mudança em práticas sociais que perpetuam as desigualdades entre cidadãos e cidadãs. A situação de rua é exemplo de problema social urgente e essa realidade cruel, vivida por uma população inteira, remete claramente a processos de negligências históricas. Algumas ações de mudança, no entanto, vêm sendo desenvolvidas com a proposta de transformar trajetórias: é o caso dos ‘street papers’, que por meio de um discurso de inclusão, apresentam uma nova faceta da luta contra a situação de rua. Este trabalho objetiva apresentar a análise discursiva crítica de entrevistas de vendedoras desses suportes, que elenca determinadas estratégias de ação para o enfrentamento da situação de rua em Salvador. Assim, baseando-nos na ADC (FAIRCLOUGH, 2003, 2010; RAMALHO & RESENDE, 2011), na Linguística Sistêmico-Funcional (HALLIDAY & MATTHIESSEN, 2014; FUZER & CABRAL, 2014) e na teoria da representação de eventos e atores sociais (VAN LEEUWEN, 2009; PARDO ABRIL, 2013), será apresentada uma reflexão crítica acerca dos modos pelos quais a representação de discursos opera diferentes sentidos no texto dessas cidadãs, a fim de averiguar a existência (ou a falta da) construção discursiva de proposta protagonista e de resistência.

A altura das falas na 'realidade' e na ficção audiovisual: reflexões sobre representação e representatividade

Mariana Queen Nwabasili (USP)

O artigo tem como intenção complexificar as associações comumente feitas entre representação e representatividade, que supõem que a representatividade leve necessariamente a uma representação positiva de determinados grupos e minorias sociais em obras ficcionais. Para isso, são propostas reflexões sobre uma cena do filme *Vênus Negra* (2010), que parece exemplificar o complexo jogo de vozes e discursos presentes nas interações sociais extradiegéticas, ou seja, na realidade vivida por nós, na qual o cinema se baseia e acaba por refletir. O arcabouço teórico tem base principalmente nas ideias de Gayatri Spivak, Ella Shohat, Robert Stam e Stuart Hall. Em contraste a outras linhas teóricas relacionadas à linguagem, Mayra Gomes (2010) escreve que a representação não é e nunca será a “coisa” do mundo em si, mas sim a sua reapresentação a partir de uma ordenação, ou seja, qualquer representação é enviesada no sentido de (re)ordenadora do entendimento e da percepção do “real” a partir dos signos. Porém, em discussões sobre legitimidade de fala ou legitimidade de representação, muitos debatedores associam os lugares sociais de autores e cineastas a formas de representação mais verossímeis, realistas ou mesmo “respeitosas” com relação à história de determinados personagens históricos e não só inventados para as ficções literárias e audiovisuais. Ao nosso ver, os lugares sociais desses produtores parecem ser comumente associados à ideia de representatividade: o grupo (supostamente homogêneo) de origem dos sujeitos que eles supostamente referendam quando estão em meio a outros grupos. Essa visão, porém, negligencia detalhes muito importantes: que os autores empíricos não correspondem aos autores que se constroem no momento de criação das obras (obviamente, podem haver exceções) e que as pessoas não necessariamente se identificam com os lugares sociais a elas relegados e, sendo assim, podem não querer falar por e a partir deles. Vale dizer que, ao complexificarmos a relação entre representação e representatividade, não estamos diminuindo a importância das ações afirmativas, como as cotas voltadas às minorias sociais, raciais e de gênero, por exemplo, mas problematizando o fato de a ideia de representatividade por si só, sem um comprometimento político-ideológico com identificações específicas e determinados lugares e grupos sociais, não levará a um novo regime de visibilidade e de representação das minorias sociais em obras ficcionais.

ST19 - SER MULHER QUILOMBOLA: RAÇA, GÊNERO E SABERES

Coordenação:

Shirley Aparecida de Miranda (UFMG)

Tatiane Campos dos Santos (UFMG)

Esta Seção Temática (ST) tem como objetivo promover um espaço de discussão que contemple mulheres quilombolas, com intuito de tornar visíveis modos de vida, formas de ação e interação que mobilizam valores, saberes e poderes. A proposta desta ST parte do pressuposto de que a manutenção de um poder colonial na sua estrutura sociopolítica brasileira fez-se através de muita sofisticação e com a colonização de mentes e corpos. Nesse processo, grupos sociais foram construídos como “invisíveis” por meio de aparatos jurídicos e discursivos. As comunidades remanescentes de quilombos são tributárias desse processo e seu reconhecimento enquanto grupo formador da sociedade brasileira, em oposição aos significantes que produziram sua circunscrição ao passado escravista resulta de embates políticos de múltiplas ordens. Dessa forma, identificar-se como quilombola é um ato político e suscita mudanças nas maneiras como identidades são acionadas – comunidades negras, afrodescendentes, quilombolas. Se tomarmos “mulheres” enquanto categoria nativa que organiza experiências e sociabilidades, como essa categoria é articulada à quilombola? Que espaços de circulação, significações e maneiras de se posicionar em diferentes contextos políticos na luta por reconhecimento são partilhados pelas mulheres nos quilombos? Como elas agenciam a identidade quilombola emergente e a ancestralidade em situações de conflito? Quais são os deslocamentos que fazem em relação a uma posição de subalternidade. A intenção desta ST é refletir sobre esses e outros questionamentos, mediados pelos processos de produção de saberes e numa perspectiva interdisciplinar.

O papel da matriarca na preservação e manutenção das tradições africanas na comunidade de terreiro Manzo kaiango

Ana Beatriz Marques Silva (Coletivo Negro)

As religiões de matrizes africanas são parte da diversidade religiosa do Brasil, dentre algumas dessas manifestações, que tem como referência a cultura trazida pelos africanos durante mais de 300 anos de escravidão, estão: catimbó, cabula e principalmente umbanda e candomblé, que se propagaram com mais intensidade pelo Brasil (ONU, 2015). Sabendo de tal importância, o trabalho se propôs a entender a grandeza de tais religiões na região metropolitana de Belo Horizonte em Minas Gerais, tendo como estudo de caso a Comunidade de Terreiro do Manzo Kaiango que tem Dona Efigênia como Matriarca. A mãe Efigênia é tutora de 192 filhos de santo e conserva a cultura Africana e preserva a religião por meio da cultura oral. Dessa forma, ela passa seus ensinamentos da medicina da floresta, dos valores espirituais e por meio da sensibilidade e sabedoria, seus filhos e amigos vão reproduzindo essa cultura impedindo que ela se perca. A história dos povos africanos era transmitida oralmente. Era pacientemente passada de boca a ouvido, de mestre a discípulo ao longo do tempo. De modo geral, a importância maior da fala sobre a escrita está presente ainda hoje na cultura de muitos povos, nos vários cantos do planeta. “(...) A oralidade dessas sociedades desenvolve a memória e fortalece a ligação entre homem e palavra. A fala é considerada divina, pois é a força criadora. E tradição oral africana não se limita a narrativas lendárias ou mitológicas. Ela está ligada ao comportamento cotidiano das pessoas e da comunidade, aos fatos históricos que marcam a vida de um povo. Ela é ao mesmo tempo religião, conhecimento, ciência natural, iniciação a arte, história, divertimento e recreação” (SOARES, s.d.). Sendo assim, nosso objetivo é demonstrar qual é a importância da matriarca na manutenção de tal cultura tendo como hipótese que as tradições orais são determinantes para que a fé não se perca, e que no terreiro do Manzo a Mãe Efigênia é a figura central de tais tradições.

A formação (e/ou emergência?) De um novo sujeito político e a articulação entre trajetórias individuais e sociais no Vale do Jequitinhonha, Minas Gerais

Bernardo Vaz de Macedo (UFSCAR)

Há relatos de que, até os anos 1990, era comum se desestimularem mulheres do Vale do Jequitinhonha a terem até CPF, ou constando em seus documentos categorizações como “do lar” ou “dona de casa” – títulos de terra, escolhas eleitorais e trabalho formal e reconhecido ficando a cargo do marido. Observam-se atualmente, por outro lado, mulheres que assumem a frente de associações de comunidades e de lutas por direitos territoriais, por água e por reconhecimento quilombola, passando a se enxergarem como “trabalhadoras rurais”, assumindo novas posições subjetivas e conformando um sujeito de direitos muitas vezes em tensão com sua vivência enquanto sujeitos da experiência. Tendo em conta um cenário de territorialização do capital, de expropriação de um campesinato negro e indígena e de cisão entre esfera produtiva e reprodutiva operada pela migração sazonal forçada, designando e redefinindo lugares, papéis e identidades de gênero – mulheres

identificando-se como “o homem e a mulher da casa” –, busca-se apresentar como trajetórias femininas no nível das relações familiares ou “pessoais” e denominações aparentemente inocentes, mas errôneas, como “viúvas-de-marido-vivo” ou “viúvas da seca”, definindo-as a partir da ausência de seus maridos migrantes, e apelidos corriqueiros como “Maria de Arnaldo”, operam uma negação de suas identidades enquanto camponesas do Vale, por elas mesmas, apresentando efeitos de verdade práticos, uma eficácia material – garantida em grande medida pela racialização –, articulando-se com representações (como o estigma de “Vale da Miséria”), relações de força e trajetórias sociais mais amplas, referentes ao “lugar” do Jequitinhonha enquanto região de intervenção governamental. Apoiamo-nos na identificação de Edward Said da situação de força envolvida na relação entre a mulher oriental e o homem ocidental colonizador, que fala por ela e a representa, como representando o padrão de força relativa entre o Leste e o Oeste. Buscamos compreender as expressões de resistência e de recusa a representações estigmatizantes e a formação de novas subjetividades, de um novo sujeito, e de novas formas de identificação a partir do que Stuart Hall identifica como disputas entre regimes de representação e da compreensão de Hall e Avtar Brah de “identidade”, não como essência, mas como processo, aberta a constantes recriações, desatribuições e reatribuições de identidades, lugares e posições e a uma multiplicidade de experiências subjetivas e culturais.

Mulher negra, essa quilombola
Maria Raquel Dias Sales Ferreira (UFMG)

O presente trabalho busca apresentar alguns resultados da minha pesquisa de mestrado realizada na Faculdade de Educação da UFMG. A investigação, fruto de uma etnografia, teve como foco os modos de participação nas culturas do escrito de um grupo de cinco mulheres, que apresentam diferentes papéis na comunidade e diferentes experiências com escolarização, da Comunidade Quilombola do Mato do Tição, localizada em Jaboticatubas, na Região Metropolitana de Belo Horizonte (Minas Gerais), contexto ligado às condições históricas marcadas pelo racismo, pelo sexismo e pela exclusão social. No decorrer da pesquisa de campo, fui constantemente colocada diante de situações nas quais o referente “mulher quilombola” significava, dentre outras possibilidades, força e resistência – signo da ancestralidade, e diante de outras, em que a expressão trazia a ideia de opressão e sofrimento. Nesses dizeres, as identidades são constantemente reformuladas, identidades que se abririam à liberdade por serem contingentes, se não fosse a indelével marca racial e o estigma da escravidão que trazem violentas e aterradoras rupturas. Percebemos, assim, uma negociação em prol da resistência. Dessa forma, o presente trabalho tem como objetivo apresentar algumas reflexões, partindo da experiência das mulheres quilombolas que participaram mais ativamente da pesquisa, acerca dos seguintes questionamentos: Por meio de que práticas e de que discursos essas mulheres negras, de diferentes idades e gerações, tornaram-se quilombolas? Como elas articulam gênero e raça? Como elas mobilizam a categoria quilombola? O que interessa aqui é apresentar quais são as tensões, os conflitos e os jogos de autoria nos quais elas entram para construir sua experiência como quilombolas – como sujeitos de direitos, agentes na construção cultural, e

para escaparem das práticas de exclusão e de racismo. Os discursos das mulheres, pautados pela tradição e pela ancestralidade, tanto possibilitam e orientam a veracidade à identidade quilombola como conferem sentido e materialidade às performances. Assim, é preciso entender como as relações de poder são determinantes nos movimentos de aceitação, de negação, de negociação e de mobilização do referente “mulher quilombola” em cada situação, experiências e vivências pelas quais cada uma delas passou, em diferentes contextos sociais.

Maternagem e cultura escrita no quilombo

Paula Cristina Silva de Oliveira (UFMG/UFVJM)

Esta proposta de comunicação tem por objetivo apresentar alguns conceitos e perspectivas adotados na pesquisa “Maternagem e cultura escrita no quilombo”. Compreendemos a maternidade, tradicionalmente, estabelecida pela “relação consanguínea entre mãe e filho” e a maternagem “estabelecida no vínculo afetivo do cuidado e acolhimento ao filho por uma mãe” (GRADVOHL, OSIS E MAKUNCH, 2014). Assim questionamos: como a cultura escrita é vivenciada no cotidiano da maternagem das mulheres quilombolas? A criança pode atuar como mediadora nessa relação? Com quais materiais relacionados às culturas do escrito essas mulheres lidam cotidianamente? De que maneira? Para fundamentar o trabalho temos recorrido à Ana Galvão (2007; 2010) para definir Cultura Escrita. Para a discussão sobre gênero e maternidade, dialogamos com Elizabeth Badinter que afirmava, em 1981, que a maternidade é construída social e historicamente e Lucila Scavone (2001) que acrescenta que a maternidade é um “fenômeno social marcado pelas desigualdades sociais, raciais/étnicas, e pela questão de gênero que lhe é subjacente”. Entretanto, a análise de Badinter (1981) tinha como contexto de estudo o continente europeu, a sociedade francesa. É importante, portanto, estarmos atentas à perspectiva dos estudos subalternos assinalada por Gayatri Spivak (2014), esforçando-nos para não construir de forma contínua o lugar do/a subalterno/a a partir de epistemes que não condizem com a realidade vivenciada pelas mulheres quilombolas. Como a mulher quilombola compreende/significa a maternagem? Tratando das questões de gênero, num grupo investigado por Neusa Gusmão (1994) são as mulheres que “herdam, transmitem e trabalham a terra, a terra doada se torna uma terra uterina, uma terra de mulheres” (p. 85). Notamos, assim, uma forma de maternagem específica desse grupo centrada na mulher e nas crianças. Em decorrência da “pobreza rural”, a divisão sexual do trabalho se torna acentuada, sendo de responsabilidade do homem o trabalho assalariado: “Por esta ótica, o que conta é a mulher e seus filhos, ou seja, a chamada família de mulheres. A terra de Campinho é assim, uma terra de mulheres, onde se diz que nela a mulher não morre. Não morre porque desde sempre a vida familiar e coletiva organizou-se no contexto amplo da solidariedade e reciprocidade entre parentes, notadamente entre mulheres”.

A agência das mulheres quilombolas no reconhecimento jurídico e identitário

Carmen Regina Teixeira Gonçalves (UFMG)

Este trabalho trata da agência das mulheres da comunidade de Pinhões na luta pelo reconhecimento político e jurídico da identidade coletiva quilombola. A comunidade de Pinhões e Pinhões situa-se no município de Santa Luzia, sendo constituída aproximadamente por 380 famílias. Os primeiros habitantes foram ex-escravizados que saíram do convento das Macaúbas assim que terminou a escravidão. Encontra-se envolvida em um processo de intenso debate interno e disputas em torno de sua identidade, pois não são reconhecidos juridicamente enquanto remanescentes quilombolas. Nessa direção, a Associação Cultural das Mulheres de Pinhões, estabelece a discussão política e buscam o reconhecimento via certificação de autodefinição. O lugar da mulher na comunidade e seu caráter de agência é fortemente marcado, não só pelas mulheres da Associação como também por outros grupos que revelam sua autonomia, tais como: balaieiras, Congado do Divino Espírito Santo, paneleiras, benzedeadas, professoras, cozinheiras e grupo de dança Renascer. É uma conjugação de práticas por meio das quais essas mulheres mobilizam saberes, anunciam-se e atribuem respostas ao que é ser mulher naquela comunidade. Instiga compreender o percurso que atravessam no deslocamento entre o lugar da mulher de Pinhões para a mulher quilombola. Assim como apreender a prática social que está implicada nesse percurso atravessado por valores, saberes, histórias, biografias, que orientam não só a constituição de uma ação coletiva como também uma identidade política reivindicada. No engajamento da luta por direito a sua identidade, elas se educam, formam-se e se transformam por meio das experiências e vivências do cotidiano. O que aprendem nesse movimento de tornarem-se mulheres quilombolas? Destaca-se o lugar de fronteira em que atuam, pois além da existência de demarcação entre os de “dentro” e os de “fora” de Pinhões, também vivenciam uma fronteira interna: ao fomentarem o debate na construção de uma identidade quilombola, experimentam conflitos e resistências na comunidade. A partir da condição de fronteira e do gênero, buscam dar respostas ao que é ser mulher em Pinhões e à construção do que é ser “mulher quilombola”.

O corpo negro e cabelo crespo como elementos para reflexão na formação de professoras da Educação Escolar Quilombola

Jairza Fernandes Rocha da Silva (UFMG)

O presente trabalho é fruto de reflexões elaboradas a partir da minha experiência de atuação docente no I Curso Formação de Professores/as da Educação Básica nas Comunidades Remanescentes de Quilombo em nível de Aperfeiçoamento, oferecido pelo Programa Ações Afirmativas na UFMG e o Observatório da Educação Escolar Indígena e Quilombola da UFMG. O curso visou dar um primeiro passo no que se refere à formação das relações étnico-raciais de professores/as que atuam no contexto da Educação Escolar Quilombola no estado de Minas Gerais. Das atividades desenvolvidas por mim no curso, tive a oportunidade de explorar a corporeidade negra e o cabelo crespo das mulheres e professoras da Educação Escolar Quilombola. A questão a respeito da identidade, ou mais especificamente, sobre

o corpo e o cabelo despertou a minha atenção acerca de qual é a percepção das docentes sobre a estética negra? Interessava-me saber especificamente como essas profissionais lidam com o corpo e cabelo não só delas, mas também de seus alunos/as. Para tal, surgiu a ideia de construir uma oficina a qual teve como ponto de partida a reflexão sobre o corpo negro e cabelo crespo como constituidor da identidade negra. Como resultado, percebemos que após a realização da oficina houve uma positivação da identidade negra a partir do corpo negro e do cabelo crespo.

Mulheres e educação: histórias de docentes e lideranças quilombolas

Claudia Elizabete Santos (UEMG)

Este artigo dá visibilidade a histórias de vida e modos de resistência apresentado por mulheres negras que se autorreconhecem como quilombolas, trabalham em escolas que estão localizadas em comunidades quilombolas ou escolas que recebem estudantes quilombolas. Essas mulheres são egressas do curso de aperfeiçoamento: Formação de Professores/as da Educação Básica das Comunidades Remanescentes de Quilombo, coordenado pela equipe do Programa Ações Afirmativas na Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG) e do Observatório da Educação Indígena e Quilombola da UFMG (OBEDUC). O curso foi desenvolvido em um polo no Norte de Minas Gerais e possibilitou que docentes e lideranças quilombolas ampliassem conhecimentos sobre a proposta de implementação da temática étnico-racial em escolas da Educação Básica. O estudo das Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Escolar Quilombola (2012) permitiu que as participantes focassem os conceitos de memória, território, identidade e direitos quilombola. As professoras e lideranças revelaram discursos e impressões pessoais e coletivas sobre o processo de ser e de se reconhecer como uma mulher quilombola na contemporaneidade. Os hábitos e costumes, bens imateriais resguardados através de danças e cantigas que receberam visibilidade. Este estudo objetiva analisar estratégias adotadas pelas egressas, que garantiram a participação das mesmas nos cursos de aperfeiçoamento e permitiram as trocas de experiências com os membros das comunidades que representam.

Ser mulher quilombola na comunidade de Santo Isidoro

Tatiane Campos dos Santos (UFMG)

Esse trabalho tem como objetivo apresentar algumas reflexões sobre as mulheres da comunidade quilombola de Santo Isidoro, que foi certificada em 2006. Essas reflexões surgiram no decorrer da pesquisa intitulada “Educação Escolar Quilombola: entre ausências e emergências”, realizada em 2012, e posteriormente no âmbito da pesquisa de mestrado realizada no programa de pós-graduação em Geografia da Universidade Federal de Minas Gerais, no período de 2013 a 2015. A comunidade localiza-se no município de Berilo/MG, na mesorregião do Vale do Jequitinhonha. Berilo é composto por aproximadamente 20 comunidades quilombolas, configura-se como maior município mineiro em número de comunidades. Em Santo Isidoro notou-se a participação das mulheres na liderança comunitária, na gestão da banda

musical, nas atividades festivas, na educação escolar e entre outras manifestações de cunho coletivo. Dessa maneira será apresentado o perfil de algumas dessas mulheres, bem como o papel das mesmas em sua comunidade com intuito de favorecer a visibilidade de suas experiências e saberes. Ao contrário do que ocorreu na sociedade brasileira que não contemplou a história das comunidades quilombolas e das pessoas negras como relevante a ser problematizada, esses grupos foram reproduzidos como inferiores, subalternos como se não fossem detentores de um passado a ser valorizado e conhecido pela população brasileira.

ST20 - LITERATURA E HISTÓRIA: NARRATIVAS MIDIÁTICAS COMO EXPRESSÃO DECOLONIAL

Coordenação:

Cristiane de Assis Portela (UnB/ UniCEUB/ SEDF)

Vânia Alves da Silva (IFB/ UnB)

A Seção Temática proposta busca reunir pesquisas que envolvam narrativas midiáticas, sejam essas tomadas como objeto de análise teórica em interface com a História e a Literatura ou apresentadas como produtos resultantes de reflexões que envolvam perspectivas contra-hegemônicas e que apresentam um potencial discursivo de decolonialidade. Interessa-nos pensar como podemos nos apropriar – como pesquisadores do audiovisual, da literatura, do teatro e das artes em geral – da construção de discursos combativos, sejam eles como autodenúncia e/ou que se proponham ir além desse, constituindo poéticas de resistência. Se assumirmos a compreensão de que as mídias – sejam elas tradicionais/convencionais ou digitais – constituem-se como elementos de cultura que possibilitam a mediação entre linguagens, conteúdos e ferramentas, e que essas se propagam de maneira cada vez mais intensa na contemporaneidade, é possível efetuar o deslocamento de alguns de seus pressupostos, notadamente a questão de sua relação com a realidade vista como algo externo aos discursos e, portanto, externo também aos sujeitos que falam, para entendê-las, de maneira mais ampla, como narrativas midiáticas, dotadas de poética e plurissignificação entre os territórios de interlocução. Assim, compreendemos mídias em um sentido amplo, como espaços discursivos pelos quais circulam e se produzem narrativas, problematizando as relações inter-semióticas entre “referencialidade” e “ficcionalidade”, bem como seus possíveis desdobramentos conceituais, atos responsivos do discurso e inacabamentos da narrativa, por vezes, considerada histórica. Incluem-se, dessa maneira, abordagens que expressem projetos de resistência aos construtos de tipo colonial, associados aos recortes étnico-racial, de gênero, classe, sexualidade, infância etc.

Um olhar para o cotidiano dos povos Ibos em “O Mundo se Despedaça” de Chinua Achebe.

Darlene Santos Magalhães (UNEB)

Jane Kelly Moreira de Souza (UNEB)

O presente trabalho visa analisar o cotidiano dos povos Ibos da aldeia de Umuófia a partir do romance “O Mundo se Despedaça”, de Chinua Achebe. Em uma narrativa permeada de significados, o autor descreve a história de Okonkwo e seu encontro com o homem branco, discutindo as alterações cotidianas provocadas na cultura dos Ibos a partir do contato com o europeu. Nesse sentido, o estudo do cotidiano nos possibilita entender a vida dos africanos antes da colonização visto que, à medida que o autor esmiúça o dia-a-dia desses povos, ele constrói uma narrativa literária de caráter histórico que nos permite entender a complexidade em que esses sujeitos estavam organizados. Assim, a vida dos Ibos era caracterizada por uma diversidade de tradições, desde as festas na aldeia ao diálogo familiar, além disso, o ritmo de vida desses povos era marcado por uma realidade muito diferente do estilo de vida de outras sociedades. Dessa forma, para a realização da pesquisa foi necessário uma leitura do livro seguida da coleta de dados referente ao tema “Cotidiano”. Para uma melhor análise do tema buscou-se trabalhar com teóricos do Cotidiano como Heller (1992), Dias (1998). A pesquisa revelou o quanto o cotidiano dos povos Ibos era complexo, assim, as relações diárias eram marcadas por crenças ligadas a valores ancestrais que interferia na rotina desses povos. Dentre as informações colhidas merece destaque a intensa divisão de tarefas entre os diferentes membros da família, a prática da agricultura centrada no cultivo do inhame, a alimentação na aldeia que era marcada por pratos típicos, sendo que o inhame era a base alimentar; no quesito vestimenta, os Ibos vestiam de maneira simples, exaltando traços de seus corpos e muitas vezes, pintava-se em épocas de festas. Segundo Heller (1992), o cotidiano é um espaço marcado por comportamentos heterogêneos; dessa forma, percebe-se que a história dos povos Ibos acontecia a partir de seu cotidiano. É importante pontuar ainda que o comportamento dos povos da aldeia era marcado por tarefas determinadas para cada hora do dia, a citar, as obrigações rotineiras de cada uma das mulheres de Okonkwo. A partir desse estudo, percebe-se que o modo de viver dos Ibos representa muitas das sociedades africanas antes do contato com europeu.

Descolonizar a imagem: Brasil e África do Sul em suas pós-ditaduras

Cássio Vinícius dos Santos Marques (UFBA)

O presente trabalho é fruto de pesquisa de iniciação científica desenvolvida entre 2015 e 2016, financiada pela FAPESB, Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado da Bahia, no Instituto de Letras da Universidade Federal da Bahia, e propõe-se a realizar um levantamento da ‘imageria’ (RANCIÈRE, 2012) que reflete alguns aspectos do imaginário nacional após a instauração (assim como o fim) de regimes ditatoriais. Portanto, comparar-se-á Brasil e África do Sul, o primeiro dentro de um contexto de estabelecimento da ditadura civil e militar (1964-1985), e o segundo

inserido na cena do *Apartheid* (1948-1994), rígida política de segregação racial entre brancos e negros. Através do levantamento das imagens de maior repercussão durante e após esses regimes políticos que gerenciaram duramente a vida nesses dois países, busca-se perceber como um processo de descolonização da imagem, via fotografias, filmes e romances, começa a se instaurar, em seu caráter de transformação e de traço do real (DUBOIS, 1993). Quando se pensa em uma descolonização da imagem se intui que um povo só descoloniza as imagens, quando é capaz de produzir suas próprias imagens ou de fazer uma leitura muito mais abrangente das imagens dispersas na história.

Narrativas de Mulheres Quilombolas do Puri: decolonialidade entre concepções de Beleza e Saberes Tradicionais

Sirlene Barbosa Correa Passold (UnB)

O Puri é uma comunidade quilombola, localizada na cidade de Manga-MG, no extremo Norte de Minas. A pesquisa tem como finalidade analisar a construção de identidades entre as mulheres quilombolas do Puri a partir dos referenciais da beleza construídos desde os conhecimentos tradicionais até as concepções atuais, muitas vezes pautadas em referenciais ocidentais. A estética e o fenótipo da mulher negra, característicos entre as mulheres do Puri, historicamente foram alvos de preconceitos, discriminação e racismo, entretanto, essa identidade passa a ser ressignificada a partir do momento em que a identidade étnica-quilombola sinaliza uma nova relação com a estética negra. A partir dos relatos de algumas mulheres dessa comunidade, buscaremos compreender como as correlações gênero e etnicidade quilombola sinalizam concepções de beleza entre as Puri. Nos orientamos pela compreensão de que esses relatos constituem narrativas decoloniais que reestabelecem um lugar de centralidade aos saberes tradicionais na definição étnica das Puri. A fim de contribuir com esse processo de afirmação identitária, a proposta busca investigar como as mulheres Puri apresentam compreensões sobre seus costumes e tradições em relação aos cuidados com a beleza (naquilo que se refere aos cuidados com as vestimentas, a pele, o cabelo etc.) e os cuidados com o corpo (ênfatisando as práticas e saberes das mulheres negras quilombolas do Puri e em relação ao uso das plantas medicinais como fonte de cosméticos e tratamentos de saúde). Busca-se verificar entre elas quais foram as heranças deixadas pelas mulheres africanas no Brasil e que foram preservadas pelas mulheres quilombolas.

O Feminino em Moçambique e a identidade nacional na Guerra de Independência (1964-1975)

Jacqueline Maia dos Santos (UFMG)

É sabido que o colonialismo europeu deixou marcas indeléveis no continente africano. No que se refere às mulheres, situações de submissão e abuso sob a qual as mesmas estavam inseridas de certa forma se agravaram, e se tornaram mais complexas, já que a colonização culminou na tentativa de padronização social e imposição de costumes europeus, desmantelando as formas como as tribos e as famílias eram estruturadas. A população africana não aceitou de forma passiva a dominação

européia; existiram resistências africanas de diversas formas, desde as tentativas diplomáticas até a resistência bélica, todavia, em um contexto em que prevaleceu principalmente a dominação econômica europeia, a situação da mulher africana ficou ainda mais fragilizada. As amarras da dominação demoraram a ser rompidas e as sequelas de anos de ocupação colonial ainda reverberam nas sociedades do território africano. Diante disso, para uma análise da situação feminina na África no período da Guerras de Independência (1964-1975), e considerando a amplitude do continente e suas particularidades, foi escolhido apenas um país, Moçambique, que assim como o Brasil, também foi colonizado por Portugal. A proposta central do trabalho é pesquisar, a partir das fontes disponíveis, principalmente jornais e periódicos, as contribuições de mulheres e as perspectivas de gênero na construção da identidade nacional moçambicana, bem como as repercussões dessa guerra na vida das mesmas. Também farão parte das reflexões os romances moçambicanos *O Alegre Canto da Perdiz* e *Niketche: uma história de poligamia*, da autora Paulina Chiziane, e poemas selecionados da poetisa Noémia Sousa, também moçambicana.

Outras Brasília: produção de filmes de curta-metragem sobre diversidades no Distrito Federal
Cristiane de Assis Portela (UnB/ UniCEUB/ SEDF)

O trabalho propõe compartilhar a experiência de produção de uma série de oito filmes de curta-metragem que tratam de temas relacionados a diferentes contextos de diversidade no Distrito Federal, em conformidade com os pressupostos norteadores do Currículo da Educação Básica da SEDF. Produzidos pela equipe do Canal E-TV Educativa da SEDF, os filmes têm duração média de 20 minutos e se estruturaram por meio de três eixos temáticos: a) Etnicidades e Sustentabilidade; b) Gênero e Sexualidade e c) Movimentos Sociais e seus novos sujeitos no DF. Consistem em documentários baseados em pesquisa histórica e com a utilização de elementos ficcionais. Partimos do pressuposto de que o tema diversidade somente ganha visibilidade quando se busca integrar a um todo mais ou menos homogêneo, diferenças até então subordinadas socialmente, a exemplo das minorias políticas representadas por indígenas, negros, mulheres, quilombolas, homossexuais, moradores de periferias urbanas ou de comunidades camponesas, entre outros. Assim, há de se considerar que o conceito *diversidade* somente pode ser pensado como categoria diretamente associada ao conceito de *poder*, e assim compreendemos que construir conhecimentos – finalidade primordial da escola – envolve também se posicionar diante da forma como se estruturam as relações sociais de poder, devendo ser essas reflexões permanentemente estimuladas em sala de aula, de forma a contemplar o reconhecimento das identidades diversas que constituem os sujeitos que estão nas salas de aula e nas comunidades que as envolvem.

ABENSONHAR: a presença do simbolismo na transcrição intersemiótica de “Nas águas do tempo”, de Mia Couto, para a dramaturgia

Vânia Alves da Silva (IFB/UnB)

O presente artigo objetiva analisar a transcrição intersemiótica do conto “Nas águas do tempo”, contido na obra literária “Estórias Abensonhadas”, de Mia Couto, para o texto teatral “Abensonhar: estórias de miraginação”, criado no projeto de Diplomação do Departamento de Artes Cênicas da Universidade de Brasília, no segundo semestre de 2013, cuja autoria foi feita de forma colaborativa entre os integrantes do grupo teatral e foi organizada por Tulio Starling, Lorena Pires e Clarice César, sob a orientação das professoras Rita de Almeida Castro e Alice Stefânia. Assim, o artigo pretende abordar os aspectos referentes às características poéticas de Mia Couto, principalmente, as nuances de onirismo, de introspecção e, por vezes, místicas, à luz das características ontológicas do teatro simbolista presentes em “Abensonhar: estórias de miraginação”, em recorte nas cenas 1, 2, 9 e 18, posto que essas se referem ao conto mencionado. Com base nesse eixo dialógico entre a obra do autor moçambicano, a transcrição intersemiótica do texto teatral e as características do teatro simbolista – direcionadas por Fraga (1992) e por Rebello (1979), refletiremos sobre: a incursão do cenário poético coutiano às nuances estéticas do teatro simbolista no Brasil e a linguagem dialógica transcritiva apresentada em “Abensonhar: estórias de miraginação”, com base no conto “Nas águas do tempo”.

ST21 - LITERATURA AFRO-BRASILEIRA: CULTURA E RESILIÊNCIA

Coordenação:

Irineia Cesario (Fac. Fortium)

Elisangela Rocha (Fac. Fortium)

Em 1952, o líder revolucionário guineense, Amílcar Cabral, escreve um texto fundamental a respeito da poesia das ilhas, o ensaio “Apontamentos sobre a Poesia Cabo-verdiana” constitui um importante documento a nortear as ações dos poetas, cujas obras materializaram o engajamento nas lutas de libertação e combate à ditadura salazarista. Cabral destaca que é preciso que os poetas cabo-verdianos encontrem o refúgio em sua própria terra, defendendo que a poesia deve encontrar e definir sua função social. A luta de Libertação como um ato de cultura é, dentre todos os aspectos do pensamento de Amílcar Cabral, aquele que maior poder de inovação apresentou nas lutas de libertação dos países africanos. A cultura é a verdadeira base do movimento de libertação, sendo que somente as sociedades que preservam sua cultura são capazes de mobilizar-se, organizar-se e lutar contra o domínio, “sendo o domínio imperialista a negação do processo histórico da sociedade dominada, é necessariamente a negação do seu processo cultural” (2008, p. 228). Ou seja, a resistência cultural é uma das formas mais efetivas de resistência à dominação: “(...) é certo que a dinâmica da luta exige também a prática da democracia, da crítica e da autocrítica, a participação crescente das populações na gestão da sua vida” (CABRAL, 2008, p. 231). O objetivo central da Seção Temática (ST) é propiciar um espaço múltiplo para discussões entre pesquisadores das áreas de Literatura e Educação que têm nas obras literárias de escritores afro-brasileiros e africanos a cultura – no dizer de Amílcar Cabral como “a síntese dinâmica, ao nível da consciência do indivíduo ou da coletividade, da realidade histórica, material e espiritual, dum sociedade ou dum grupo humano, das relações existentes entre o homem e a natureza, como entre os homens e as categorias sociais” (2008, p. 228). Nesse sentido, trabalhos que abordam temas como memória, identidade, autorrepresentação, gênero e questões étnico-raciais amparados pela teoria decolonial, serão colaborações fecundas para a presente ST.

A literatura infantil afro-brasileira como mecanismo de valorização da identidade das meninas quilombolas de Porto Alegre, na Amazônia Tocantina/Cametá
Alessandra Pereira de Carvalho Veloso (UFPA)

A presente comunicação discorre sobre a análise da contribuição da Literatura Infantil Afro-brasileira na construção da identidade das meninas quilombolas que frequentam as séries iniciais do Ensino Fundamental da Escola Municipal de Porto Alegre, localizada na Comunidade Quilombola de Porto Alegre, situada a 45 quilômetros da Cidade de Cametá. Com a obrigatoriedade da Lei n. 10.639/2003, que alterou a LDB “para incluir no currículo oficial da Rede de Ensino a obrigatoriedade da temática História e Cultura afro-brasileira”, houve uma maior abertura para introdução de Literaturas Infantis com a temática Afro-brasileira nas escolas do Ensino Fundamental. Essas políticas objetivaram preparar a sociedade, a escola, os professores para respeitar a diversidade cultural, já que durante muito tempo o que se viu foram alunos sendo excluídos e desqualificados nas escolas por causa de suas características físicas, cor da pele, gênero, religiosidade etc. Nas séries iniciais do Ensino Fundamental as crianças estão construindo a sua identidade, é uma fase de imaginação, e ter acesso a obras que mostrem personagens com características positivas é fundamental. A literatura infantil Afro-brasileira quando presente na vida da criança oferece informações pelas quais essas podem desenvolver novos conhecimentos e novos valores. Penso que a Literatura Afro-Brasileira, se usada de forma comprometida, tendo como princípio básico a desconstrução de estereótipos e preconceitos racistas, que foram arraigados no seio da sociedade brasileira desde que os primeiros africanos foram trazidos das suas terras de origem para servir de mão de obra escrava, pode ser uma grande aliada no despertar da subjetividade infantil; na formação da identidade étnico-racial e quilombola, na valorização da cultura negra e de combate ao racismo. Foram utilizados os seguintes livros que traziam personagens femininas negras como protagonistas. “O Cabelo de Lelé” (Valéria Belém), “Menina Bonita do Laço de Fita” (Ana Maria Machado), “Meninas Negras” (Madu Costa) e “Dandara e a Princesa Perdida” (Maíra Suertegaray). Pretendeu-se responder com esta pesquisa as seguintes inquietações: Qual importância da literatura infantil Afro-brasileira no processo de construção de identidade de gênero das meninas quilombolas? Quais as representações e reações das meninas diante dessas histórias? Como as meninas percebem as características das personagens?

A escre(vivência) em Becos da Memória de Conceição Evaristo
Sarah Silva Froz (UEMA)
Silvana Maria Pantoja dos Santos (UEMA)

Uma escrita de resgate do povo negro, os escritos Evaristinianos funcionam como um espaço quilombola (MARINGOLO, 2014), uma tentativa de dar visibilidade e voz aos que estiveram por muito tempo silenciados, os ditos subalternizados tem algo a dizer. Nessa conjuntura, Maria da Conceição Evaristo esquadrinha as nuances da memória do povo negro, descortinando as similitudes da problemática do que é ser mulher negra em uma sociedade sexista e racista. Adotamos aqui a terminologia Literatura afro-brasileira, no que diz respeito aos escritos produzidos pelos

afro-brasileiros a partir de um passado diaspórico. Em seus escritos, Conceição Evaristo recupera os espólios da escravização, as reminiscências do passado, ao mesmo tempo em que nos permite repensar a condição feminina a partir das peculiaridades e especificidades da mulher negra, na busca por sua identidade “perdida”. Ao sair da zona de subalternizada a que as mulheres negras e pobres foram (estão) condicionadas, autoafirmando-se como mulher, negra e autora, Evaristo quebra o paradigma da supremacia racial, de que as mulheres negras são incapazes de escrever. Nessa perspectiva, este trabalho intenta analisar a escrita Evaristiniana, no romance *Becos da Memória* (2006), no sentido de perceber de que forma essa autora constrói uma escrita em que vivências, memórias e ficção são o sustentáculo do discurso.

História e Literatura: o uso dos contos africanos e afro-brasileiros nas aulas de História.

Darlene Santos Magalhães (UNEB - Campus VI)

A presente comunicação objetiva apresentar o projeto de intervenção já aplicado cujo título é “História e Literatura: O uso dos contos africanos e afro-brasileiros nas aulas de História”. Nessa perspectiva, o estágio enquanto componente curricular obrigatório no curso de História visa promover intervenções didático-pedagógicas que contribuam para a melhoria do ensino, além de promover a aproximação entre universidade e escola. Com tal intuito, o projeto de intervenção teve como proposta utilizar os contos africanos e afro-brasileiros enquanto recursos didáticos para trabalhar temáticas africanas numa turma de 1º ano do curso técnico em Administração do Centro Territorial de Educação do Sertão Produtivo (CETEP)/Caetité-Bahia. A proposta de escolher uma intervenção didático-pedagógica que cooperasse com o ensino de História da África, no estágio supervisionado, teve como motivação a Lei Federal de n. 10.639/2003, que instituiu a obrigatoriedade do estudo das temáticas africana e afro-brasileira no currículo da educação básica. Longe de encarar o ensino de História da África como obrigatório, tal intervenção buscou levar ao conhecimento do público alvo o desenvolvimento próprio que vigorou no continente africano, além de destacar as contribuições dos africanos para a formação da nossa nação. Nesse ínterim, o projeto teve como objetivos: a) buscar novas formas de construir o conhecimento histórico; b) enfatizar a importância da interdisciplinaridade para o ensino de História; c) contribuir para o aprendizado de História da África no Estágio Supervisionado. Nesse sentido, propor uma abordagem que privilegiasse o campo da história e da literatura foi uma forma de levar para a sala de aula uma perspectiva interdisciplinar, visto que, a partir do diálogo entre o campo histórico e literário, foi possível fazer uma investigação acerca de várias temáticas, como questões ligadas à sociedade, religião, família, cultura, cotidiano etc. Além da Lei Federal n. 10.639 buscou-se trabalhar com Pesavento (2003), Borges (2010) Souza (2012). Foram escolhidos os contos de Santos (2009) presente no livro “Gosto de África: Histórias de lá e daqui”, “O príncipe medroso e outros contos africanos” de Anna Soler-Pont (2009) etc. A partir da aplicação do projeto foi perceptível o quanto a literatura pode ser uma grande aliada para discutir as temáticas africanas e afro-brasileiras.

Carolina Maria de Jesus: uma reflexão sobre literatura, cânon e resistência negra no Brasil

Jessica Mara Raul (CEFET/RJ)

O presente trabalho é uma reflexão sobre o processo de canonização de obras literárias dentro de um sistema de dominação permeado de ideologia, e parte do pressuposto de que as obras canônicas passam por instâncias legitimadoras com um forte viés eurocêntrico. Para debater o caráter dessas produções em uma perspectiva decolonial a metodologia escolhida baseia-se na análise das narrativas da escritora Carolina Maria de Jesus e seu lugar no cânone da literatura brasileira por meio de uma bibliografia que nos permita discutir a especificidade brasileira e o caráter da sua obra. A literatura enquanto expressão das inquietações de uma mulher em diáspora carrega de sentidos suas inquietações que são reflexos da “epopeia da negritude” e dá visibilidade a sua versão da história. Carolina focaliza traços de uma vertente literária autobiográfica da mulher negra, através da manifestação de suas subjetividades e evidencia um protagonismo do discurso sobre si. Defendemos que a produção da autora traduz um ideário onde se localizam inúmeros outros escritores, poetas, artistas e ativistas negros, para a linguagem de quem vive a realidade da mulher negra favelada no Brasil. Carolina de Jesus foi vitoriosa nesse movimento acabando por inspirar uma resistência à opressão que traz no exemplo de *Quarto de Despejo* a possibilidade de outras vozes, que tem como ponto comum essa inconformidade com as verdades estabelecidas. Ao romper com esse lugar periférico destinado à mulher negra, Carolina se tornou um ícone de uma narrativa de resistência e, nesse sentido, as identidades que transitam nas diferentes formas de expressão, ganham força cada vez maior através das artes, trabalhos acadêmicos e encontros. Não mais silenciados e invisibilizados, criam um circuito próprio que não mais pode ser ignorado pela profundidade das verdades que anuncia. Seu ponto de vista é correspondido por um grupo que se identifica e transmite esse saber, sendo possibilitado pouco a pouco adentrar nos currículos escolares, à medida que esses – os invisibilizados da sociedade – conquistam novos espaços.

Funk Carioca: A voz do marginalizado na música de protesto

Dayane Caroliny Gomes Cardoso Dias (Faculdade Fortium)

O Funk Carioca é um gênero musical em que a identidade étnico-racial e social de seus ouvintes faz parte de sua gênese. Historicamente, seu público ouvinte é composto por sujeitos pertencentes às minorias, alvos da exclusão, que necessitam lutar pelos direitos enquanto cidadãos. A marca principal é o forte movimento de protesto do negro marginalizado que sofre com a discriminação gerada também pelo estereótipo imposto às suas canções, a chamada música de preto. O Funk Carioca de 1970 a 1990 visa a ampliação do clamor de um grupo esquecido pelo poder público e dividido pela sociedade. A respeito desse gênero musical, Lopes afirma que nada mais é do que “uma música, uma linguagem e uma cultura, pois é sobretudo uma prática social historicamente situada: uma forma de cantar, de expressar, de construir, de vivenciar e de sentir o mundo” (2011, p.19). O meio de expressão pela musicalidade tece oportunidades de levantar vozes, fenômeno

que ocorre em épocas de grandes acontecimentos históricos pelo país. Vozes que não se calam diante da opressão, mídia e autoridades. A peso de sua significância demonstra as dificuldades do negro contra a sua desvalorização, e o quanto a visibilidade acaba se transformando numa espécie de utopia por aqueles que lutam pela igualdade social e racial. O Funk Carioca do negro da favela estampa a marcas de uma cultura que dogmatiza a separação e preconceito pela imparcialidade de uma maioria privilegiada.

A infância diaspórica em Um defeito de cor

Maria Aparecida Cruz de Oliveira (UnB)

Mas, afinal, quais deslocamentos crianças negras (africanas) poderiam realizar no século XIX? E o que motivaria esses trânsitos? Como classificar essas mobilidades, lembrando que as personagens não se enquadram aos “vagabundos” ou tão pouco aos turistas de Bauman (1999)? O fato é que, em *Um defeito de cor*, as crianças passam por diversos tipos de deslocamentos: viagem, diáspora, caminhada, migração e, ao que esclarece a narrativa, nem sempre se trata de deslocamentos voluntários. Desse modo, este trabalho propõe-se a identificar os tipos de deslocamentos espaciais atribuídos às personagens infantis do romance *Um defeito de cor* (2003), de Ana Maria Gonçalves, bem como compreender como são apresentadas suas experiências de deslocamentos; e verificar como a infância de crianças em trânsito é idealizada na narrativa, se foge ou não de uma idealização romântica. Assim, para efetivar a construção dessas análises, a ideia é partir dos pressupostos trazidos pelos teóricos que estudam a mobilidade e dos posicionamentos enunciativos pós-colonial, de fronteira, liminar e de entre-lugar como: Gilroy, (2001), Hall, (1999), (2006); Mignolo (2003); Braga e Gonçalves (2015); Duarte (1998), Said (2003) entre outros.

Literoralitura: uma análise etnolinguística de discursos de griots mandingas da África ocidental

Djiby Mané (UnB)

A palavra literoralidade é a aglutinação de literatura e oralidade e significa a literatura oral. Pela falta da escrita, a literatura dos povos era baseada na oralidade. Ainda hoje, muitos povos têm uma forte influência desse tipo de literatura. Na África, a tradição oral ocupou um lugar importante, como apontou Ahmadou Hampaté Bâ, segundo o qual a tradição oral é o cerne da história da África, a herança de conhecimento de todos os tipos transmitido de boca à orelha e de mestre a discípulo através dos tempos. Essa forte influência da tradição oral é perpetuada pelos mais velhos e pelos *griots*. Esses formam uma casta à parte, mas não são apenas artistas de um povo, são também os guardiões responsáveis pela tradição oral, musical e poética, pois é através deles que são transmitidas a música e a história de geração para geração. Eles são pessoas da palavra, uma palavra com marca de uma força persuasiva que excede a arte de falar. Se nas palavras de Ahmadou Hampaté Bâ, “Na África, a morte de um velho é uma biblioteca em chama”, então, “Na África, a morte de um griot é uma biblioteca em chama”. Assim, esta comunicação consiste em analisar discursos de griots mandingas, com foco na análise das relações sociais,

principalmente quando se trata de interação linguística institucionalizada, como no caso de um griot cantando em uma cerimônia. Os discursos e canções de louvor dos griots ocorrem durante as festas que pontuam a vida social: o batismo, o casamento, o funeral do sétimo dia, do quadragésimo dia e depois de um ano, festas muçulmanas como a conclusão dos estudos corânicos, o retorno da peregrinação à Meca, o fim do Ramadã, a festa do sacrifício. Os dados que servirão de base para a análise são retirados de Niane (1960), Ousmane (2004) e Voinchet (2003).

Kikia Matcho: a formação da identidade guineense através da memória

Rosa Alda Souza de Oliveira (UnB)

Na Guiné-Bissau, o processo de formação do sentimento nacional está atrelado à formação literária, visto que essa teve um papel importante na luta pela independência e na projeção da nação. Relacionar essa literatura à liberdade e ao sentimento de nacionalismo é confrontar-se com a questão da identidade, um assunto complexo, mas que se torna comum diante do dilaceramento cultural e histórico vivenciado pelos países africanos egressos do colonialismo. Posto dessa forma, a identidade adquire um aspecto projetivo, como afirma Hall (2003), de algo que está por fazer. Isso se dá uma vez que há duas forças presentes quando o assunto é identidade: a do passado partilhado (a história coletiva de um grupo) e a do futuro, no jogo de autoridade que se estabelece na colisão com o outro. Dessa forma, busca-se criar um “sentido sobre a nação”, com “memórias que conectam seu presente com seu passado e imagens que dela são construídas” (HALL, 2003, p. 51). Diante disso, a memória torna-se um elemento essencial no processo de formação identitária, tanto individual como coletiva, pois, apesar de ser um fenômeno individual, a memória também está relacionada à vida em sociedade. Benedict Anderson (2008), afirma que a essência de uma nação consiste nas lembranças e também no esquecimento de coisas comuns pelos indivíduos, visto que o esquecimento e a memória são elementos fundamentais na construção de uma nação e de sua cultura. Nesse sentido, este trabalho propõe-se a analisar, a partir da obra *Kikia Matcho*, de Filinto de Barros, a relevância da memória na construção da identidade guineense.

Escrevivências: literatura afro-feminina e resistência

Tássia do Nascimento (UFRJ)

Em nosso imaginário nacional transbordam representações que associam a identidade da mulher negra a um conjunto de significados construídos a partir da noção dessa enquanto corpo-objeto, desprovido da capacidade de produzir história e cultura. Em contrapartida, podemos mencionar a existência de uma cotidianidade silenciada pelas referências oficiais em que sobejam significados constituídos pela ordem da vivência e reiterados de acordo com as demandas de um grupo duplamente subjugado por uma sociedade etno e falocêntrica. As memórias subterrâneas das mulheres negras passam de um espaço não-dito ao espaço das contestações e reivindicações e este trabalho pretende observar os significados dessas memórias

materializados no corpus da literatura afro-feminina. Para compreender a especificidade do processo de produção das mulheres negras, utilizamos o conceito de “escreviver” cunhado pela escritora negra Conceição Evaristo. De acordo com ela, escreviver refere-se o ato de representar algo por meio de signos gráficos, relacionando esse exercício à própria existência. A descrição estabelecida pela escritora remete-nos a uma atmosfera que toca concomitantemente as noções de memória, ficção e imaginário cultural. A mulher negra, enquanto sujeito de sua escritura, através de seu contra-discurso, inverte valores e estigmas construídos acerca de sua imagem e corrobora o processo de reconfiguração e afirmação de sua identidade calcada em um histórico de resistência e fruto de uma herança simbólica africana.

A literatura infantil negra na prática metodológico-pedagógica da educação infantil: construindo uma subjetividade afro-brasileira

Cleuma Maria Chaves de Almeida (UERJ)

A literatura – responsável pela materialização e divulgação da cultura letrada, construtora da subjetividade humana – mostra-se eficiente no que diz respeito à valorização da estética e da história do homem branco, mas também se tornando instrumento importante no processo de decolonização da subjetividade oprimida e cativa das crianças negras. A literatura infantil, que é socializada desde os primeiros anos na escola, dissemina a representação negativa da cor negra: quando não a deprecia, coloca-a numa posição marginal, de mera coadjuvante, contribuindo assim para estruturar um imaginário social em que o negro é sempre passivo e/ou inativo. Daí a necessidade de uma reflexão epistemológica para se construir e fortalecer a identidade afro-brasileira na escola, desconstruindo na subjetividade humana as representações negativas que solidificam o racismo. Desse modo, discutimos neste trabalho as potencialidades educativas da literatura afro-brasileira tanto para libertar subjetividades oprimidas como para construir modos de pensar, de sentir, de ser e de conhecer de acordo com a cultura, a intelectualidade e a estética afro-brasileira. A literatura infantil por muito tempo e ainda nos dias atuais, de modo sutil ou não, manejou e manipulou a subjetividade infantil no sentido de adaptar as crianças negras ao papel de subalternos tanto na esfera do trabalho como da estética. Desse modo, este trabalho é parte da dissertação de doutorado de tema “A literatura infantil negra na prática metodológico-pedagógica da educação infantil: construindo uma subjetividade afro-brasileira”, que se encontra em construção. Os resultados apresentados aqui são parte da revisão bibliográfica de autores como Gomez Moreno, Walter Mignolo, Mailsa Passos, Fanon, Bakhtin, Larrosa e Benjamin. Acredito que a discussão proposta pelo trabalho seja importante, pois a literatura é espaço de significações, aberto às emoções e à imaginação, além de construir uma sensibilidade e uma estética através de suas narrativas. Literatura é arte e reflete o mundo em que viemos, e por estar ligada à expressão dos sentimentos, ela desencadeia uma experiência emocional, daí sua importância educativa no processo de decolonização estética e conceitual.

ST22 - EXPERIÊNCIAS EM TORNO DO GÊNERO, RAÇA E SEXUALIDADES: DIÁLOGOS ENTRE AS CIÊNCIAS SOCIAIS E A DECOLONIALIDADE

Coordenação:

Gleides Simone de Figueiredo Formiga (SEDF)

Paula Balduino de Melo (SEDF)

Sistemas de poder como o racismo, o patriarcalismo, o capitalismo e a heteronormatividade estão historicamente conectados, estruturando e fundamentando modelos de relações políticas sociais e intersubjetivas nas sociedades ocidentais. Nesses modelos, os lugares determinados para mulheres negras, pobres e lésbicas são lugares de desvantagem estrutural, que ganham forma nas relações cotidianas, na trajetória dos afetos e na construção de subjetividades. Na América Latina, tais sistemas de poder tem uma historicidade intrinsecamente relacionada à colonialidade. Assim, para compreender as especificidades que estruturam relações e subjetividades nessas sociedades é imprescindível entender os princípios que estruturam o poder e a trajetória colonial latino-americana. A colonialidade embasa também a construção do saber, assinalando para a universalização do saber ocidental e eurocêntrico, fundamentando epistemologias sistematizadas em instituições politicamente legitimadas para construir e difundir narrativas e dinâmicas epistemológicas. Nesta Seção Temática (ST), abordaremos as intersecções entre raça\etnia, classe, gênero e sexualidade na formação dos afetos e das subjetividades. Serão bem-vindas também discussões que envolvam a relação entre essas categorias e a construção/legitimação do saber nas Ciências Sociais. Convidamos trabalhos cuja metodologia tenha referência na etnografia, na construção de narrativas baseadas em memórias, afetos, histórias de vida e /ou trabalhos que abordem o diálogo das Ciências Sociais com a Decolonialidade e proponham alternativas para fomentar uma ciência social que dê conta dessa articulação *sui generis*.

Limites e possibilidades para emancipação das mulheres negras

Isis Taináh Monteiro dos Santos (UnB)

O presente estudo analisou o impacto do Programa de Transferência de Renda – PBF, na qualidade de vida das mulheres negras. Conforme dados da publicação *Retrato das desigualdades de gênero e raça*, do Instituto Pesquisa Econômica Aplicada – IPEA, no ano de 2011, 70% dos domicílios que recebiam Bolsa Família eram chefiados por negras/os. Nesse sentido, o perfil sociorracial dos beneficiários dessa política de assistência social evidencia os aspectos de gênero e raça, o que exige do Estado o desenvolvimento de mecanismos nas políticas sociais que vislumbrem/visem à equidade de gênero e raça (IPEA, 2011). Para Glauca Russo, Mirla Cisne e Tatiana Brettas (2008), a sociedade patriarcal atribui às mulheres um papel de cuidar, acolher, doar-se e abdicar-se para o lar e aos filhos. Nesse sentido, essa responsabilização da mulher forja um terreno favorável para camuflar as reais contradições do capital e do trabalho atribuindo à responsabilidade feminina a reprodução social. O BF representa para muitas dessas mulheres a principal fonte de renda. Isso tem impacto direto na autonomia e empoderamento delas, que antes dependiam exclusivamente do marido. Isso, em si, já é uma grande conquista do ponto de vista de uma análise de gênero em contextos sociais. Por outro lado, o público dessa política também soma vulnerabilidades de raça. Vale ressaltar que a justificativa para a expressiva porcentagem de negros inseridos nos Programas Sociais de enfrentamento à pobreza é subsidiada à herança escravocrata que é reafirmada por Theotônio Santos (1986) ao dizer que a história oficial do Brasil destinou aos negros um espaço que começa e termina na escravidão; com a abolição da escravatura os negros não tiveram acesso às riquezas socialmente produzidas por eles. Esses são os motivos pelos quais este trabalho foi conduzido por um recorte de gênero e raça. Motivos reforçados pelo suporte teórico de Bandeira e Campos (2013) que justifica a necessidade de políticas públicas com recorte específico que atuem na contramão do passado em que eram configuradas e aplicadas apenas para atender aos interesses da elite política composta por homens brancos e heteronormativos, com alto poder aquisitivo e intelectual. Configurada sob esse aspecto, provocava um silenciamento às vozes que não integravam a classe hegemônica. Excluindo, portanto, além de outros grupos, as mulheres do espaço de discussão e de tomada de decisão, logo elas não eram contempladas com essas políticas.

O trabalho infanto-juvenil doméstico e a interseccionalidade entre gênero, raça e classe na Amazônia Paraense

Lana Claudia Macedo da Silva (UEPA)

João Luiz da Silva Lopes (UFPA)

O trabalho infanto-juvenil no Brasil ainda se constitui num grave problema, por expor crianças e jovens a um tipo de atividade que muitas vezes não está ao alcance de suas possibilidades físicas e mentais, dificultando a aquisição de capital humano, via escolarização. No Estado do Pará, comumente as meninas saem do interior do estado em direção à capital, com a aquiescência dos pais,

para trabalhar em “casas de família” em troca de benefícios como: moradia, vestimenta, alimentação e com a promessa de estudar para construir “uma vida melhor” para si e sua família, que ficou no interior. A proposta deste estudo está pautada na história de vida de duas mulheres responsáveis pela família residentes na Região Metropolitana de Belém (RMB). Ambas se autodenominam pardas, setuagenárias, de baixa escolaridade, sem qualificação profissional, oriundas do interior do Estado do Pará para trabalhar em casas de terceiros. A história de ambas revela a interseccionalidade entre os marcadores gênero, raça e classe na Amazônia paraense. Importante frisar que, embora o presente estudo estabeleça um recorte da história de vida de duas mulheres, contudo, é possível verificarmos que os caminhos percorridos por essas mulheres podem ser, em certa medida, generalizados a muitas outras em situação similar, conforme revelou pesquisa realizada pelo CEDECA/EMAÚS, no início do século XXI. Considera-se que a inserção precoce no trabalho doméstico é consequência de um processo maior de desigualdade de gênero, raça/etnia e classe, sendo emergencial a compreensão dessa prática enquanto violação aos direitos humanos de crianças e adolescentes. No caso da Amazônia em especial, essa modalidade de trabalho assume contornos distintos da empregada doméstica, uma vez que não há salário, e ainda existe uma relação de compadrio social estabelecida entre a “cria” e a “madrasta”, ratificando a invisibilidade dessa prática. E, ainda que nem todas as crianças e adolescentes trabalhadoras domésticas sofram abuso ou exploração, as que trabalham nessa condição estão mais vulneráveis ao tráfico, ao trabalho forçado e às formas mais aviltantes de trabalho infantil, como é o caso da “cria de família”. Por isso, é importante a visibilidade e (des)naturalização do trabalho doméstico infanto-juvenil, desmistificando a cultura de que o trabalho infantil favorece oportunidades sociais.

“Somos todxs transeuntes”: corpo, gênero e poder em uma perspectiva transcultural e pós-colonial.”

Marina Pereira de Almeida Mello (UNILAB - Campus CE)

O objetivo de nossa comunicação é discutir aspectos preliminares de uma reflexão que estamos desenvolvendo no âmbito das intimidades e dos tabus, associados às sexualidades e subjetividades em trânsito. Nos referimos, sobretudo, aos perigos que o imaginário da branquitude associa ao corpo negro, com ênfase nas expectativas da conformação dos sentidos e significados atribuídos às masculinidades e feminilidades. Tendo como referência mulheres negras, que nesse caso estão representadas majoritariamente por um número expressivo de alunas da UNILAB (Universidade Internacional da Integração da Lusofonia Afro-Brasileira), oriundas do continente africano, mais especificamente dos países de língua oficial portuguesa (PALOP), em sua maioria jovens e que migram ao Brasil por um tempo determinado pela duração de sua formação junto à UNILAB. Nossas indagações preliminares, pautam-se sobretudo, na imediata percepção de incômodos associados ao estranhamento dessas jovens mulheres, ao se perceberem alvo de estigmatização em suas interações com mulheres brasileiras e homens brasileiros bem como com os rapazes do continente africano. Os comportamentos relatados ocorrem tanto na região do maciço de Baturité, região onde estão instalados os

campi da UNILAB, bem como na região metropolitana de Fortaleza, em que parte dessas mulheres transita, de forma ocasional, posto que apenas algumas delas ali residem. Relataremos parte de nossos anseios nessa busca por desvendar os trâmites, trânsitos e tramas desses múltiplos deslocamentos. Nesse sentido, enfatizando a perspectiva transcultural e diaspórica que tais deslocamentos evocam, temos buscado romper com as referências epistemológicas que operam por meio de discursos estruturados em dicotomias e no fetiche das origens e essências. Nossas referências teórico-metodológicas pautam-se, sobretudo, em autoras e autores que nos têm permitido questionar tais fronteiras, além de apontar para a centralidade do corpo para os estudos sobre cultura e, no que nos diz respeito, o corpo feminino e racializado. Daí nosso destaque a Franz Fanon, Gayatri Chakravorty Spivak, Gloria Anzaldúa, Maria Lugones e Homi Bhabha, dentre outras e outros.

O Serviço Social e o debate das relações raciais

Gabriela Pereira Barbosa

O racismo é estrutural na nossa sociedade e, assim sendo, está impregnado nas relações sociais nesta sociedade, e se reverbera na desigualdade racial e social imposta a milhares de negros e negras brasileiros. No entanto, há no Brasil uma naturalização dessa desigualdade racial, que joga nas costas desses indivíduos a culpa pela realidade perversa que experimentam, as relações de desigualdade se expressam no cotidiano em que o elemento racial é constantemente diluído. Remetendo ao nosso passado histórico e trazendo-o para o presente, entendemos que as relações raciais, sociais, econômicas e culturais construídas aqui, marcaram profundamente esta sociedade, estabelecendo o que hoje é a nação brasileira. É preciso lembrar que o Brasil foi um dos últimos países a abolir a escravidão e até os dias de hoje os negros carregam o estigma do racismo e suas expressões multifacetadas. O racismo já é algo dado em nossa sociedade e por mais que as pessoas insistem em dizer que não são racistas, contraditoriamente concordam existir o preconceito contra negros. Acontece que no Brasil há um racismo velado e a todo tempo a sociedade tenta se esquivar dessa realidade, ao passo que se desresponsabilizam de sua prática racista. Entendemos que o enfrentamento ao racismo, e suas múltiplas expressões, articulados com as opressões de classe, etnia, gênero, sexualidade, é de suma importância, sendo necessário envolver toda a sociedade, o Estado, a Universidade, os movimentos sociais, em ações contínuas e articuladas no enfrentamento ao racismo. Este projeto se justifica devido ao entendimento da importância do debate das relações raciais dentro do serviço social, quando levamos em conta que as relações raciais que foram estabelecidas ao longo da história do Brasil, principalmente aquelas estabelecidas pós-abolição da escravatura, refletem-se até os dias de hoje nas condições de vida do povo brasileiro, relações sociais desiguais vividas entre negros e brancos são marcas da sociedade capitalista-racista. Cada vez se torna mais necessário voltarmos nosso olhar para esse debate, no sentido de pensarmos o enfrentamento as desigualdades raciais, a opressão, ao preconceito/discriminação. O Serviço Social, entendendo a dinâmica do capital, ou seja, que esta sociedade capitalista de produção e reprodução das relações sociais, também reproduz relações raciais desiguais que determina a vida da classe trabalhadora, que o capital reproduz também o racismo e as desigualdades raciais.

Profissionais do sexo: entre as curvas, a cor e o desejo: uma roda de conversa

Kelly Cristina do Nascimento (Faculdade Maurício de Nassau)

Jorge Luis de Souza Riscado (UFAL)

Segundo as profissionais do sexo, a sua rotina laboral começa com a escolha de seus clientes levando em conta suas curvas, a cor, os desejos, os fetiches e o “fogo” que cada uma oferece a eles. De acordo com a descrição sumária do Ministério do Trabalho sobre a atividade laboral das profissionais do sexo, CBO (Código Brasileiro de Ocupação) n. 5.198/05, P.S. buscam programas sexuais; atendem e acompanham clientes; participam em ações educativas no campo da sexualidade. As atividades são exercidas seguindo normas e procedimentos que minimizam a vulnerabilidades da profissão. O objetivo deste artigo foi promover uma reflexão e discussão das representações sobre cor, corpo e sexualidade de prostitutas, por seus clientes. A metodologia utilizada foi à ativa, na qual a roda de conversa se deu com dinâmicas de problematização e situação vivenciada pela mulher negra PS no ambiente laboral, utilizando recortes com letras de músicas, disponibilizamos diversos recortes com letras de músicas com a palavra mulata, entre elas: *“Ai, mulata assanhada, Que, passa com graça, Fazendo pirraça, Fingindo inocente, Tirando o sossego da gente”* de autoria de Ataulfo Alves. Após a reflexão com as PS em cima de algumas letras de músicas, algumas falaram que os clientes gostam mais das morenas e das mulatas, que precisam sempre estar “bronzeadas” para manter os clientes fiéis. Outra PS relata que tem um cliente que sempre a chama de “crioula safada e gostosa”, a mesma diz se sentir bem, vê como um elogio, pois o mesmo a paga bem. Outras se sentem incomodadas, mas *“aguentam”* por necessidade financeira. Conclusão, ao final da roda de conversa, disponibilizamos folhetos sobre a Lei n. 7.716, do Racismo, a Lei Maria da Penha, estabelecemos com as PS contatos de prevenção a violência, endereços e telefones dos CAPS para os casos de sofrimento mental, repasse e estímulo de não ter medo de denunciar qualquer forma de violência ou racismo.

ST23 - FEMINISMOS, NEGRITUDES, CORPORALIDADES E DESCOLONIZAÇÃO DO CONHECIMENTO

Coordenação:

Francy Eide Nunes Leal (PPGAS -UFG)

Elismênnia Aparecida Oliveira (PPGS-UFG)

Pensando na primavera feminista, encabeçada por jovens negras por todo o Brasil, e no protagonismo de mulheres em suas lutas e vivências, enfrentando o racismo sexista e os processos de silenciamento, pretendemos criar nesta Seção Temática (ST) um espaço de escuta e diálogo. Somos jovens periféricas, também na universidade entre outros espaços, pensando produção de conhecimento descolonizada. Adotamos uma trajetória teórico-metodológica de vertentes feministas da América Latina, Afro-caribenha, dos estudos subalternos, descolonial, de autorias quilombolas e indígenas e a partir delas realizaremos apontamentos. Esperamos, portanto, compartilhar e aprender com quem estiver disposta e disposto ao tema, desde suas vivências até suas pesquisas, escritas e demais produções. Partimos da 'produção de conhecimento' como organizadora de mundos referente à saúde, educação, políticas públicas, corporalidades, militâncias, direitos humanos, economias, trabalho e magias. Portanto, nesta ST aguardamos propostas que abarquem de forma interdisciplinar e interseccional esses saberes a partir da desconstrução de hierarquias sociais e da quebra do poder e do ser. Desta forma, entram nessa perspectiva trabalhos sobre/de/com movimentos sociais, bem como a produção de conhecimento de raizeiras, parteiras, quilombolas, indígenas, lesbianas, mulheres trans e jovens que descolonizam saberes em suas lutas diárias e institucionais.

Pés, cadeiras e leituras de mulata – A cadência do corpo no Samba e na memória de Mulheres Negras de Araraquara/SP.

Neila Dória de Andrade Silva (UNICAMP)

O presente estudo almeja estabelecer discussões sobre a memória das gerações de mulheres negras brasileiras, com o objetivo de questionar estereótipos hipersexualizados e negativos, social e historicamente atribuídos a elas, e muitas vezes impulsionados pela linguagem midiática. Assim, propõe-se a observação do cotidiano contemporâneo dessas mulheres e suas estratégias de resistência cultural através da dança do Samba em uma das nascentes de tal ritmo no Brasil, a cidade de Araraquara – São Paulo/SP. A investigação parte do aprendizado em meio à tradição e à memória, analisando os distintos registros da transmissão familiar entre diferentes gerações. Pincelando desde o samba rural no contexto escravista, perpassando pelos anos 1990 e a efervescência do samba de grupo, chegando aos dias atuais. Tendo assim um olhar na pesquisa de campo para os diálogos entre a vivência cotidiana do movimento corporal e a experiência coletiva compartilhada, juntamente ao arsenal teórico das obras de pesquisadoras negras, dentre elas Ângela Davis e Beatriz Nascimento. Identificar e analisar as diferentes manifestações corporais, bem como o solicitar de espaços ainda não ocupados, são verbos que estão se tornando constituintes da formação da identidade da mulher negra no Brasil. Partindo das vivências que são somatizadas no corpo negro feminino, denota-se a perpetuação do movimento como maneira de habitar o mundo. Os pés enraizados na expressividade do inconsciente coletivo que constitui esse dançar, esse remexer dos quadris comumente denominados “cadeiras”, essas diferentes formas de se sambar, de se relacionar com o próprio corpo no ritmo cadente do Samba. Os trabalhos de pesquisa sobre tal tema têm sido feitos, mas ainda são poucos os registros sendo delineados através da voz das mulheres negras. Então, retomá-los por meio da valorização à memória é fundamental para romper com a lógica de invisibilidade social. Nesse sentido, o presente trabalho almeja discutir novos olhares sobre a concepção corpórea das mulheres negras, expondo os processos de apreensão e expressão cênica, por meio das esferas de encontros simbólicos na região do oeste paulista.

Corporalidade e o pensamento descolonial: Uma análise da instalação artística Corpo-Templo e do filme Kbelá

Beatriz Santos Vieira

Margaret Young (UFRB)

Na instalação artística titulado “Corpo Templo”, apresentada por Heloisa França em junho de 2016 na Universidade Federal do Recôncavo da Bahia em Cachoeira-BA, a artista visual evoca as conexões entre ritual, religiosidade cotidiano e o corpo da mulher negra. Nessa evocação poética, França utiliza fragmentos biográficos, inclusive a própria convivência dela no Candomblé. Já no filme “Kbelá” (2015), a cineasta Yasmin Thainá nos apresenta fragmentos de um corpo negro feminino e seu percurso no torna-se mulher negra. O curta-metragem reflete sobre o lugar da mulher negra na sociedade contemporânea, os atuais padrões de beleza,

autoimagem, sua expressão e identidade. Trata-se de uma obra de arte que desconstrói um padrão colonialista sob o qual sofrem tantas mulheres negras. Através de uma análise estética das duas obras, este artigo propõe analisar os trabalhos de França e Thainá utilizando o paradigma de corporalidade como desenvolvido por Thomas Csordas e os conceitos de pensamento descolonial do corpo apresentado por Oyeronke Oyewumi. Proponhamos que a obra de ambas artistas dialogam com o discurso desses autores em retratar uma lógica do corpo que rompe com dicotomias ocidentais que separa a alma e o corpo, o sagrado e o terrestre, e a tradição da modernidade.

Mulher Negra e organicidades: experiências de Coletivos de mulheres negras na cidade do Rio de Janeiro

Simone Braz (CEFET/RJ)

Elisângela de Jesus Santos (CEFET/RJ)

O lugar da mulher negra no Brasil através da ótica dominante nos ambientes de trabalho é determinado e sustentado por desigualdades como sinônimos de diferenças. Em termos proporcionais, nós, mulheres negras, ainda ocupamos postos de trabalho informais, mal remunerados e de menor prestígio social. Pensando nessas disparidades sustentadas não só por questões sociais, como baixa escolaridade, mas também pelo racismo à brasileira, adotamos a perspectiva de gênero e raça, no presente trabalho, cujo objetivo é abordar o feminismo negro contemporâneo no Brasil, numa perspectiva interseccional a partir de dois movimentos sociais: o movimento negro e o movimento de mulheres. A importância dessa abordagem está no fato de que o feminismo negro contemporâneo tem sido importante palco da luta antirracista organizada em torno de políticas de ações afirmativas voltadas para o mercado de trabalho. Diante de diversas pautas como equidade de gênero, raça e classe, tais movimentos se consolidam a partir de Coletivos de mulheres negras, associações, organizações não governamentais e instituições organizadas e lideradas por mulheres negras, possibilitando que esse importante segmento da população brasileira obtenha inserção relevante no mercado de trabalho; inserção essa que resulta da integração dos vieses social e econômico. A análise se dará a partir de pesquisas de feministas negras como Sueli Carneiro, Jurema Werneck, Nubia Moreira e Lélia Gonzalez somadas a atuação de coletivos de mulheres negras na cidade do Rio de Janeiro que lutam por essa inserção. Tal abordagem teórica contempla ainda a consulta a publicações de instituições como IBGE, IPEA, DIEESE, além de projetos, políticas e programas governamentais voltados para esse segmento no Rio de Janeiro.

Identidade afro-brasileira: os cabelos são crespos sim!

Gisele Cristina (UFMG)

Michele Lopes da Silva Alves (UFMG)

Este trabalho acadêmico trata da questão da identidade capilar afro-brasileira. A metodologia foi a investigação, na qual se buscou trabalhar com a Lei n. 10.639/03,

textos em prosa e em verso, vídeos e depoimentos que trazem como tema os cabelos crespos, no contexto escolar. O objetivo foi fomentar a discussão dos estudantes da Educação de Jovens e Adultos (EJA), em relação à história, importância e significado dos cabelos, no tocante a construção da identidade, principalmente da identidade negra. Uma vez que pouco se fala sobre a sua representação, assim como, o que cada estilo deseja expressar para a sociedade: como o indivíduo se vê, e como ele é visto por ela a partir da opção do estilo de cabelo adotado. O corpo humano constitui uma maneira de expressar a trajetória de vida de cada um, culminando em sua história através de suas escolhas, podendo ser diagnosticadas através das vestes, do modo de andar, de falar, assim como, pelo estilo do cabelo constituindo, dessa forma, uma maneira de expressar suas opções culturais, sociais e políticas. Nesse sentido, a proposta de trabalho trouxe, para a sala de aula, um tema instigante, que mexeu bastante com a identidade dos estudantes e isso fez com que ele participasse das atividades desenvolvidas. De acordo com os resultados obtidos, foi possível constatar a relevância dessa proposta pedagógica, uma vez que se percebeu, conforme a participação dos alunos, a crítica em relação aos assuntos discutidos. Diagnosticou-se que várias pessoas sofreram discriminação na escola por conta da sua aparência e sua opção referente ao estilo de cabelo, deixando de certa forma cicatrizes em seu interior mediante as citações negativas reveladas. Mas, notou-se também que muitos alunos são donos de sua história, da sua identidade, principalmente aquelas caracterizadas pela valorização dos cabelos e do corpo.

Laboratório Raízes do Movimento. Uma Vivência Corporal nas Danças Negras

Fernanda Cristina Machado Dias (Laboratório Raízes do Movimento)

O Laboratório Raízes do Movimento tem objetivo de proporcionar uma experiência corporal, tendo como base as danças negras Africanas, do Senegal e afro-brasileiras, como ferramenta de resistência no combate ao racismo e levantar a questão da representação e desumanização no corpo feminino negro na sociedade brasileira. Essa iniciativa começou a ganhar forma em 2010, quando passei a frequentar aulas de dança afro-brasileira, com mestre Charles Nelson, ex-aluno da bailarina Mercedes Baptista e venho desenvolvendo-o desde então. Em seu percurso, o Raízes do Movimento, já atingiu mais de 3.000 pessoas. Algumas edições que merecem destaque são: em 2012, com o grupo de teatro Fórum COR DO BRASIL RJ; em 2013 com Os Ciclomáticos Cia de Teatro RJ; em 2014, durante o Encontro de Teatro do Oprimido Croácia, Grupo de teatro Passo a passo na França; em 2015, Cia Raíz da Dança RJ, Coletivo Madalenas Anastácias RJ; e em 2016, no Encontro Latino-americano de teatro do Oprimido, Nicarágua, Grupo de teatro universitário UNIRIO RJ, Evento Territórios Contemporâneos RJ, para citar alguns. Fruto de uma pesquisa que pretende aliar o estudo de textos de temática negra, a criação de encenações coreográficas tendo como base a estética das danças de matrizes africanas, o Laboratório tem a proposta de levar de forma artística, para o público, principalmente para aqueles em processo de formação a reflexão de que, como ausência de referências positivas, que valorizem a identidade e a cultura afro-brasileira, podem afetar a autoestima de homens e mulheres, negros e negras e colocá-los em estado de inércia, frustrando assim potenciais ideológicos, artísticos e

de cidadania da população afrodescendente. O laboratório propõem um caminho de pesquisa no qual o participante poderá identificar como a energia e potência desses movimentos históricos e contemporâneos podem auxiliar e influenciar na construção do corpo cênico e seus movimentos. São muitas as armadilhas que mutilam, fragmentam e descredibilizam a herança negra africana. Podemos entender que a estética e as artes, são campos de batalha estratégicos, que podem tanto ocultar quanto podem trazer à tona elementos escamoteados e ocultados pela sociedade brasileira.

O feminismo pós-colonial de Glória Anzaldúa: a escrita como um ato de liberdade

Adriane Raquel Santana de Lima (UFPA)

Trata-se de um artigo situado no campo da epistemologia feminista, com destaque para as ideias da feminista chicana Glória Anzaldúa. O artigo reflete, inicialmente, sobre a escrita como um ato de liberdade das mulheres, considerando que a negação do seu existir, historicamente, esteve associado com o impedimento do seu pensar. Defende-se no texto a ideia de que a situação de exclusão das mulheres não é idêntica entre elas, uma vez que entre os países colonizados o componente étnico-racial serviu como um instrumento a mais para reforçar a subalternização das mulheres colonizadas, produzindo-se, assim, identidades mestiças pouco visibilizadas pelas teorias feministas hegemônicas. De acordo como Anzaldúa, o trabalho da mestiça é o de romper com a dualidade que torna a mulher prisioneira de valores e padrões que não correspondem às necessidades de alguém que vive na fronteira. Havendo a transcendência dessa dualidade, produzem-se outros fundamentos para a vida, a cultura, a língua e o pensamento; supera-se o pensamento meramente individual e no seu lugar surge o pensamento coletivo. Defende-se a importância de se distinguir as versões históricas que são impostas sobre as mulheres, o olhar negativo e de subtração sobre a raça negra e as mulheres, superar a ignorância que divide as pessoas e cria preconceitos. É nesse sentido que a ruptura vivida pela mulher mestiça, em todas as suas tradições culturais e/ou religiosas, tem o sentido de reinterpretação da história, criação de novos símbolos, adotando novas perspectivas diante das dualidades, como as derivadas da cor da pele, do gênero, da classe e da sexualidade.

Entre práticas e teorias descolonizadoras: um esforço para pensar a descolonização desde/com o feminismo negro

Sian Carlos Alegre (UFFS)

O presente trabalho tem como proposta pensar possíveis limitações da opção descolonial a partir de um diálogo com a socióloga boliviana de descendência aymara, que se autoafirma como mestiça indígena, Silvia Rivera Cusicanqui, junto com feministas negras, como bell hooks, Ochy Curiel e Lélia Gonzales. Partindo da afirmação e vivência de Cusicanqui, em que não é possível uma teoria e discurso da descolonização sem uma prática descolonizadora, busco sinalizar para possíveis relações que podem vir a ser estabelecidas entre o papel dos/as intelectuais

na dominação e na reprodução das estruturas coloniais de opressão, sobretudo, no que diz respeito à neutralização e esterilização de pensamentos e práticas descolonizadoras a partir da invisibilidade para com as mulheres negras e suas experiências vividas. Nesse sentido, onde estão e qual o lugar das mulheres negras na opção descolonial? Quantas mulheres negras estão constituindo seu atual projeto político-epistemológico? Até que ponto os discursos e teorias em volta da descolonialidade permitem/possibilitam o diálogo/acesso com/ao/desde o feminismo negro? Como se pergunta Rivera, temos pensado e problematizado, desde aqui e agora, o presente colonizado e sua superação? O que é a descolonização? Pode ser concebida tão somente como um pensamento ou um discurso? Para a autora boliviana, o termo colonialidade não conseguiria dar conta da realidade colonial, pois remete a um estado, no qual não há sujeito. Assim, ela defende o uso do termo colonialismo interno, o que implica uma condição, algo que é internalizado. Com essa proposta, Silvia Rivera rompe com a separação entre teoria e prática, na medida em que a superação da condição colonial, a descolonização, não se dá apenas no discurso e na teoria. Assim, de acordo com sua proposta, construir nossa própria ciência remete inevitavelmente a um diálogo entre nós mesmos/as, que priorize nossas experiências vividas, como a das mulheres negras e indígenas, antes de uma ontologia eurocêntrica deslocada de um olhar interseccional. Neste trabalho, portanto, será realizado o esforço de pensar a relação entre teorias descoloniais e práticas descolonizadoras desde/com o feminismo negro, destacando a experiência vivida das mulheres negras. Assim, antes de uma condenação da opção descolonial, o que se pretende é pensa-la desde seus limites e, na medida do possível, contribuir com elementos para uma descolonização que não nos recolonize.

ST24 - SABER E SER “LACRANTE”: POR UMA VISIBILIDADE DE NEGRAS E NEGROS LGBT - LÉSBICAS, GAYS, BISSEXUAIS, TRAVESTIS E TRANSEXUAIS!

Coordenação:

Ana Cristina Conceição Santos (UFAL)

Daniel de Jesus dos Santos Costa (UnB)

Esta Seção Temática (ST) visa acolher as pesquisas com foco na população negra LGBT – Lésbica, Gay, Bissexual, Travesti e Transexual, nos diferentes campos de conhecimento. Os marcadores interseccionados de raça/cor, gênero e sexualidades permitem a construção de novas “identidades políticas” que dialogam entre os movimentos sociais e/ou com o Estado Brasileiro para reivindicar o enfrentamento ao racismo, sexismo e LGBTfobia. Para isso, pensam-se nas análises de experiências que vão das subjetividades, da afro-homoafetividade, das resistências cotidianas, da vulnerabilidade e do empoderamento. Propomos algumas questões para a ST: Como podemos compreender essas identidades envolvidas em diferentes sociedades, culturas, grupos e movimentos? Como ser negra(o) interfere nas relações de gênero e sexualidades nas sociedades? Quais são as percepções do racismo e LGBTfobia interseccionados? Quais são as estratégias tidas pelos movimentos negro e LGBT para dialogar suas demandas com o Estado Brasileiro? Quais são as práticas sociais das organizações negras LGBT para pensar o reordenamento das bases culturais e históricos das relações com o Estado e com outros movimentos? No entanto, a ST está aberta a qualquer manifestação e perguntas norteadoras, desde que tenha relação com o tema abordado permitindo o lacre, o que para o cantor Liniker é quando as pessoas se permitem a serem “lacradoras, maravilhosas e empoderadas”. Por fim, a ST tem o intuito de fomentar a ampla discussão entre as(os) pesquisadoras(os) envolvidas(os) possibilitando uma dinâmica afroLGBT centrada que estabeleça inquietações para resistir às hierarquizações das desigualdades sociais dentro e fora da academia.

Militância, engajamento e pesquisa: notas de pesquisa em coletivos e grupos universitários.

Stephanie Lima (UNICAMP)

Este estudo propõe discutir as problematizações acerca da realização de trabalho de campo em coletivos e grupos universitários, especificamente os LGBTs e os negros. Versa-se, em especial, sobre a relação das escolhas metodológicas e a realização da pesquisa de campo nesses espaços que se colocam como de convivência, troca e, sobretudo, experiência. As questões que permeiam o diálogo proposto derivam de duas situações e espaços de pesquisa distintas: uma, nos espaços de grupos e coletivos LGBTs – especialmente nos Encontros Nacionais Universitários de Diversidade Sexual (ENUDES); e outra, na recente entrada de campo em grupos e coletivos negros universitários. A recente formação dos diferentes campos e a relação essencial dos mesmos com os marcadores de diferença e o “lugar de fala” trazem para o debate uma (co)formação do lugar da pesquisadora e da militante pelos seus próprios marcadores, principalmente gênero, raça, geração e orientação sexual. O objetivo desta apresentação, então, é refletir sobre as problematizações de pesquisar em espaços que também são de atuação política no conjunto de investigações antropológicas desses recentes espaços de organização e atuação política.

Ser negro e homossexual: Corpos duplamente desviantes

Vinícius Venancio de Sousa (UnB)

O Brasil alicerçou sua história recente e livre de colonialismo no mito da democracia racial, potencializado na voz de Gilberto Freyre, consagrado sociólogo brasileiro que consolidou a nível mundial essa teoria, colaborando com a perpetuação da desigualdade racial existente no Brasil. O mito consiste na crença de que o Brasil é um paraíso das etnias, onde não existe racismo, contrastando teoricamente com o cenário mundial, principalmente em relação países como Estados Unidos e África do Sul. Esse cenário abafador de situações racistas contribuiu com a marginalização de negros e demais pessoas não-brancas (GATES Jr., 2014; GUIMARÃES, 2001). Partindo desse norte, o presente estudo visa refletir sobre o silenciamento, hipersexualização e repulsa, focando em um grupo duplamente desviante: homens homossexuais negros. A pesquisa contará, ainda, com a análise do projeto fotográfico “Sexualidade e Ignorância”, em especial as Figuras 1 e 2, levando em consideração que as pessoas retratadas nelas fazem parte do grupo a ser estudado. Ainda, serão analisados alguns textos da Tumblr Bicha Nagô, que retrata exatamente o tema abordado. “Sexualidade e Ignorância” é um ensaio fotojornalístico realizado por Carolina Tiemi e Natalie Majolo, integrantes da Jornalismo Júnior, empresa júnior de comunicação do curso de Jornalismo da Escola de Comunicações e Artes da Universidade de São Paulo (ECA-USP).

“Você é um homem ou um rato?”: narrativas de como ser homem na educação

Tarciso Manfrenatti de Souza (UFRJ)

Neste escrito apresentarei algumas das ideias contidas em meu texto de qualificação de mestrado. Elas assomam-se às discussões propostas pelo projeto de pesquisa *Relações raciais nas escolas e Formação de professores*. Parto do princípio de que em diferentes espaços educativos (escola, família, espaços de lazer, espaços religiosos, mídia, trabalho, rua etc.) impera um modo de ser hegemônico: branco, macho, heterossexual e cristão, fundamentalmente. Ao longo desse processo de aprendizado, são (re)produzidas desigualdades e outras formas de discriminações, como, por exemplo, o racismo e a homofobia. Em contrapartida, a pesquisa pretende estudar os modos de ser que escapam do modelo hegemônico de sujeito, a fim de ver e dar a ver as pistas/marcas (subjetivas) que são deixadas (ou não) ao longo do caminho da escrita; principalmente as que mostram a intersecção entre raça, gênero e sexualidade. Enquanto atividade de campo, a pesquisa volta seus esforços para as práticas cotidianas a partir do trabalho com memórias, narrativas – depoimentos, escrita confessional, diários (íntimos, de classe, espirituais, de campo) e relatos (auto)biográficos. Sendo assim, o processo de escrita/pesquisa está em estreita relação com a vida do escritor/pesquisador. Com isso, o verbo pesquisar se atrela ao verbo existir/viver e, assim, o escritor/pesquisador vai produzindo sentidos para o que foi/é vivido.

A marginalidade jurídica da bicha preta

Joalisson Oliveira Araujo (UESC)

A comunidade LGBT não é homogênea. O que sob análise mais superficial parece uma afirmação óbvia, evidente – já que é formada por Lésbicas, Gays, Bissexuais e Transexuais – gera uma série de implicações, tanto dentro do movimento quanto à forma como a sociedade o vê. Devem ser levados em consideração os marcadores de diferença e, nesse caso, acontece a intersecção dos marcadores de etnia e sexualidade. Desse modo, visa-se focar a pessoa LGBT negra que se torna juridicamente secundarizada em dois aspectos: marginalizada com relação às políticas de combate ao preconceito racial, pois essas ações são negligenciadas, ao mesmo tempo que a mesma pessoa é invisibilizada com relação às demandas por punição das LGBTfobias, já que não existe legislação específica para se punir os crimes direcionados a essa parcela da sociedade. Para tanto, torna-se necessário apresentar um esboço histórico do tratamento legal que as questões raciais receberam desde a Abolição: a Lei n. 1.390/51, a Constituição Federal e as Leis n. 7.716/89 e 12.288/2010. Os espaços temporais entre a promulgação das legislações referidas apenas refletem a cidadania precária que enfrentam essas pessoas, com direitos concedidos à conta-gotas, sem levar em conta a vivência complexa da “bicha preta” em sua existência ameaçada quotidianamente por conta do genocídio da juventude negra – apontado pela Anistia Internacional, em que 77% dos jovens assassinados no Brasil são negros – e a LGBTfobia numa expressão fatal e cruel de assassinatos muito presentes na sociedade brasileira, embora se neguem esses dois aspectos sob a égide de um discurso de democracia racial e do país da inclusão. A necessidade

de atenção legal é gritante, embora um pedaço de papel do Legislativo não conceda cidadania nem tenha o condão de incluir essas pessoas num convívio social pacífico. Não obstante, vale a pena lutar por essa condição em razão do caráter pedagógico do Direito e do poder simbólico que se exerce a partir do momento em que o Estado reconhece as demandas e aponta tais condutas discriminatórias como indevidas e passíveis de punição.

O lacre e o (cor)po político de Liniker: Empoderamento e resistência negra

Jackson Douglas Leal Silva (UFG)

A presente proposta tem como foco refletir dialética e dialogicamente sobre comunicação, racismo, empoderamento a resistência negra a partir da figura do/a cantor/a Liniker. A ideia é fazer uma abordagem do (cor)po negro político de Liniker numa perspectiva de movimento político e de resistência negra. Assim como nossos antepassados lutaram contra a escravidão, na contemporaneidade surge a figura de Liniker que usa de seu corpo negro e de seu estilo como uma política de resistência, ocupação e empoderamento contra o sistema hegemônico e opressor que subalterniza xs negrxs. Antes de se ouvir a voz já se via umx *performance* – de cantor/a e de gênero. Não se caracterizando como homem ou como mulher, tal como elx expressa em entrevista ao canal da Folha de São Paulo no *Youtube*, comunica-se por meio do (re)conhecimento de sua identidade (BUTLER, 2000). Para Barbero (1997, p. 16), “a comunicação é pensada a partir das mediações sociais e culturais e, portanto, não só de conhecimento, mas em suma de (re)conhecimento”. Liniker é uma dessas construções fora do lugar comum da heteronomatidade e presente em todos eles. E sua forma de agir politicamente – no sentido de afirmação e ocupação – cria uma representatividade que reverbera nos mais distintos lugares e alcança aqueles indivíduos que também se sentem fora desse eixo, sentem-se excluídos. Numa outra entrevista que elx disponibilizou para o jornal El País da cidade de São Paulo, quando perguntadx sobre o que queria transmitir com aquele corpo político – afirmação que fez numa pergunta anterior – elx fala que: “Então, se você está aí, se sente reprimido e tem vontade de colocar seus demônios para fora, mostrar quem você realmente é, coloque-se. Esse é um dos meus maiores desejos como artista desta geração” (2015). Elx utiliza seu corpo como espaço de expressão e resistência e ainda a postura política delx gera nos pares um sentido de representatividade e isso importa sim, pois abrem-se novas oportunidades e novos espaços para xs negrxs se expressarem e militarem pelos seus ideais. Nesse sentido creio que, mais do que nunca, não podemos continuar omissos diante do racismo, da discriminação racial. Levando em consideração que os diversos tipos de racismos, assim como um camaleão, podem vir a se camuflar, necessitamos ter um olhar minucioso para essas questões, não permitindo mais esse mito da democratização racial que é pregada em nosso país e que, tantas vezes, é reafirmada nos diversos meios de comunicação.

O poder do lacre em performance negra trans de “Ball Culture” no filme Paris is Burning.

Daniel de Jesus dos Santos Costa (UnB)

Este artigo apresenta reflexões sobre o documentário *Paris is Burning* (1990), sob direção de Jennie Livingston. O filme inicia com a seguinte lembrança de um dos personagens: “Lembro do meu pai dizer: ‘Você tem três problemas nesse mundo. Todo negro tem dois. Eles são negros e são homens. Mas você é negro, homem e gay. Você vai sofrer muito’. Então, o mesmo disse: ‘Se você vai fazer isto, vai ter que ser mais forte do que pensa’”. *Paris is Burning* retrata o universo de lésbicas, gays, travestis, transexuais e *drags* negras, tais como: Pepper LaBeija, Brenda Xtravaganza, Willi Ninja, Octavia Saint Laurent entre outras, que fizeram performance de “Ball Culture” num dos espaços “underground” em Nova York, nos Estados Unidos. Utilizou-se para análise desse filme, os referenciais teóricos de *performance* (SCHECHNER, 2006), negritude (HALL, 2009) e sexualidades (BENEDETTI, 2005; BUTLER, 2010) com intuito de compreender as competições de “Ball Culture” como grandes desfiles performativos que se afirmaram pela resistência contracultura racista e LGBTfóbica naquele período. A mensagem é nítida nos desfiles de “Ball Culture”, que “pode se tornar qualquer coisa e fazer o que quiser. Sem ser questionado. Vim, vi e venci...”. Aplausos!

Universidade também é lugar de lacre: sambando na cara da heteronormatividade na UFAL/Campus do Sertão

Ana Cristina Conceição Santos (UFAL – Campus do Sertão)

O presente artigo discute a presença e visibilidade de sujeitos que já foram, e em alguns casos ainda são, marginalizados nas produções e discussões acadêmicas. No entanto, esses indivíduos estão presentes nas universidades, a exemplo da Universidade Federal de Alagoas – Campus do Sertão, local em que buscam romper com o que lhes é imposto pelo modelo hegemônico normatizado pela sociedade. Neste trabalho utilizaremos a categoria lacre como sinônimo de visibilizar e transgredir os modelos normativos, como a heterossexualidade. Portanto, nosso objetivo é compreender qual o olhar de duas estudantes de graduação em que uma se assume lésbica negra e a outra transexual feminina no espaço universitário a partir de suas trajetórias de vida e o revelar-se fora das normas sociais. A metodologia utilizada foi de natureza qualitativa e a técnica para a coleta de dados a entrevista semiestruturada. Consideramos também os estudos desenvolvidos no campo da interseccionalidade com recorte na identidade de gênero, sexual e racial, de modo a evidenciar que os marcadores identitários dessas mulheres as tornam mais vulneráveis e, ao mesmo tempo, as fortalecem para o enfrentamento das opressões vivenciadas.

As damas de paus: O discurso de si das vocalistas d'As Bahias e a Cozinha Mineira

Mayllon Lyggon de Sousa Oliveira (UFG)

Wéber Félix de Oliveira (UFG)

Tendo a sexualidade como um dispositivo construído histórico e socialmente com a função de regular e manter a sexualidade (FOUCAULT, 1988). A problematização localiza-se então nos processos sociais e subjetivos através do qual as vocalistas da banda as Bahias e a Cozinha Mineira, Assussena Assussena e Raquel Virgília, mulheres transgênero e negras, passam a ocupar (não) lugares de identidades e subjetividades *queers* (LOURO, 1999), assumindo posturas de resistência contra as normas generificadas instituídas socialmente, no qual esse *queer* seria a diferença que não quer ser assimilada ou tolerada, mas antes desfrutar da condição marginal (GAMSON, 2002). Nisso, as representações, ancoradas, construídas e constituídas através das relações de reconhecimento do eu e do outro (HALL, 1997) são rompidas e reestabelecidas, onde seria possível a criação de novos tipos de visibilidade e modificações das identidades e subjetividades através de produções simbólicas de sentido, no qual os atos de comunicação seriam uma manifestação de reafirmações de identidades, construção de representações e ocupação de espaços de resistência. Essas representações são processos complexos e ativos com interferência direta na sociedade, cujos elementos composicionais podem ser estudados, conforme sua matriz construtiva. Logo, os estudos de representação estão voltados para a matriz da qual parte a mensagem. Essas, por sua vez, estão pautadas na satisfação do ímpeto humano em se inteirar e modificar o mundo circunvizinho, cujo processo de criação pode estar baseado em uma crise do seu modelo antecessor.

A estreia de Aylla, afetos e desafetos na revelação de identidade trans numa sociedade racista e homofóbica

Leandson da Silva Corrêa (Esc. Estadual de Ensino Fundamental

Médio Vilhena Alves)

Para sua sociedade capitalista e burguesa eu sou um pouco do que não presta: PRETA, MACUMBEIRA, TRANS. Mas será que eles pensam que não vão para baixo do mesmo chão que eu, não vão apodrecer do mesmo jeito? Eu quero que se foda todo esse preconceito otário. Se você pensa como eu, mande um foda-se para toda essa burguesada que se disfarça e finge discutir uma política igualitária que no final, destila uma forma de sufocar os nossos pensamentos. Afinal, o PRETO é o LADRÃO, o MACUMBEIRO é do DIABO, o HOMO é o DOENTE, AS TRANS são ABERRAÇÕES. Então, eu mesma estou cansada de ser hostilizada por essa sociedade na qual somos obrigadas a viver. Abaixo toda essa hipocrisia social. Caos na nossa vida, é estar em pleno século 21 e ser tratada desse jeito por essa sociedade preconceituosa, racista e homofóbica. Eu quero que essa sociedade racista e hipócrita se foda! Abaixo a repressão religiosa, a discriminação sexual, racial e todo tipo de preconceito criado por mentes doente e insanas, enquanto eles se preocupam com o que somos, se me julgam hoje pelo que sou, lembrem-se que pimenta

nos olhos dos outros é refresco e se na minha família tem porque na sua não vai ter? Então lembre-se, não cuspa para o alto pois um dia pode cair na tua cara. Sou Aylla Welch, estudante do EJA na Escola Estadual de Ensino Fundamental e Médio Vilhena Alves, em Belém do Pará. Sou de comunidade tradicional de matriz africana, negra e transexual feminina. Os textos acima, são fragmentos de postagens minhas nas redes sociais. O que proponho, é um relato de experiência e reflexões sobre as reações mais diversas quando eu resolvi revelar para a sociedade, e para a comunidade a qual pertencço, a minha identidade transexual.

Sophia: Trava Carne e outros atravessamentos

Pedro Olaia (Instituto Nangetu)

Sou bicha, moro em Belém, próximo a foz do rio Amazonas, rio imenso e cobiçado por todxs, sou da floresta amazônica, que é fudida e lambuzada pelo gozo dos europeus que dominaram tudo isso aqui. Sou descendente de pretos que vieram escravizados e índios guerreiros que foram massacrados e que tem suas terras até hoje confiscadas pelo agronegócio e mineradoras. E, neste relato, vou falar de meu desconforto uó. Sophia é minha feminilidade e os anseios de me montar. Antes me montava somente para ir as boates e guetos LGBT's, hoje em dia, com o estudo e prática da *performance* como linguagem, as ações com Sophia vão para a discussão do corpo como resistência poética e política. Trava Carne foi uma ação performática que realizamos aqui em Belém do Pará uma vez na UFPA, na VII Conferência Brasileira de Mídia Cidadã (2011) e no Primeira Égua: Sarau do Corpo Poelítico. Nessa performance, oferecíamos pedaços de carne aos transeuntes, simbolizando os pedaços de carne dos corpos de nossas amigas que foram assassinadas em tantos casos de homofobia e transfobia. Este artigo propõe relatar essas experiências artísticas na rua e também descrever um pouco de meus incômodos enquanto bicha que já teve amigxs assassinados e também já sofreu ameaças homofóbicas e enfrenta diariamente os padrões normatizadores.

ST25 - SERNEGRA NA EDUCAÇÃO BÁSICA: DA IDENTIDADE DO/A PROFESSOR/A NEGRO/A ÀS IDENTIDADES RACIAIS E DE GÊNERO DOS/AS EDUCANDOS/AS

Coordenação:

Alessandra Pio (PPGE/UFRJ; GEPARREI/NeabCPII)

Fabiana Lima (UFSB)

A partir da nossa atuação como docentes negras na Educação Básica e do diálogo teórico em torno de como o racismo à brasileira dá forma a práticas educativas excludentes, conforme os estudos de Nilma Lino Gomes (1995), Eliane Cavallero (2003), Sueli Carneiro (2005), Kabengele Munanga (2004), Antonio Sérgio Guimarães (1999), esta Seção Temática (ST) objetiva levantar discussões teórico-metodológicas acerca da corporalidade dos sujeitos envolvidos nas dinâmicas educativas, através de processos que envolvem tanto as identidades raciais de professoras e professores negros quanto o processo de construção de identidades raciais e de gênero dos educandos. Na medida em que a diáspora africana no Brasil se construiu em meio a um ideal de branqueamento, que acabou por criar uma espécie de racismo profundamente calcado em características fenotípicas, sobretudo a partir da inferiorização das tonalidades escuras de pele, do cabelo crespo ou carapinha e de outras características físicas consideradas passíveis de serem classificadas, impõe-se a necessidade de uma ST destinada a dar centralidade ao corpo negro e ao racismo estético em espaços educativos. Compreendemos, com Cuche (1999), que a cultura é resultado de vivências concretas de visibilidades na forma de conceber o mundo e que, se percebemos que isso é construído, podemos interferir nesse processo, mudando os resultados. Como, infelizmente, na educação brasileira, o processo de subalternização do corpo da população negra implica também dúvidas acerca do valor das negras e negros enquanto sujeitos cognoscentes e produtores de conhecimento, o/as participantes desta ST trocarão trabalhos acadêmicos, ideias, propostas e projetos educacionais tanto acerca do racismo e de práticas discriminatórias que perpassam a educação e espaços formais e informais quanto dos processos de humanização e construção de identidades raciais e de gênero do/as educadores e educando/as.

O vazio que ocupa espaço: os silenciamentos das mulheres negras em livros didáticos de História

Mônica Rocha dos Santos (UnB)

Este trabalho visa apresentar algumas personagens femininas negras – Antonieta de Barros, Carolina de Jesus, Tereza de Benguela e Maria Felipa – que devem fazer parte do espaço de ensino e contribuir para o empoderamento das crianças negras e, por consequência, de suas famílias negras. Outro foco é entender como o livro didático de História aborda as questões referentes à raça e ao gênero, relacionar a Lei n. 10.639/03 com o processo de construções de identidade, observando a contribuição da legislação e de políticas públicas educacionais eficazes para o sucesso do empoderamento de crianças negras. Por fim, objetiva-se produzir sínteses e propostas de abordagem sobre o uso dessas personagens negras. Para tanto, farei uso da pesquisa documental, intercalando bibliografias que discutem o assunto e sua relação com as mulheres negras, a Lei n. 10.639, que versa sobre a obrigatoriedade do ensino de História e Cultura afro-brasileira nas redes públicas e particulares de ensino e as biografias de mulheres negras que fizeram parte da história nacional. Após a apresentação de conceitos, serão analisados livros didáticos de duas editoras, Moderna e FTD, identificando a ausência das mulheres negras nesses materiais. Sendo assim, pretende-se apresentar alternativas de inserção dessas personagens nos planos de aula dos professores.

A Literatura Afro-Brasileira com foco nos estudantes do Ensino Médio da rede pública de ensino de uma cidade satélite de Brasília

Francivaldo Pereira da Silva (Faculdade Fortium)

Em 09 de janeiro de 2013 fez-se dez anos em que foi implantada a Lei n. 10.639, que obriga a inclusão do ensino da história, cultura e literatura africana nos currículos escolares no Brasil, com o ideal de disseminar, a partir das salas de aula, a consciência das origens brasileiras, banir o preconceito racial e valorizar a diversidade étnica e cultural. Entender a compreensão dos estudantes acerca do tema literatura negra, saber como eles recebem essas informações, perceber os pontos positivos e negativos é crucial para que os objetivos dessa lei sejam alcançados e ainda para que se possa desenvolver o processo de decolonização e criar novos alvos. Por isso, para estruturar a literatura afro-brasileira, com toda a sua carga pejorativa, deve ser discutida por todos os agentes envolvidos – pais, professores, governo e, principalmente, o aluno que é o receptor dessa ação, por isso a razão de ter que entendê-la. Assim, esta investigação mostrará a contextualização da história do continente africano, a lei em paralelo aos Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN's), as reações de alunos negros, no que tange à obrigatoriedade do aprendizado da cultura afro-brasileira e os possíveis impactos para as futuras gerações. Os alunos da rede pública de ensino são mais da metade da população estudantil no Distrito Federal; e a cidade satélite de Recanto das Emas tem um público afro-descendente que comporta mais de 80% dos habitantes, segundo a Companhia de Planejamento do Distrito Federal (Codeplan), sendo assim um forte ambiente para o desenvolvimento desta pesquisa. Ao passar de dez anos da lei, levantam-se os questionamentos: essa Literatura tem sido de fato ensinada? Sendo algo novo,

qual o material didático utilizado? Como os estudantes recebem a matéria? O assunto é discutido em sala de aula? As respostas e reflexões para essas e outras perguntas se encontram sistematicamente ao longo deste trabalho.

Quem traz na pele essa marca: reflexões sobre trajetória de estudantes negros no Colégio Pedro II

Luanna Monteiro Rodrigues (CPII/Campus Realengo II)

Paulo Roberto Vaughn Santana (CPII/Campus Realengo II)

A questão racial no Brasil é cercada de tabus, preconceitos e negligências. No que se refere especificamente à educação escolar, o que se observa é que o modelo de escola predominante no Brasil desconsidera a realidade, as tradições e o conhecimento produzido pelos negros, excluindo-os das propostas pedagógicas e por consequência tornando-os elementos secundários da interação no espaço escolar. O reflexo desse processo pode ser constatado na trajetória irregular de estudantes negros dentro do sistema escolar brasileiro, exemplificado no número de evasões e repetências e nas dificuldades de acesso, permanência e realização adequada dos processos de ensino-aprendizagem. O presente trabalho é resultado de uma investigação que procurou avaliar qual o impacto da instalação do Colégio Pedro II em Realengo, zona oeste da cidade do Rio de Janeiro, na trajetória escolar de jovens negros que cursam o ensino médio nessa escola. Através de entrevistas qualitativas se procurou reconstituir a trajetória desses estudantes, bem como analisar suas perspectivas quanto à construção de sua identidade como negros e a importância da escola em seus projetos de vida. O resultado aponta para um conjunto de possibilidades e limites trazidos por essa política de inclusão social, tanto no que se refere à inclusão social de estudantes moradores da periferia da cidade como na efetiva incorporação dos negros ao espaço da escola. Por um lado, a inserção de alunos negros no Colégio Pedro II propicia sua autopercepção sobre sua negritude e papel de agentes transformadores da realidade. Por outro, abre precedentes para formação de uma elite negra, uma vez que a inclusão, atualmente, só é efetiva quando os estudantes são incorporados à cultura dominante. Isso porque, os conteúdos institucionais são eurocêntricos e a cultura negra não é valorizada no currículo escolar. Portanto, é preciso ressaltar que existem dois tipos de racismo: objetivo e o subjetivo. Enquanto o primeiro é fácil de ser identificado, pois se manifesta em dados numéricos e atos discriminatórios incontestáveis. O segundo, embora seja menos perceptível, é ainda mais cruel, pois nega ao negro o direito de conhecer suas raízes culturais, dificultando ou impossibilitando a construção de uma identidade baseada em parâmetros que não inferiorizem a condição do ser negro.

A identidade da criança negra no Ensino Fundamental privado

Michele Vanessa dos Santos da Silva (UNITINS)

Fabírcia do Nascimento Silva de Oliveira (UFRRJ)

O presente artigo surgiu a partir da falta de diálogo e ações afirmativas dentro da instituição privada de ensino em uma das escolas do Município de Nova Iguaçu/

RJ. O principal objetivo para iniciarmos o artigo foi a leitura teórica de autores que tratam da temática, daí por seguinte observamos o descumprimento da Lei n. 10.639/03, que trata da obrigatoriedade do ensino da história da África no ensino fundamental e médio, no âmbito público e privado no território nacional. Observamos ainda resistência no cumprimento da lei na instituição privada no Município citado. A metodologia aplicada foram ações que buscassem a valorização da identidade negra, valores étnicos e culturais com contações de histórias em que a valorização da cultura negra fosse destaque. Desde os anos iniciais da educação básica, trabalhar a identidade foi fator preponderante para a construção da autoestima da criança negra. O avanço da legislação não tem impedido as discriminações. O maior objetivo desta pesquisa foi investigar as formas cotidianas de representatividade da cultura negra entre os educandos de uma escola privada de ensino fundamental e médio. Para tanto, foram desenvolvidas atividades que buscavam discutir a seu empoderamento no âmbito escolar através de entrevistas e da observação. O trabalho mostra que os estudantes, assim como a comunidade escolar, não reconheciam a identidade negra.

(Re)Construindo identidades no espaço escolar

Camila Leopoldina Batista dos Santos (IFG/Jataí)

Uma das mais importantes conquistas da política de enfrentamento ao racismo foi a alteração da LDB (Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional), promovida pela Lei n. 10.639/2003, estabelecendo a obrigatoriedade do ensino da “História e Cultura Afro-Brasileira” no ensino fundamental e médio. Todavia, depois de mais de uma década da criação da lei, essa proposta de uma educação antirracista ainda encontra muitos desafios para sua efetivação. No sentido de ampliar o espaço de discussão sobre o racismo como estruturante das relações sociais e propiciar encontros em que alunas(os) dos cursos técnico-integrados do IFG – campus Jataí pudessem construir livremente suas identidades raciais e de gênero, propus, em meu local de trabalho, a criação de um grupo de estudos sobre a temática. O nome dado ao grupo foi “Identidades Fragmentadas”, inspirado no trabalho de Moita Lopes (2002). A criação desse grupo justifica-se pela percepção de como a figura negra é invisibilizada dentro do espaço escolar através do tão propagado mito da democracia racial quando minha presença nesse espaço, como professora negra e bissexual que sou, causou estranhamento e desconforto por parte de muitos membros dessa comunidade escolar. A proposta metodológica de trabalho desse grupo de estudo segue os parâmetros da sessão reflexiva (ORTENZI, 1999), em que as(os) participantes leem um texto teórico a priori e trazem suas compreensões e considerações para reflexão e debate no grupo. Nesta comunicação oral, apresentarei os resultados iniciais dessas reflexões.

Docência e ocupação dos cargos de gestão no Instituto Federal de Goiás – nuances do racismo institucional

Danielle Fernanda Morais (UFG)

Este trabalho procura discutir, de forma introdutória, as nuances do “racismo institucional” no âmbito do Instituto Federal de Ciência e Tecnologia de Goiás (IFG). Trabalhamos com os seguintes questionamentos: 1) Por que são tão poucos os professores autodeclarados negros no Instituto Federal de Ciência e Tecnologia de Goiás? 2) As pessoas negras ocupam cargos de gestão na Instituição? 3) Quais as implicações e elementos que explicam a subrepresentação da população negra no corpo docente e na gestão do IFG? Nesse sentido, buscar-se-á quantificar e mapear o lugar que a professora/o negra/o ocupa na Instituição e seus efeitos nas práticas políticas-pedagógicas no IFG. De maneira geral, no Brasil, a população negra ocupa os empregos e funções com menores salários e prestígio na estratificação social (FERNANDES, 1991; AZEVEDO, 1966; IANNI, 1987; MOURA, 1977; SILVA E LIMA, 1992). Estudos que focalizam as relações de gênero e raciais demonstram que historicamente foi construída a ideologia de que o homem branco europeu é o sujeito portador da racionalidade, humanidade, inteligência, firmeza e poder de decisão (BOBBITT-ZEHER, 2011; BONELI, 2008; CORRÊA, 2011; FEDERICI (2010), LOMBARDI, 2008, 2013; WATTS, 2009; WILLIAMS, 1992, 2013;). Lélia Gonzales (1986) nos traz elementos para entender como a mulher negra no Brasil recebeu um lugar de subalternização e esquecimento. A literatura é vasta ao denunciar a ciência como elemento de dominação do homem branco (HARDING, 1987; JAGGAR, 1997; SEGATO, 2012; SMITH, 1987; YANNOULAS, 2000); Patrícia Hill Collins (1991, 2016) reitera que a mulher negra, embora se insira de forma marginal, nos ambientes acadêmicos, possui um ponto de vista privilegiado em razão de suas experiências pessoais enquanto mulher negra e dessa forma torna-se agente de transformação em tais ambientes. Assim, este artigo conduz a importantes chaves para entendermos a constituição e reiteração dos lugares de discriminação aos quais negras/os são confinadas/os institucionalmente. Esse “lugar do negro” reflete-se nos recorrentes casos de discriminação às quais docentes e discentes negras/os são submetidos.

Processos identitários e a branquitude: quem cegou minha negritude?

Luciana Lima da Mota (UERJ)

Ao participar do Projeto Institucional de Bolsas de Iniciação à Docência (PIBID) numa escola de formação de professores no centro do Rio de Janeiro, atuando como bolsista, eu e minha dupla pudemos realizar rodas de conversa voltadas para identidade e relações étnico-raciais. O quantitativo do corpo estudantil era majoritariamente feminino e negro, e através dessas trocas diárias, compreendemos a necessidade de tratar a importância da identidade negra na escola, bem como entender os processos afrodiaspóricos e a relação com a formação de professores – no caso, professoras. Através desses encontros, notamos diversas nuances sobre como a sociedade via a mulher negra e como existem diversas formas de esconder ou amenizar as características fenotípicas, sociais e identitárias de ser negra. A subalternização dupla das futuras professoras – mulher e negra – destaca a importância

do debate tanto na formação básica quanto na formação de professores. Afinal de contas, que professoras formamos a partir do ponto que estabelecemos uma cultura de branqueamento que as apague como realmente são? Como entendem e como enxergam o mundo essas mulheres professoras e negras, que entrarão em sala de aula para lidar com outras futuras mulheres negras? Onde cabe a questão da representatividade e valorização de cada subjetividade presente? Busco, através desses questionamentos, ampliar o debate sobre as relações étnico-raciais na educação básica e na formação de professores, a fim de tensionar essas questões que permeiam o cotidiano e fortalecem a visão hegemônica sobre a identidade negra. Para tal, dialogo com Nilda Alves (2012), Paul Gilroy (2001), Stuart Hall (2001), Guaracira Louro (2011), Boaventura Santos (2006), contextualizando as experiências vivenciadas no projeto supracitado.

Educação étnico-racial e pedagogia freireana: como construir esse diálogo nas práticas pedagógicas no ensino superior

Leonor Franco de Araújo (ABPN; UFES)

A Educação das Relações Étnico-Raciais é a temática trazida pela Lei n. 10.639/2003 para a Educação Brasileira. Não se reduz a um simples conteúdo, é temática estruturante de uma escola que se pretende democrática, plural, com respeito às diversidades e diferenças, além de ter como princípio básico o combate ao Racismo. A Pedagogia Freiriana, que tem como Práxis a construção do saber como um diálogo profícuo entre educador e educando, traduz-se na prática pedagógica indicada para o trabalho com a temática da Educação das Relações Étnico-Raciais, tanto na qualificação de professores, como na construção da sala de aula do ensino básico ao superior. A Educação das Relações Étnico-Raciais é uma temática que revoluciona a escola brasileira, quando propõe novas formas de ver o mundo e com ele interagir. Assim, por Freire buscar superar as formas hegemônicas de pensar a educação, frente os modelos impostos pela modernidade europeia e na maneira criativa em conceber a sociedade democrática e libertadora, que optamos por sua Pedagogia. Sua originalidade destaca-se na busca de elaborar uma nova concepção epistêmica a partir da produção do conhecimento de modo dialógico, intersubjetivo e dialeticamente aberto ao dinamismo do cotidiano. A partir dessa perspectiva é que podemos entender a proposta de Freire da revolução cultural enquanto caminho para humanização do mundo, para respeito à diversidade e ao diferente. Nessa perspectiva, trabalhar a temática da Educação das Relações Étnico-Raciais, a partir das práticas pedagógicas com base na Pedagogia Freiriana, é garantir o respeito à diversidade e o combate ao Racismo na Educação Brasileira.

Promovendo o debate sobre racismo religioso na Educação Básica

Carolina Rocha Silva (IESP/UERJ)

O que se convencionou, mais recentemente, chamar de intolerância religiosa no Brasil foi, na verdade, constitutivo do processo de colonização do país, deixando suas marcas no âmbito cultural e político-estatal até os dias atuais. Desde o período colonial uma motivação racista rejeita, criminaliza e estigmatiza a herança

cultural africana. Desde 2006, esse debate tem ganhado força em virtude do comportamento e discurso extremista de algumas Igrejas, majoritariamente de denominação neopentecostal. Em dois anos e meio, cerca de mil casos de intolerância religiosa foram registrados pelo Centro de Promoção da Liberdade Religiosa e Direitos Humanos (Ceplir) no Rio de Janeiro, e a maioria das denúncias atingem negros, membros das religiões afro-brasileiras. As escolas se transformaram em locais privilegiados para o acirramento desses conflitos. Os professores da educação básica sentem dificuldade de implementar a Lei n. 10.639, que se refere à inclusão do ensino de História da África, das questões raciais e da cultura afro-brasileira, amplamente demonizada, na grade curricular. Na maior parte dos livros didáticos adotados pelas escolas municipais no Rio de Janeiro a população negra só aparece no Brasil colonial, como escrava ou diante a abolição da escravatura, representante de um comportamento homogêneo, passivo e submisso. Os alunos, em sua maioria negros, não se veem representados nesses materiais, que apresentam uma visão eurocêntrica do mundo. Na tentativa de mudar esse cenário e acreditando que a educação é o caminho privilegiado para lutar contra o racismo religioso resolvi, paralelamente às pesquisas do doutorado, criar oficinas itinerantes nas escolas para abordar o assunto, demonstrando todo processo histórico de apagamento e demonização das religiões afro-brasileiras na história do Brasil. Por uma educação que proponha uma nova maneira de observar o mundo, na qual o racismo, o sexismo, a homofobia, os conflitos e os preconceitos de classe, não fiquem esvaziados em um discurso de universalismo cego às diferenças, mas sim, sejam objetos a se desconstruir em uma luta por igualdade.

Pedagogia da escrevivência no projeto educacional dos Complexos Integrados de Educação (SEC-UFSB): relações raciais nas Estações de Saberes

Fabiana Lima (UFSB)

Este artigo visa apresentar e discutir teórico-metodologicamente como a temática das relações raciais têm se convertido em práticas pedagógicas transformadoras no Complexo Integrado de Educação de Itabuna (CIEI), projeto educacional resultante de uma parceria entre Universidade Federal do Sul da Bahia (UFSB) e Secretaria Estadual de Educação da Bahia (SEC). Os Complexos Integrados de Educação podem ser compreendidos como um conglomerado educativo concebido enquanto território destinado ao desenvolvimento de relação sistêmica entre escola básica e ensino superior, que inclui reformulação da matriz curricular de escolas integrais de tempo integral (Ensino Médio), formação docente em curso, a partir do desenvolvimento de práticas educativas de viés interdisciplinar, interepistêmico e intercultural e espaços-tempos pensados para a circulação desierarquizada de estudantes da UFSB e das escolas de Ensino Médio; de professores da UFSB e das escolas de Ensino Médio; de profissionais da educação, intelectuais, artistas, cientistas, mestres tradicionais e indivíduos da comunidade mais ampla das escolas. Nessa nova matriz curricular, um espaço-tempo privilegiado no cotidiano da escola tem sido chamado de Estações de Saberes, dentro das quais oficinas e projetos de trabalho são desenvolvidos. A presente comunicação pretende discutir criticamente como tem se dado no ambiente escolar uma pedagogia da escrevivência,

baseado na troca de saberes a partir do testemunho e do contato criativo e produtivo com diversos saberes, evitando dualismos maniqueístas que preconizam, por exemplo, a separação da oralidade e da escrita; do conhecimento corporal e do conhecimento mental; do ensino e do aprendizado; da razão e da emoção; do educador e do educando; do branco e do negro enfim.

Exercendo a profissão, enegrecendo a docência: identidade negra e antirracismo em sala de aula

Alessandra Pio (PPGE/UFRJ; GEPARREI/NeabCPII)

O presente texto, que se configura como um relato de experiência, pretende expor um momento significativo de autoformação na trajetória profissional de uma professora negra do primeiro segmento da Educação Básica, na Rede Municipal de Duque de Caxias, no estado do Rio de Janeiro. Trata-se de apreender a formação identitária de professores implicada pelo modo como seus alunos se percebem e os percebem. No caso específico desta análise, perceber a identidade negra implicando “a construção do olhar de um grupo étnico-racial ou de sujeitos que pertencem a um mesmo grupo étnico-racial, sobre si mesmos, a partir da relação com o outro. Um olhar que, quando confrontado com o do outro, volta-se sobre si mesmo, pois só o outro interpela a nossa própria identidade” (LINO, 2002). Utilizamos a abordagem da pesquisa realizada por Eliane Cavalleiro (2010) para abordar o racismo no tratamento que a escola dispensa aos alunos negros, também para embasar nossas afirmações sobre as percepções do cotidiano da escola. O trabalho se organiza em quatro etapas: a primeira apresenta a docente, seus alunos e a escola, possibilitando uma melhor compreensão da realidade onde o texto se insere; a segunda aborda e analisa as ações propostas inicialmente pela professora para a turma de quinto ano; a terceira relata as principais experiências vivenciadas a partir da realização das propostas na etapa anterior; e a última busca elaborar um caminho de ações identitárias possíveis, objetivando a construção e reconstrução desse espaço escolar. Espera-se contribuir para debates em que a identidade seja tratada como um relevante instrumento de trabalho para a formação de nosso corpo escolar como um todo.

ST26 - ESCAMBO DE ESTRATÉGIAS QUILOMBOLAS: FORMAS DE LUTAR PELA/ COM IDENTIDADE, TERRITORIALIDADE E EDUCAÇÃO

Coordenação:

Patrícia Maria de Souza Santana (UFMG)

Gilmara Silva Souza (UFMG)

Esta ST busca acolher reflexões acerca das estratégias de luta e resistência de comunidades quilombolas frente à construção de suas identidades, a manutenção e proteção de seus territórios e a produção e comunicação de seus saberes. As identidades quilombolas são ativamente construídas, produzidas e disputadas nas relações sociais internas e externas às comunidades. Nos últimos anos, com o avanço de políticas públicas que focalizam as diferentes identidades sociais deste país, comunidades quilombolas vêm se articulando internamente, demandando e ocupando em outros e novos espaços de poder fora da comunidade, concomitantemente. Quais estratégias de lutas são construídas por mulheres e homens quilombolas? O que as crianças têm ensinado às pessoas mais velhas sobre afirmação de sua identidade quilombola, em tempos-espacos como brincadeiras na rua, aprendizagens nos quilombos, salas de aula e etc.? Quais saberes as mulheres quilombolas articulam para defesa do território da comunidade? Como são traçadas estratégias de mobilização em prol de um bem comum da comunidade entre a Associação Quilombola e a Escola inserida (ou não) na comunidade? O que as escolas, preocupadas com uma educação antirracista, tem trabalhado e construído com suas/seus educandas/os a respeito das comunidades quilombolas? Essa ST coloca-se como um espaço aberto para reflexão em torno das lutas quilombolas e os saberes construídos e instituídos através de suas trajetórias de lutas, histórias comuns de ligação com a ancestralidade africana, com as africanidades ressignificadas na diáspora. São esperados trabalhos que abordem questões acerca da luta de mulheres quilombolas para defesa de seu território; da trajetória de crianças e adolescentes em escolas quilombolas, espaços de trabalho e lazer, bem como relatos de experiência de escolas, organizações e movimentos sociais (não nos restringimos apenas às pesquisas acadêmicas). Serão considerados aqueles trabalhos que utilizam metodologias que dão voz as pessoas quilombolas em suas experiências e vivências além de trazer epistemologias que dialogam com a diversidade de pensamentos em torno dos significados de aprender, conhecer, resistir, lutar e construir outras histórias.

Helvécia: contradições de um quilombola no século XXI

Sebastião Pinheiro Gonçalves de Cerqueira Neto (IFBA-Campus Porto Seguro)

Helvécia, uma antiga fazenda da Colônia Leopoldina, hoje é um distrito do município de Nova Viçosa, localizado no Extremo Sul da Bahia, tem aproximadamente entre 4.500 a 5.000 habitantes, em que 80% são negros, descendentes de escravos; esses números foram preponderantes para que o distrito fosse reconhecido como um território remanescente de quilombo. A pesquisa de campo apontou para a existência de uma dicotomia de pensamentos no que se refere o significado desse quilombola para seus moradores quanto ao sentimento de pertencer ou não a uma comunidade remanescente de quilombo. Essa dicotomia pode ser vista nos posicionamentos antagônicos dos moradores quando opinam sobre o significado de Helvécia enquanto lugar onde vivem. Esse cenário é alimentado também por órgãos oficiais e empresas da região, a consequência disso é um forte tensionamento dentro do território de Helvécia. A reflexão sobre a dinâmica do território de Helvécia, aqui apresentada, é fruto de uma pesquisa que teve como objetivo principal produzir uma análise que pudesse contribuir com a decodificação do convívio entre os descendentes de escravizados e os descendentes dos colonizadores num território que é bombardeado por forças externas que tentam minar a resistência cultural do lugar através de um comportamento sedutor. Por ter sido uma pesquisa norteada pela geografia e pela antropologia, foi possível compreender como está configurado o espaço do território, que apresenta uma dinâmica análoga a de pequenas cidades brasileiras; isto é, substituição da arquitetura, adaptação dos comerciantes locais para atender, sobretudo, trabalhadores das empresas que estão no entorno da comunidade, aumento da criminalidade e prostituição etc. A originalidade de pesquisa está no fato de que ela expõe a dificuldade interna da comunidade em se sentir ou não pertencente a um quilombola. Assim, há uma convivência diplomática na medida do possível, contudo, percebe-se que questões do passado não foram resolvidas, e aparecem mais latente no presente em decorrência de fatores internos e externos. A história de Helvécia se mostra repleta de contradições, mantida, basicamente, através da oralidade; assim, sua trajetória secular vai sendo contada pelos mais velhos, negros e não-negros, que ainda vivem na comunidade e interpretada pelos pesquisadores.

Quilombos: símbolos de resistência

Patrícia Mendonça Alves Pereira de Souza (Escola Municipal Florestan Fernandes – EMFF)

A Escola Municipal Florestan Fernandes, localizada na região norte de Belo Horizonte, desenvolve, desde 2008, projetos voltados para a valorização da cultura afro-brasileira e africana no currículo escolar. Em 2009, iniciou o projeto Mostra de Cultura Afro-Brasileira e Africana, evento de culminância, aberto ao público, com exposições dos trabalhos desenvolvidos na escola e apresentações artísticas. Em 2015, a escola realizou a sétima edição do projeto, elegendo pela primeira vez um tema: “Quilombos: símbolos de resistência”, com o objetivo de dar visibilidade à questão quilombola tanto do ponto de vista histórico, como das lutas atuais. Para possibilitar a apropriação do tema pelos docentes foram realizadas formação e visita

ao quilombo Mangueiras, situado também na região norte da cidade e, viabilizada a participação no Canjerê – 1º Festival de Cultura Quilombola de Minas Gerais. A partir daí, o tema quilombo foi trabalhado de forma interdisciplinar em todos os anos do ensino fundamental e cada grupo de turmas optou por um eixo que foi desenvolvido de acordo com a faixa etária dos estudantes. Tivemos exposições de trabalhos sobre a musicalidade, brincadeiras, crianças, juventude, histórias, ofícios, saberes e sabores, tratamento de saúde e festas quilombolas. Houve ainda, um grande número de apresentações de dança e esquetes teatrais. Os produtos da Mostra constituem-se em materiais didático-pedagógicos que podem ser utilizados em outros trabalhos da própria escola. E o processo de produção, assim como as metodologias adotadas e os materiais podem servir de inspiração para outras escolas. A experiência da Florestan Fernandes é reconhecida nacionalmente, tendo vencido, por duas vezes, o prêmio “Educar para a Igualdade Racial”, do Centro de Estudos das Relações do Trabalho e Desigualdades (CEERT). Em 2010, recebeu o “Selo Educação para Igualdade Racial” da Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial (SEPPIR), como reconhecimento pela implementação da Lei n. 10.639/03. E, em 2016, recebeu o Selo BH sem Racismo, na categoria Excelência, reafirmando publicamente seu compromisso de desenvolver ações de combate ao racismo e promoção da igualdade racial.

Do Quilombo à Universidade: acesso e permanência de estudantes quilombolas no ensino superior

Laís Rodrigues Campos (UFG)

Este estudo analisa as trajetórias, representações e desafios dos estudantes quilombolas ingressos pela reserva de vagas do processo seletivo especial aos cursos de graduação da UFPA, em relação ao acesso e permanência no ensino superior. Nesta pesquisa é discutido o contexto das ações afirmativas no ensino superior brasileiro para quilombolas. Desse modo, focou-se na experiência da Universidade Federal do Pará que adotou esse tipo de política em 2012. Para realização deste trabalho, iniciou-se com uma revisão bibliográfica sobre a temática e levantamentos documentais. Para a coleta de fontes documentais, realizou-se pesquisa de campo no Campus Belém da UFPA, além de entrevistas com cinco universitários quilombolas ingressos no período de 2013 a 2015, a fim de obter relatos sobre suas vivências e experiências do percurso do quilombo até o acesso e permanência na Universidade. Os resultados revelam que o ingresso no curso superior foi uma grande conquista para o povo quilombola, mas eles ainda enfrentam muitos desafios para permanecer na Universidade como: preconceito e/ou racismo institucional, falta de atividades acadêmicas que abordem a realidade quilombola, dificuldades em relação ao capital informacional no espaço universitário e, devido a esse contexto os estudantes quilombolas organizaram um coletivo para lutar pelo reconhecimento de seus direitos na Universidade.

Voz e Letra na Comunidade Quilombola do Mato do Tição/MG

Maria Raquel Dias Sales Ferreira (UFMG)

Shirley Aparecida de Miranda (UFMG)

O presente trabalho busca apresentar os resultados da minha pesquisa de mestrado realizada na Faculdade de Educação da UFMG, orientada por Carmem Lúcia Eiterer e Shirley Aparecida de Miranda. O foco da investigação são os modos de participação nas culturas do escrito de um grupo de mulheres, que apresentam diferentes papéis na comunidade e diferentes experiências com escolarização, da Comunidade Quilombola do Mato do Tição, localizada em Jaboticatubas, na Região Metropolitana de Belo Horizonte (Minas Gerais) – contexto fortemente marcado pela segregação, pela exclusão, e por invisibilidades ativamente produzidas. Essa comunidade está estabelecida na tradição oral, entretanto, há a presença de novos atores sociais, construídos pela ampliação da interação com a prática escolar e com as novas configurações da legislação quilombola, o que engendra mais diálogo com o poder público, com Organizações Não Governamentais (ONGs), com universidades, movimentos sociais, dentre outros – consequentemente, novos usos da escrita, diferentes daquelas de sua prática cotidiana. Essas definem tanto os contornos do processo de letramento dessas mulheres como a relação com a oralidade e com as práticas tradicionais realizadas, principalmente, pelos mais velhos. Analisamos os funcionamentos da oralidade, os modos de usar a escrita, a relação entre oralidade e escrita e suas implicações nas práticas sociais, na constituição e na manutenção de uma identidade quilombola diante de vivências e experiências diante de práticas racistas e excludentes. A pesquisa é fruto de uma etnografia, na qual procuramos identificar as interações dos sujeitos com a escrita e o funcionamento das práticas de oralidade. Observamos que as novas configurações políticas decorrentes da Constituição de 1988 e de seus desdobramentos, que implicaram o reconhecimento quilombola, provocaram mudanças nas maneiras de se produzir e de se transmitir conhecimentos, e, muitas vezes, nas maneiras pelas quais os atores sociais ressignificam seu papel na cultura, sua identidade e os conteúdos culturais da comunidade, processo que se deu atravessado pelas relações com as culturas do escrito. Esta pesquisa situa-se, dessa forma, no amplo campo da Educação, mas, mesmo que proponha, em determinados momentos, interfaces com a educação escolar, não está centrada na prática educativa de escolarização.

Modos de ser criança no Quilombo Mato do Tição-MG

Patrícia Maria de Souza Santana (UFMG)

O estudo procura compreender os modos de ser criança na Comunidade Quilombola de Mato do Tição, localizada em Jaboticatubas-MG. Através da observação participante, registros fotográficos, desenhos elaborados pelas crianças, entrevistas e outros recursos metodológicos, observei, dialoguei e interagi com meninas e meninos em seu cotidiano de aprendizagens no festejar, no brincar, no convívio com os mais velhos, nas expressões de religiosidade e nas relações com o meio em que vivem. Partindo-se da compreensão de que as crianças são atores sociais, produtoras de cultura e possuidoras de saberes próprios, descrevi e analisei as diversas possibilidades de aprendizagens nas quais elas se encontram, como se inserem

nesse contexto em que os conhecimentos tradicionais e a cultura própria do Mato do Tição vai sendo aprendida e ressignificada por uma nova geração que tem a possibilidade de viver e conviver em um lugar marcado por uma diversidade de experiências, visões de mundo e valores ancestrais vivenciados e partilhados pelo grupo. O extenso calendário festivo, a circulação nos diversos espaços do quilombo e seu entorno, as brincadeiras, a realização de tarefas domésticas bem como a participação em projetos e oficinas realizadas na comunidade permite às crianças um modo singular de viver sua infância, elaborando e reelaborando suas identidades de crianças do Mato do Tição e quilombolas; reafirmando seu pertencimento no grupo e sendo crianças com muita ludicidade e intensidade.

Estratégias de lutas: as práticas de gestão comunitária e escolar no Quilombo de Alegre (MG)

Gilmara Silva Souza (UFMG)

Shirley Aparecida de Miranda (UFMG)

Esta comunicação apresenta resultados preliminares da pesquisa de mestrado intitulada “Políticas de Diferença e experiências de Gestão Comunitária e Escolar no quilombo de Alegre (Januária – MG)”. Neste estudo procuro compreender como a comunidade quilombola do Alegre (Januária – MG) constrói estratégias de lutas e como opera suas aproximações com o poder público para alcançar o reconhecimento. Para tanto focalizo os processos de gestão escolar e gestão comunitária presentes no quilombo. Para compreender a dinâmica do reconhecimento das comunidades quilombolas, ou seja, após um processo histórico longo de negação de direitos e ausência de reconhecimento e representação na elaboração política, o reconhecimento formal, no aparato jurídico precisa combinar uma dinâmica ampla de critérios para que não se configure num reconhecimento falido (sem efetividade transformadora, sem emancipação). Nesse sentido, para problematizar o objeto desta pesquisa que se refere à gestão da diferença na educação escolar quilombola, temos como referencial teórico as contribuições de Nancy FRASER (2008) sobre a tridimensionalidade dos critérios de justiça – redistribuição, reconhecimento, representação para compreender as lógicas e estratégias estabelecidas na construção de políticas públicas específicas que impõem emergências na estrutura do Estado. Estabelecemos também o diálogo com a produção de Shirley Miranda (2010; 2012), Nilma Lino Gomes (2003; 2012), Gilvânia Silva (2011), Ilka Boaventura Leite (2010) sobre o campo da educação escolar quilombola; e a discussão sobre as Linhas Abissais e a Sociologia das Ausências e a Sociologia das Emergências de Boaventura de Souza Santos (2002; 2007). Iniciei meus trabalhos de campo no início deste ano, realizando observações das reuniões da associação comunitária, das festas tradicionais, das atividades de artesanato realizadas por um grupo de mulheres do quilombo. A partir dos registros das observações, iniciamos o processo de caracterização do quilombo e de suas práticas de gestão, focalizando como os projetos elaborados pela escola contribuem para o desenvolvimento da comunidade, no campo da geração de trabalho e renda e no fortalecimento da identidade quilombola, por exemplo. Além disso, estamos aprofundando nessa e noutras questões em entrevistas com as lideranças e com a equipe gestora da escola estadual presente no quilombo.

ST27 - MÍDIA, REPRESENTAÇÃO SOCIAL E A LUTA ANTIRRACISTA

Coordenação:

Silvia Elaine Santos de Castro (Unicamp)

A Seção Temática visa promover o debate acerca das relações raciais e a mídia na América Latina, primando pelo olhar de veículos que promovam a luta antirracista e suscitem novas identidades e representações sociais, nas mais variadas plataformas (cinema, rádio, TV, internet e impresso). Novos olhares e narrativas são fundamentais para a consolidação da democracia; florescer a pluralidade de discursos e a promoção da diversidade são centrais para o enfrentamento da desigualdade racial, em busca de novas identidades. O ST pretende reunir pesquisadoras/es, produtoras/es e comunicadoras/es que fazem do seu trabalho um esforço para pensar outras formas de comunicação na sociedade contemporânea. Sobretudo, aqueles que promovem o debate acerca dos marcadores sociais de diferença como raça, gênero, classe e idade, com perspectivas teóricas diversas e abordagens metodológicas variadas, principalmente, pesquisas qualitativas que abordam empírica e conceitualmente esses fenômenos pensando-os de modo interseccional. No entanto, trabalhos que apresentem críticas aos conteúdos das mídias tradicionais também serão bem-vindos. Espera-se propiciar um espaço para reflexão sobre os caminhos que se precisamos trilhar para a consolidação de uma nova representação social, que valorize a diversidade de forma ampla e igualitária.

Blogueiras Negras: vozes femininas na luta antirracista

Mona Lisa da Silva (UNILAB)

Baseando-se no fato de que a blogosfera enquanto fenômeno social é um espaço de criação, produção de saberes e resistência, o principal objetivo deste trabalho é apresentar como as blogueiras negras utilizam a rede de blogs como estratégia de resistência, afirmação de identidade e luta antirracista. Assim posto, a discussão sobre o papel da mídia na produção e reprodução de estereótipos e de discursos racistas se torna fundamental, visto que a mídia veicula um discurso que naturaliza a superioridade branca, corrobora com o mito da democracia racial e discrimina os negros, uma vez que a mídia constrói e reconstrói o mundo por quem controla e patrocina os meios de comunicação, o que faz com que as blogueiras negras se sintam – assim como os negros em geral e isso independe do gênero – invisibilizadas nos meios de comunicação como a televisão, as revistas publicitárias, os jornais, entre outros ou que não se percebem representadas nesses meios quando, por exemplo, há representações estereotipadas. Uma vez que a mídia apresenta quase sempre uma imagem distorcida da/o negra/o brasileira/o, o que acaba por, além de limitar, segregar a população afro-brasileira, fazendo com que não se reconheçam nas representações feitas pelas mídias tradicionais. Nesse sentido, pretende-se com este trabalho, voltar o olhar para a forma de resistência que as blogueiras negras encontraram para se opor aos estereótipos e aos papéis sociais em que são apresentadas nas mídias tradicionais. Utilizando assim a rede de blogs para a afirmação não só de sua identidade, mas contribuindo também no processo de empoderamento de suas leitoras, bem como desempenhando um importante papel na luta antirracista, uma vez que sua história cultural, política, religiosa etc. é ressignificada, fazendo com que a mulher negra, invisibilizada pelas mídias tradicionais, seja lembrada e ocupe um lugar de destaque, bem como seja considerada como sujeito político e, como tal, participativo na história da sociedade brasileira. O que faz com que sua história seja reconstruída no imaginário social. A metodologia utilizada é a de análise de discurso e têm-se como objeto empírico de estudo sete blogs que tratam sobre questões relacionadas a população afro-brasileira a partir da visão feminina negra, tendo dessa forma um recorte de gênero e raça.

Entre estereótipos e arquétipos: Que negro é esse na Turma da Mônica? Uma análise sobre a construção do personagem Jeremias nas narrativas produzidas por Maurício de Sousa

Alexandre de Carvalho Castro (CEFET-RJ)

Elbert de Oliveira Agostinho (CEFET-RJ)

Tendo como ponto de observação o debate sobre como as relações raciais se configuram nas narrativas midiáticas, optou-se aqui por analisar as Histórias em Quadrinhos, que podem ser compreendidas como mídia impressa. Nesse sentido, a *Turma da Mônica* tornou-se objeto de investigação, desvendando as representações construídas sobre o negro. Dentro dessa perspectiva, este estudo teve por objetivo analisar o personagem Jeremias, de Maurício de Sousa, verificando os discursos presentes no âmbito da configuração desse personagem que foi criado na década

de 1960, e ainda pode ser encontrado nas narrativas gráficas atuais da *Turma da Mônica*. Os estudos específicos sobre personagens negros dentro das narrativas presentes nas histórias em quadrinhos apresentam-se ainda hoje como postura infrequente, tanto pelo estereótipo de que as HQ's (histórias em quadrinhos) não representam uma fonte de pesquisa, quanto pela especificidade da questão étnica no contexto da cultura de massa. Do ponto de vista dos referenciais teórico-metodológicos, optou-se por considerar o aporte bakhtiniano, com foco da análise da Identidade Narrativa, evitando a naturalização de conceitos, e propondo a identidade como fluida, ligada a valores culturais instituídos, evitando, pensar em identidade como estável, estática. Tal estudo e consequente análise sobre o personagem negro Jeremias perpassou os espaços simbólicos e dialógicos, observando os discursos que o personagem assume, e percebendo seus dialogismos. Tal viés incluiu a dinâmica da Indústria Cultural, pois a partir da estruturação de tal indústria alterou-se a noção de entretenimento e lazer, já que essa articulação foi construída visando o que deve ser consumido e consequentemente gerar prazer para a sociedade. No estudo, destacou-se também, a questão mercadológica existente e os valores simbólicos atribuídos, relacionando-os com os discursos presentes e elaborados como parte do produto midiático, construindo análises sobre o real significado das mensagens, criando-se novas maneiras de se perceber o produto como um problema. Portanto, observando o personagem Jeremias como objeto de estudo, pretendeu-se problematizar o universo construído por Maurício de Sousa, demarcando as utilizações desse personagem negro nas histórias em quadrinhos, analisando o dialogismo de sua identidade narrativa, questionando a instrumentalização do personagem e suas formas de representação articuladas pela Maurício de Sousa Produções.

Análise sociológica da produção cinematográfica Histórias Cruzadas

Jeanne Pereira Gomes da Silva (UFG)

O objetivo desta comunicação é compreender sociologicamente, as categorias de análise presentes no filme “Histórias cruzadas” e em que medida o filme pode ou não contribuir para a mudança ou fortalecimento dos discursos sobre questão racial. É interessante pensarmos como a produção literária, cinematográfica e mais recentemente a internet (redes sociais), tem se tornado canais de reflexão e de conscientização sobre diversas questões, dentre elas o racismo. Baseado no livro “A resposta”, de Kathryn Stockett, publicado em 2009, o filme “Histórias cruzadas” foi sucesso de bilheteria nos Estados Unidos, superando inclusive o filme “Planeta dos macacos”, considerado favorito à época da exibição. O longa “histórias cruzadas” trata-se de um filme que busca mostrar as diferenças raciais entre mulheres brancas e negras, especificamente no estado de Mississipi nos Estados Unidos no início dos anos 1960. É importante ressaltarmos que nesse período os Estados Unidos vivenciavam o acirramento das lutas raciais onde se alastrava o Movimento Pelos Direitos Civis e seus desdobramentos se refletiam nas relações raciais, sobretudo, nas relações de trabalho entre empregadas negras e patroas brancas. Apesar das mulheres brancas ainda estarem condicionadas à esfera doméstica, cabendo-lhes o cuidado com a casa e os filhos, as mulheres negras encontravam-se ainda mais subordinadas, pois além de cuidar de suas casas e de seus filhos, tinham que cuidar

da casa e dos filhos das mulheres brancas, ou seja, as mulheres negras encontravam-se sujeitas a uma dupla subordinação. O filme nos possibilita compreender de que modo as relações entre patroas e empregadas domésticas eram e são construídas e como a categoria raça não só permeia essas relações, como as determina. Analisaremos a categoria raça entrelaçada à categoria classe, pois “por trás das tensões raciais nos Estados Unidos, se esconde, na realidade, um conflito entre classes sociais – [que] é um tabu muito maior do que o racismo” (KERGOAT, 2010, p. 97). Para entendermos melhor essa imbricação entre raça e classe, buscaremos suporte no conceito de interseccionalidade proposto por Kimberlé Crenshaw (2002). Desse modo pretendemos demonstrar as mudanças e permanências no que se refere as questões raciais.

Revista Rio, Samba e Carnaval: a construção de um imaginário sobre o Brasil

Cléia Aguiar Leite (UnB)

A revista *Rio, Samba e Carnaval* é uma produção brasileira que existe desde 1972. De acordo com o descrito em sua página eletrônica na internet, trata-se de “um verdadeiro registro da história, cultura e magia do Rio, do Samba e do Carnaval”. Com edições bilíngues – português e inglês –, a revista é distribuída gratuitamente no Rio de Janeiro em aeroportos, hotéis e flats selecionados, camarotes e frisas do Sambódromo, durante os três dias de desfile das Escolas de Samba do carnaval carioca. Porém, sabe-se, a partir de registros, que a revista já foi distribuída em outros contextos. Ao participar de eventos específicos no exterior, o Instituto Brasileiro de Turismo – Embratur distribuía a revista junto com outros materiais de divulgação e promoção do destino turístico brasileiro. Nesse sentido, diante da questão racial brasileira, da construção de estereótipos sobre o Brasil e a “criação da mulata”, o ensaio objetiva refletir, a partir das representações presentes nas imagens da revista, sobre a construção do imaginário do turista acerca do Brasil. A análise fundamenta-se no feminismo decolonial e na interseccionalidade de raça e gênero como meios para um refletir além, o qual visa a discussão de questões fundamentais presentes em representações imagéticas da “mulher brasileira”.

A representatividade da mulher negra na publicidade brasileira

Monnalisa Coelho Viana (Centro Universitário Luterano de Palmas-Ulbra)

Este trabalho teve como objetivo identificar a maneira que a mulher negra se percebe nas campanhas publicitárias e compreender a influência dessa percepção na sua construção identitária. Para a obtenção dos resultados foram realizadas 195 entrevistas semiestruturadas com acadêmicas dos mais variados cursos de graduação do CEULP/ULBRA. O método utilizado foi o dialético, por meio de uma abordagem quanti-qualitativa. Acredita-se que o discurso publicitário se configura em um novo universo simbólico da produção e reprodução das representações preconceituosas da mulher negra na mídia e, por extensão, na sociedade. O foco escolhido para o desenvolvimento desta pesquisa foi a representatividade da mulher negra na publicidade brasileira, a seleção para o tema específico ocorreu pela identificação de

assuntos presentes que oferecem condições para essas discussões. Desse modo, é possível afirmar que há um cenário que permite perceber como a mulher negra está representada e se essa representação influencia na construção identitária de outras mulheres negras. Embora, refletir sobre os efeitos da comunicação seja um desafio, tendo em vista a complexidade para se mensurar suas repercussões no indivíduo e na sociedade. No entanto, a produção de discussões sobre o tema é de alta relevância no que concerne a influência discursiva midiática na construção identitária das mulheres negras, tendo em vista que é pouquíssimo estudado no Brasil e deve ser melhor compreendida como forma de aproximar a temática das discussões acadêmicas, promovendo, dessa forma, uma abertura cultural sobre o papel desse grupo dentro da mídia e da sociedade. Afinal, a publicidade deve exercer sua responsabilidade social.

Identities negras na mídia olímpica brasileira: análise discursiva da produção de subjetividades

Luana de Araújo (CEFET)

Neste trabalho, pretendo analisar o funcionamento dos discursos materializados por categorias enunciativas exploradas na produção audiovisual e indicar as identidades negras construídas nesse gênero discursivo. A partir da relação nos eixos (roteiro/imagem/enquadramento/iluminação) e (ator/personagem/produto) evidenciam-se tensões entre o dito e o mostrado, tensões discursivas as quais nos permite vislumbrar posições de sujeito que ora se aproximam, ora se chocam, mas que frequentemente se opõem – deixando visível práticas de dominação que se interpõem nas escolhas implicadas à obtenção do produto final. O *corpus* de análise constitui-se por campanhas publicitárias transmitidas na TV aberta, no Rio de Janeiro, produzidas por empresas públicas e privadas, em período antecedente aos Jogos Olímpicos, a fim de identificar as identidades negras construídas tendo por temática o atleta e/ou torcedor nacional. As categorias de análise, portanto, serão compostas pelas relações entre discurso e imagem, reconhecendo o elo indissociável entre práticas corporais e linguagem. Somado a proposição de Bakhtin de que “todas as manifestações da criação ideológica - todos os signos não-verbais banham-se no discurso e não podem ser totalmente separadas dele BAKHTIN (2009); no que tange à construção identitária, opto por utilizar os conceitos de descentramento e de deslocamento, propostos por Hall (2014), a efabulação sobre raça defendida por Mbembbe (2014), os elementos de presentificação da corporeidade diagnosticados por FANON (1983) e relações entre pressupostos e subentendidos de DURCROT (1987) para que seja possível então o desnudar de associações recorrentes no audiovisual midiático veiculado na TV aberta brasileira – através do qual se revelam sistemas de imagens e significados no processo de construção da identidade nacional e que, se lido a luz da polifonia e das relações dialógicas vivificadas no discurso, permite-nos apontar tensões, significações e disputas ideológicas na produção de sentido e construção de identidades negras brasileiras.

Jornalismo feminino e interseccionalidades negras

Andréia Coutinho da Silva (CEFET-RJ)

Este trabalho, ainda em fase preliminar, pretende analisar diferentes trajetórias geracionais de diferentes jornalistas negras do Rio de Janeiro, que atuam em diversas mídias. Partindo da perspectiva de que gênero e raça são eixos que estruturam os padrões de desigualdade social no Brasil, a pesquisa faz um recorte dessa interseccionalidade excludente entre ser mulher e ser negra dentro do universo do jornalismo. Assim, um dos objetivos principais é encontrar pontos de convergência e divergência entre os ensaios polifônicos das protagonistas do estudo, considerando suas diferentes faixas etárias, experiências profissionais nas diversas mídias e no mercado de trabalho, assim como vivências cotidianas de racismo e exclusão em espaços de poder. A análise busca, enfim, uma reflexão mais profunda sobre a dupla discriminação, mesmo diante das qualificações dessas profissionais negras – por intermédio de entrevistas semiestruturadas. A metodologia consistirá em análise de entrevistas semiestruturadas pelas quais tentaremos contribuir com a compreensão de como os discursos individuais podem refletir direta ou indiretamente em uma percepção coletiva – a partir da posição de sujeito que cada uma delas ocupa.

Linchamento e ódio no telejornal: a relação entre o racismo e os meios de comunicação

Paula Évelyn Silveira Barbosa (UnB)

Os telejornais, assim como os demais produtos dos meios de comunicação, têm suas informações e valores expressos de forma massiva, causando impactos sociais significativos. Por isso, a observância à ética e aos direitos humanos deve ser estrita nesses meios. Nesse sentido, o trabalho deve verificar o desvio desses parâmetros em um comentário feito pela jornalista Rachel Sheherazade, em fevereiro de 2014, no qual ela defende o linchamento de um jovem negro. O comentário em questão foi feito em um telejornal, exibido em horário nobre, em todo o território brasileiro. De acordo com o sociólogo José de Souza Martins, cerca de 1 milhão de brasileiros já participaram de pelo menos um ato de linchamento ou de tentativa de linchamento, nos últimos 60 anos. Os dados estão disponíveis no livro “Linchamentos: a justiça popular no Brasil”. Ainda nesse estudo, Martins revela que o nível de crueldade dos linchamentos é maior quando a vítima é negra. Sendo assim, dada a gravidade da situação, proponho um exame do discurso da jornalista. Além disso, deve ser realizada uma análise que verifique a relação dessa conduta com o racismo no Brasil e a cultura de linchamento. Esse estudo deve ser feito a partir da ética profissional da categoria, dos desdobramentos sociais que a veiculação midiática de discursos de ódio pode causar e do resgate histórico sobre a promoção de violência contra negros no Brasil. Também deve ser buscado o envolvimento dessa discussão com as propostas de democratização da mídia, amplamente defendidas por diversos segmentos sociais desde a última Assembleia Constituinte.

ST28 - NEGRITUDE, IDENTIDADE E MEMÓRIA NO CONTEXTO DAS ESCOLAS QUILOMBOLAS NO BRASIL

Coordenação:

Lisângela Kati do Nascimento (USP)

Elson Alves da Silva

Durante a 1ª Conferência Nacional de Educação realizada em 2010 em Brasília, o movimento quilombola exigiu atenção do Estado para o reconhecimento da necessidade de uma educação diferenciada para os quilombos brasileiros. Em 2012, a Câmara de Educação Básica do Conselho Nacional de Educação aprovou as Diretrizes Nacionais para a Educação Escolar Quilombola na Educação Básica (Resolução CNE/CEB n. 08 de 2012), entendida como modalidade da educação básica que compreende as escolas quilombolas (aquelas que estão localizadas em territórios quilombolas) e as escolas que atendem estudantes quilombolas. Essas escolas devem garantir tanto a formação básica comum, como devem criar condições para que as especificidades do modo de vida quilombola, a sua história de luta, a memória, os conhecimentos tradicionais, os seus valores culturais, bem como suas contribuições históricas na formação do nosso país, tornem-se conteúdo de estudo na escola. Grande parte dos gestores dessas escolas e, principalmente, dos professores que atuam nessas escolas tiveram uma formação estruturada nos princípios da colonialidade e, portanto, muitas são as dificuldades para a implementação da educação quilombola como modalidade de ensino. Embora haja inúmeras iniciativas de práticas pedagógicas visando superar a visão eurocêntrica, é necessário um processo mais amplo de formação inicial e continuada de professores para o trabalho com as temáticas da negritude, da identidade e do modo de vida quilombola, visando o enfrentamento das desigualdades raciais em nosso país, contribuindo assim para a formação de alunos e alunas quilombolas como sujeitos sociais portadores de uma história. Espera que essa seção contribua para esse debate sobre a necessidade de uma educação específica voltada para o contexto dos quilombos brasileiros. Sendo assim, esta ST tem por objetivo contribuir para esse debate aproximando a academia da escola, reunindo tanto trabalhos acadêmicos voltados para a questão da educação quilombola, quanto trabalhos e relatos de experiência vivenciadas e colocados em práticas nessas escolas. Além disso, serão bem vindos também trabalhos correlatos, tratando da questão da negritude, raça e identidade no contexto escolar.

Seção temática encerrada por falta de submissão de trabalhos

ST29-EDUCAÇÃO DECOLONIAL: POR UM BRASIL MAIS AO SUL

Coordenação:

Claudia Miranda (UNIRIO)

Roberta Rodrigues Rocha Pitta (PUC-Rio)

O pensamento decolonial assume o desafio de construir atalhos que inspiram a rebeldia e a desobediência por sugerir uma produção teórica e política na contra-mão do instituído. São aportes que nos estimulam a reconhecer outras entradas e convida-nos a enfrentarmos provocações epistêmicas. Esse diálogo é parte das concepções sobre um Brasil mais ao Sul e menos ao Norte, que emerge de alianças potentes com os iguais da fronteira estabelecida. Convidamos aqueles/as interessados/as na clave decolonial e na recuperação das memórias coletivas a apresentarem suas produções e promoverem outras propostas sobre pensamento educacional e pedagogias alternativas. As pesquisas no contexto conhecido colonialmente como América Latina emergem como um mosaico conceitual indispensável para um Brasil mais ao Sul. Aproximamo-nos do portal de Abya Yala com uma proposta de base “intercultural”, de produção de saberes outros e conhecimentos decoloniais. Sob essas inspirações, a sessão temática aqui proposta é um convite e uma aposta em outros constructos pedagógicos e epistêmicos. Buscamos a promoção do debate e da criação de um fórum permanente que privilegie as narrativas outras refletindo questões de gênero, raça, pertencimento e pedagogias alternativas. As histórias e os sujeitos das metanarrativas são representados e forjados a partir de supremacias ideológicas permanentemente questionáveis. Interessa-nos problematizar a experiência de sujeitos insurgentes que questionam a subalternização e a “diferença colonial” inventada. A ideia de “descolonização do pensamento” é atraente para a perspectiva que cruza o questionamento das histórias sobre um Outro da colonização e o seu deslocamento nessas relações mistas (entre insurgentes e estabelecidos). Nosso compromisso é entender os processos vigentes em que são forjadas as outras narrativas com as quais nos identificamos, sobretudo com aproximações significativas nesse mosaico proposto por Aníbal Quijano, Catherine Walsh e Sueli Carneiro. Vimos interseções que provocam amplos mergulhos por assumirem uma ética e uma filosofia insurgente para o pensamento pedagógico. Ao organizarmos essa proposta em pares, de modo horizontal, emergem provocações que fomentam redes interculturais de produção de saberes e de amplas abordagens educacionais. Nessa direção, outras ambiências de construção de sentidos em realidades multifacetadas nos convidam a recuperar achados teóricos e políticos que incidem em novas apostas, em pedagogias decoloniais.

20 de Novembro e o racismo nosso de (quase) todos os dias

Sandra Regina de Souza Marcelino (PUC-Rio)

O objetivo deste trabalho é ampliar a discussão a respeito das ações em torno do dia 20 de novembro, problematizando o cotidiano escolar e os comportamentos racistas que acontecem no dia a dia através de piadas, brincadeiras e como os professores vêm fazendo suas intervenções. Em alguns contextos escolares, falar de “coisas de preto” não é tão importante quanto reafirmar os vultos históricos nacionais, símbolos de uma história contada pela ótica do colonizador. Em que pese os esforços que vêm sendo efetivados através de práticas pedagógicas de alguns docentes, muitas iniciativas têm entrado pela “porta dos fundos” e acontecido somente na Semana da Consciência Negra, na condição de cumprir e dar respostas às linhas de ações contidas no projeto político pedagógico e exigida na Resolução n. 001/2004. Apenas um dia entre 199 letivos para a “ocupação” da cultura afro-brasileira no calendário escolar, a exaltação aos turbantes e tambores, rodas de jongo e capoeira por um dia amenizam os conflitos existentes na escola provocados pelo racismo nosso de (quase) todos os dias? Nossas práticas pedagógicas têm se tornado mais plurais? Elevaremos nossa reflexão fundamentada na díade colonialismo-colonialidade entendendo esses, como peças fundamentais na reprodução do racismo e produto de uma naturalização de preconceitos e discriminações. Partimos do entendimento que, com o advento do debate das diferenças e diversidades que entrou na escola através dos currículos, do alunado e de suas demandas, o exercício de (des)aprender para (re)aprender é a aposta que assumimos aqui como tentativa de uma ‘educação outra’, visando desmontar os ‘estabelecidos paradigmas do centro’ para fazer emergir as ‘periferias’ que se encontram em um não-lugar na condição de invisíveis e/ou não legítimas. Nesse sentido, o dia 20 de novembro será o ponto disparador de nossa narrativa.

Narrativas do sujeito feminino no cárcere: significações entre cartas e aprendizagens decoloniais

Elaine Barbosa (UNIRIO)

Este trabalho é realizado no âmbito dos estudos sobre pedagogias dos movimentos sociais e os conceitos aqui apresentados fazem parte de uma análise sobre as vinculações de coletivos organizados para trabalhar com instâncias da sociedade, nesse caso as penitenciárias, privilegiando a situação das mulheres em privação de liberdade. Partimos da experiência vivenciada pelos atores do Instituto de Cultura e Consciência Negra Nelson Mandela e o processo de estabelecimento de redes possíveis para a garantia de direitos, visando a ressocialização pautados na educação e no trabalho. Com uma proposta de (des)construção desses espaços dialógicos, trabalha-se com a valorização de múltiplas formas de aprendizado das equipes atuantes no instituto com o foco na produção de saberes em lugares diversos. Analisamos a possibilidade da existência de conhecimentos outros que alcance a mudança de representação social de um sujeito feminino que, segundo Gayatry Spivak (2010), é o “Outro da colonização”. Destacam-se aspectos relativos às vivências da população feminina e especificidades dessa presença em um contexto de extrema opressão. A pesquisa é pautada em uma metodologia na qual a análise das narrativas das encarceradas é adotada como um caminho de construção dos dados apreendidos.

Movimento brasileiro de prostitutas: um estudo sobre práticas educativas e aprendizagens decoloniais

Rejane Costa da Silva (UNIRIO)

Este trabalho visa indicar como o Putafeminismo tem sido estruturado como corrente de pensamento e ativismo desde final da década de 1970 no Brasil. Ele está relacionado com as experiências, tensões, formulações teóricas e ativismo de trabalhadoras sexuais, feministas, grupos de pesquisa acadêmica e outras pessoas que tem reafirmado a importância da regulamentação das atividades de profissionais do sexo em todo o mundo, bem como a garantia de direitos trabalhistas e a visibilidade de saberes orientados por esse contingente de mulheres. Essa corrente de pensamento tem se estruturado a partir de ações orientadas por diversos movimentos de prostitutas no Brasil e na articulação com os movimentos de prostitutas na América Latina e para além de suas fronteiras, além da parceria com movimentos sociais diversos, universidade e sociedade civil. Observamos que mulheres têm encontrado formas diversas de enfrentamento às distintas formas de subjugar-las. Em grupos, coletivos, diretórios, associações, ONGs, grupos de pesquisa, marchas e várias outras formas de ativismo um número maior de mulheres pôde denunciar o lugar subalterno indicado a elas na nossa sociedade de inspiração colonial. Temos visto que existem padrões legitimados também na escola, bem como uma ideia de pessoas que são aceitáveis em sua estrutura. Nesse sentido, a escola e a educação pode ser indicada como espaço de sofrimento e opressão. A nosso ver, um conceito importante para pensar essa relação é o multiculturalismo (MCLAREN, 2000), que indica formas alternativas de mudança social, no sentido de enfrentar as relações de poder a partir do embate e do conflito – positivando essas ações. Para Hooks (2013) a escola é um espaço de disputa e não de conciliação onde o tema da diferença deve amplamente ser discutido entre docentes e discentes. Com ênfase na esfera da cultura, o multiculturalismo entende ser importante que pessoas de diferentes origens e socializações diversas estejam juntas no mesmo lugar de forma não hierárquica, o que indica uma estrutura de escola outra. Reconhecer que há relações de poder e conflitos na escola bem como saídas para o enfrentamento de relações desiguais em seu interior são passos importantes para transformação dos espaços educativos - o que se alinha à vertente crítica do multiculturalismo.

A Cosmovisão africana como possibilidade de uma educação transgressora

Sandra Aparecida Gurgel Vergne (PUC-SP)

Costurando, tecendo, juntando o que está silenciado, busco através deste trabalho, discutir acerca do que tem se produzido no campo da Educação, na Baixada Fluminense (Estado do Rio de Janeiro), bem como suas possibilidades de transformação. Hoje temos assistido o crescimento do neopentecostalismo na região, marcadamente articulado com uma perspectiva de incentivo à prosperidade econômica e de demonização das religiões de matriz africana. Pretendo apresentar a narrativa que se construiu a partir do olhar, para além das cinzas que falam apenas das sobras. Nas vozes que ficam no ar como fumaça e que necessitam ser capturadas. Ao fazermos o percurso histórico em relação à questão racial em

nossa história, identificamos uma correlação de forças entre racismo e religião, em especial nos espaços escolares públicos. Para analisar essa dinâmica utilizo o referencial de autores do campo da Ciência da Religião, das Ciências Sociais e de Escritos Pós-coloniais, para propor uma perspectiva em Educação que possa incluir a cosmovisão africana como estratégia de resgate de identidade e ancestralidade de nossa população negra, bem como de efetivação da Lei n. 10.639/2003 nas escolas públicas. Atravesso o território teórico dos autores Walter Benjamin, Sueli Carneiro, Amadou Hampâté Bâ e Aníbal Quijano, na busca de compor o cenário que entrelaça o Atlântico Sul através da diáspora forçada de Áfricas para o Brasil, formando outra imagem que nasce do encontro das igualdades e diferenças identitárias, tocando poros de esfacelamento e dor, mas também de reinvenção. Essas narrativas deságuam aqui, no contexto atual das ideais colonizadas da contemporaneidade. Nesse sentido, proponho o resgate da cosmovisão africana a partir dos seus princípios de circularidade, coletividade, horizontalidade e integralidade, transformando o campo da educação em um importante território de enfrentamento do racismo e da intolerância religiosa em nosso país.

Decolonialidade e o ensino de danças do Brasil no currículo das licenciaturas em dança

Eloisa Marques Rosa (IFB)

Louise Lucena de Oliveira (IFB)

O ensino formal da dança no Brasil é majoritariamente fruto de tradições europeias e americanas como a dança moderna, o balé clássico e linhas da contemporaneidade branca. A proposta de apresentação oral surgiu a partir da reflexão sobre o ensino da disciplina Danças do Brasil como um lugar de ensino da dança por uma visão decolonial. Partindo da investigação histórica dos currículos nas universidades que implementaram o curso da licenciatura em dança no século XX no Brasil, como a Universidade Federal da Bahia e a Universidade Estadual de Campinas, propõe-se dar nome aos sujeitos que trouxeram a necessidade de se descolonizar o ensino formal da dança no Brasil como Marília de Andrade, por exemplo, e refletir comparativamente sobre os caminhos traçados, via currículos, na importância dessa disciplina. Numa primeira hipótese, podemos perceber que houve, para os tempos atuais, uma desvalorização da disciplina Danças do Brasil nos currículos das licenciaturas, sendo um dado perceptível através da redução das horas de ensino. Para a comprovação dessa hipótese inicial, propomos um levantamento dos currículos das licenciaturas em dança e uma reflexão quantitativa e histórica acerca do lugar da descolonização da formação acadêmica em dança como resistência.

A capoeira angola e a dimensão incorporada do conhecimento

Ângela Maria Ribeiro (UFBA)

Rosângela Costa Araújo (UFBA)

Diante do desafio de compor um projeto ético-político capaz de incluir vozes, penso a corporeidade como território privilegiado para o plantio de discursos e,

contra-estrategicamente, solo profícuo para o cultivo de culturas de resistência. O apagamento do corpo foi um fenômeno da modernidade, em contrapartida, entre as classes menos favorecidas e, por isso mesmo, menos submetidas aos valores hegemônicos da sociedade industrial, foi a dimensão incorporada da experiência que prevaleceu. A Capoeira Angola é um fenômeno que possibilita pensar uma episteme outra, por ter no corpo sua centralidade na aquisição e difusão de conhecimento. Falando desde o Sul que se configura como a periferia na produção de conhecimento e entendendo a América Latina como território de rebeldia à imposição de um centro como modelo, quero pensar o corpo como um microterritório de rebeldia e toda pessoa como um patrimônio cujo corpo materializa. Já dizia Milton Santos que nunca o corpo representou tanto num contexto marcado pela diluição da localidade. É de onde se vê que o mundo se constitui e é a partir da nossa existência no cotidiano que nos situamos no mundo que, paradoxalmente, à medida que se faz cada vez mais global, mais determina na pessoa sua centralidade. Por isso, é urgente aceitar o desafio e a utopia de reconstruir um mundo capaz de reconhecer a dimensão encarnada da experiência, possibilitando a inclusão de outras histórias cuja permanência só foi possível no território corporal. Fenômeno de resistência do povo negro, a capoeira é responsável pela reterritorialização da cultura africana no Brasil, através da manutenção de seus fundamentos básicos tais como ancestralidade, oralidade e senilidade, propondo um repertório corporal diferenciado, calcado ao longo dos séculos nos movimentos do cotidiano. Como tal, apresenta uma epistemologia própria, sendo, portanto, uma alternativa para pensarmos outras possibilidades epistêmicas.

Gestão do conhecimento étnico-racial como Formação Afirmativa na Educação Profissional e Tecnológica: ampliações formativas e epistêmicas a partir do pensamento decolonial

Adelmo de Souza Xavier (UFBA-DMMDC/IFBA/FAPESB)

Roberto Sidnei Macedo (UFBA-FACED-DMMDC)

A comunicação que se pretende apresentar é uma breve cartografia sobre a gestão do conhecimento étnico-racial como formação afirmativa nos processos formativos na educação profissional e tecnológica Macedo (2014) em específico, no Instituto Federal de educação ciência e tecnologia da Bahia-IFBA. A partir da ação de três grupos de pesquisa sobre a temática étnico-racial: MOANZI, grupo de estudo sobre a questão quilombola; GETI, grupo de estudo sobre a temática indígena e SABERES TRADICIONAIS E SUBALTERNIDADE, esta comunicação tem por objetivo relatar as ampliações epistêmicas a partir do pensamento decolonial, segundo Grosfoguel (2010) de que: 1. O cânone de pensamento deve ser ampliado; 2. Não se basear num universal abstrato, sendo o resultado de um diálogo crítico entre diversos projetos críticos políticos/éticos/epistêmicos para um mundo pluriversal; 3. A descolonização do conhecimento exige pensar a partir do pensamento-ação mais ao Sul global, a partir de corpos e lugares étnico-raciais/sexuais subalternizados. Para essa comunicação, pretendemos também estabelecer diálogos entre a experiência que será relatada com os conceitos de “geopolítica do conhecimento e pluriversalidade epistêmica”, em Miolo (2006); e as reflexões sobre “os novos

produtores de conhecimento a partir dos movimentos sociais”, Escobar (2006) e dos saberes-conhecimentos tradicionais silenciados para apresentarmos alguns avanços metodológicos a partir dessa abordagem.

Lei n. 10.639/03: da política ao currículo - em respeito à Virginia Leone Bicudo

Ana Cristina da Costa Gomes (UNIRIO)

O objetivo deste ensaio é pensar sobre a política de educação para o negro implementada no Brasil e a forma como o Movimento Negro vai delineando essas políticas que iniciam com o estímulo ao acesso ao estudo como forma de “integração social” até chegar, nos anos 1970/80, às reivindicações de cunho mais cultural e político, que são respostas do encontro do Movimento com os estudos de Frantz Fanon, Aimé Césaire e, que anos mais tarde, orientam a promulgação da Lei n. 10.639/03. A lei assinada em janeiro de 2003, que determina a obrigatoriedade do estudo das Culturas e História dos Africanos e dos Afro-brasileiros em todos os segmentos e instâncias da educação brasileira, impõe uma postura decolonial e um currículo intercultural, isso porque entende que as desigualdades educacionais não se restringem às questões de classe social, mas que também têm a ver com o tipo de conhecimento proposto, assim como sobre quais as representações do negro (HALL, 1997) são produzidas a partir desse conhecimento. A lei visa pensar o negro como um sujeito histórico, cuja subjetividade deve ser respeitada pela escola na medida em que essa se desloca das “verdades” que foram construídas na colonização, que, além do domínio econômico, inclui colonizar o saber/poder e o ser (QUIJANO, 2009). O presente ensaio traz como recorte temporal os anos 1910 a 2003, que se referem a nascimento e falecimento de Virgínia Leone Bicudo que, aqui no Brasil, em 1945, percebe como ocorreu com Frantz Fanon, na Martinica, os impactos da colonização que regime escravocrata produz nas Américas. São usados como referência Frantz Fanon, Anibal Quijano, Stuart Hall.

Pensamentos decoloniais afro-latino-americano: aportes enegrecidos do Sul

Ana Beatriz da Silva (UNIRIO)

Claudia Miranda (UNIRIO)

Este estudo objetiva entender os caminhos e interfaces possíveis de pesquisa educacional e de ação política com vistas a uma teorização que se coloque mais ao Sul no Brasil em termos epistemológicos. Para essa proposta, estar mais ao Sul significa dar visibilidade a outros e outras pensadores/as comprometidos com a formação política e pedagógica das novas gerações. As intelectuais Sueli Carneiro e Iva Cabral emergem como interlocutoras indispensáveis nesse exercício de recomposição analítica na contracorrente que vislumbramos como investigadoras do campo da decolonialidade. Identificamos a importância de seus pressupostos sobre conhecimento e libertação epistêmica e a formulação de propostas insurgentes de trabalhar a crítica nesse âmbito. Pensamos uma pedagogia outra como

expressão de conhecimentos e produções de saberes na contramão do *status quo*. Ambas as autoras auxiliam essa formulação e busca de aportes mais ao Sul por serem deslocadas e insurgentes como pensadoras comprometidas com o tema da formação de novos/as intelectuais na Diáspora Africana. Com foco em algumas concepções ético-políticas localizamos sua produção na perspectiva da decolonialidade operando um quadro teórico que inova os estudos sobre contranarrativas.

Filosofia africana contemporânea: uma inspiração para uma vida descolonizada

Luis Carlos Ferreira (UFBA-DMMDC)

Eduardo Oliveira (UFBA)

O artigo tem como objetivo problematizar questões acerca da Filosofia da Educação antirracista, a partir da filosofia africana no Brasil, buscando compreender o epistemicídio e o semiocídio no combate das filosofias africanas na filosofia da educação brasileira. Discute o combate, as filosofias africanas e os temas que essa filosofia problematiza (como o enfrentamento do racismo antinegro), nas imagens e cenários das filosofias da educação brasileira. O tímido diálogo da educação para as relações étnico-raciais e a cosmovisão africana na filosofia da educação brasileira é a expressão do combate ao negro-africano-descendente no projeto político e epistemológico na filosofia da educação brasileira. Nesse sentido, busca a partir do estilo da cartografia, mapear o Movimento da Filosofia da Ancestralidade, para desde ela ser uma inspiração filosófica africana no Brasil no combate ao epistemicídio e ao semiocídio na filosofia da educação brasileira. A cartografia é como um espiral do redemoinho, em os movimentos dinâmicos e intensos. A cartografia tem a mesma produção de sentidos de Exu, como bem disse Vanda Machado (2010), ele se “movimenta com flexibilidade e mutabilidade constantes”. Essa é uma análise conceitual da problematização da filosofia da educação brasileira na perspectiva da filosofia da ancestralidade, a partir da cartografia, com o objetivo de compreender a lacuna da filosofia africana na educação brasileira. O texto conclui que o racismo é um problema de atitude, de ação, por isso é uma questão ética. Mas somente se mobiliza se estiver maravilhado, admirado, como disse Vanda Machado, no evento. A estética, nesse sentido, é necessária para ressignificar, não os acontecimentos, esses já estão dados, não o movimento.

Redes de etnoeducadoras/es na América Latina: reflexões sobre pedagogias decoloniais

Danielle de Deus França Gomes Galvão Vaz (UNIRIO)

Este trabalho tem por objetivo realizar uma análise comparativa sobre as redes de etnoeducadores/as na América Latina, sendo assim, apresentamos os resultados parciais dessa pesquisa de mestrado que se encontra em curso no trânsito Brasil-Colômbia. Investigamos duas redes de etnoeducadores/as, sendo a rede Colombiana (Red de Ananse) composta por homens e mulheres e a brasileira (Rede Carioca de Etnoeducadoras Negras) composta por mulheres. Em ambas as redes as/os

etnoeducadoras/es estão inseridas/os em Programas de Pós-Graduação, além de serem professoras/es da educação básica. Seleccionamos a Colômbia para realizar a pesquisa comparada por esse país apresentar um quantitativo de população negra que fica logo depois do Brasil e do movimento negro em destaque, afro-colombiano, ser um movimento relevante no contexto latino-americano. Ademais, estamos alinhados em uma pesquisa mais ampla, realizada em parceria, a fim de observar suas práticas e ações e a partir dessas, compreender de que maneira esses movimentos podem contribuir para o avanço da educação para igualdade racial e de gênero, assim como temos observado que as contribuições evidenciadas podem sugerir novas perspectivas acerca das propostas para uma educação antirracista. Para tal, estamos realizando uma pesquisa de cunho qualitativo que se apoia nos aportes teóricos de WALSH (2010), FANON (2008) e FREIRE (2014), uma vez que nos orientamos pela opção decolonial e intercultural crítica. Questionamos como estas/es educadoras/es, ativistas e acadêmicas/os entendem suas trajetórias de vida e identidades e as interfaces com as práticas pedagógicas dentro e fora do espaço escolar. Destacamos que as opções epistemológicas realizadas se constituem como escolhas feitas no campo acadêmico, mas também como posicionamento político, em uma perspectiva de enfrentamento das desigualdades impostas pelo sistema capitalista e colonial ao qual nos encontramos inseridos. No campo teórico-metodológico, estamos trabalhando com três aportes metodológicos que nos ajudam a analisar os dados produzidos, sendo estes as histórias de vida, a pesquisa-participante e as entrevistas semiestruturadas.

UNILA e UNILAB: (Des)caminhos e diferenciações na implantação

Diana Araújo Pereira (UNILA)

Amauri Mendes Pereira (UFRRJ)

Nossa proposta é discutir a integração Brasil-África e Brasil-América Hispânica, como projetos que articulam diversidade e plurilinguismo, e que envolvem, inevitavelmente, a reflexão sobre as identidades e identificações que perpassam as relações pessoais, sociais e, portanto, políticas da geografia do conhecimento. Refletiremos sobre a universidade e sua (in)capacidade de universalizar discursos, contextos, referências e dogmas acadêmicos, a fim de abrir-se para sentidos diversificados de integração. A criação da UNILA e UNILAB constituem, também, desafios da política exterior brasileira face às geopolíticas globais. A criação da UNILA e UNILAB na virada da primeira década do século XXI representou um fato auspicioso. Tanto pela perspectiva de efetiva integração brasileira com duas regiões e contextos sociais, políticos, econômicos e culturais, para os quais jamais nossas políticas educacionais, currículos e reflexões pedagógicas estiveram voltadas de maneira ampla, sistemática e continuada; mas também porque se inaugurava nova postura e direcionamentos geopolíticos, coerentes com discursos e outras iniciativas no cerne de estratégias brasileiras de relações internacionais. Logo, porém, era perceptível uma movimentação diferenciada na articulação dos grupos de interesses que demandavam e fortaleceriam aquela política pública. Para a criação da UNILA foram designados latino-americanistas históricos, engajados acadêmica e politicamente naquela perspectiva; nem de longe, no entanto, adotou-se o mesmo procedimento em relação à criação da UNILAB – acadêmicos negros e/ou engajados

em demandas de interação com o continente e povos africanos não constituíram o núcleo de articulação e produção do projeto para criação da UNILAB. O texto pretende abordar, então, os (des)caminhos na projeção e implantação de projetos de tamanha relevância: Com a primeira direção a UNILAB vivenciou uma crise institucional, política e mesmo humanitária, que só foi equacionada com a troca da direção. Por que mesmo trocando pela segunda vez de direção continua em sucessivas crises e se encontra à beira de uma ruptura em relação ao seu ideário e sua institucionalidade? E em relação à UNILA: o que terá acontecido para que se aprofundasse a crise institucional-política-acadêmica, que se arrasta desde o afastamento do primeiro reitor, com risco de renegar ideias e práticas fundamentais idealizadas em seu projeto original e constitutivas de seu estatuto?

O modo de vida da Umbanda: uma perspectiva decolonial

Adilson Meneses da Paz (IFBA) &

Suely Aldir Messeder (UNEB)

O presente trabalho se propõe a refletir sobre o modo de vida produzido nos centros de Umbanda do Subúrbio Ferroviários de Salvador. Busca-se compreender o modo de vida que organiza o cotidiano de seus adeptos, produzindo uma forma de interpretar o mundo oriundo de uma visão subalternizada da sociedade. A umbanda é uma religião afro-brasileira que se caracteriza pela bricolagem de diversos elementos religiosos que produz uma dinâmica própria, expressa a partir de suas rezas, jiras, pontos cantados e obrigações. Segundo Birman (1985), podemos dizer que o poder religioso na Umbanda decorre de uma inversão simbólica em que os estruturalmente inferiores na sociedade são detentores de um poder mágico particular, advindo da própria condição que possuem. Compreende-se que há na prática umbandística uma condição libertadora de grupos historicamente silenciados e marginalizados: negros, índios, idosos, homem rural, a mulher e a criança, estes que simbolicamente potencializam-se em entidades espirituais como: Preto-velhos, Preta-velhas, Caboclas e Caboclos, Boiadeiros, Erês, Ciganas, Pombagiras e Orixás os quais têm poder e legitimidade para intervir no mundo. Percebe-se assim, na Umbanda, uma dinâmica que reinventa o lugar do subalternizado, produzindo um protagonismo forjado em saberes/práticas localizados que desembocam em novas formas de sensibilidade, relação com o outro a partir de uma ontologia própria.

Sobre nós, mulheres negras na escola: um estudo sobre relações raciais e perspectiva decolonial de Educação

Célia Regina Cristo de Oliveira (UERJ)

José Roberto da Silva Rodrigues (UERJ)

O presente trabalho é o fragmento de um pensar reflexivo, no campo das relações étnico-raciais aprofundado no âmbito do Mestrado Profissional em Ensino da Educação Básica. Os estudos das relações raciais e o avanço de políticas afirmativas revelam que a colonização epistêmica vem sendo questionada e revista. A dificuldade que a sociedade tem de enfrentar e assumir que o mito da democracia

racial serviu apenas para manter e acirrar as desigualdades sociais, em que deixando de fazer o corte de raça, e pregando a harmonia entre os povos, manteve o outro colonial (o negro) no lugar de desvantagem social. O percurso construído no cotidiano escolar que nos remetem ainda a um sentido de práticas subalternas em conformidade com os currículos hegemônicos, que nutrem e fazem com que nossas práticas pedagógicas demorem ou não atinjam seus objetivos, uma vez que, o compromisso com o outro está longe dessa arena de disputa que é o currículo. A nosso ver, as práticas curriculares adotadas na organização do sistema educacional, devem ser examinadas como parte de um mesmo constructo de inspiração, um princípio regulador que figura como um desafio para os segmentos que estão comprometidos com as lutas antirracistas e, por conseguinte, com as lutas anticoloniais (MIRANDA, 2014). A partir de lugares de fala distintos, considero haver um diálogo e torno oportuno aproximar os estudos de Pacheco (2008) que traz no âmbito das pesquisas (auto)biográficas, a valorização de praticantes docentes e seus fazeres em diferentes cotidianos escolares, aos estudos de Miranda (2013; 2014) na perspectiva decolonial, valorização de práticas insurgentes, rompendo com os paradigmas instituídos. Ambos os autores revelam a necessidade de olhares outros sobre as práticas docentes, apresentando rupturas contra-hegemônicas. Nesse sentido, os apontamentos de Miranda (2014) são precisos: Os aspectos políticos que adornam o modelo de diálogo instituído entre os segmentos fixados em lados opostos do ordenamento colonial, ainda presente pelas inspirações da metrópole, ou se quisermos, pela colonização epistêmica, apontam para novos desenhos teórico-metodológicos para que invistamos em pesquisas sobre textos/propostas curriculares comprometidos/as com a valorização do Outro do discurso educacional. Este trabalho foi desenvolvido na rede pública de ensino de educação básica, em Duque de Caxias/RJ.

Juventude e diferença – um estudo sobre currículo e socioeducação

Livia de Souza Vidal (UFF)

Essa investigação, no campo da educação, tem por objetivo compreender as abordagens de temas como gênero e raça no contexto socioeducativo do Rio de Janeiro. Jovens do sexo feminino passam em média seis meses cumprindo medida de internação, ou seja, privadas de liberdade, com a proposta de transformação de comportamentos ilícitos. A maioria é oriunda de periferias, financeiramente desprivilegiada, negra, e cometeu ato análogo a comércio ilegal de entorpecentes, algumas “diferenças” que permeiam os discursos promovidos sobre as identidades das jovens (HALL, 2014). Desenvolvemos nosso estudo com base nos discursos e nas práticas pedagógicas realizadas, seguindo a perspectiva teórica da negra norte-americana feminista, bell hooks (2013), que exalta uma pedagogia transformadora, pautando as temáticas feminista e antirracista. Discursos como “nosso público é preto e pobre” e “trabalhar com ‘meninas’ é mais complicado”, trazem à tona as temáticas de nosso interesse, eles são constantemente exaltados e poucas vezes aprofundados. Entendemos que esses discursos carregam um conteúdo, assim como o encontro com essas diferenças também está carregado de conteúdos, e com base nessa premissa adentramos o campo buscando as práticas pedagógicas que abordam as temáticas escolhidas diretamente ou não.

A relação das mulheres negras com o racismo na escola

Mônica Pinto da Rosa (UNIRIO)

Claudia Miranda (UNIRIO)

O presente trabalho busca refletir questões de pertencimento a partir das relações étnico-raciais e de gênero na escola em diálogo com os conceitos de “colonialidade/decolonialidade” (QUIJANO, 2005). Dessa forma, pretende-se ampliar as perspectivas sobre educação e dialogar sobre o quanto o racismo e a colonialidade limitam as ações nas relações de gênero e processos identitários e suas interseções no contexto escolar e social. Discute-se o racismo, a inviabilização de processos de libertação e a manifestação da cultura africana, bem como sua potencialidade histórica no mundo. Parte-se da narrativa autobiográfica da autora com ênfase nas suas práticas pedagógicas e ainda as experiências com meninas negras que ainda são alvo do racismo na escola (MIRANDA; ROSA, 2014). A estética padrão dominante no Brasil dificulta a identificação com a África e sua diáspora e por outro lado a autorreferência dos/as não negros/as (a ideia de ser esse o estrato social a ser tomado como referência) na escola sugere que o modelo de pertença se encerra e desautoriza os chamados “diferentes”. Com isso identifica-se que a referência aos cabelos e traços de fisionomia, das meninas negras mostram o quanto lutam para existir e se afirmarem como o “eu” das relações intergrupais na sala de aula.

Repensar Educação Superior e interseccionalidades: por uma visibilidade afirmativa

Ana Cristina Muniz Décia (UFBA)

Este artigo tem como objetivo pensar os eixos de subordinação que incidem sobre estudantes negras universitárias em uma formação superior, considerada de menor prestígio acadêmico-científico, na universidade pública federal, estruturada pela colonialidade do saber e do poder no seu campo de formação. Toma como pressupostos que as políticas públicas de acesso, permanência e avaliação da educação superior precisam dar conta da promoção da equidade para segmentos estudantis historicamente excluídos e mais vulneráveis nos espaços de poder e saber hegemônicos, reconhecendo que acumulam perdas materiais e simbólicas na permanência universitária, que se perpetuam no mundo do trabalho. Assume como questão central da investigação: como o conceito de interseccionalidade pode contribuir no entendimento de processos discriminatórios naturalizados nesse contexto e na proposição de alternativas que repensem as questões étnico-raciais nos currículos, nas pedagogias e na avaliação em uma perspectiva formativa decolonial? Para cumprir o objetivo deste estudo, utilizou-se da pesquisa bibliográfica, documental e observação sistemática a partir da experiência como docente e pesquisadora em universidade pública federal e avaliadora de curso de graduação. Dialogando com a perspectiva da equidade na educação superior e elementos conceituais de interseccionalidade e afiliação, visa problematizar essa formação, suas diretrizes curriculares e a avaliação como ponto de partida para propor novos lugares e pertencimentos identitários das estudantes negras sustentadas em uma visibilidade afirmativa como parte da política pública inclusiva na educação superior pública.

Educação universitária da Argentina e do Brasil: um estudo sobre currículo, gênero e etnicidade

Pedro Paulo Rosa (UNR/Argentina)

Pensar as relações de gênero e etnicidade na universidade argentina e brasileira é também, refletir sobre as tarefas éticas, políticas, sociais e pedagógicas da instituição universitária (MORELLI, 2013). É pensar a formação universitária e o currículo dos/as docentes e alunos/as. Vislumbramos colaborar com os debates emergentes no campo da crítica pós-colonial reconhecendo a decisão de educar em torno de tais aspectos. A investigação parte dos estudos de gênero nessa perspectiva e de observações sobre como o/a sujeito/a feminino latino-americana argentina e brasileira (docente e discente) se conectam buscando categorias em comum. A questão de gênero está colocada, neste trabalho, como uma categoria de análise que faz possível relacionar construções e relações sociais, principalmente em uma universidade no Brasil e na Argentina. Entender gênero como categoria de análise é contribuir para um novo olhar e fazer históricos. Assumimos o compromisso de incluir a voz dos/as oprimidos/as. Há neste trabalho, sobretudo, uma busca pelas diferentes matizes femininos, por seu percurso de luta durante esses dez anos, para se incluir como força intelectual ativa nos espaços acadêmicos. Tal como, portanto, relatou a historiadora Mary Nash (1985), visamos uma abordagem com um enfoque que permita superar a dicotomia da vitimização e logros femininos para reconhecer a força individual e coletiva das mulheres sem, por isso, esquecer sua opressão histórica.

A produção sobre relações raciais e Educação no periódico Caderno de Pesquisas: intervalações rumo ao século XXI (?)

Carla Aparecida da Silva (UFRRJ)

A desigualdade racial é um fato inegável na sociedade brasileira, podendo ser observada, tanto na história secular quanto nas estatísticas oficiais. Os reflexos dessa situação são evidentes e esses podem tanto aparecer em formas explícitas de racismos como internalizadas nas relações mistas (racializados/as e não-racializados/as) no cotidiano social. A contribuição que esperamos é problematizar as mudanças profundas advindas do debate alimentado pelos coletivos e agentes históricos da luta antirracista, bem como examinar seus desdobramentos no final do século XX. Na atualidade, observamos as propostas de novos estudos nesse campo e a ampliação da produção sobre os dados educacionais no Brasil, com base no comportamento de uma revista científica de referência na área. Foi pesquisado o total de setenta e oito números do *Caderno de Pesquisas* editados no período que compreende os anos de 1979 e de 2004. Nesse primeiro movimento objetivou-se mapear aspectos do seu comportamento com relação aos estudos focando as discrepâncias socioeducativas com recorte de raça. No período escolhido realizamos o levantamento e constatou-se que apenas nove números se destacaram e mesmo assim com um baixo índice de artigos tratando diretamente sobre relações raciais e Educação. Vimos que por um largo período após esses anos nenhum artigo tratando da questão foi apresentado pela revista. A ausência chegou a aproximadamente dez anos até aparecerem novas publicações sobre uma temática significativa para

um país colonizado e marcado por um fosso em termos dos direitos sociais das populações negras. Indagamos sobre as razões pelas quais essa temática deixou de ser investigada naquele intervalo já que um dos objetivos do periódico seria desenvolver investigações sobre Educação e relações raciais.

ST30 - “QUANDO A CRIANÇA NEGRA FALA”: PESQUISAS COM AS CRIANÇAS NEGRAS E QUILOMBOLAS

Coordenação:

Márcia Lúcia Anacleto de Souza (Unicamp)

Flávio Santiago (Unicamp)

As pesquisas sobre infância no Brasil têm sido instigadas a olhar para as crianças a partir de suas próprias vozes e contextos sociais e culturais, em diálogo com sociólogos, geógrafos e pedagogos da infância, e antropólogos da criança. Esses estudiosos problematizam o lugar das crianças na produção do conhecimento sobre elas, a representação social que elaboram sobre o mundo que as cerca, e indagam o campo teórico-metodológico que, em geral, fala “sobre” e não “com” a criança. Nesta Seção Temática, propomos reunir pesquisadores e pesquisadoras que compreendem as crianças na perspectiva das “culturas infantis”, e nesse sentido, reúnem em seus trabalhos o modo como representam a si mesmas e às relações nas quais estão inseridas. Culturas infantis implicam considerar que as crianças são sujeitos sociais que protagonizam a abordagem da própria infância nas cidades e em comunidades quilombolas contemporâneas, junto aos adultos, homens, mulheres, professores/as. Sob este enfoque, propomos pensar as crianças negras e quilombolas das pesquisas realizadas, considerando que, suas formas de expressão em torno dos processos de exclusão racistas e discriminatórios constituem-se em novas formas de colonizar o saber e suas identidades.

Crianças Negras: vozes da resistência em ação

Lucimar Rosa Dias (UFPR)

Cíntia Cardoso (UFPR)

Este artigo problematiza um fenômeno que estamos identificando no Brasil e intitulamos de resistências negras infantis. Tomamos o conceito de Resistência desenvolvido por Giroux (1986) e as ideias de Hall (1997) sobre Representações. Nesse sentido, serão apresentadas quatro narrativas de crianças que foram coletadas em diferentes contextos. Como metodologia, baseamos-nos na etnografia virtual conforme nos apresentam Feitosa e Marinho-Araujo (2014). Buscamos na web vozes infantis que trouxessem lógicas que questionam as relações de poder e determinação social em torno do ser negro no Brasil. Foram encontradas em redes sociais páginas que trazem crianças negras como protagonistas divulgando estéticas que questionam a hegemonia branca como padrão de beleza. Também encontramos reportagens sobre crianças que apresentam discussões próximas a estudos relativos a pertinência da literatura afro-brasileira infantil como contributo para novas representações. Outra mostra trata de uma criança que se utiliza do Hip Hop como linguagem de contestação em torno da questão racial e por último retratamos uma criança que em diálogo direto discorre sobre sua vida na comunidade e como sua inserção em um espaço de cultura negra lhe possibilita um novo discurso sobre sua negritude. Os protagonistas são quatro crianças com idade entre 4 e 11 anos que estão produzindo um discurso de resistência ao racismo brasileiro. Tomamos como suporte teórico para análise desses a perspectiva, a sociologia da infância a qual compreende a criança como um sujeito de direito e um ator social. A Teoria Crítica, bem como, amparamos-nos em autores do campo dos estudos das relações étnico-raciais e infância no Brasil (SANTIAGO, 2014; DAMIÃO, 2007, SOUZA, 2016; DIAS, 2007). Nossa conclusão é que a luta do Movimento Social Negro está produzindo um discurso infantil de resistência e de orgulho do seu pertencimento, formando uma nova geração para a qual a identidade negra é valorizada mesmo em contexto racista e que essas crianças também se constituem como atores na luta antirracista no Brasil e que podem provocar as instituições de educação a reverem suas formas de organização nas quais a produção e reprodução do racismo já foram constatadas e quiçá estimular que as legislações brasileiras que preveem uma educação que promova a igualdade racial seja efetivada de forma mais consistente, especialmente na educação infantil e primeiros anos do ensino fundamental, atingindo especialmente a infância.

Relações raciais: a criança pequena, família e creche

Marcos Antônio Batista da Silva (PUC-SP)

A presente comunicação tem como objetivo discutir sobre o tema da educação infantil, da creche, das crianças pequenas entre 0 e 3 anos de idade. A crescente demanda por creches indica uma tendência da família contemporânea a buscar parcerias para conciliar cuidados e educação das crianças pequenas e o trabalho da família. Há décadas, no Brasil e no mundo, a mulher tem conquistado com lutas, o direito ao trabalho. Mas enfrenta obstáculos para mantê-lo. Um deles é

onde deixar seus filhos pequenos durante a jornada de trabalho, já que não há vagas em creches em número suficiente para atender à demanda. É fundamental que as crianças, desde a etapa da creche, tenham acesso à educação para que, além da garantia de seu direito fundamental, possam ter um local não só de permanência, mas principalmente de educação e cuidado. Porém, a insuficiência de vagas em creches públicas diante da demanda, ou o elevado custo das creches particulares, dificulta, na maioria das vezes, que esse serviço seja escolhido por grande parte da população. Entende-se que as instituições coletivas, creches públicas, são um dever do Estado e direito do bebê, além de ser um recurso para complementar o esforço parental no cuidado e educação da criança pequena e facilitar interações sociais das crianças, e das famílias. Eu me autodeclaro negro e tive desde a infância um convívio com narrativas sobre questões relacionadas ao racismo e às desigualdades sociais. Parte-se das reflexões de Rosemberg (2011), Bento et al (2011), Silva (2014), que assistimos, apenas recentemente, a um crescente, porém ainda reduzido, número de pesquisadores a se envolver com o tema da educação infantil, da creche, das crianças pequenas no contexto das relações raciais e do combate ao racismo. Estudos vêm ampliando a visibilidade do bebê e da criança pequena no contexto das relações raciais, bem como têm chamado a atenção pública para o direito à educação para essa etapa da vida como um dever do Estado, constitucionalmente estabelecido. Essas pesquisas ainda apontam que as sociedades ocidentais contemporâneas são adultocêntricas, bem como dão ênfase ao racismo estrutural e simbólico na produção e sustentação de desigualdades sociais brasileiras, bem como nos convidam a refletir sobre o combate ao racismo.

*Do amargo do café á alvura das saias das yaôs para fazer valer a
Lei n. 10.639/03*

Marcus Maciel (UFG)

Estudo apresentado na Especialização: História e Cultura Afro-Brasileira e Africana na UFG, Versando sobre História, dinâmicas identitárias e religiões afro-brasileiras. Pesquisamos se há preconceito, velado ou não, de gestores, docentes e colegas nas escolas públicas de Águas Lindas, contra candomblecistas. Notório que as crianças são ensinadas sob a égide d'uma educação imaginativa eurocêntrica, onde meninas se veem como princesas loiras como Cinderelas, meninos na ideia de príncipes com corpos torneados e brancos montados em alazões, tipo Rei Arthur. Na nossa História, há princesas e príncipes, não nestes moldes, nossas rainhas, princesas, reis e príncipes estão na ancestralidade, vieram juntos e misturados aos negros, na rota do tráfico negreiro atlântico para o Brasil de forma desumana, quando aqui chegaram, foram escravizados e vendidos como se objetos fossem. Ainda há resistência, iniciada pelas negras que na viagem com suas proles nos porões dos tumbeiros, para conter a tristeza de suas crias, rasgavam suas vestes para fazer as Abayomi, com tiras e nós, essas mesmas mulheres se organizaram, mantendo a resistência cultural e passavam seus conhecimentos na oralidade, criaram às casas de santo de hoje, esteadas no sistema matriarcal. Verger (1992) diz “os africanos conseguiram sua sobrevivência como raça e como cultura, resistindo de forma tão sutilmente inteligente que foi confundida com aceitação dos cânones brancos ou e a inferioridade cultural”. Os Movimentos Negros derrubaram o Mito da Democracia

Racial que a elite acadêmica opressora (Donald Pierson e Marvin Harris) dizia existir no Brasil, apesar dos avanços que aconteceram, resgatando o pertencimento e a ancestralidade afrodescendente, vivemos n'uma sociedade hostil em que a própria identidade cultural é renegada e há discriminação étnica e religiosa. O legado do povo negro que compõe nossa sociedade é aceito facilmente, quando estamos na seara da dança, música, gastronomia, vestiário e do vocabulário, se adentrarmos no arcabouço religioso as coisas mudam, já que a influência eurocêntrica, ariana, católica cristã, diz que o culto dos Orixás é algo diabólico ou demoníaco. Nesse viés nasce o estudo: “Do Amargo do café á alvura das saias das Yaôs para fazer valer a Lei 10.639/03”, fomos às crianças candomblecistas, ouvir as inquietudes, desabafos e histórias de vida e a discriminação que sofrem por terem uma religião de matriz afro-brasileira discriminada por conceitos deturpados e arcaicos. Desafios Teóricos e Metodológicos na Pesquisa com as Crianças do Quilombo Mato do Tição - MG

Desafios Teóricos e Metodológicos na Pesquisa com as Crianças do Quilombo Mato do Tição - MG

Patrícia Maria de Souza Santana (Programa Ações Afirmativas - UFMG)

Este artigo contempla algumas de minhas reflexões em torno da incursão realizada na Comunidade Quilombola de Mato do Tição em Minas Gerais. Tal incursão aconteceu durante a pesquisa de doutorado em educação que teve como título “Modos de ser criança no Quilombo Mato do Tição – Jaboticatubas – MG”. As discussões realizadas aqui compreendem reflexões em torno dos desafios de se pesquisar crianças, considerando-se suas vozes e em um campo ainda em construção que é o estudo das infâncias quilombolas no Brasil. Serão apresentadas discussões em torno das especificidades teórico-metodológicas da investigação com crianças quilombolas, considerando-se as relações da pesquisadora com as crianças, os desafios na escolha dos procedimentos metodológicos bem como os cuidados necessários na análise dos dados. A partir de procedimentos tais como desenhos, conversas direcionadas, caminhadas transversais, entrevistas, questionários e outros, foi possível desvelar um universo rico em aprendizagens, saberes e variados modos de ser criança quilombola do Mato do Tição.

As comédias de Jatimane: memórias encenadas na comunidade remanescente de quilombos

Dislene Cardoso de Brito (IF Baiano)

Catiellen Soares de Jesus (IF Baiano)

Esta pesquisa faz uma análise das produções artísticas e culturais de Jatimane, uma comunidade de remanescente de quilombo situada no Baixo Sul Baiano. O estudo tem como foco de análise as peças de teatro produzidas e encenadas pelos membros da comunidade, as quais são chamadas de “Comédias”. Busca-se compreender de que forma essas comédias podem ser consideradas como patrimônio cultural da comunidade, tendo em vista que elas são pensadas como uma forma lúdica de reatualização da memória dos jatimanenses. Utilizando os recursos do estudo de caso, aliado a uma pesquisa bibliográfica e análise comparada das comédias, objetiva-se discutir as manifestações culturais, tendo a memória local como fio

condutor. Busca-se, também historicizar Jatimane, através dessas formas lúdicas de autorrepresentação. Esta pesquisa é um desdobramento de dois outros projetos desenvolvidos no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Baiano (IF Baiano – Campus Valença). Trata-se do NEABI (Núcleo de Estudos Afro-Brasileiros e Indígenas) e Tecnologia Baiano (IF Baiano – Campus Valença). Trata-se do NEABI (Núcleo de Estudos Afro-Brasileiros e Indígenas) e do projeto de extensão Cenas de Jatimane: Olhares sobre a História e a cultura da comunidade quilombola do Baixo Sul Baiano. A proposta de pesquisa das comédias de Jatimane se justifica pela necessidade de conhecer, analisar e divulgar esse rico material da cultura e da memória da comunidade, as quais são representadas pelos seus moradores. Essas histórias, construídas e encenadas pelos próprios moradores são chamadas de “comédias”. Entretanto, muitas dessas comédias permanecem apenas na memória das pessoas, repassadas aos membros da comunidade através da oralidade em dias de festas. Acredita-se que um registro escrito poderia contribuir para a “preservação” das histórias locais, uma vez que elas representam a memória dos remanescentes de quilombos de Jatimane, portanto servem como documento histórico local.

Bibliotecas e a educação quilombola

Dandara Baçã de Jesus Lima (Ministério da Saúde)

A demanda da comunidade afro-brasileira por reconhecimento, valorização e afirmação de direitos é crescente e o bibliotecário no exercício de suas atividades precisa reconhecer quais são as lacunas que existem no que tange ao direito da população negra. Reconhecimento que a justiça e direitos sociais, civis, culturais e econômicos tem sido aplicados de forma desiguais, e que a diversidade daquilo que distingue os negros dos outros grupos que compõem a população brasileira não tem sido sequer uma questão na biblioteconomia. E isso requer mudança nos discursos, raciocínios, lógicas, gestos, posturas, modo de tratar as pessoas negras. Requer também mudança das formas de planejar as bibliotecas, políticas de desenvolvimento de coleções (dando a possibilidade da população conheça a sua história e cultura), levantamento de demandas informacionais, políticas preconceituosas de segurança. Exige também que se questione as relações étnico-raciais baseadas em preconceitos que desqualificam os negros e salientam estereótipos depreciativos, palavras e atitudes que, velada ou explicitamente violentas, expressam sentimentos de superioridade em relação aos negros, próprios de uma sociedade hierárquica e desigual. Explicitando inclusive nas políticas de desenvolvimento e desbaste de acervos que um dos critérios será a valorização da diversidade étnico-racial. Recomendar o descarte de livros e documentos com cunho racista. Na sociedade contemporânea, a biblioteca pública possui uma função fundamental que é a de produzir, organizar e permitir o acesso à informação/cultura, ser mediadora entre o público e a informação/cultura, produtora de novos saberes que possam construir novas identidades. Em sociedades divididas em classes, como a sociedade capitalista, as bibliotecas também atuam como o que o Gramsci denomina de Aparelho Hegemônico do Estado – AHE, concretizando estratégias de persuasão e busca de consenso, ou seja, constituem-se espaços de práticas, agentes de ideologias, que se somam para a propagação de determinados valores, concepções e representações de uma dada realidade. Nesse sentido, a tarefa dos que lutam por uma sociedade

outra, mais justa e democrática, passa a ser a de combater um Estado coercitivo, mas também, transformar ideologicamente a consciência das camadas populares, especialmente as que historicamente têm sofrido com as desigualdades sociais e raciais existentes no nosso país, como a população afro-brasileira, afirmando diferentes identidades de classe, de gênero e de raça e, ainda, formar uma consciência crítica nos sujeitos. É nesse sentido que a Ciência da informação/Biblioteconomia pode se enriquecer com o pensamento gramsciano, para pensar as bibliotecas públicas como instituições sociais não neutras.

ST31 - GÊNERO, DIÁSPORA AFRICANA E RAÇA

Coordenação:

João Mouzart de Oliveira Junior(UFS/UNIT)

O interesse desta ST é reunir trabalhos que tratem de Gênero, Diáspora Africana e Raça, podendo ser estudos focados em cada um desses temas, ou que desenvolvam uma articulação entre eles. O objetivo principal é proporcionar um espaço de reflexão e interação, considerando as dimensões teóricas, analíticas ou empíricas dessas questões. A ST acolherá trabalhos que reflitam sobre as relações de gênero, o discurso de diáspora africana, raça, classes sociais, vícios, religiosidades, discriminação, questões geracionais e regionais, das desigualdades e representações sociais e discursos de modernidade e civilização no Brasil. Serão bem-vindos trabalhos que problematizem os elementos da diáspora africana no Brasil e especificamente no nordeste, bem como aqueles que investigam os discursos de gênero e raça na invenção da nação Brasileira. Além disso, chamaremos atenção, para a trajetória de vida de mulheres e homens negros que ficaram na invisibilidade e tonaram-se no transcorrer dos estudos científicos, relegados de uma história oficial. Tudo isso, com o intuito de observar e reunir os debates sobre o que tem sido pensado e problematizado nos últimos anos acerca dos conceitos apresentados na proposta desta ST.

Corpo em cena: as percepções dos discentes sobre a sexualização e inferiorização da mulher africana no filme “Vênus Negra”.

Luciana Dias Andrade (UFS)

Entender o cinema como agente potencializador contemporâneo faz parte da realidade do meu cotidiano enquanto historiadora e pesquisadora. A partir dessa reflexão venho me esforçando para levar aos alunos películas que possam provocar um debate sobre as condições políticas, sociais e culturais do continente africano, e explanar as relações de poder das grandes potências para com os países africanos. Nesse universo, deu-se a escolha do Filme “Vênus Negra” que nos leva a discursos como a sexualização da mulher negra, a construção de estereótipos e os contornos dessa diáspora africana no tempo presente. Essa película, torna-se crucial para perceber como os discursos foram produzidos e reproduzidos sobre a exotização e inferiorização do corpo e de que forma os discentes observam tal fenômeno nos dias atuais. O filme “Vênus Negra” (2011), dirigido por Abdellatif Kechiche, é uma biografia de Saartjes Baartman, uma mulher da tribo Khoikhoi que, no início do século XIX, deixou o sul da África para ser exibida nos salões europeus, nos famosos e mórbidos “freak shows”. Sob o nome “Vênus Hotentote”, seu dono, fez promessas de uma vida de glamour e dinheiro. Saartjes foi explorada cruelmente por ser negra e ter características físicas específicas. Chegada à Europa, depois de viajar por toda a Inglaterra é estudada por alguns dos mais conceituados anatomistas da época, da Escola Real de Medicina em Londres, Georges Cuvier, acreditando que Saartjes tinha uma anomalia. O filme também retrata o papel da Medicina como parceira do projeto colonialista europeu ao usar a legitimidade acadêmica para divulgar a ideia de que as africanas traziam as marcas de anomalias e inferioridade nas suas feições fisionômicas. Essa película aborda claramente as razões pseudocientíficas que defendiam o racismo no século XIX e demonstra as primeiras concepções acerca do corpo da mulher negra. Com esse filme identificamos os principais discursos que influenciaram a sexualização e a inferiorização da mulher no século XIX.

Tempos de crise: políticas públicas, cuidado e mulheres negras.

Mariana Mota da Silva (TJ-GO/Coletivo Corpolítia)

Este trabalho se propõe a discutir as relações de cuidado e as demarcações de gênero, raça e classe implicadas nessa atividade. Para tanto, aborda duas políticas públicas brasileiras, particularmente, a saúde mental e a assistência, devido ao viés estigmatizado e marginalizado que imputam aos sujeitos que as acessam. Coloca-se em debate, ainda, questionamentos acerca da família enquanto grupo de exercício primordial de cuidado. Historicamente as famílias, tal qual o Estado, foram designadas como instituição de proteção e responsabilizadas pelo bem-estar de seus membros, mesmo em países que contaram com um sistema de proteção social e oferta de serviços sociais relativamente desenvolvidos – como foram reconhecidos os Estados de bem-estar social – a instituição não deixou de ser incumbida dessas funções, pelo contrário, esses sistemas estruturaram-se fortemente em torno dela. A preocupação em entender como se configuram esses modelos de proteção social se dá a partir da compreensão de que ao aumentar ou diminuir o nível de presença do Estado enquanto principal prestador de serviços sociais e cuidado, interfere-se

diretamente na vida das mulheres negras e em uma maior ou menor proteção das pessoas em geral. Parte-se do entendimento da existência de uma política sexual que estabelece uma concepção hegemônica de família, aquele ideal que remete à família tradicional burguesa: monogâmica, centrada na figura masculina, branca e heterossexual. No entanto, esse grupo é atravessado por contradições, uma vez que as famílias são construídas e reconstruídas historicamente, não podendo ser dissociadas dos contextos culturais, econômicos e sociais nos quais estão inseridas. Dessa forma, ao ser a família o grupo social fundamental à gestão da vida das pessoas, é importante levar em consideração suas particularidades, contexto social e a forma como o Estado se relaciona com elas. Portanto, discutir família, particularmente as funções de cuidado, num contexto em que se observa um retraimento das políticas públicas e de apelo ao discurso da família como parceira na prestação de serviços de cuidado e de proteção aos seus membros é pensar a sobrecarga de trabalho e de responsabilização das mulheres negras.

Entre Panelas e Batuques: arqueologia da diáspora e relações de gênero e poder em Laranjeiras/SE (século XX)

João Mouzart de Oliveira Junior (UFS/UNIT)

Cristiane Querino da Silva (UFBA)

Pensar na História do Atlântico é trazer à tona diferentes experiências de grupos que foram formados nas redes de movimentos sociais no Oceano Atlântico. Nesse sentido, o “Mundo do Atlântico” vem sendo alvo de investigações de diversos pesquisadores nas Américas, com o intuito de compreender os diferentes movimentos estabelecidos e traçados no denominado Novo Mundo. Dentro desse aspecto maior é que se encontra a Diáspora Africana para o Brasil. É nesse contexto, que a pesquisa tem o objetivo de entender as relações de gênero e poder a partir do estudo do espaço doméstico como componente da paisagem urbana arqueológica do sítio da Palha, casa pertencente à Josefa de Jesus, antiga moradora e filha da africana Maria Senhora de Jesus. Para alcançar o objetivo proposto foram traçados os seguintes procedimentos metodológicos: primeiro foi o levantamento bibliográfico acerca dos conceitos sobre Diáspora Africana, Gênero Feminino, Espaço e Poder e segundo foi a pesquisa de campo com aplicação de entrevista. E logo após fez a tabulação dos dados encontrados. Assim, a preservação de seu espaço primordial, a cozinha, demonstra a importância dessa mulher para a sua família mesmo após sua morte. Não só o espaço físico e a tralha doméstica, mas, também, práticas como o “fazer o café” (torrar e moer os grãos) são resultados da forte influência e da liderança feminina no universo doméstico.

Os reflexos do “racismo brasileiro”

Mayara Castro de Souza (Universidade de Brasília-UnB)

A minha proposta de comunicação tem como objetivo discorrer a respeito do racismo no Brasil e as formas que se expressa a discriminação racial, de acordo com o mito da democracia racial baseada na miscigenação, no preconceito cultural

e de classe. Tendo como princípio as consequências da escravidão e os reflexos deixados na vida da população negra atualmente, o acesso de negras e negros em espaços, suas barreiras e a importância de estudo das relações raciais na construção e implementação de políticas públicas/sociais. Discorro através de algumas pautas/ dados da questão racial no Brasil, por exemplo, dados que relatam o “lugar da população negra hoje no Brasil”, a disseminação da cultura negra e as lutas/ resistências, a qual não é tarefa fácil de expor, uma vez que é luta antiga e complexa e jamais em um trabalho escrito será possível trazer as diversas questões em sua totalidade. O Brasil é o segundo país mais negro, ficando atrás apenas da Nigéria, na África, e comprovar tal realidade através de alguns dados é assustador, porque negras e negros são mais da metade da população deste país que, segundo dados do IBGE, está com cerca de 204 milhões de habitantes em seu número total. Refletir sobre a população negra do Brasil na perspectiva das estatísticas ruins (de mortes, desempregos, falta de escolaridade, analfabetismo, piores salários etc.) é também questão de repensar em culpas, porquês e estratégias para reverter a história que é contada através de retrocessos sociais, econômicos e políticos. Falar de racismo no país após 128 anos da abolição da escravatura, e constatar que nas universidades gigantes a ausência de negras e negros é visível, quando se entra em uma sala de medicina e não se vê negros e negras, mas em comparação se chegarmos em uma penitenciária, ora, veremos a cor negra desde a fila de visita até as celas. Refletir sobre os papéis dos gestores de políticas públicas/sociais na formulação dessas, que historicamente foram formuladas por homens e de pele branca, a importância de estudos raciais na formulação e aplicação das políticas para o povo negro é essencial para que haja evolução com resultados positivos para pauta da questão racial.

“O revólver já está engatilhado”: Juventude negra, violência a partir da criminologia crítica

Iodenis Borges F. Cerqueira (UFG)

Ádria Borges F. Cerqueira (IFG)

O índice de homicídios da juventude negra no Brasil vem sendo cada vez mais evidenciado enquanto contexto de genocídio. Realizou-se uma pesquisa com levantamento de dados da região Centro-Oeste, fazendo um comparativo entre os Estados dessa mesma região, dando enfoque a essa problemática no Estado de Goiás. Neste artigo trataremos especificamente sobre o contexto de genocídio da juventude negra a partir do discurso da Criminologia Crítica para evidenciar como o nosso histórico de país colonizado, estruturado no racismo, colaborou, através das concepções racistas da sociedade para a construção de um sistema penal altamente seletivo e com amplo respaldo estatal. É no processo de reconstrução histórica da criminologia que se encontra o campo da Escola Liberal Clássica e Escola Positiva que, embora tenham contribuído de maneira significativa com a ciência penal, muito influenciaram negativamente essa ciência, uma vez que, seja a crença no determinismo ou a existência de um delito natural, influenciaram decisivamente no campo penal e criminológico, não somente na Europa, mas conseguiram também transpor suas ideias na América Latina. As influências desse positivismo na ciência

criminológica e penal possibilitaram uma leitura subalternizada do ser humano. Assim, esse enfoque abriu margem para a naturalização de discursos perversos que foram amplamente sedimentados na construção do sistema penal dos países da América Latina. Oracy Nogueira (2006) elucida a existência do “racismo de marca”, em que a cor da pele e textura do cabelo são características usadas para definir se o sujeito é ou não negro. Logo, os que mais se aproximam fenotipicamente em maior escala do fenótipo negro são tratados de maneira inferiorizante. É justamente a partir dessa classificação social, hierarquizando com base nas diferenças contrastivas, somada a fatores históricos, econômicos e culturais que a representação do corpo negro possui uma valorização diferenciada, ocupando, por consequência, o “perfil indesejado”. Desse modo, também partindo da noção de identidade e diferença, será possível construirmos uma análise acerca da criminalização e genocídio da juventude negra, formatada em ideologias racistas e práticas exterminadoras que perpetuam em nossas relações cotidianas e no campo penal.

“Ser pobre e perigoso”: o vício no discurso de Manuel Querino na Bahia entre (1903-1922)

Cristiane Querino da Silva (UFBA)

João Mouzart de Oliveira Junior (UFS/UNIT)

No transcorrer do século XIX, a Bahia passava pelo processo de modernização e experimentava tensões em torno de medidas criadas para higienizar e civilizar sua gente. As práticas populares, especificamente as práticas de rua, começaram a se tornar alvo de intensas perseguições e a serem rotuladas de vícios. Essas medidas civilizatórias foram reproduzidas, principalmente no início do século XX, no discurso da intelectualidade. Manuel Querino, enquanto negro, oriundo das camadas populares, ora criticava a postura civilizatória movida pelas elites baianas, ora reproduzia esse discurso. Assim, o objetivo desse trabalho é analisar no contexto das obras do autor baiano, como a ideia de vício perpassou o seu discurso. Raymundo Manuel Querino produziu toda a sua obra entre 1903-1922, período em que a Bahia experimentou um intenso processo de modernização, sobretudo, na estética urbana da cidade que, perpassou também, pelo melhoramento do aspecto físico e moral do espaço. Dessa maneira, foram criados mecanismo de controle para banir das ruas, hábitos e costumes considerados viciosos. Nesse sentido, é relevante destacar que a rua sempre foi tratada pela elite, como um espaço ameaçador, frequentado por escravo de ganho, libertos, pobres, prostitutas, vagabundos, mendigos etc.

Raça e Gênero na obra de Nina Rodrigues – a dimensão racializada do feminino na criminologia positivista do final do século XIX

Naila Ingrid Chaves Franklin (UnB)

O presente trabalho pretende refletir sobre a construção do discurso criminológico positivista sobre a mulher criminosa no final do século XIX, a partir de uma dimensão racial. Para isso, faz uma análise de três obras do médico Raymundo Nina Rodrigues (1862-1906), maior entusiasta das ideias da escola positiva italiana no

Brasil: “As raças humanas e a responsabilidade penal no Brasil” (1894), “Os africanos no Brasil” (1890-1905), “As formas do hímen” (1900). Parte-se da ideia preceituada por Correa (2013) de que na obra de Rodrigues, o feminino vem sempre qualificado – mães de terreiro, histórica, degeneradas, vítimas, loucas, possuídas – e procura-se compreender aspectos do racismo na criação dessas diferenciações de qualificação do feminino e de que modo isso se relaciona na construção imagética da mulher criminosa e/ou vítima no momento de construção do ideal de nação brasileira. Ao final, sinaliza-se que o comprometimento da criminologia positivista com o racismo evidenciado nessas obras de Nina Rodrigues, é fator central para o entendimento da construção da imagem da mulher criminosa/vítima. A mulher negra é vista como vetor de degradação moral da família branca, sua religião é considerada profana e uma fonte de prostituição – ofício comparado ao crime na versão feminina pela criminologia positivista – e seus atos são utilizados como argumentação para Rodrigues formular sua teoria de inferioridade do estágio jurídico penal dos povos negros, eis que as mulheres negras, por serem menos controladas informalmente, são usadas como centro para o desenvolvimento de sua escala evolutiva jurídico-penal. Contrariamente, as palavras das negras são sempre desacreditadas no que tange a relatos de violência sexual, o que nos permite pensar o racismo como fator fundante para o entendimento das relações das mulheres com o sistema de justiça, sendo necessário incorporá-lo nas reflexões da criminologia feminista.

Ensaio sobre a História e seus outros

Guilherme Dantas Nogueira (UnB)

Proponho com este trabalho, a partir de um olhar sociológico e em perspectiva decolonial, debater a necessidade de se revisar a forma como a História é contada na sociedade moderna. Problematizo a necessidade de que se afaste de uma história arquitetada por elites dominantes e se volte a uma narrativa realista, que inclui tanto os feitos e glórias dos poderosos, vencedores nas interações sociais que o tempo observa, e as histórias dos vencidos/excluídos no percurso do progresso. Em particular, a crítica é voltada ao Brasil e sua falseada narrativa hegemônica de país. Para tanto, algumas bases do conceito de história foram revisadas a partir dos trabalhos de Benjamin, Arendt, Segato, Spivak e Rufer, e a história de uma pessoa subalternizada – mulher negra, brasileira, escravizada, abusada de diversas maneiras –, narrada por si mesma como uma entidade da Umbanda, foi visitada e debatida. Como considerações, problematizo que as histórias dos vencidos/excluídos devem ser lembradas pela História, em pé de igualdade com as diversas narrativas que constituem a vida social, sem serem obliteradas face à história dos vencedores/privilegiados, o que serviria a uma transformação – inclusiva e justa – da Historiografia e da própria sociedade.

Masculinidades Negras na obra Suor de Jorge Amado

Rosânia do Nascimento (UnB)

O presente escrito busca analisar os antagonismos presentes nas relações homoafetivas de duas personagens na obra “Suor”, do baiano Jorge Amado, à luz dos

estudos sobre masculinidades negras. O autor em voga ficou conhecido pelo conteúdo imagético-discursivo da baianidade, mas, sobretudo, pelo tratamento dado às suas personagens femininas, ancorado na construção da mulata baiana, salientado nos romances: *Gabriela, cravo e canela* (1958), *Dona Flor e seus Dois Maridos* (1966), *Teresa Batista: Cansada de Guerra* (1972) e *Tieta do Agreste* (1977). O objetivo deste texto é analisar a desqualificação das masculinidades negras nesse romance, marcado pela personagem Medonho, um sujeito negro, gay, mas que obedece aos padrões hegemônicos da masculinidade ideal. O referencial está pautado em autores que versam sobre as categorias sexualidade, masculinidades negras, literatura, pós-colonialidade, como, por exemplo, Pinho (2015), Fanon (2008), Faustino Nkosi (2014) e Nascimento (1978). O interesse pelas personagens homossexual presentes no livro de Jorge Amado, sobretudo, na sua obra *Suor*, advém das leituras transversais do componente curricular “Pensamento Negro Contemporâneo”, e sobremaneira da ida da turma na data da apreciação do relatório final da CPI da Câmara dos Deputados, intitulada “Homicídios de Jovens Negros e Pobres”, reconhecido na literatura como uma faceta do Genocídio do Negro Brasileiro, tal como é frisado no título da obra clássica do intelectual negro, Abdias Nascimento (1978).

ST32 - O QUE QUER O/A INTELLECTUAL NEGRO/A? DESAFIOS E ESTRATÉGIAS DE EPISTEMOLOGIAS AFROCENTRADAS PARA O PENSAMENTO NEGRO CONTEMPORÂNEO

Coordenação:

Leandro Santos Bulhões de Jesus (UnB/UniCEUB)

Leonardo Ortegá (UnB)

Movidos pela pergunta clássica “O que quer o homem negro?”, formulada por Frantz Fanon (*Pele Negra, Máscaras Brancas*, 1952), pretendemos, por meio desta Seção Temática (ST), reunir experiências, reflexões, propostas de indivíduos ou grupos que têm se inspirado nas matrizes epistemológicas consideradas africanas ou afro-brasileiras nas suas práticas. Consideramos que a crítica ao ocidentalismo na construção do conhecimento perpassa pela crítica e revisão dos conceitos, mas passa também pelas estratégias de superação dos referenciais eurocêntricos ainda tão enraizados no ambiente acadêmico e nas nossas formas de pensar e experimentar o mundo. Os chamados estudos subalternos, pós-coloniais, decoloniais, afrocentrados, teorias do sul, mulherismo africano, feminismo negro, entre outros, têm apontado caminhos para a consolidação de soberanias intelectuais tanto por meio do reconhecimento de epistemologias “encobertas” pelo jugo colonial, quanto pelas práticas de cruzamento de saberes. As discussões, nesta ST, poderão incluir pessoas que fazem parte de movimentos sociais, pesquisadores/as e/ou profissionais de diversas áreas, como: filosofia, pedagogia, serviço social, políticas públicas, música, relações internacionais, direito, saúde, jornalismo, geografia, história, literatura, artes, entre outros possíveis.

Das Maiorias Minorizadas ao Sujeito Desidentificado: a aventura do pesquisador negro na academia eurocêntrica

Richard Santos (UnB)

Maria do Carmo Rebouças

Aspira-se, interdisciplinarmente, uma abordagem crítica, como um projeto de desvendamento do mundo presente com o propósito de transformá-lo, reconfigurá-lo, dando visibilidade à história e à constituição social do que chamamos aqui de Maioria Minorizada, e que individualmente constituem-se no Sujeito Desidentificado. Nessa investigação, desde uma postura descolonial, buscamos a desconstrução da homogeneidade do ser latino americano nascido a partir do construto identitário do que é o ocidental europeu ou estadunidense, em oposição as Maiorias Minorizadas do sul do Rio Grande (EUA). Buscar-se-á problematizar o olhar do outro imputado aos pesquisadores afrodescendentes ao adentrar o espaço acadêmico, e, nele, ser forçado a adotar um *modus reflexivo* a partir da razão e modernidade europeia, gestado no cerebelo, ignorando a corporeidade afro-indígena, e com signos de uma tradição alheia aos costumes e historicidade do pesquisador afrodescendente do Sul, para assim considerar sua possível adesão subalternizada ao grupo dominante propagador de propalado saber hegemônico. Essa perspectiva crítica da abordagem tem origem na formação identitária dos proponentes doravante denominados pesquisadores, um afro-carioca da região central do Rio de Janeiro outrora conhecida como “Pequena África”, e uma afro-baiana da cidade de Cachoeira – região central do Recôncavo baiano, que juntos têm a proposta de debater intramuros acadêmicos as questões, aprendizados e perspectivas nascidas extramuros.

O Banzo, um conceito “existencial”: um afroperspectivismo filosófico do pathos negro na Filosofia Africana e Afro-brasileira.

Marcos da Silva e Silva (Secretaria de educação do Estado de São Paulo)

Sempre que falamos em Filosofia nos reportamos ao pensamento europeu como o centro das grandes reflexões filosóficas, o que, em muita medida está correto. Porém, muito além do pensar a filosofia em um único centro é importante abrir possibilidades, a partir dele, há novos diálogos e debates. Nesse caso, a proposta que aqui apresentamos é a de pensar conceitos filosóficos em outras formas de pensar Filosofia. Para isso, partiremos de conceitos pertinentes à filosofia existencial como: Angústia e Daisen como modelo conceitual. Nisso caminhamos em uma outra forma de pensar filosofia a partir de conceitos. E, um desses conceitos é o “Banzo”, dentro de uma perspectiva da Filosofia Africana. Pensar o Banzo para leitura de uma Filosofia Africana é refletir não apenas o conceito, é contextualizá-lo em seu significado dentro da história, e na história dos africanos que sofreram de melancolia, de saudade de angústia, da doença que mata. Ou, que vivenciavam um não-pertencimento em seu local de Ser. Essas definições que o conceito Banzo nos traz, permite entendê-lo para além do estado físico-psíquico em que os negros escravizados se encontravam ao chegar no Brasil. O Banzo é um conceito Filosófico-Africano que caracteriza uma condição existencial “intemporal”.

Histórias de mulheres negras: a formação de intelectuais da periferia

Neuza Maria Sant' Anna de Oliveira (UFRRJ)

Este artigo, parte integrante do projeto de pesquisa de nossa dissertação de mestrado, “A formação de intelectuais negras”, tem como objetivo traçar as trajetórias de vida pessoal e profissional de jovens mulheres negras que moram/estudam/trabalham na Baixada Fluminense, periferia do Estado do Rio de Janeiro. Nossa perspectiva metodológica é a dialógica, perspectiva que busca ver o mundo do ponto de vista do outro, visando compreendê-lo a partir das várias opiniões e percepções que se têm sobre ele, e não mais apenas a partir do ponto de vista único e absoluto do pesquisador. Nesse sentido, nossa metodologia consiste, sobretudo, compreender a maior quantidade e variedade possível de realidades na e da forma que ele está sendo percebido pelos seus heróis anônimos e que, não raro, são invisibilizados e silenciados. O método é o dialógico e, nessa perspectiva, nossa tarefa não será nunca de intermediário, mas de interlocutores e/ou provocadores desses encontros, dessas reflexões em torno da questão racial e dos preconceitos. O referencial teórico-metodológico que nos servimos para tal empresa se apoia nas reflexões dos seguintes teóricos: Antônio Gramsci, B. Hooks, Canel West, Frantz Fanon, Homi Bhabha, Edward W. Said, Nilma Lino Gomes, Mikhail Bakhtin e Hannah Arendt entre outros.

Memória e preservação: o diálogo entre jongueiros e universitários negros na construção do acervo do Jongo da Serrinha

Mayara Rodrigues Viana (UFRJ)

Gabrielle Nascimento (UFRJ)

Esse trabalho é fruto da parceria entre o Jongo da Serrinha – periferia situada no bairro de Madureira, zona norte do Rio de Janeiro – e a UFRJ, desde de 2012. Durante esses quatro anos de atuação, buscamos interagir com o grupo, a fim de fomentar a memória dos atores sociais envolvidos com a comunidade jongueira, preservando a memória do jongo e colaborando tanto na construção de sua identidade, como dos pesquisadores e bolsistas negros envolvidos no projeto. Dessa forma, o trabalho pretende contribuir para a construção do imaginário da comunidade, na relação com a herança cultural, como instrumento de valorização da identidade e da história local, trazendo a temática da diáspora africana e a história da África. Esse processo é pensado a partir da direção implementada pelos moradores, artistas e educadores vinculados à comunidade jongueira, de modo a preservar e valorizar a cultura e os patrimônios locais. Para alcançar nossos objetivos, o projeto vem desenvolvendo, de modo conjugado, atividades de pesquisa de campo antropológica e atividades educativas diversificadas, como oficinas de Memória e Cidadania, História Oral, Educação Patrimonial e Conservação de Documentos, bem como entrevistas e pesquisas em acervos diversos. Ações que visam registrar a memória da comunidade também vêm sendo executadas como captura de imagens fotográficas e filmagens, principalmente das falas relacionadas ao Jongo e ao Samba, guardadas nas lembranças individuais, mas que compõe um acervo de memória

coletiva ao alcance do cidadão. Consideramos que o fortalecimento e valorização da identidade ocorre numa via de mão dupla, permitindo o empoderamento tanto da comunidade da Serrinha quanto dos alunos negros. Novos olhares e narrativas são construídos, interrogando os lugares do poder e do saber, reconstruindo e restituindo as histórias silenciadas, as subjetividades reprimidas e os saberes subalternizados. Trataremos aqui da importância do diálogo entre sujeitos, agentes e cultura negra, além de seus reflexos tanto nas produções acadêmicas como no fortalecimento de nossas identidades.

A desconstrução do racismo através de Monteiro Lobato: uma análise do caso “Caçadas de Pedrinho”.

Antonio Gomes da Costa Neto (SEDF/UnB)

A apresentação discorrerá sobre o debate envolvendo Monteiro Lobato que há de ser considerado como uma das maiores discussões acerca do antirracismo no Brasil do século XXI, eis que o autor, a partir da discussão envolvendo a obra “Caçadas de Pedrinho”, inseriu-se em concursos públicos, pesquisas científicas, discussões por intelectuais, imprensa, movimento social e dentro da Academia Brasileira de Letras (ABL). A celeuma de “Caçadas de Pedrinho” de Monteiro Lobato englobou diversas instâncias da sociedade, cujas discussões foram realizadas entre os termos de censura e o direito à liberdade de expressão. O debate sobre a Literatura envolve o Poder Judiciário através do Supremo Tribunal Federal. Do mesmo modo demonstrou em relação à formação dos Profissionais da Educação através de Políticas Públicas. O uso da Literatura na desconstrução do racismo não foi objeto das deliberações pelo Estado, quando inerte transforma norma prescritiva em sugestão. Atualmente, desde a homologação pelo Ministério da Educação (MEC) do Parecer n. 06/2011, do Conselho Nacional de Educação (CNE), através de sua Câmara de Educação Básica (CEB), quando houve por bem permitir que todas as obras literárias, conseqüentemente, qualquer material de cunho didático, em tese, com expressões de estereótipos, racismo, preconceito ou discriminação racial podem ser adquiridas com recursos públicos por não violarem a legislação nacional e internacional antirracista. A Etnicidade surge como a construção de um significado semântico (sentido e referente) a partir da identidade, diferença, raça, etnia, pertença, cultura e grupos étnicos, revelando-se como a mais eficaz para compreensão na América Latina. Emerge a proposta de Reparação da Escravidão por demanda Judicial, tendo a Literatura através de sua capilaridade como instrumento de sua operacionalização. A possibilidade de agregar o antirracismo na Literatura de Monteiro Lobato pode se constituir no maior debate já realizado.

APRESENTAÇÕES
ARTÍSTICAS E
OFICINAS

Das raízes às pontas (cinema)

Flora Egécia

Aos 12 anos, Luiza tem orgulho de seu cabelo crespo e sua ancestralidade. Mas sua história é uma exceção. Os doze entrevistados – homens e mulheres dos mais diversos perfis sociais – falam sobre o papel do cabelo crespo como elemento do tornar-se negro e como ato político contra imposições estéticas. Questionar os padrões de beleza, que são impostos cada vez mais cedo, e tratar a afirmação do cabelo crespo como um dos elementos fundamentais da identidade negra são a principal temática do filme, que também avalia a aplicação da Lei n. 10.639/03 sobre o ensino da História Afro-Brasileira e Africana nas escolas brasileiras. Lançado em novembro de 2015, o curta-metragem foi exibido em festivais de cinema nacionais e no exterior e tem direção assinada pela brasiliense Flora Egécia, fotógrafa e designer negra.

Mulheres Negras: projetos de mundo (cinema)

Day Rodrigues

Lançado em setembro de 2016 em São Paulo, o documentário “Mulheres Negras: Projeto de Mundo” aborda as vivências e reflexões sobre as minúcias do que é ser mulher negra no Brasil. Utilizando nove entrevistas e uma performance de dança, o filme narra experiências de sobrevivência que desvendam o significado de habitar em pele negra. E reverbera vozes de mulheres que, ao apresentarem seu projeto de mundo, projetam o resgate de uma humanidade historicamente negada. O filme é uma produção independente, dirigido por Day Rodrigues (em parceria com Lucas Ogasawara), que além de feminista negra, é produtora cultural e escritora, concentrando sua pesquisa em temas como as diásporas transatlânticas, cultura popular, racismo institucional.

Novidades Ancestrais (música)

Thabata Lorena

Nascida em Imperatriz, no Maranhão, radicada em Taguatinga (DF), Thabata mistura a cultura urbana aos ritmos tradicionais. O resultado é o show “Novidades Ancestrais”, mesmo título do CD lançado em 2014, reunindo 11 canções que transitam entre o rap e o repetente, a embolada e o samba de coco. Esse é o primeiro trabalho autoral da cantora e compositora que faz uma profunda reflexão sobre temas da atualidade: o respeito às diferenças, a violência contra a mulher, a identidade, a história, a política e o empoderamento negro. Apesar da forte crítica social, sua voz marcante oferece ao público um show dançante. As influências e pesquisas pessoais dos músicos que acompanham a artista fazem de “Novidades Ancestrais” uma experiência forte e vibrante. A banda é integrada por Thiago Jamelão (guitarra), Wencel Castro (bateria), Richelmy (percussão), Jeferson (teclado), Dido Mariano (baixo e arranjos), Amaro Vaz (bateria) e Nega Layza, Flávio Flanklin e Dani Lemos (Back vocal).

Anjo Negro - adaptação de obra homônima de Nelson Rodrigues
(teatro)

Robson Bastos Roen

Espectáculo com média de 1h30 de duração, que faz reflexão sobre os aspectos da “simpatia hostil” em relação as dinâmicas de alteridade e as reflexões pendulares sobre gênero e raça.

Expressão corporal e escrita criativa: duas artes que se unem evocando uma ancestralidade negra (oficina)

Jackson Douglas Leal Silva & Evaldo Gonçalves Silva

A oficina visa realizar vivências de expressão corporal juntamente com a escrita criativa para que, através da experiência teórico-prática, os participantes possam (re)conhecer possíveis ferramentas de utilização do corpo e da escrita como elemento expressivo e possibilitar o (re)conhecimento – evocando uma ancestralidade – da identidade negro africana por meio dessa consciência corporal e da escrita. O corpo é entendido como linguagem que está para além da fala, o corpo expressa, comunica sentimentos e conceitos. Após essa primeira atividade abordaremos, dialógica e dialeticamente – temas relacionados a cultura negro africana – por meio de contações de histórias e mitos africanos – possibilitando um novo olhar para as inúmeras criações de histórias a partir de exercícios imagéticos (técnica teatral) em que, depois de estímulos provocados pelos ministrantes, os participantes da oficina irão poder se expressar textualmente. A escrita criativa envolve a confiança progressiva nas próprias potencialidades. A ação visa estimular, por meio das possibilidades teatrais – com exercícios que envolvem a imaginação e o corpo – variedades de experiência com o corpo e a escrita textual. Os participantes praticarão o trabalho de expressão corporal, que se utiliza de várias técnicas que ampliam o vocabulário de movimentos, despertando a consciência do nosso corpo e de nós mesmos enquanto sujeitos inseridos em um ambiente sociocultural. Também envolve o autoconhecimento que, nos leva a ampliar a consciência sobre nós mesmos e de que forma nos relacionamos com o outro e com o nosso meio. Também trabalharão com elementos como tempo e espaço, personagens, diálogo e tipos de narrador. As transformações históricas da cultura negro-africana e sua influência na sociedade brasileira e seus desdobramentos. Na culminância, os participantes irão apresentar as obras produzidas aos seus colegas de maneira prática-expressiva, difundindo, dessa maneira, o aprendizado durante a troca de experiência.

Arte Negra utilizando a arte tecnológica (oficina)

Elias do Nascimento Melo Filho e Artur Cabral Reis

A proposta de oficina tem como intuito apresentar processos e possibilidades a serem realizadas nas Artes Cênicas, Artes Plásticas e também na área Musical utilizando ferramentas e dispositivos *Open Source* como *Hardwares* vestíveis e aparelhos/sensores que possibilitam uma melhor interação do artista com o público. Dentre

os *hardwares* que vão ser mostrados estão: *Myo Armband* (Braçadeira vestível), *Leap Motion* (Sensor de movimento com possibilidade de realidade aumentada), Arduino (Placa de prototipagem baseada para artistas) e *RaspBerry* (Placa de prototipagem avançada), e em relação ao software será ministrado sobre o *Processing 2.0* e *3.0*, que é um software para construção de projetos artísticos e diversas outras tecnologias utilizando algoritmos e linguagem de programação. A proposta tem como objetivo apresentar meios para que possam ser utilizados para realização de obras com Arte Negra e de Gênero e Raça com aporte da Arte Tecnológica.

A mitologia yorubá na sala de aula (oficina)

Arthur José Baptista

A oficina tem como objetivo a ampliação dos conteúdos escolares para adequação às recomendações das diretrizes curriculares que implementam a Lei n. 10.639, no que se refere ao conhecimento e a valorização de saberes tradicionais herdados da cultura de matriz africana trazida para o Brasil ao longo dos vários séculos de formação. Na visão da lei, tais saberes foram legados como herança patrimonial imaterial de todos os brasileiros, descendentes de africanos ou não. Nesse sentido, a oficina pretende introduzir os professores do Ensino Médio no universo cultural dos povos Yorubá, resgatando tal herança por meio do estudo de sua mitologia, ou seja, a sua cosmovisão, seu sentido de existência, seus valores civilizacionais, seus princípios de ordenamento de mundo através de suas narrativas míticas de origem e da compreensão do universo, tais como transmitidas por esses povos via tradição oral. O curso se justifica pela necessidade de implementação de ações educativas de combate ao racismo e discriminação por meio da valorização dos saberes tradicionais africanos materializados na mitologia Yorubá, como forma de possibilitar transformações sociais a partir do reconhecimento da contribuição desses povos à formação cultural do povo brasileiro.

Música Negra Bahia (show musical)

Aminthas Angel

A proposta consiste na apresentação da criação musical do cantor, compositor, arranjador e diplomata negro e baiano Aminthas Angel. O artista lançou CD constituído de forte apelo e temática afro-brasileira. Trata-se de 10 canções de excelência técnica, melódica, lírica e harmônica. As canções são autorais, quatro delas em parceria com o premiado poeta e, também, diplomata, Jean Taruhn. Os ritmos variam no intuito de mesclar a mais pura tradição afro-brasileira à tradição harmônica do rock-pop anglo-americano. Há Samba-Coco, Samba de Roda, Samba Canção, Tambor de Mina, Toada, entre outros.

África de Onde Viemos (dança)

CENARAB-PI

O espetáculo *África de Onde Viemos*, traz à cena as riquezas da cultura africana, 273

através de seus sons, danças, cores, movimentos, ações e elementos da natureza. Viajaremos por essa região cercada de belezas, encantos e mistérios... Todos os acontecimentos na vida africana, são comemorados com danças. Tais como: nascimento, plantio, colheita, guerra, morte etc. Todas essas manifestações são para agradecer os Deuses da natureza. Coreografias: 1. Somos Um. 2. Nações. 3. Nascimento. 4. Jogo de Angola. 5. Mãe África. 6. Iansã. 7. Exú. 8. Marcadas. 9. Oxum. 10. Entre Nós. 11. Xangô. 12. Sereias. 13. Yemanjá. 14. Final.

O Conto que se conta com o corpo(performance)

Rafaela Francisco de Jesus e Renata Lima

Trata-se de uma pesquisa cênica inspirada na mitologia dos orixás. Busca-se em alguns contos da mitologia dos orixás possibilidades de criação em dança e suas relações com a contação de histórias. Nessa perspectiva, há uma busca pelo mito no corpo e pelo conto na dança.

A educação antirracista no contexto da história de mulheres negras: Abayomi entrelaçando resistências (oficina)

Agatha Leticia Eugênio da Luz e Bruna Caroline Santos Bomfim

As mulheres africanas, quando foram sequestradas do continente africano e trazidas em navios negreiros para terras invadidas por europeus, traziam suas crianças e as acalentavam fazendo bonecas com retalhos de suas saias, feitas de tranças ou nós, que serviam também como amuleto de proteção. As bonecas, símbolo de resistência, ficaram conhecidas como Abayomi, termo que significa ‘Encontro precioso’, em Iorubá. Saber a história das abayomis é também resgatar histórias que foram por anos negadas pelos centros educacionais, mas que se encontram na constituição da identidade da mulher negra na diáspora africana. É imprescindível que as escolas, resgatem essas histórias, ensinando as crianças e adolescentes, sobre sua verdade histórica, seus heróis, e suas estratégias de resistências, oportunizando-lhes representatividade positivas e resgate de sua autoestima e sua negritude. Assim, a oficina tem o objetivo de confeccionar bonecas Abayomi, resgatando sua história, cultura, valores, traços afetivos e de resistências, próprio do contexto da diáspora Africana no Brasil.

Canção da Saga (teatro)

Jéssica Laranja

Canção da Saga nasceu como resultado da disciplina direção 01 na Universidade de Brasília. A partir de uma poesia densa e simbólica, “Canção da Saga” traz em cena a reflexão e desabafo das personagens que resgatam na história do país as razões para o preconceito racial. Mais que um grito de revolta e denúncia, um convite para a reflexão e enfrentamento das dificuldades cotidianas presentes no caminho para a igualdade. FICHA TÉCNICA – Orientação: Cecília de Almeida Borges Adaptação e Direção: Jéssica Laranja Texto original: CUTI Elenco: Luíza Veloso e Luiz Gustavo

Carrier; Sonoplastia: Glauco Maciel Figurino e Cenário: Jéssica Laranja Operação de Luz: Tiago Britto e Jéssica Laranja Vozes em Off: Tiago Britto e Gustavo Vaz.

Mulheres negras: em todo espaço, sempre visibilizar (oficina)

Fórum Permanente de Mulheres Negras Cristãs/RJ

Em diferentes espaços sociais a figura da mulher negra é esquecida, preterida, esvaziada de identidade e relações simbólicas. Isso acontece porque o racismo, combinado ao machismo e ao sexismo, que tem origem na perspectiva de colonialidade do ser, do poder e do saber de que trata Anibal Quijano (2005), também é o agressor do corpo negro, quer no corpo, quer em sua subjetividade (FANON, 2011) e que se agrava na mulher. Toda essa compreensão tem permeado estudos e práticas da teologia negra e teologia feministas que hoje já embasam uma releitura bíblica e o surgimento de grupos cristãos de combate ao racismo, ao sexismo e as inúmeras discriminações e preconceitos que atravessam a sociedade brasileira. Essas releituras têm trazido à superfície, muitos personagens bíblicos negros e negros, que, ao resgatá-los, dá-se início às disputas para construção de espaços outros, exegeses outras, liturgias outras que vão de encontro à dominante visão ocidental eurocentrada. Nesse caminho, o objetivo desta oficina é dar visibilidade às mulheres negras da Bíblia, apresentando-as como possibilidades identitárias para a criação e recriação de diferentes formas de feminilidades negras, para desse ponto refletir sobre a descolonização de gênero (LUGONES, 2014) e antirracismo.

Bantu que te conto (oficina)

Doris Regina Barros da Silva

A invisibilidade ou distorção da imagem, história, elementos e práticas culturais dos povos negros, por meio da disseminação de estereótipos através de diversas representações contidas na mídia e outros veículos ainda persistem em nossa sociedade. Para a inversão desse quadro, é necessário o efetivo cumprimento da Lei n. 10.639/03, que trouxe a obrigatoriedade de inserção dos conhecimentos relativos à cultura africana e afro-brasileira nos currículos escolares, com vistas ao fortalecimento da identidade e autoestima dos estudantes afro-brasileiros e a promoção do respeito a nossa ascendência africana por parte de estudantes não-negros. Entre as diversas etnias africanas trazidas para o Brasil, encontram-se os povos bantos, cuja presença em nosso território deixou um importante legado cultural ainda invisibilizado. A presente proposta de atividade será desenvolvida de forma lúdica, através de exposição dialogada com vistas a uma aproximação com o universo da cultura dos povos Bantu, seguida de momento de elaboração textual individual utilizando vocábulos do tronco linguístico Bantu e momento de finalização com apresentação coletiva dos textos produzidos.

Tecendo um Fio da memória (fotografia)

Gabrielle Nascimento Batista;

Aline Barbosa Santiago;

Mayara Viana Rodrigues

A exposição será composta por 12 fotografias, no tamanho 30 x 25. O objetivo é apresentar as fotografias captadas a partir das nossas ações e experiências no projeto de extensão Patrimônio, Identidade e Memória: A Serrinha, entre 2012 e 2016, na UFRJ. Durante 5 anos, registramos em fotografias, imagens de diversas apresentações de jongo, samba, procissões, encontros no terreiro, entrevistas e o cotidiano periférico. Esses registros foram captados com o intuito de colaborar com a construção de uma memória narrada pelos próprios moradores, jongueiros e sambistas da comunidade da Serrinha, localizada na zona norte da cidade do Rio de Janeiro. Assim, nossa proposta é divulgar os personagens que detêm o conhecimento das histórias dessas expressões culturais, unindo etnografia e narrativa. De um lado, será apresentado a formação de um imaginário visual sobre o jongo, o samba, a religiosidade e a Serrinha – o conjunto de imagens sobre eles, suas relações e sentidos que produzem os desdobramentos dessas histórias, desses personagens e realizações. De outro, será apresentado as narrativas em forma de legendas, que foram capturadas a partir dos discursos das pessoas fotografadas, durante diversas entrevistas. Nosso desejo é possibilitar aos participantes do SerNegra uma experiência de leitura das obras expostas, bem como sugerir nossas relações, de uma equipe composta por alunas negras e periféricas, com os indivíduos fotografados e com suas memórias. A exposição “Tecendo um fio da memória” é um compromisso com o saber popular, de tornar realidade o direito desses sujeitos terem acesso efetivo a seu patrimônio cultural preservado. O trabalho realizado aqui, diz respeito a afirmação de uma identidade afro-brasileira e a maneira como eles constroem uma imagem de si por meio de suas próprias falas e gestos.

Lei n. 10.639, descolonização e práticas antirracistas (oficina)

Luciana Ribeiro de Oliveira

A Lei n. 10.639/03 tem o objetivo de levar para dentro do cotidiano escolar a história e culturas africana e afro-brasileiras e propõe uma prática pedagógica que convoca para decolonização do saber, do ser e do poder (QUIJANO, 2005), ao mesmo tempo que incorpora a si os valores afrocivilizatórios que são princípios e normas que corporificam um conjunto de aspectos e características existenciais, espirituais, intelectuais e materiais, objetivas e subjetivas, que se constituíram e se constituem num processo histórico, social, e cultural (TRINDADE, 2005, p. 30-31) no qual estão inseridos os negros no continente africano e na diáspora. Partindo desses dois aspectos, esta oficina se coloca como um momento para reflexão (e ação) sobre as relações étnico-raciais e a escola considerando questões como africanidade, negritude, diversidade, colonização racismo e antirracismo, que são temas de estudos e produções acadêmicas realizados no grupo de pesquisa do Grupo de Estudos e Pesquisa em Educação Étnico-Racial (GEPEER) do Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UNIRIO).

Capoeira Angola: mandinga, ancestralidade e resistência da cultura afro-brasileira (oficina)

Centro Cultural de Capoeira Angola N'Zambi

A capoeira angola é uma manifestação de cultura popular de conteúdo artístico, filosófico, cultural e social que se originou da mistura de diversas lutas, danças, ritmos e instrumentos musicais de matriz majoritariamente africana, fundamentada e perpetuada pelos afrodescendentes como forma de resistência às condições de exploração. Na oficina será trabalhada a movimentação da capoeira angola, musicalidade, dança, luta e o ritual vinculados a prática deste saber ancestral. Através desses elementos traremos aos participantes os valores que trabalhamos cotidianamente no espaço da capoeira. Dentre esses valores, destacamos o respeito a ancestralidade, o respeito as diversidades e a valorização e respeito às mulheres no universo da capoeira e na sociedade. A oficina será ministrada pelo Grupo de Capoeira Angola N'Zambi, sob a coordenação da Professora Luane Santos e contará com a participação de integrantes do Grupo N'Zambi, que auxiliarão na execução da bateria e da movimentação corporal.

Marcha de Mulheres Negras - o cenário a partir do RJ (oficina)

Fórum Estadual de Mulheres Negras RJ

A Marcha das Mulheres 2015 tomou como referência para seu processo de construção o conceito de Bem Viver que, da expressão indígena suma qamaña, e que se apresenta como alternativa às posturas de desenvolvimento, de trato social e ambiental, de posicionamento político e poder que se afastam da Colonialidade Global do Poder (QUIJANO, 2013) que colocam a população negra e, sobretudo a mulher negra, num lugar de vazio histórico e desrespeito identitário. O caráter de uma Marcha nacional se iniciou em 1995, na Marcha dos 300 anos de Zumbi. Em 2005, as Mulheres Negras se unificaram em um documento a partir do Encontro Nacional Olhares da Mulher Negra sobre a Marcha Zumbi +10, apresentando a estratégias e políticas de informação, mobilização e divulgação para uma presença 'feminegra'. Em 2015, a Marcha se apresentava tornando pública as milhares de violências que atingem a mulher negra, mas também a oportunidade de estabelecimento de um novo paradigma, o as mulheres negras do RJ assumem a tarefa de consolidar este Bem Viver, dando vida à Marcha, descolonizando nossas ações em uma caminhada, mas que resiste sozinha à colonialidade do gênero. Uma forma de compreender o mundo e lidar com ele de maneira compartilhada, uma vez que comunidades, mais que indivíduos, tornam possível o fazer; alguém faz com mais alguém, não em isolamento individualista (LUGONES, 2014). O RJ se organizou para a Marcha dando origem a uma delegação plural, mobilizando vários municípios e setores, com interesses e compromissos traçados para o pós-marcha. Um processo bastante fortalecedor das mulheres negras desse estado.

Tambores d'África, toque de vida, toque de fé

Marisol Kadiegi e Godofredo Costa

Vídeo que retrata o processo de comunicação do homem com o divino (orun e axé), utilizando entidades do camdomblé e da umbanda, conhecidos como “atabaques”.

Clarinha e a sereia do rio

Clarice Barbos Vieira

Esta apresentação artística tem como objetivo compartilhar da cultura de matriz africana. Por meio de uma história sobre a Deusa Oxum, esta *performance* reafirma a identidade negra e suas tradições, fortalecendo a cultura afro-brasileira.

Espaço dos Ibêjis

Vitor Nunes

Exibição de filmes, desenhos, brincadeiras e atividades lúdicas para crianças com abordagem da desconstrução do racismo infantil e valorização da identidade negra

DISTRIBUIÇÃO DAS
COMUNICAÇÕES
ORAIS

ST01 - Kilandukilu: (re)conhecimentos em Arte & Educação

	QUARTA-FEIRA, 23 de novembro
09:00 - 09:30	A circularidade das danças de matriz africana em uma escola pública do DF
09:30 - 10:00	O voo do pássaro negro: uma proposta antirracista com in(ter)venções artísticas
10:00 - 10:30	Os instrumentos musicais em uma casa de Tambor de Mina: possibilidades para aplicação da Lei n. 10.639/2003 em sala de aula
10:30 - 11:00	PAUSA
11:00 - 11:30	Políticas de reparações: a valorização do patrimônio africano e afro-brasileiro nas práticas educativas.
11:30 - 12:00	Sopapinho poético: fortalecendo crianças negras através da arte poética

ST02 - Arte e as multimídias da expressão negra: a fala continua

	SEGUNDA-FEIRA, 21 de novembro
14:00 - 14:30	"Antônio": um relato de negritude e/na experiência de composição coreográfica em dança
14:30 - 15:00	(Des)construindo olhares fotográficos periféricos
15:00 - 15:30	Dreadlocks de ontem e de hoje: link Jamaica Etiópia
15:30 - 16:00	Literatura afro-brasileira: voz e espaço da mulher negra
16:00 - 16:30	PAUSA
16:30 - 17:00	Safi Faye – Cinema e Autorrepresentação
17:00 - 17:30	Teatro de Revista: a questão do negro e da indústria cultural
17:30 - 18:00	Adornos e orixás: o design como mediador entre os símbolos e plasticidade

ST03 - Tradução e diáspora negra: entre decolonialismo e antirracismo

	SEGUNDA-FEIRA, 21 de novembro
14:00 - 14:30	Diálogos da poesia de Langston Hughes e a diáspora: uma tradução
14:30 - 15:00	Langston Hughes reescrito por Solano Trindade
15:00 - 15:30	Outras vozes lésbicas negras no abebe de Oxum: traduzindo Dionne Brand
15:30 - 16:00	Questões de tradução suscitadas pelo papel revolucionário das mulheres negras personagens de um romance haitiano
16:00 - 16:30	PAUSA
16:30 - 17:00	Da Negritude Cesariana à Antilhanidade Glissantiana: questões de tradução
17:00 - 17:30	Literatura nigeriana no Brasil: algumas considerações acerca da tradução da obra de Chimamanda Ngozi Adichie ao português brasileiro

	TERÇA-FEIRA, 22 de novembro
14:00 - 14:30	Literatura afro-brasileira na França através da tradução: <i>L'histoire de Poncia</i> , de Conceição Evaristo, em foco
14:30 - 15:00	Literatura afro-brasileira em tradução: um olhar sobre <i>The Color of Tenderness</i> , de Geni Guimarães
15:00 - 15:30	Traduzindo e criando memória afetivo-cultural por presentes e futuros negros
15:30 - 16:00	Traduzindo no Atlântico Negro: experiência contemporânea a partir de Salvador/BA
16:00 - 16:30	PAUSA
16:30 - 17:00	Enegrecendo a história da tradução no Brasil: uma revisão do século XIX
17:00 - 17:30	Políticas de tradução e escrita literária negra

ST04 - *Feminismos negros e antirracismo*

	QUARTA-FEIRA, 23 de novembro
09:00 - 09:30	Violência sexual contra as mulheres negras: o corpo desinstitucionalizado
09:30 - 10:00	Divisão sexual do trabalho: de que mulheres estamos falando?
10:00 - 10:30	Ocupação feminista: reflexões e proposições de um feminismo antirracista para a construção de novas "comunidades de aprendizagens"
10:30 - 11:00	PAUSA
11:00 - 11:30	Socialização das mulheres negras: um olhar (preliminar) sobre a construção do afeto e da solidão
11:30 - 12:00	Marcha das Mulheres Negras 2015: relato de uma experiência
12:00 - 12:30	Mulheres, negras, belas e da luta: entrelaces entre gênero, raça, protagonismo e empoderamento feminino para construção de um currículo decolonial.
12:30 - 14:00	ALMOÇO
14:00 - 14:30	Nzinga Informativo: a imprensa feminista feita por negras e para negras
14:30 - 15:00	Práticas de representação social de sujeitos subalternos: os estereótipos de mulata e mãe preta.
15:00 - 15:30	Ser negra rezadeira quilombola: abordagens pedagógica e novas perspectivas da Educação Quilombola com sentimentos e saberes em quilombos de Caucaia

ST05 - *Artes visuais e identidades negras: repercussões e contrapontos*

	QUARTA-FEIRA, 23 de novembro
09:00 - 09:30	A invenção da identidade nacional brasileira nas fotografias dos anos 1940/ 1950
09:30 - 10:00	Representações icônicas das imagens dos santos católicos no imaginário popular
10:00 - 10:30	A artesanaria em Sônia Gomes
10:30 - 11:00	PAUSA
11:00 - 11:30	Artes visuais, hierarquias e identidades negras
11:30 - 12:00	Grafite, narrativa, periferia: identidade negra, políticas e arte nos muros de Ribeirão Preto (SP)
12:00 - 12:30	O Cristo de pele negra e o atentando as artes - 1955
12:30 - 14:00	ALMOÇO
14:00 - 14:30	Olhares que se cruzam: problematizando produções de arte da cultura das casas tradicionais de matriz africana.
14:30 - 15:00	Tramas da pele
15:00 - 15:30	Retratos expandidos: poéticas das resistências na fotografia contemporânea de Giuliano Lucas

ST06 - O pensamento decolonial e a questão étnico-racial na América Latina

	TERÇA-FEIRA, 22 de novembro
14:00 - 14:30	A contribuição de Aimé Cesaire para o pensamento decolonial
14:30 - 15:00	América Latina e o Caribe: perspectivas sobre as categorias
15:00 - 15:30	Racismo, antirracismo e uma visão descolonial na História da Educação no Brasil.
15:30 - 16:00	Vai acabar, vai acabar...! A militância negra e os estudos pós-coloniais e descoloniais
16:00 - 16:30	PAUSA
16:30 - 17:00	Movimento social negro e quilombola: a construção de uma práxis revolucionária
17:00 - 17:30	Têmis e Clio na encruzilhada: perspectivas decoloniais do Fenômeno Jurídico e da Teoria da História
17:30 - 18:00	Principales perspectivas teoricas del pensamiento critico latinoamericano: avances, críticas y desafios
18:00 - 18:30	Descolonizando a TV Pública. Uma análise do programa Nova África da TV Brasil

	QUARTA-FEIRA, 23 de novembro
09:00 - 09:30	Indicadores de pobreza para a América Latina e Caribe: estruturas de poder e de manutenção de diferenças
09:30 - 10:00	Discriminação Étnico-Racial contra migrantes na América Latina
10:00 - 10:30	A indução estadunidense na produção de conhecimento e as questões raciais na América Latina
10:30 - 11:00	PAUSA
11:00 - 11:30	Bioética e as relações etnorraciais: uma análise crítica ao discurso de eugenia racial no brasil
11:30 - 12:00	México e Brasil: convergências identitárias nacionais de semelhante substrato de negação dos povos indígenas
12:00 - 12:30	Modelo de mobilidade estudantil no setor educativo do Mercosul: eurocentrista ou latino- americanista?
12:30 - 14:00	ALMOÇO
14:00 - 14:30	A conquista da favela: notas sobre a colonialidade urbana
14:30 - 15:00	O ensino de história e as mulheres negras: relações imersas na colonialidade
15:00 - 15:30	Ensaio sobre o colonialismo do ser e do poder em Gilberto Freyre.
15:30 - 16:00	Suspeitos e cidadãos: a construção de um inimigo social.

ST07 - As tecnologias educacionais e o antirracismo

	QUARTA-FEIRA, 23 de novembro
09:00 - 09:30	Cine NEABI: educando para a diversidade
09:30 - 10:00	Violência no contexto escolar e racismo: um olhar a partir de um município do entorno do Distrito Federal (Brasil)
10:00 - 10:30	Documentários com estudantes de escolas públicas baianas
10:30 - 11:00	PAUSA
11:00 - 11:30	IKOLOJU: Cibercultura e Educação antirracista
11:30 - 12:00	Memórias e Identidades: Produção Formativa de Vídeos Educacionais
12:00 - 12:30	O Programa Intervalo como tecnologia educacional na contribuição de práticas antirracistas: o caso do quadro Histórias da Bahia

ST09 - Os africanos no mundo atlântico: interações entre África e Brasil a partir de uma leitura decolonial

	SEGUNDA-FEIRA, 21 de novembro
14:00 - 14:30	“Rumbe: A educação de axé e os valores civilizatórios africanos”
14:30 - 15:00	Resistência feminina em "O alegre canto da perdiz", de Paulina Chiziane
15:00 - 15:30	Candomblé: memória, oralidade e interculturalidade, enraizadas no arvorecer de uma cultura fertilizada pela amalgama de povos africanos.
15:30 - 16:00	Migração africana no contexto da mobilidade humana: um breve olhar sobre a migração forçada a partir do contexto neoliberal
16:00 - 16:30	PAUSA
16:30 - 17:00	Mulheres quilombolas (Brasil) e mocambicana (África): estudo etnográfico sobre educação, trabalho e modos de sociabilidade
17:00 - 17:30	Exu nas asas da Sankofa e a interrogação de Clio
17:30 - 18:00	Uma análise da construção das representações dos/das sujeitos/as africanos/as a partir dos cheiros no espaço interno do(s) ônibus intercampi da UNILAB-CE

ST10 - A matriz africana na visualidade brasileira, práticas poéticas de resistência negra

	QUARTA-FEIRA, 23 de novembro
09:00 - 09:30	Negra África, negra a raça da mulher guerreira: a escola de samba como locus de construção artístico - cultural da identidade negra e dos saberes étnico-raciais.
09:30 - 10:00	"Fluxo de Bênção": a resistência simbólica na urbanidade física e virtual
10:00 - 10:30	“Afro-amazônicos e seus símbolos” em trilha no Museu Goeldi: um estudo das identidades e relações étnico-raciais
10:30 - 11:00	PAUSA
11:00 - 11:30	"No trajeto das águas sobre o sulco dos rios"
11:30 - 12:00	Aforresistências: memória, protagonismo e arte negra.
12:00 - 12:30	Block Print: estamperia em tecido por carimbos de madeira.
12:30 - 14:00	ALMOÇO
14:00 - 14:30	Corpo-templo - poéticas visuais, rito e memória
14:30 - 15:00	Mostra Nós de Aruanda - o corpo como mídia contra hegemônica
15:00 - 15:30	O ritual da Jurema e o olhar de dentro através do audiovisual

ST11 - O 'não-lugar' de pessoas negras no ensino superior no Brasil

	SEGUNDA-FEIRA, 21 de novembro
14:00 - 14:30	Ações afirmativas e o Brasil pós Durban: a presença e o lugar subalterno de docentes negros e negras no mundo acadêmico branco
14:30 - 15:00	Trajetórias e narrativas de mulheres negras professoras universitárias
15:00 - 15:30	"Não era nem pra tu tá aqui". Experiências de mulheres negras em uma universidade pública do país
15:30 - 16:00	Seja de onde for: Qual é a sua história? Mulher negra, pobre da Baixada!
16:00 - 16:30	PAUSA
16:30 - 17:00	Negra Sou! As trajetórias de identidade de mulheres negras na UFG
17:00 - 17:30	A luta de negros contra a colonialidade do saber no ensino superior
17:30 - 18:00	Inserção no mercado profissional: a influência das instituições de ensino superior no abrir ou fechar de portas.

	TERÇA-FEIRA, 22 de novembro
14:00 - 14:30	Uma experiência de desconstrução da epistemologia do racismo: o desenvolvimento da Lei 10.639/03 nos cursos de Educação Física, Odontologia, Psicologia, Arquitetura e Urbanismo
14:30 - 15:00	Mulheres negras na universidade: reflexões a partir de depoimentos na página Preta e Acadêmica
15:00 - 15:30	Protagonismo de acadêmicas negras
15:30 - 16:00	Formação em Psicologia e a Educação das Relações Raciais: um estudo sobre os currículos de graduação em Psicologia em Porto Alegre e Região Metropolitana.

ST12 - Decolonialidade e educação

	SEGUNDA-FEIRA, 21 de novembro
14:00 - 14:30	Etnoempreendedorismo: um outro olhar da economia criativa dos escravos no período pós-abolição na cidade de Salvador.
14:30 - 15:00	A presença da história e cultura afro-brasileira e africana na formação do pedagogo: uma análise dos currículos de pedagogia da região norte em diálogo com a decolonialidade
15:00 - 15:30	A práxis revolucionária de Frantz Fanon e sua crítica ao colonialismo europeu em direção à descolonização
15:30 - 16:00	A ideologia cristã de diabolização do outro no ambiente escolar
16:00 - 16:30	PAUSA
16:30 - 17:00	Entre silêncios e práticas: A Lei n. 10.639/2003 e as experiências dos docentes do Departamento de História do Colégio Pedro II (2003-2015)
17:00 - 17:30	Exu e a pedagogia das encruzilhadas: antirracismo e decolonialidade
17:30 - 18:00	Interculturalidade, currículos e combate ao racismo na escola básica

	TERÇA-FEIRA, 22 de novembro
14:00 - 14:30	Pedagogia antirracista e decolonial brasileira a consolidação de um projeto histórico em curso
14:30 - 15:00	Pedagogia das "Pequenas Áfricas": saberes outros
15:00 - 15:30	Pluralidade de sujeitos e de saberes: experiências de brechas descoloniais na universidade
15:30 - 16:00	Vozes negras mulheres: resistência e produção de conhecimento.
16:00 - 16:30	PAUSA
16:30 - 17:00	Afetividade e Educação: uma reflexão acerca do Grupo Cultural Bagunçaço/BA
17:00 - 17:30	Colonialidade e ensino de História: memória e alteridade na organização espaço-temporal
17:30 - 18:00	Decolonialidade e educação intercultural em religião de matriz africana na Amazônia

ST13 - Estudos sociobiográficos de mulheres negras no Brasil

	TERÇA-FEIRA, 22 de novembro
14:00 - 14:30	Destinos traçados? Gênero, raça, precarização e resistência entre merendeiras no Rio de Janeiro
14:30 - 15:00	Lia Vieira: escrita, denúncia e ativismo
15:00 - 15:30	Matilde Ribeiro: uma trajetória de militância e empoderamento da mulher negra
15:30 - 16:00	Matriarcado e fé: a história de Mãe Fátima de Oxum
16:00 - 16:30	PAUSA
16:30 - 17:00	O espelho do racismo social: o reflexo da subordinação da mulher negra na publicidade e propaganda
17:00 - 17:30	Os desvios da periferia e de Carolina Maria de Jesus: quarto de despejo.
17:30 - 18:00	Quarto de Despejo: Breve reflexão a partir dos conceitos de sujeito e agência de Judith Butler

ST14 - Gênero e raça no audiovisual: linguagens, produções e tecnologias

	SEGUNDA-FEIRA, 21 de novembro
14:00 - 14:30	Quadro Negro: Identidade e Representação no uso de audiovisuais na implementação da Lei n. 10.639/2003
14:30 - 15:00	Professoras Pretas: empoderamento e transição à luz da Lei n. 10.639/03
15:00 - 15:30	Formulação de políticas públicas no combate ao racismo religioso – uma reflexão acerca do papel do Assistente Social no âmbito da audiovisualidade
15:30 - 16:00	Cinema negro de autorrepresentação: uma análise do filme sergipano “caixa d’água, quilombo é esse?”
16:00 - 16:30	PAUSA
16:30 - 17:00	Negri-Hop: interação música e cultura negra
17:00 - 17:30	Que olhos azuis são esses? Eurocentrismo e a questão do espelho em um filme de Flora Gomes
17:30 - 18:00	Estética, performance e representação da negritude no filme “Também somos irmãos” (1949)
18:00 - 18:30	Cinema, cultura e representatividade: uma análise do filme <i>Cidade de Deus</i> .

	TERÇA-FEIRA, 22 de novembro
14:00 - 14:30	A contribuição dos estudos feministas para análise sociológica da produção cinematográfica histórias cruzadas
14:30 - 15:00	Relações de gênero, identidade e afeto no documentário Mulheres de Barro
15:00 - 15:30	Cinema africano no feminino: um estudo acerca da participação das mulheres africanas no cinema através dos Festivais
15:30 - 16:00	Atos de resistência frente a escravidão doméstica e feminismo negro no longa-metragem senegalês “La Noire des...” (1966)
16:00 - 16:30	PAUSA
16:30 - 17:00	<i>Houses</i> de afeto: agrupamento negro LGBTTI em <i>Paris is Burning</i>
17:00 - 17:30	Cinema negro: possibilidade da construção de uma abordagem gay afetiva
17:30 - 18:00	A invisibilidade da lésbica negra na TV brasileira: cadê elas?
18:00 - 18:30	O cinema e a reestruturação do feminino negro na linguagem literária no filme “Bem Amada”

ST15-A - Educação das relações étnico-raciais

	SEGUNDA-FEIRA, 21 de novembro
14:00 - 14:30	Africanidades: práticas em escolas municipais de Campinas e Hortolândia
14:30 - 15:00	Patrimônios e memórias afro-brasileiras: entre permanências e ressignificações
15:00 - 15:30	Implementando a Lei n. 10.639/03: Novas perspectivas para as relações étnico-raciais na educação
15:30 - 16:00	Diversidade na Escola: o trabalho com as temáticas étnico-raciais e de gênero no CEF 01 de Planaltina
16:00 - 16:30	PAUSA
16:30 - 17:00	Educomunicação para as relações étnico-raciais: uma proposta de intervenção para a aplicação da Lei n. 10.639/2003
17:00 - 17:30	África. A mão que balançou o berço
17:30 - 18:00	Educação em direitos humanos e a Lei n. 10.639/2003

	TERÇA-FEIRA, 22 de novembro
14:00 - 14:30	As Relações Raciais na perspectiva da Formação Continuada - estudo de caso
14:30 - 15:00	História e cultura africana e afro-brasileira na formação docente
15:00 - 15:30	Educação para as relações étnico-raciais em escolas públicas do município de Porto Seguro – BA: uma análise sobre o ensino de História da África e da Cultura Afro-brasileira
15:30 - 16:00	A trajetória de uma educadora negra em formação: princípios e práticas com o teatro e a Lei n. 10.639/03
16:00 - 16:30	PAUSA
16:30 - 17:00	Trajetória histórica, política e pedagógica do Núcleo de Estudos Afro-Brasileiros (NEAB) da Escola Municipal Clementino Fraga
17:00 - 17:30	Educação das relações étnico-raciais: um estudo de caso a partir da realidade de uma Instituição de Ensino Superior

	QUARTA-FEIRA, 23 de novembro
09:00 - 09:30	Ressignificando a África para alunos(as) negros(as) no Brasil
09:30 - 10:00	A educação das relações étnico-raciais e seus reflexos no desempenho escolar dos/as estudantes negros/as
10:00 - 10:30	Avanços e desafios no processo de implementação da Lei n. 10.639/03
10:30 - 11:00	PAUSA
11:00 - 11:30	Educar para as relações raciais também é atribuição da gestão escolar - Percepções Sobre a Lei n. 10.639/2003
11:30 - 12:00	A Lei e Seus Sujeitos: um olhar sobre a aplicação da Lei n. 10.639 na Rede Escolar de Mulungu-CE
12:00 - 12:30	Ensino de História da África: o reconhecimento da identidade negra brasileira

ST15-B - Educação das relações étnico-raciais

SEGUNDA-FEIRA, 21 de novembro	
14:00 - 14:30	Pluralidade Social e Diversidade Cultural: Apontamentos sobre as relações raciais no espaço escolar
14:30 - 15:00	Racismo institucionalizado versus Educação antirracista: dois lados da mesma moeda
15:00 - 15:30	Noções de pertencimento étnico e racismo por alunos do Ensino Médio
15:30 - 16:00	Políticas de Acesso ao Ensino para os Afro-brasileiros e Educação das Relações étnico-raciais: desafios para reflexões e práticas afrocentradas
16:00 - 16:30	PAUSA
16:30 - 17:00	Educação étnico-racial, pedagogias outras
17:00 - 17:30	Sociologia das relações étnico-raciais no Brasil e reverberação no discurso docente no contexto escolar

TERÇA-FEIRA, 22 de novembro	
14:00 - 14:30	Viagens à África na literatura para não adultos
14:30 - 15:00	A implantação do artigo 26-A da Lei de Diretrizes e Bases (LDB) nas aulas de literatura do Ensino Básico
15:00 - 15:30	Corpo proibido: a representação social do corpo humano em uma coleção de livros didáticos de Biologia
15:30 - 16:00	As representações sobre o negro nos livros didáticos antes e depois da Lei n. 10.639/03
16:00 - 16:30	PAUSA
16:30 - 17:00	Entre muros e murais: a invisibilidade da população negra nos espaços escolares
17:00 - 17:30	E, na África tem príncipe? Oralidade e corporeidade: valores afrocivilizatórios como possibilidades para uma educação intercultural
17:30 - 18:00	Representatividade negra no espaço escolar

QUARTA-FEIRA, 23 de novembro	
09:00 - 09:30	Educação das relações étnico-raciais e a práxis dos professores em Angra dos Reis: uma breve reflexão
09:30 - 10:00	Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Escolar Quilombola Conjugando os saberes tradicionais com a educação formal, na perspectiva da Lei n. 10.639/2003
10:00 - 10:30	Centro Cultural Casa África (CCCA) e a Lei n. 10.639/03: Processos Educativos e a disseminação da Cultura Africana em Belo Horizonte
10:30 - 11:00	PAUSA
11:00 - 11:30	Representação Social de alunas de Ação Afirmativa do IFRR: uma análise com recorte de gênero e raça
11:30 - 12:00	Educação vem de casa? Um ensaio sobre relações raciais, família e educação
12:00 - 12:30	A Lei n. 10.639/03 na escola de Ensino Médio CE - Santos Dumont do município de Vargem Grande

ST16 - Saúde da população negra

	SEGUNDA-FEIRA, 21 de novembro
14:00 - 14:30	O impacto do racismo no enfrentamento à epidemia de HIV no sistema prisional brasileiro
14:30 - 15:00	Indicadores sociais e iniquidades raciais: um olhar reflexivo para a saúde da população negra
15:00 - 15:30	A população negra nas instituições de ensino superior como estudantes e não como objeto de estudo, um enfoque nos cursos da área da saúde
15:30 - 16:00	Processo transexualizador e iniquidades raciais: o papel da/o nutricionista
16:00 - 16:30	PAUSA
16:30 - 17:00	A formação da/o nutricionista: racismo ou promoção da equidade racial na saúde
17:00 - 17:30	O Sistema Integrado de Consultas e Atendimento e a Vigilância Alimentar e Nutricional: racismo ou equidade racial? Uma percepção sob o olhar de estagiários em Nutrição
17:30 - 18:00	Da prática à demagogia - Política Nacional Integral à Saúde do Negro
18:00 - 18:30	Um olhar avesso de uma saúde para além de não doenças

	TERÇA-FEIRA, 22 de novembro
14:00 - 14:30	O recorte étnico-racial do Programa Nacional de Alimentação Escolar e a (in)segurança alimentar e nutricional de quilombolas
14:30 - 15:00	“O Nkisse é que nos socorre”. Memória e poética de resistência negra afrontando e comunicando territórios de saúde
15:00 - 15:30	A reivindicação do direito à saúde da população negra: um estudo da anemia falciforme no Centro-Oeste, 2014 a 2016
15:30 - 16:00	Mulher, religião e racismo: reflexões para a saúde da população negra
16:00 - 16:30	PAUSA
16:30 - 17:00	Mulheres que cuidam em casa, de pessoas com HIV/SIDA (PVHS) na cidade de Maputo
17:00 - 17:30	Política Nacional de Saúde Integral da População Negra: trajetória e enfrentamento ao racismo
17:30 - 18:00	Saúde mental da população negra na agenda pública
18:00 - 18:30	A cura ancestral da Pajelança: ervas e saúde da população negra no Tambor de Mina

ST17 - Vozes negras e “reexistência”(s) - discursos de protagonismo e mobilização social

	TERÇA-FEIRA, 22 de novembro
14:30 - 15:00	Estética negra e política: o uso do cabelo natural é um ato político?
15:00 - 15:30	Discursos étnico-raciais de estudantes negros/as do mestrado
15:30 - 16:00	Louvação à Mariama: uma voz feminina na Missa dos Quilombos
16:00 - 16:30	PAUSA
16:30 - 17:00	Narrativas afro femininas na mídia livre: ferramenta de formação, organização e combate ao racismo.
17:00 - 17:30	Volta aos cabelos naturais: as redes sociais como espaço dialógico de construção das identidades e protagonismos das mulheres negras
17:30 - 18:00	Mobilização social e gênero: o protagonismo feminino no MNPR

ST18 - Análise de Discurso Crítica, raça e gênero: o discurso em perspectiva

	QUARTA-FEIRA, 23 de novembro
09:00 - 09:30	Ser mulher, negra e imigrante haitiana no Vale do Itajaí
09:30 - 10:00	Disputas discursivas em relação a raça e gênero no campo religioso evangélico
10:00 - 10:30	A altura das falas na 'realidade' e na ficção audiovisual: reflexões sobre representação e representatividade
10:30 - 11:00	PAUSA
11:00 - 11:30	Racismo e antirracismo em discursos sobre representatividade negra na cultura pop: uma análise discursiva da polêmica em comentários na internet
11:30 - 12:00	Precariedade e vidas que importam: reflexões sobre risco e o cenário da educação pautada por direitos humanos, gênero e sexualidade.
12:00 - 12:30	O texto como estratégia discursiva contra a situação de rua: o caso do "Aurora da Rua"
12:30 - 14:00	ALMOÇO
14:00 - 14:30	A violência obstétrica e mulher negra: "O que me tornou tão invisível?"

ST19 - Ser mulher quilombola: raça, gênero e saberes

	TERÇA-FEIRA, 22 de novembro
14:00 - 14:30	A agência das mulheres quilombolas no reconhecimento jurídico e identitário
14:30 - 15:00	A formação (e/ou emergência?) de um novo sujeito político e a articulação entre trajetórias individuais e sociais no Vale do Jequitinhonha, Minas Gerais
15:00 - 15:30	Maternagem e cultura escrita no quilombo
15:30 - 16:00	Mulher negra, essa quilombola
16:00 - 16:30	PAUSA
16:30 - 17:00	O corpo negro e cabelo crespo como elementos para reflexão na formação de professoras da Educação Escolar Quilombola
17:00 - 17:30	O papel da matriarca na preservação e manutenção das tradições africanas no terreiro Manzo Kaiango
17:30 - 18:00	Mulheres e educação: histórias de docentes e lideranças quilombolas
18:00 - 18:30	Ser mulher quilombola na comunidade de Santo Isidoro

ST20 - Literatura e História: narrativas midiáticas como expressão decolonial

	QUARTA-FEIRA, 23 de novembro
09:00 - 09:30	Um olhar para o cotidiano dos povos Ibos em "O Mundo se Despedaça" de Chinua Achebe.
09:30 - 10:00	Descolonizar a imagem: Brasil e África do Sul em suas pós-ditaduras
10:00 - 10:30	Identidades de mulheres quilombolas do Puri: entre concepções de beleza e conhecimentos tradicionais
10:30 - 11:00	PAUSA
11:00 - 11:30	Outras Brasília: produção de filmes de curta-metragem sobre diversidades no Distrito Federal
11:30 - 12:00	ABENSONHAR: a presença do simbolismo na transcrição intersemiótica de "Nas águas do tempo", de Mia Couto, para a dramaturgia
12:00 - 12:30	O Feminino em Moçambique e a identidade nacional na Guerra de Independência (1964-1975)

ST21 - Literatura afro-brasileira: cultura e resiliência

	QUARTA-FEIRA, 23 de novembro
09:00 - 09:30	A escre(vivência) em Becos da Memória de Conceição Evaristo
09:30 - 10:00	A infância diaspórica em Um defeito de cor
10:00 - 10:30	A literatura infantil afro-brasileira como mecanismo de valorização da identidade das meninas quilombolas de Porto Alegre, na Amazônia Tocantina/Cametá
10:30 - 11:00	PAUSA
11:00 - 11:30	A literatura infantil negra na prática metodológico-pedagógica da educação infantil: construindo uma subjetividade afro-brasileira
11:30 - 12:00	Carolina Maria de Jesus: uma reflexão sobre literatura, cânon resistência negra no Brasil
12:00 - 12:30	Escrevivências: literatura afro-feminina e resistência
12:30 - 14:00	ALMOÇO
14:00 - 14:30	Funk Carioca: a voz do marginalizado na música de protesto
14:30 - 15:00	História e Literatura: o uso dos contos africanos e afro-brasileiros nas aulas de História
15:00 - 15:30	kikia matcho: a formação da identidade guineense através da memória
15:30 - 16:00	Literoralitura: uma análise etnolinguística de discursos de griots mandingas da África ocidental

ST22 - Experiências em torno do gênero, raça e sexualidades: diálogos entre as Ciências Sociais e a decolonialidade

	QUARTA-FEIRA, 23 de novembro
09:00 - 09:30	O trabalho infanto-juvenil doméstico e a interseccionalidade entre gênero, raça e classe na Amazônia Paraense.
09:30 - 10:00	Somos todxs transeuntes : corpo, gênero e poder em uma perspectiva transcultural e pós-colonial
10:00 - 10:30	Limites e possibilidades para emancipação das mulheres negras
10:30 - 11:00	PAUSA
11:00 - 11:30	Profissionais do sexo: entre as curvas, a cor e o desejo: uma roda de conversa
11:30 - 12:00	O Serviço Social e o debate das relações raciais.

ST23 - Feminismos, negritudes, corporalidades e descolonização do conhecimento

	SEGUNDA-FEIRA, 21 de novembro
14:00 - 14:30	Mulher negra e organicidades: experiências de coletivos de mulheres negras na cidade do Rio de Janeiro
14:30 - 15:00	Corporalidade e o pensamento descolonial: uma análise da instalação artística Corpo-Templo e do filme Kbelá
15:00 - 15:30	Identidade afro-brasileira: os cabelos são crespos sim!
15:30 - 16:00	Entre práticas e teorias descolonizadoras: um esforço para pensar a descolonização desde/com o feminismo negro
16:00 - 16:30	PAUSA
16:30 - 17:00	Laboratório Raízes do Movimento. Uma vivência corporal nas danças negras
17:00 - 17:30	O feminismo pós-colonial de Glória Anzaldúa: a escrita como um ato de liberdade
17:30 - 18:00	Pés, cadeiras e leituras de mulata – A cadência do corpo no samba e na memória de mulheres negras de Araraquara/SP.

ST24 - Saber e ser “lacrante”: por uma visibilidade de negras e negros LGBT - lésbica, gay, bissexual, travesti e transexual!

	QUARTA-FEIRA, 23 de novembro
09:00 - 09:30	As damas de paus: o discurso de si das vocalistas d'As Bahias e a Cozinha Mineira
09:30 - 10:00	"Você é um homem ou um rato?": narrativas de como ser homem na educação
10:00 - 10:30	A estreia de Aylla, afetos e desafetos na revelação de identidade trans numa sociedade racista e homofóbica
10:30 - 11:00	PAUSA
11:00 - 11:30	A marginalidade jurídica da bicha preta
11:30 - 12:00	Militância, engajamento e pesquisa: notas de pesquisa em coletivos e grupos universitários
12:00 - 12:30	O laque e o (cor)po político de Liniker: empoderamento e resistência negra
12:30 - 14:00	ALMOÇO
14:00 - 14:30	O poder do laque em performance negra LGBT de “Ball Culture” no filme <i>Paris is Burning</i>
14:30 - 15:00	Ser negro e homossexual: corpos duplamente desviantes
15:00 - 15:30	Sophia: Trava Carne e outros atravessamentos
15:30 - 16:00	Universidade também é lugar de laque: sambando na cara da heteronormatividade na UFAL/Campus do Sertão

ST25 - Sernegra na Educação Básica: da identidade do/a professor/a negro/a às identidades raciais e de gênero dos/as educandos/as

	SEGUNDA-FEIRA, 21 de novembro
14:30 - 15:00	A identidade da criança negra no Ensino Fundamental privado
15:00 - 15:30	Quem traz na pele essa marca: reflexões sobre a trajetória de estudantes negros no Colégio Pedro II
15:30 - 16:00	(Re)construindo identidades no espaço escolar.
16:00 - 16:30	PAUSA
16:30 - 17:00	A Literatura afro-brasileira com foco nos estudantes do Ensino Médio da rede pública de ensino de uma cidade satélite de Brasília
17:00 - 17:30	Docência e ocupação dos cargos de gestão no Instituto Federal de Goiás, nuances do racismo institucional.
17:30 - 18:00	Pedagogia da escrevivência no projeto educacional dos Complexos Integrados de Educação (SEC-UFSB): relações raciais nas Estações de Saberes

	TERÇA-FEIRA, 22 de novembro
14:30 - 15:00	O vazio que ocupa espaço: os silenciamentos das mulheres negras em livros didáticos de História
15:00 - 15:30	Processos identitários e a branquidade: quem cegou minha negritude?
15:30 - 16:00	Promovendo o debate sobre racismo religioso na Educação Básica.
16:00 - 16:30	PAUSA
16:30 - 17:00	Exercendo a profissão, enegrecendo a docência: identidade negra e antirracismo em sala de aula
17:00 - 17:30	Educação Étnico-Racial e a Pedagogia Freiriana: como construir esse diálogo nas práticas pedagógicas no ensino superior

ST26 - Escambo de estratégias quilombolas: formas de lutar pela/com identidade, territorialidade e educação

	QUARTA-FEIRA, 23 de novembro
09:00 - 09:30	Estratégias de lutas: as práticas de gestão comunitária e escolar no Quilombo de Alegre (MG)
09:30 - 10:00	Voz e letra na comunidade quilombola do Mato do Tição/MG
10:00 - 10:30	Do quilombo à universidade: acesso e permanência de estudantes quilombolas no ensino superior
10:30 - 11:00	PAUSA
11:00 - 11:30	Helvécia: contradições de um quilombola no século XXI
11:30 - 12:00	Modos de ser criança no quilombo Mato do Tição-MG
12:00 - 12:30	Quilombos: símbolos de resistência

ST27 - Mídia, representação social e a luta antirracista

	TERÇA-FEIRA, 22 de novembro
14:00 - 14:30	Entre estereótipos e arquétipos: que negro é esse na Turma da Mônica? uma análise sobre a construção do personagem Jeremias nas narrativas produzidas por Maurício de Sousa
14:30 - 15:00	Análise sociológica da produção cinematográfica Histórias Cruzadas
15:00 - 15:30	A representatividade da mulher negra na publicidade brasileira
15:30 - 16:00	Blogueiras Negras: vozes femininas na luta antirracista
16:00 - 16:30	PAUSA
16:30 - 17:00	Identidades negras na mídia olímpica brasileira: análise discursiva da produção de subjetividades
17:00 - 17:30	Jornalismo feminino e interseccionalidades negras
17:30 - 18:00	Linchamento e ódio no telejornal: a relação entre o racismo e os meios de comunicação
18:00 - 18:30	Revista Rio, Samba e Carnaval: a construção de um imaginário sobre o Brasil

ST29 - Educação decolonial: saberes de um Brasil mais ao Sul

	SEGUNDA-FEIRA, 21 de novembro
14:00 - 14:30	UNILA e da UNILAB: (des)caminhos e diferenciações na implantação
14:30 - 15:00	A relação das mulheres negras com o racismo na escola
15:00 - 15:30	Pensamentos decoloniais afro-latino-americanos: aportes enegrecidos do Sul
15:30 - 16:00	Redes de etnoeducadores na América Latina: reflexões sobre pedagogias decoloniais e interculturalidade crítica
16:00 - 16:30	PAUSA
16:30 - 17:00	Sobre nós, mulheres negras na escola: um estudo sobre relações raciais e perspectiva decolonial de educação
17:00 - 17:30	Decolonialidade e o ensino de danças do Brasil no currículo das licenciaturas em dança
17:30 - 18:00	Gestão do conhecimento étnico-racial como FormAção Afirmativa na Educação Profissional e Tecnológica: ampliações formativas e epistêmicas a partir do pensamento decolonial
18:00 - 18:30	A capoeira angola e a dimensão incorporada do conhecimento

	TERÇA-FEIRA, 22 de novembro
14:00 - 14:30	O modo de vida da Umbanda: uma perspectiva decolonial
14:30 - 15:00	20 de Novembro e o racismo nosso de (quase) todos os dias
15:00 - 15:30	A cosmovisão africana como possibilidade de uma educação transgressora
15:30 - 16:00	A produção sobre relações raciais e Educação no periódico Caderno de Pesquisas: intervalações rumo ao século XXI (?)
16:00 - 16:30	PAUSA
16:30 - 17:00	Educação universitária da Argentina e do Brasil: um estudo sobre currículo, gênero e etnicidade
17:00 - 17:30	Juventude e diferença – um estudo sobre currículo e socioeducação
17:30 - 18:00	Movimento brasileiro de prostitutas: um estudo sobre práticas educativas e aprendizagens decoloniais
18:00 - 18:30	Lei n. 10.639/03: da política ao currículo - em respeito a Virginia Leone Bicudo

	QUARTA-FEIRA, 23 de novembro
09:00 - 09:30	Narrativas do sujeito feminino no cárcere: significações entre cartas e aprendizagens decoloniais
09:30 - 10:00	Filosofia africana contemporânea: uma inspiração para uma vida descolonizada
10:00 - 10:30	Repensar Educação Superior e Interseccionalidades: por uma visibilidade afirmativa

ST30 - “Quando a criança negra fala”: pesquisas com as crianças negras e quilombolas

	SEGUNDA-FEIRA, 21 de novembro
14:00 - 14:30	As comédias de Jatimane: memórias encenadas na comunidade remanescente de quilombos
14:30 - 15:00	Bibliotecas e a educação quilombola
15:00 - 15:30	Crianças negras: vozes da resistência em ação
15:30 - 16:00	Do amargo do café á alvura das saias das yaôs para fazer valer a Lei n. 10.639/03
16:00 - 16:30	PAUSA
16:30 - 17:00	Relações raciais: a criança pequena, família e creche
17:00 - 17:30	Desafios teóricos e metodológicos na pesquisa com as crianças do quilombo Mato do Tição - MG

ST31 - Gênero, diáspora africana e raça

	QUARTA-FEIRA, 23 de novembro
09:00 - 09:30	“O revólver já está engatilhado”: juventude negra, violência a partir da criminologia crítica
09:30 - 10:00	Entre panelas e batuques: o estudo de gênero a partir da cultura material da cozinha em Laranjeiras /SE (XIX-XX)
10:00 - 10:30	"Ser pobre e perigoso": o vício no discurso de Manuel Querino na Bahia entre 1903-1922
10:30 - 11:00	PAUSA
11:00 - 11:30	Corpo em cena: as percepções dos discentes sobre a sexualização e inferiorização da mulher africana no filme "Vênus Negra"
11:30 - 12:00	Ensaio sobre a História e seus outros
12:00 - 12:30	Masculinidades negras na obra Suor de Jorge Amado
12:30 - 14:00	ALMOÇO
14:00 - 14:30	Os reflexos do “racismo brasileiro”
14:30 - 15:00	Raça e gênero na obra de Nina Rodrigues – a dimensão racializada do feminino na criminologia positivista do final do século XIX
15:00 - 15:30	Tempos de crise: políticas públicas, cuidado e mulheres negras.

ST32 - O que quer o/a intelectual negro/a? Desafios e estratégias de epistemologias afrocentradas para o pensamento negro contemporâneo

	QUARTA-FEIRA, 23 de novembro
09:00 - 09:30	Memória e preservação: o diálogo entre jongueiros e universitários negros na construção do acervo do jongo da Serrinha
09:30 - 10:00	A desconstrução do racismo através de Monteiro Lobato: uma análise do caso “Caçadas de Pedrinho”
10:00 - 10:30	Histórias de mulheres negras: a formação de intelectuais da periferia
10:30 - 11:00	PAUSA
11:00 - 11:30	O Banzo, um conceito "existencial": um afroperspectivismo filosófico do pathos negro na Filosofia africana e afro-brasileira
11:30 - 12:00	Das maiorias minorizadas ao sujeito desidentificado: a aventura do pesquisador negro na academia eurocêntrica

INDICE REMISSIVO DE AUTORES E AUTORAS

Adalberto de Salles Lima (UnB)	72
Adelina Benedita Alves Santiago (SEDF).....	130
Adelmo de Souza Xavier (UFBA-DMMDC/IFBA/FAPESB)	244
Aderaldo Pereira dos Santos (UFRJ)	76
Adilson Meneses da Paz (IFBA) &	248
Adínia Santana Ferreira (EAPE/SEEDF).....	138
Ádria Borges F. Cerqueira (IFG)	262
Adriane Raquel Santana de Lima (UFPA)	211
Agatha Leticia Eugênio da Luz	274
Aislane dos Reis Nobre (UFBA).....	64
Alberto Roberto Costa (SEDF)	37
Aldenise Maicon Moreira (NEABI - IFRR - Instituto Federal de Roraima).....	80
Aldenora Conceição de Macedo (UnB/SEEDF)	144
Alessandra Pio (PPGE/UFRJ; GEPARREI/NeabCPII)	220
Alessandra Pio (PPGE/UFRJ; GEPARREI/NeabCPII)	227
Alexandre de Carvalho Castro (CEFET-RJ)	234
Alexandre Magno Maciel Costa e Brito (SEEDF).....	135
Alina Freitas Praxedes (UnB).....	169
Aline Barbosa Santiago;	276
Aline da Silva Sousa (UFT)	54
Aline Dias dos Santos (Universidade Estadual de Santa Catarina – UDESC)	72
Aline Mascarenhas (UNEB)	111

Allyne Rodrigues da Silva (IFMT)	99
Amanda Juliette de Sá Araujo (UNB).....	161
Mauro Mendes Pereira (UFRRJ)	76
Mauro Mendes Pereira (UFRRJ)	247
Aminthas Angel.....	273
Ana Beatriz da Silva (UNIRIO)	245
Ana Beatriz Marques Silva (Coletivo Negro)	184
Ana Clara Carvalho Machuca Voigt (UnB).....	75
Ana Claudia da Silva (UnB)	150
Ana Cristina Conceição Santos (UFAL).....	213
Ana Cristina Conceição Santos (UFAL – Campus do Sertão)	217
Ana Cristina da Costa Gomes (UNIRIO).....	245
Ana Cristina Muniz Décia (UFBA).....	250
Anair Patrícia Braga Moreira (UFMG).....	139
Ana Livia Gonçalves França (UFG).....	167
Ana Paula Kuczmynda da Silveira (IFSC)	179
Anderson Diego da Silva Almeida (UFRGS).....	42
Andréia Coutinho da Silva (CEFET-RJ).....	238
André Luiz de Sousa (UFMG)	41
Ângela Maria Ribeiro (UFBA)	243
Angélica Lopes (UFRJ)	92
Antonilde Rosa Pires (UFG).....	55
Antonio Gomes da Costa Neto (SEDF/UnB)	269
Antonio Gomes da Costa Neto (SEEDF - UnB)	67

Antonio Gomes da Costa Neto (UnB).....	74
Ariandeny Furtado (SIASS IF Goiano/Goiás e UFG).....	160
Ariandeny Furtado (SIASS IF Goiano/Goiás e UFG).....	163
Ariandeny Silva de Souza Furtado (SIASS IF Goiano/Goiás e UFG).....	164
Ariandeny Silva de Souza Furtado (SIASS IF Goiano/Goiás e UFG).....	167
Arlindo da Silva Cardoso (UFAL)	42
Arthur José Baptista	273
Arthur José Baptista (UFRRJ).....	108
Áurea Regina do Nascimento Santos (IFPI).....	88
Bárbara Morgana Rodrigues Pinheiro (UnB)	55
Beatriz da Silva Amaro de Castro Hermes (UERJ).....	120
Beatriz Santos Vieira	208
Beatriz Schmidt Campos (UnB)	175
Bernardo Vaz de Macedo (UFSCAR).....	184
Bianca Assis Oliveira de Paula (CEFET-RJ)	173
Bruna Aparecida Thalita Maia (UNILAB)	118
Bruna Caroline Santos Bomfim.....	274
Bruna Pedroso Thomaz de Oliveira (FIOCRUZ)	160
Caio Pinheiro Oliveira (UESC)	152
Camila Leopoldina Batista dos Santos (IFG/Jataí)	223
Camilo Negri (UnB)	72
Carla Aparecida da Silva (UFRRJ)	251
Carla da Costa Dias (UFRJ).....	62
Carlos Antônio Barros de Oliveira (Instituto Anísio Teixeira-BA)	83

Carlos Eduardo Moreira Vera Cruz	91
Carmen Regina Teixeira Gonçalves (UFMG)	187
Carolina Gonçalves Gonzalez (UnB).....	178
Carolina Rocha Silva (IESP/UERJ).....	225
Cássio Vinícius dos Santos Marques (UFBA)	191
Catiellen Soares de Jesus (IF Baiano).....	256
Cauê Gomes Flor (Unesp - Marília).....	74
Célia Regina Cristo de Oliveira (UERJ)	248
Celso de Moraes Vergne (PUC/RJ).....	165
Centro Cultural de Capoeira Angola N’Zambi.....	277
Chitungane Sebastião Chachuaio (UNILAB).....	113
Cibele de Guadalupe Sousa Araújo (IFG).....	44
Cibele de Guadalupe Sousa Araújo (IFG).....	48
Cintia Cardoso (UFPR)	254
Cíntia Mariane da Silva (UFRRJ).....	158
Clarice Barbos Vieira	278
Claudete Nascimento Machado (UNIFAP).....	62
Claudia Elizabete Santos (UEMG)	188
Claudia Mayorga (UFMG)	180
Claudia Miranda (UNIRIO).....	240
Claudia Miranda (UNIRIO).....	245
Cléia Aguiar Leite (UnB)	236
Clementino Luiz de Jesus Junior (UERJ - FFP).....	94
Cleuma Maria Chaves de Almeida (UERJ)	201
Cornélio Raimundo Mucache (UNIMEP)	87

Cristiane de Assis Portela (UnB/ UniCEUB/ SEDF).....	190
Cristiane Querino da Silva (UFBA).....	261
Cristiane Querino da Silva (UFBA).....	263
Cristiane Sousa da Silva (UFC).....	105
Cristina Camargo Pereira (UFG).....	164
Cristina Camargo Pereira (UFG).....	165
Cristina Nascimento de Oliveira (IFRR).....	148
Cristina Nascimento de Oliveira (IFRR).....	157
Cristina Nascimento de Oliveira (NEABI - IFRR - Instituto Federal de Roraima).	80
Cristina Tomei (UFG).....	168
Dandara Baçã de Jesus Lima (Ministério da Saúde).....	257
Daniela Bastos dos Santos (UNINASSAU).....	118
Daniel de Jesus dos Santos Costa (UnB).....	213
Daniel de Jesus dos Santos Costa (UnB).....	217
Danielle de Deus França Gomes Galvão Vaz (UNIRIO).....	246
Danielle Fernanda Morais (UFG).....	224
Darlene Santos Magalhães (UNEB).....	191
Darlene Santos Magalhães (UNEB - Campus VI).....	197
Dayane Augusta Santos da Silva (IFG).....	85
Dayane Caroliny Gomes Cardoso Dias (Faculdade Fortium).....	198
Day Rodrigues.....	271
Denise Carrascosa (UFBA).....	50
Denise Ferreira da Costa Cruz (UnB).....	122
Denise Ferreira da Silva (UnB).....	124

Denise Maria Soares Lima (UCB).....	137
Dennys Silva-Reis (UnB)	44
Dennys Silva-Reis (UnB)	51
Diana Araújo Pereira (UNILA).....	247
Diego Rodrigues Macedo (UEPA)	93
Dislene Cardoso de Brito (IF Baiano).....	256
Divinamar Pereira (UDE).....	162
Djiby Mané (UnB).....	199
Doris Regina Barros da Silva	275
Doris Regina Barros da Silva (IFRJ)	133
Douglas Rodrigues de Sousa (UnB).....	39
Dyhorrani da Silva Beira (UnB).....	47
Edileuza Penha de Souza (UnB)	124
Edileuza Penha de Souza (UnB)	126
Edileuza Penha de Souza (UnB)	128
Edileuza Penha de Souza (Universidade de Brasília - UnB).....	121
Eduardo Oliveira (UFBA).....	246
Elaine Barbosa (UNIRIO).....	241
Elbert de Oliveira Agostinho (CEFET-RJ).....	234
Elen Cristina Ramos dos Santos (UnB).....	128
Eliane Aparecida de Oliveira (UEM/NEIAB).....	99
Elias do Nascimento Melo Filho e Artur Cabral Reis	272
Elias do Nascimento Melo Filho (UnB)	84
Elias do Nascimento Melo Filho (UnB)	131

Eliete Gonçalves Rodrigues Alves (CEPPAC - UnB).....	67
Eliete Gonçalves Rodrigues Alves (UnB).....	68
Elisa Costa de Carvalho (UNIRIO)	120
Elisângela de Jesus Santos (CEFET/RJ)	209
Elisangela Rocha (Fac. Fortium)	195
Eliseu Amaro de Melo Pessanha (UnB).....	70
Elismênnia Aparecida Oliveira (PPGS-UFG)	207
Elna Dias Cardoso (UFG).....	119
Eloisa Marques Rosa (IFB).....	243
Elson Alves da Silva.....	239
Elson Luiz Barbosa Filho (UFF).....	138
Erica de Sousa Peres (UEPA)	93
Érika Costa Silva (UFG)	104
Erika da Silva Costa Agnellino (UFSC)	117
Evaldo Gonçalves Silva (UFG/IFG)	136
Evelyn dos Santos Sacramento (UFBA).....	42
Fabiana Lima (UFSB).....	220
Fabiana Lima (UFSB).....	226
Fabiana Pedreira Gelard (UNILAB).....	153
Fabio Sampaio de Almeida (CEFET/RJ - PPRER/NEAB)	179
Fabília do Nascimento Silva de Oliveira (UFRRJ)	222
Felipe Rodrigues Bomfim (UNEB)	111
Fernanda Cristina Machado Dias (Laboratório Raízes do Movimento).....	210
Fernanda Fernandes Muniz (UnB);.....	129

Fernanda Kamila Pinho de Souza (IFRR)	148
Fernanda Rachid (UnB/UNIP).....	132
Fernanda Rachid (UnB/UNIP).....	146
Fernanda Souza dos Santos (UFRJ).....	77
Fernando Cezar Melo de Oliveira (UNILA).....	102
Fernando Marcello (UFG).....	168
Flaésio Pereira da Silva Júnior (UnB).....	129
Flávia Alves Borges (Faculdade de Ciências Médicas da Santa Casa de São Paulo)	74
Flávia Paola Félix Meira (UEMG).....	157
Flávio Santiago (Unicamp)	253
Flora Egécia.....	271
Florença Freitas Silvério (USP).....	152
Fórum Estadual de Mulheres Negras RJ.....	277
Fórum Permanente de Mulheres Negras Cristãs/RJ	275
Francivaldo Pereira da Silva (Faculdade Fortium).....	221
Francy Eide Nunes Leal (PPGAS -UFG)	207
Gabriela Canale Miola (UNILA)	61
Gabriela Costa Carvalho (UnB)	126
Gabriela do Nascimento Farias (UFPA)	124
Gabriela Pereira Barbosa	205
Gabrielle Nascimento Batista;	276
Gabrielle Nascimento Batista (UFRJ)	40
Gabrielle Nascimento Batista (UFRJ)	62
Gabrielle Nascimento (UFRJ)	268

Geíse Pinheiro Pinto (UFMG).....	180
Geize Oliveira Gonçalves (Rede Anísio Teixeira)	81
Gersiney Pablo Santos (UnB).....	172
Gersiney Pablo Santos (UnB).....	176
Gersiney Pablo Santos (UnB).....	177
Gersiney Pablo Santos (UnB).....	181
Gilmara Silva Souza (UFMG).....	228
Gilmara Silva Souza (UFMG)	232
Gisele Cristina (UFMG).....	209
Giuliano Lucas (UFRGS)	61
Glauce Patricia Silva Santos (UFPA e CEDEMI).....	93
Glauce Patricia Silva Santos (UFPA e CEDEMI).....	94
Gleides Simone de Figueiredo Formiga (SEDF)	202
Gracimone Alves de Jesus (UDE).....	162
Guilherme Dantas Nogueira (UnB)	264
Gustavo Pinto Alves da Silva (UFRRJ).....	140
Helena Nisa da Rosa (UnB);	129
Heloisa da Silva França (UFRB)	92
Henrique Araujo da Silva (FAPLAC)	107
Idalina Maria Almeida de Freitas (UFRN)	107
Ingrid Constantino de Souza (UFRRJ)	40
Ingyrd Garcia de Oliveira (UFG).....	163
Iodenis Borges F. Cerqueira (UFG)	262
Irineia Cesario (Fac. Fortium).....	195

Isis Taináh Monteiro dos Santos (UnB)	203
Itamara Esteves da Cunha (UnB).....	151
Izadora Nogueira dos Santos Muniz (UFT)	103
Jackson Douglas Leal Silva & Evaldo Gonçalves Silva.....	272
Jackson Douglas Leal Silva (UFG).....	37
Jackson Douglas Leal Silva (UFG).....	216
Jacqueline Fiuza da Silva Regis (UnB)	177
Jacqueline Fiuza da Silva Regis (UnB)	178
Jaine Irene Basílio Teodoro Machado da Silva	142
Jairza Fernandes Rocha da Silva (UFMG)	187
Janaína Oliveira (IFRJ).....	126
Jane Kelly Moreira de Souza (UNEB).....	191
Jeancarlos Rodrigues de Oliveira (UFG)	166
Jeancarlos Rodrigues de Oliveira (UFG)	167
Jeane Pereira Gomes da Silva Mendes (UFG)	129
Jeane Pereira Gomes da Silva (UFG).....	235
Jessica F. Oliveira de Jesus (UFSC)	49
Jéssica Laranja	274
Jessica Mara Raul (CEFET/RJ)	198
Jéssyca Barcellos (UFRGS).....	103
Joalisson Oliveira Araujo (UESC).....	215
Joalva Menezes de Moraes (SEC–Bahia)	79
João Colares da Mota Neto (UEPA).....	108
João Luiz da Silva Lopes (UFPA).....	203

João Mouzart de Oliveira Junior (UFS/UNIT)	261
João Mouzart de Oliveira Junior (UFS/UNIT)	263
João Mouzart de Oliveira Junior(UFS/UNIT)	259
João Vítor Martins Saraiva (UFMG).....	174
Joéverson Domingues Evangelista	61
John Cleber Sarmiento Santiago (UnB)	113
Jordhanna Neris Sampaio Cavalcante (UnB)	58
Jorge Luis de Souza Riscado (UFAL)	206
Josadaque Martins Silva (IFMT).....	99
Joselina da Silva (UFRRJ).....	76
José Roberto da Silva Rodrigues (UERJ)	248
Juciara Alves dos Santos (UFOP)	136
Julie Rodrigues Alves (UnB).....	68
Katia Antunes Zephiro (UFRRJ\PPGEDUC)	155
Kátia bárbara da Silva Santos (UEPA).....	170
Katiana Dias de Oliveira (Faculdade Ipiranga)	36
Kelly Cristina do Nascimento (Faculdade Maurício de Nassau)	206
Laís Rodrigues Campos (UFG)	230
Lana Claudia Macedo da Silva (UEPA).....	203
Leandro Santos Bulhões de Jesus (UnB/UniCEUB)	266
Leandson da Silva Corrêa (Esc. Estadual de Ensino Fundamental)	218
Lêda Michelly Gomes Souza (IFMT)Simony Silva Oliveira (IFMT)	99
Leonardo Dias Alves (UnB).....	125
Leonardo Lacerda Campos (UNICAMP).....	139

Leonardo Lazaro Faislon (UNILAB)	86
Leonardo Ortegá (UnB).....	266
Leonor Franco de Araújo (ABPN; UFES).....	225
Lisângela Kati do Nascimento (USP)	239
Livia de Souza Vidal (UFF)	249
Louise Lucena de Oliveira (IFB)	243
Louise Rodrigues Campos (UEPA).....	111
Luana de Araújo (CEFET)	237
Luana Gabriela Botelho de Oliveira (IFMT)	99
Luana Pereira Silva (UnB)	122
Luana Silva de Souza Flor (Secretaria de Educação do Estado de São Paulo)...	74
Luanna Monteiro Rodrigues (CPIL/Campus Realengo II).....	222
Lucas Ribeiro Mendes (FacUniCamps).....	166
Lucas Ribeiro Mendes (FacUniCamps)	167
Lucia Franco Pedroza (SEEDF).....	135
Lúcia Maria Barbosa Lira (UFAM)	64
Luciana da Silva Melo (Universidade de Brasília-UnB)	116
Luciana de Mesquita Silva (CEFET/RJ)	49
Luciana Dias Andrade (UFS)	260
Luciana Guimarães Nascimento (Prefeitura do Rio de Janeiro/Prefeitura de Queimados - ABPN).....	58
Luciana Lima da Mota (UERJ)	224
Luciana Oliveira Vieira (UFS)	123
Luciana Ribeiro de Oliveira	276
Luciana Ribeiro de Oliveira (UNIRIO).....	154

Luciene de Oliveira Dias (UFG).....	53
Luciene de Oliveira Dias (UFG).....	55
Lucimar Rosa Dias (UFPR)	254
Lucy Cristina Ostetto (UFSC).....	65
Ludmila Portela Gondim (UnB).....	39
Luis Augusto Ferreira Saraiva (UnB).....	70
Luís Augusto Ferreira Saraiva (UnB).....	89
Luís Augusto Ferreira Saraiva (UnB).....	171
Luis Carlos Ferreira (UFBA-DMMDC).....	246
Luiz Fernandes de Oliveira (UFRRJ).....	76
Luiz Fernandes de Oliveira (UFRRJ)	106
Luiz Philipe Belarmino Reis (UnB).....	169
Luiz Rufino Rodrigues Júnior (UERJ)	114
Luzineide Miranda Borges (Universidade do Estado do Rio de Janeiro).....	80
Marcela Iochem Valente (UERJ)	48
Márcia Cristina Américo (UNIMEP)	86
Márcia Cristina Américo (Universidade Metodista de Piracicaba).....	69
Márcia Francisca de Oliveira Silva (UFMG).....	56
Márcia Lúcia Anacleto de Souza (Unicamp).....	253
Marcondes Henrique Barbosa Silva (UnB)	127
Marcos Antonio Batista da Silva (PUC-SP).....	173
Marcos Antônio Batista da Silva (PUC-SP).....	254
Marcos da Silva e Silva (Secretaria de educação do Estado de São Paulo)	267
Marcos Vinícius Lustosa Queiroz (UnB).....	70

Marcus Maciel (UFG).....	255
Maressa de Sousa Santos (UFMG).....	174
Margaret Young (UFRB)	208
Maria Aparecida Cruz de Oliveira (UnB).....	199
Maria Aparecida Miran da (IFRJ – PUC)	148
Maria Aparecida Silva (UFAL)	101
Maria Cristina Maciel Marques (SEEDF).....	43
Maria Das Graças Freitas de Carvalho (UFG)	165
Maria de Fátima Barbosa Coelho (Universidade Federal da Bahia).....	81
Maria do Carmo Rebouças.....	267
Maria do Carmo Rebouças (UnB).....	73
Maria Elena Viana Souza (UNIRIO).....	149
Maria Eliene Magalhães da Silva (UFC).....	57
Maria Ester dos Santos Silva (UNB)	162
Maria Gorete Firmino da Silva (UFAM)	64
Maria Isabel Donnabella Magrin (Prefeitura Municipal de Campinas)	133
Maria Luzenira Martins de Jesus (NEAB-UFMA).....	159
Mariana Mota da Silva (TJ-GO/Coletivo Corpolítia)	260
Mariana Queen Nwabasili (USP).....	182
Maria Raquel Dias Sales Ferreira (UFMG)	185
Maria Raquel Dias Sales Ferreira (UFMG)	231
Marina Pereira de Almeida Mello (UNILAB - Campus CE)	204
Marisol Kadiegi e Godofredo Costa.....	278
Maristane de Sousa Rosa Sauimbo (UEMA)	40

Mariza Aparecida de Oliveira Souza (UnB).....	55
Martin-Léon-Jacques Ibáñez de Novion (UnB).....	71
Mayara Castro de Souza (Universidade de Brasília-UnB)	261
Mayara Rodrigues Viana (UFRJ)	268
Mayara Viana Rodrigues	276
Mayllon Lyggon de Sousa Oliveira (UFG).....	218
Médio Vilhena Alves).....	218
Meire Cristina Cabral de Araújo Silva (UnB).....	73
Melissa Dandara de Oliveira Duarte (IFRR).....	157
Michele Lopes da Silva Alves (UFMG).....	209
Michele Vanessa dos Santos da Silva (UNITINS)	222
Miriam Aprigio Pereira (UnB)	156
Mona Lisa da Silva (UNILAB).....	144
Mona Lisa da Silva (UNILAB)	234
Mônica Pinto da Rosa (UNIRIO).....	250
Mônica Prates Conrado (UFPA).....	100
Mônica Regina Nascimento dos Santos (UFAL).....	147
Mônica Rocha dos Santos (UnB)	221
Monnalisa Coelho Viana (Centro Universitário Luterano de Palmas-Ulbra).....	236
Nadia Regina da Silva(UFRRJ)	104
Nadir Nóbrega Oliveira (UFAL)	98
Naila Ingrid Chaves Franklin (UnB)	263
Naira Evine Pereira Soares (Universidade Estácio de Sá)	123
Natalino Neves da Silva (IFMG - Campus Ouro Preto)	114

Nathalia Vince Esgalha Fernandes (UnB)	78
Nathielen Fernandes de Oliveira (UnB)	151
Neila Dória de Andrade Silva (UNICAMP)	208
Nelma Cristina Silva Barbosa de Mattos (IF Baiano).....	60
Nelma Cristina Silva Barbosa de Mattos (IF Baiano).....	63
Neuza Maria Sant' Anna de Oliveira (UFRRJ)	268
Neuza Viana Castanha.....	170
Olga Brigitte Oliva de Araujo (UnB).....	113
Patrícia Borges Valadão (UnB)	143
Patrícia Maria de Souza Santana (Programa Ações Afirmativas - UFMG)	256
Patrícia Maria de Souza Santana (UFMG)	228
Patrícia Maria de Souza Santana (UFMG)	231
Patrícia Mendonça Alves Pereira de Souza(Escola Municipal Florestan Fernandes – EMFF)	229
Patrícia Nogueira Silva (EAPE/SEEDF)	138
Paula Balduino de Melo (SEDF).....	202
Paula Cristina Silva de Oliveira (UFMG/UFVJM).....	186
Paula Évelyn Silveira Barbosa (UnB).....	238
Paula Regina Araújo de Azevedo Silva (FEBF – UERJ).....	134
Paulo Antonio Barbosa Fernandes (Colégio Pedro II)	109
Paulo Roberto Vaughon Santana (CPII/Campus Realengo II)	222
Pedro Caribé (Universidade de Brasília - UnB).....	121
Pedro Olaia (Instituto Nangetu).....	219
Pedro Paulo Rosa (UNR/Argentina)	251
Pedro Tomé de Castro Oliveira (USP).....	45

Rafaela Francisco de Jesus e Renata Lima	274
Rafael Gonçalves Campolino (Faculdade Anhanguera)	141
Rafael Gonçalves Campolino (Universidade Nacional da Província de Buenos Aires e Faculdade Anhanguera de Valparaíso/GO - Kroton Educacional).....	82
Ralyanara Moreira Freire (Unicamp)	53
Raoni Machado Moraes Jardim (UnB).....	71
Raquel Silveira (UFRGS).....	103
Rebecca Christina Rodrigues Juvencio de Oliveira (UnB).....	77
Rebecca Igreja (UnB).....	78
Regilene Alves Vieira (UNILAB) &	144
Rejane Costa da Silva (UNIRIO).....	242
Renata Jesus da Costa (SEDF).....	85
Renata Waleska de Sousa Pimenta (IFSC).....	179
Ricardo Almeida de Paula (Instituto Mauá de Pesquisa e Educação - Faculdade Mauá e União de Estudos de Pós-Graduação - UNEPÓS).....	82
Richard Santos (UnB).....	73
Richard Santos (UnB).....	267
Roberta Alves Virgili Calvano (Faculdade Anhanguera).....	141
Roberta Rodrigues Rocha Pitta (PUC-Rio)	109
Roberta Rodrigues Rocha Pitta (PUC-Rio)	240
Roberta Rodrigues Rocha Pitta (PUC-RIO)	155
Roberto Sidnei Macedo (UFBA-FACED-DMMDC).....	244
Robson Bastos Roen.....	272
Rogério Mendes de Lima (Colégio Pedro II)	110
Rosa Alda Souza de Oliveira (UnB)	200

Rosângela Costa Araújo (UFBA).....	243
Rosânia do Nascimento (UnB)	264
Ruth Meyre Mota Rodrigues (UnB)	132
Ruth Meyre Mota Rodrigues (UnB)	146
Samily Maria Moreira da Silva e Silva (UFPA).....	175
Sandra Aparecida Gurgel Vergne (PUC-SP).....	242
Sandra Maria Cerqueira da Silva (UEFS/FAT)	98
Sandra Maria Cerqueira da Silva (UEFS/FAT).....	101
Sandra Regina de Souza Marcelino (PUC-Rio).....	241
Sarah Figueira Ramos (UnB).....	38
Sebastião Pinheiro Gonçalves de Cerqueira Neto (IFBA-Campus Porto Seguro)	229
Shirley Aparecida de Miranda (UFMG).....	183
Shirley Aparecida de Miranda (UFMG).....	231
Shirley Aparecida de Miranda (UFMG).....	232
Sian Carlos Alegre (UFFS).....	211
Sibely Nunes Nascimento (UFPA)	96
Sidnei Sousa Costa (UnB)	45
Sidney Barbosa (UnB)	46
Silvana Martins dos Santos (UFSC).....	119
Silvia Bitencourt (UFRRJ\PPGEDUC).....	155
Silvia Elaine Santos de Castro (Unicamp)	233
Silvia Pereira de Castro Casa Nova (USP).....	101
Silvia Regina de Jesus Costa (UFMG).....	150
Silvia Regina Ramão (Associação Negra de Cultura).....	36

Simone Braz (CEFET/RJ).....	209
Stephanie Lima (UNICAMP).....	214
Suely Aldir Messeder (UNEB).....	248
Suely Virginia dos Santos (UFMG).....	156
Sullivan Ferreira de Souza (UEPA)	111
Suzete Venturelli (UnB).....	84
Tainah Maroja Coutinho Jorge (UNAMA e MPEG).....	95
Tainah Maroja Coutinho Jorge (UNAMA e MPEG).....	96
Tainara Lúcia Pinheiro (UFPA).....	100
Taís Barboza de Moraes (PUCRS)	117
Tânia Mara Pedroso Müller (UFF)	106
Tânia Mara Pedroso Müller (UFF)	109
Tarciso Manfrenatti de Souza (UFRJ)	215
Tassia do Nascimento (UFRJ)	200
Táta Kinamboji/Arthur Leandro (UFPA)	91
Tatiana Nascimento (Padêeditorial).....	46
Tatiane Campos dos Santos (UFMG)	183
Tatiane Campos dos Santos (UFMG)	188
Thabata Lorena.....	271
Thaís Lopes Rocha (UnB/SEEDF)	142
Thais Santos (USP).....	59
Tiago Augusto Ferreira da Cruz (UnB);.....	129
Valeria Lima de Almeida (Universidade Estácio de Sá)	51
Valéria Paixão de Vasconcelos Nepomuceno (UNIRIO) &.....	149

Vanessa Fernanda Rodrigues (Prefeitura Municipal de Hortolândia)	133
Vanessa Ortiz Piedrahita (UnB).....	68
Vânia Alves da Silva (IFB/ UnB).....	190
Vinícius Venancio de Sousa (UnB).....	214
Vitor Nunes.....	278
Viviane Gonçalves Freitas (UnB)	54
Viviane Marinho Luiz (UNIMEP)	112
Watusi V.S. Soares (Faculdade Alfredo Nasser – UNIFAN)	88
Wéber Félix de Oliveira (UFG).....	218
Wesley dos Santos Lima (UFOB)	147
Weverton Ruan Vieira Rodrigues (UFPA)	161
Ythalo Viana Lima (UNILAB).....	89
Zamara Graziela Pinheiro de Oliveira (UNIRIO)	145

Apoio

CINE BRASÍLIA

Secretaria do Trabalho,
Desenvolvimento Social, Mulheres,
Igualdade Racial e Direitos Humanos

GOVERNO DE
BRASÍLIA



CNE
CONSELHO NACIONAL DE EDUCAÇÃO



Realização

INSTITUTO FEDERAL
Brasília

FUNDAÇÃO NACIONAL DE ARTES
funarte

MINISTÉRIO DA
CULTURA

MINISTÉRIO DA
EDUCAÇÃO



Este projeto foi contemplado pelo Regulamento Cena Aberta Funarte 2016